



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAMON DE ALCÂNTARA ALEIXO

**A CONSTRUÇÃO DO “NOVO NORDESTE” NO CONCERTO DO
ENSINO SUPERIOR:** intelectuais, política e educação na URNe.

Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
(Orientador)

JOÃO PESSOA - PB

Abr.2018

Ramon de Alcântara Aleixo

**A CONSTRUÇÃO DO “NOVO NORDESTE” NO CONCERTO DO ENSINO
SUPERIOR:** intelectuais, política e educação na URNe.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação- CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa – PPGE/UFPB

JOÃO PESSOA-PB

Abr.2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A338c Aleixo, Ramon de Alcantara.

A CONSTRUÇÃO DO "NOVO NORDESTE" NO CONCERTO DO ENSINO
SUPERIOR: Intelectuais, Política e Educação na URNe /
Ramon de Alcantara Aleixo. - João Pessoa, 2018.
338 f.

Orientação: Jean Carlo de Carvalho Costa.
Tese (Doutorado) - UFPB/EDUCAÇÃO.

1. Intelectuais; Política; Ensino Superior. I. Costa,
Jean Carlo de Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

Ramon de Alcântara Aleixo

**A CONSTRUÇÃO DO “NOVO NORDESTE” NO CONCERTO DO ENSINO
SUPERIOR:** intelectuais, política e educação na URNe.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação- CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Prof. Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa – PPGE/UFPB (Orientador)

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado – PPGE/UFPB (Examinador interno)

Iranilson Buriti de Oliveira

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira – PPGE/UFPB (Examinador interno)

Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior – Programa de Pós-Graduação em Educação/USP
(Examinador externo)

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves – Programa de Estudos Pós-Graduados em
Educação/ PUC-SP (Examinador externo)

Patrícia Cristina de Aragão

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo – PPGSS/PPGFP/UEPB (Examinadora
externa)

Aprovada em: 02 de abril de 2018.

RESUMO

As décadas de 1950 e 1960 caracterizam-se pelo atrelamento do debate educacional às perspectivas desenvolvimentistas. Nesse cenário, os chamados “desequilíbrios regionais” ganham visibilidade através da atuação de intelectuais que, estando à frente de instituições como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), passam a identificar diferenças entre os “níveis e ritmos” de “crescimento” das regiões brasileiras. As análises recaíam na caracterização de “dois Brasis”: um “arcaico”, “subdesenvolvido”, localizado, sobretudo, no nordeste; outro “moderno”, identificado com o “progresso” e “desenvolvimento”, localizado no centro-sul. O ensino superior, assentado no binômio “ciência e técnica”, emerge enquanto mecanismo considerado capaz de reverter o “atraso histórico” que caracterizaria a região nordeste. Na cidade de Campina Grande – Paraíba – o debate desenvolvimentista reverberou na criação de um conjunto de instituições como a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) e a Universidade Regional do Nordeste (URNe). Estas instituições enfatizavam a primazia do ensino superior no projeto de construção do “Novo Nordeste”. O presente estudo objetiva analisar o projeto de desenvolvimento da região nordeste a partir da criação da URNe. Para tanto, privilegiaremos a atuação de intelectuais da cidade de Campina Grande que, ocupando espaços de destaque na imprensa escrita, defenderam o ensino superior como elemento propulsor do desenvolvimento regional. A escolha do recorte cronológico repousa sobre o “início” da movimentação dos intelectuais campinenses no intuito de se organizar uma universidade que privilegiasse o estudo da “realidade regional” e encerra-se no final da década de 1960, momento em que tanto mudanças políticas reverberaram no interior da URNe como as transformações do próprio pensamento regionalista impingiram uma mudança ao projeto inicialmente pensado para o desenvolvimento do nordeste e, conseqüentemente, para a universidade. Apropriamo-nos, enquanto fontes de pesquisa, de jornais (*A União*, *Diário da Borborema*, *Jornal de Campina*), da legislação infraconstitucional da URNe, bem como de materiais didáticos, como o Programa do componente curricular de Sociologia, ministrado pelo professor José Lopes de Andrade no âmbito do Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH) da URNe. As fontes impressas serão problematizadas a partir das contribuições teórico-metodológicas do Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner e John Pocock. Buscaremos entender o texto jornalístico enquanto “enunciado”, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar, intervindo, assim, no debate político. Os resultados nos sugerem a amplitude adquirida pelo ensino superior no projeto de construção do “Novo Nordeste”. Utilizando-se do trânsito no campo jornalístico e ocupando postos de comando no interior das instituições de ensino superior, intelectuais como Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade promoveram uma série de campanhas, atividades e instituições que culminaram na criação da URNe.

Palavras-chave: Ensino Superior. Desenvolvimento regional. URNe. Intelectuais.

ABSTRACT

The 1950s and 1960s are characterized by the linkage of educational debate to developmentalist perspectives. In this context, the "regional imbalances" gain visibility through the work of intellectuals who, at the forefront of institutions such as the Superintendency for the Development of the Northeast region of Brazil (SUDENE), begin to identify differences between "levels and rhythms" of "growth" of Brazilian regions. The analysis resulted in the characterization of two countries: an "archaic Brazil", underdeveloped, located mainly in the northeast region; and a "modern Brazil", identified by the "progress" and "development", located in the south-central region. Higher education, based on "science and technique", emerges as a mechanism able to invert the historical underdevelopment that characterizes the northeast region. In the city of Campina Grande, Paraíba State, Brazil, the developmentalist debate reverberated in the creation of a set of institutions such as the Foundation for the Development of Science and Technology (FUNDACT) and the Regional University of the Northeast (URNe). These institutions emphasized the primacy of higher education in the "New Northeast" construction project. The present study aims to analyze the project of development of the northeast region of Brazil from the creation of the URNe. For this purpose, we will privilege the work of intellectuals in the city of Campina Grande who, by occupying prominent positions in the written press, defended higher education as a propelling element for regional development. The study period was from the "beginning" of the movement of the intellectuals in Campina Grande, who aimed to create a university that would privilege the study of the "regional reality", to the late 1960s, when political changes reverberated in the URNe and when changes in the regionalist thought led to a change in the project, which initially aimed at the development of the northeast region and, consequently, the university development. The sources of research consisted of newspapers (*A União*, *Diário da Borborema*, *Jornal de Campina*), infra-constitutional legislation of the URNe, and educational materials, such as those from the curriculum of Sociology, taught by professor José Lopes de Andrade at the Central Institute of Human Sciences (ICCH) of the URNe. The printed sources will be problematized from the theoretical-methodological contributions of the Linguistic Contextualism of Quentin Skinner and John Pocock. We will try to understand the journalistic text as "enunciated", i.e., as an intervention that aims to demarcate and establish ways of thinking, thus intervening in the political debate. The results suggest a broadness of higher education in the "New Northeast" construction project. From the dynamics of the journalistic field and occupying leading positions in higher education institutions, intellectuals such as Edvaldo de Souza do Ó and José Lopes de Andrade promoted several campaigns and activities and established institutions that culminated in the creation of the URNe.

Keywords: Higher Education. Regional development. URNe. Intellectuals.

RESUMEN

Los años cincuenta y sesenta se caracterizan por la vinculación del debate educativo con las perspectivas desarrollistas. En este contexto, los "desequilibrios regionales" ganan visibilidad a través del trabajo de intelectuales que al frente de instituciones como la Superintendencia para el Desarrollo de la Región Nordeste de Brasil (SUDENE) comienzan a identificar diferencias entre "niveles y ritmos" del "crecimiento" de las regiones brasileñas. Los análisis resultaban en la caracterización de dos países: un "Brasil arcaico", subdesarrollado y ubicado principalmente en la región noreste; y un "Brasil moderno", caracterizado por el "progreso" y el "desarrollo", ubicado en la región centro-sur. La educación superior, basada en "ciencia y técnica", surge como un mecanismo capaz de revertir el subdesarrollo histórico que caracteriza a la región noreste. En la ciudad de Campina Grande, estado de Paraíba, Brasil, el debate desarrollista reverberó en la creación de un conjunto de instituciones como la Fundación para el Desarrollo de la Ciencia y la Tecnología (FUNDACT) y la Universidad Regional del Nordeste (URNe). Estas instituciones enfatizaban la primacía de la educación superior en el proyecto de construcción del "Nuevo Nordeste". El presente estudio tiene como objetivo analizar el proyecto de desarrollo de la región nordeste de Brasil desde la creación de la URNe. Para este propósito, privilegiaremos el trabajo de los intelectuales en la ciudad de Campina Grande que al ocupar puestos prominentes en la prensa escrita defendieron la educación superior como un elemento impulsor del desarrollo regional. El período de estudio fue desde el "comienzo" del movimiento de los intelectuales en Campina Grande, los cuales pretendían crear una universidad que privilegiara el estudio de la "realidad regional", hasta fines de la década de 1960, cuando los cambios políticos repercutieron en la URNe y el cambio del pensamiento regionalista llevó a una modificación en el proyecto, que inicialmente tenía como objetivo el desarrollo de la región nordeste y, en consecuencia, el de la universidad. Las fuentes de investigación se consistieron en periódicos (*A União*, *Diário da Borborema*, *Jornal de Campina*), en la legislación infraconstitucional de la URNe y en materiales educativos, como los de la asignatura de Sociología, impartida por el profesor José Lopes de Andrade en el Instituto Central de Ciencias Humanas (ICCH) de la URNe. Las fuentes impresas se problematizarán a partir de las contribuciones teórico-metodológicas del Contextualismo Lingüístico de Quentin Skinner y John Pocock. Trataremos de entender el texto periodístico como "enunciado", es decir, como una intervención que busca demarcar y establecer formas de pensar, interviniendo así en el debate político. Los resultados sugieren la ampliación de la educación superior en el proyecto de construcción del "Nuevo Nordeste". A partir de la dinámica del campo periodístico y ocupando posiciones de liderazgo en instituciones de educación superior, intelectuales como Edvaldo de Souza do Ó y José Lopes de Andrade promovieron varias campañas y actividades y establecieron instituciones que culminaron en la creación de la URNe.

Palabras clave: educación superior. Desarrollo regional. URNe. Intelectuales.

LISTA DE SIGLAS

BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CINGRA	Companhia de Industrialização de Campina Grande
CNG	Conselho Nacional de Geografia
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FUNDACT	Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica
FUNDAGRIM	Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
FURNe	Fundação Universidade Regional do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
POLI	Escola Politécnica
SANESA	Saneamento de Campina Grande Ltda.
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UDN	União Democrática Nacional

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
URNe	Universidade Regional do Nordeste
USAID	United States Agency for International Development

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Confraternização entre as duas chapas concorrentes à presidência da União Universitária Campinense (julho de 1952).....97

Fotografia 2- Aspecto da reunião ocorrida no Campinense Clube- debate sobre a instituição das escolas de ensino superior (22de agosto de 1952).....101

Fotografia 3- Edvaldo do Ó presidindo reunião da FUNDACT (1958).....122

Fotografia 4- Visita do Ministro da Educação e Cultura à reitoria da URNe (1967).....242

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Prestação de contas da União Universitária Campinense sobre a Taxa Universitária cobrada nos cinemas da cidade.....	103
Imagem 2- Aspecto da Reitoria da URNe (1967).....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro I- Dissertações e teses que abordam a história e/ou aspectos de instituições de ensino superior.....	26
Quadro II- artigos sobre a história e/ou aspectos de instituições de ensino publicados em periódicos.....	28
Quadro III -artigos sobre a história e/ou aspectos de instituições de ensino publicados nos anais dos CBHEs.....	29
Quadro IV- Projetos Industriais, Agrícolas e Telecomunicações aprovados pela SUDENE (1960-1964).....	154
Quadro V- Finanças Públicas – Campina Grande (1964).....	154
Quadro VI- Situação do Ensino Médio na Paraíba e em Campina Grande (1965).....	160
Quadro VII- Comparação entre população e matrícula do curso médio (1965).....	161
Quadro VIII- O Ensino Superior na Paraíba (1965).....	162
Quadro IX - Bolsas ofertadas pelo Fundo de Bolsas da FURNe (1969-1982).....	288

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: itinerários de formação/investigação, aspectos teóricos e metodológicos.....	15
1.1- A História da Educação, a História Intelectual e a História dos intelectuais: uma primeira aproximação.....	32
1.1.1- A História dos Intelectuais e a pesquisa em História da Educação: perspectivas para uma abordagem histórica dos intelectuais.....	37
1.2- As fontes de pesquisa: impressos, legislação e fontes biográfica.....	48
1.2.1- O jornal diário como fonte na pesquisa em História da Educação.....	53
1.2.2- A Legislação infraconstitucional como fonte de pesquisa para a História da Educação.....	57
1.2.3- As fontes biográficas e a pesquisa em História da Educação.....	59
1.2.3.1-Biografias como fonte de pesquisa.....	59
1.2.3.2-Arquivos orais: depoimentos/testemunhos como fonte de pesquisa.....	59
1.3- A História Intelectual e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner: potencialidades metodológicas para a pesquisa em História da Educação... ..	62
 CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A INSTITUIÇÃO DO “NOVO NORDESTE”: A União Universitária Campinense e a FUNDACT no cerne do debate desenvolvimentista (1952-1959).....	
2.1 – A expansão do ensino superior na Paraíba: o debate entre a “ <i>província viva</i> ” versus a “ <i>província morta</i> ”	77
2.2- “Os Estudantes precisam do Povo e o Povo precisa dos Estudantes”: a União Universitária Campinense e a instituição das escolas de ensino superior.....	91

2.3 A “usina de ideias”: a FUNDACT, o debate desenvolvimentista e o ensino superior.....	111

CAPÍTULO 3 – INTELECTUAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: a instituição da Universidade Regional do Nordeste (URNe).....	129

3.1- “Universidade para a Região!”: o protagonismo do <i>Diário da Borborema</i> no debate desenvolvimentista.....	134

3.2- O desenvolvimento regional no concerto do ensino superior: a Pesquisa Sócio-Educacional e a instituição da universidade	149

3.3- Universidade, Região e Desenvolvimento: a instituição da URNe e a promoção do “Novo Nordeste”.....	164

CAPÍTULO 4- DAS FACULDADES AOS INSTITUTOS CENTRAIS: a centralização das disciplinas universitárias e a importância da Sociologia no projeto da URNe.....	183

4.1- Das Faculdades ao Instituto Central de Ciências Humanas: o lugar da “cadeira” de Sociologia no projeto da URNe.....	186

4.2- Guerreiro Ramos e o projeto de construção de uma sociologia nacional	196

4.3- O “regional” por depuração? a “cadeira” de sociologia e a operacionalização do projeto da URNe	208

CAPÍTULO 5- DA URNe À UNIVERSIDADE [FEDERAL] DE CAMPINA GRANDE: imprensa, política e movimento estudantil nos projetos de federalização e estadualização da instituição.....	232

5.1- Das reuniões do Conselho Diretor às páginas dos jornais: a campanha em prol da federalização da Universidade Regional do Nordeste (URNe).....	235

5.2- Os estudantes entram em cena: debates e embates nas campanhas em prol da federalização/estadualização da URNe.....	264

5.3- A URNe sob intervenção: o fim do “sonho” desenvolvimentista?.....	280

À GUIA DE CONCLUSÃO.....	296

REFERÊNCIAS E FONTES.....	305

APÊNDICES.....	

APÊNDICE A- Quadro dos governadores envolvidos com o ensino superior na Paraíba (1952-1987).....	

APÊNDICE B- Quadro dos prefeitos envolvidos com o ensino superior em Campina Grande (1952-1987).....	

APÊNDICE C- Quadro dos Reitores da URNe/ Presidentes da FURNe (1966-1987).....	

ANEXOS.....	

ANEXO A- Fotografia- Edvaldo do Ó- formatura em Economia (1951).....	

ANEXO B- Fotografia- Raymundo Asfôra e Edvaldo do Ó representando a União Universitária Campinense em na ocasião do “Congresso dos Estudantes do Brasil” (Universidade Rural do Brasil-s/d).....	

ANEXO C- Aspecto do jantar de confraternização da União Universitária Campinense (s/d).....	

ANEXO D- Fotografia de José Lopes de Andrade (s/d).....	

ANEXO E- Fotografia de Williams de Souza Arruda (1966).....	

ANEXO F- Fotografia de Edvaldo do Ó- início da década de 1990.....	

ANEXO G – Imagem do brasão da URNe.....	

CAPÍTULO 1- A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: itinerários de formação/investigação, aspectos teóricos e metodológicos

As décadas de 1950 e 1960 caracterizam-se pelo atrelamento do debate educacional às perspectivas desenvolvimentistas. Nesse cenário, os chamados “desequilíbrios regionais” ganham visibilidade através da realização de diversos seminários, divulgados pela imprensa¹. O intenso processo de industrialização na região centro-sul do país, seguido pela divulgação das Contas Nacionais – a partir de 1951 e 1952 – contribuiu para a intensificação das pressões políticas de várias regiões do país sobre o estado, em decorrência das diferenças entre os “níveis e ritmos” de “crescimento regional”. As análises recaíam na caracterização de “dois Brasis”: um “arcaico”, “subdesenvolvido”, localizado, sobretudo, no nordeste; outro “moderno”, identificado com o “progresso” e “desenvolvimento”, localizado no centro-sul (FURTADO, 1967). A noção de “centro-periferia”, aplicada à interpretação das disparidades entre as nações, era transposta para as interpretações das desigualdades regionais internas ao país. O ensino superior, assentado no binômio “ciência e técnica”, emerge aí enquanto mecanismo considerado capaz de reverter o “atraso histórico” que caracterizaria a região nordeste.

Na cidade de Campina Grande – Paraíba – o debate desenvolvimentista reverberou na criação de um conjunto de instituições como a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) e a Universidade Regional do Nordeste (URNe). Estas instituições, voltadas para a discussão da problemática regional a partir do binômico ciência e técnica, enfatizavam a primazia do ensino superior no projeto de construção do “Novo Nordeste”. Para tanto, os intelectuais à frente do debate advogavam a necessidade de se instituir uma universidade voltada para o estudo dos chamados “problemas do nordeste”. A URNe surgia, assim, com o fito de promover o estudo desses “problemas”, auxiliando, assim, o projeto de desenvolvimento regional.

Mas, para que cumprisse o “seu papel”, a URNe “necessitaria” privilegiar a “escala de investigação regional”. Afinal, o escrutínio das “causas” do “atraso” do

¹Dentre os eventos voltados à discussão dos “desníveis regionais” citamos a realização dos Iº. e IIº Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados, respectivamente, nas cidades de Campina Grande (PB) e Natal (RN), em 1956 e 1959. Esses eventos serviram de base para criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), culminando com a instituição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

nordeste reclamava uma abordagem centrada no estudo desses “problemas”. O objetivo de se fomentar uma ciência que se debruçasse sobre o estudo da “realidade regional nordestina” acabou encontrando esteio na cadeira de Sociologia, ministrada pelo professor José Lopes de Andrade no âmbito do Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH) da URNe. Esta disciplina emergia como o laboratório “ideal” para a operacionalização do projeto desenvolvimentista, pois a abordagem sociológica do “atraso” do nordeste possibilitaria uma compreensão mais acurada dos problemas vivenciados por essa região em meados da década de 1960. Ao se debruçar sobre as temáticas da seca, do domínio das oligarquias e das migrações intra e inter regionais, por exemplo, o sociólogo poderia encontrar as “causas” do subdesenvolvimento do nordeste. Para tanto, a sociologia deveria ser concebida como uma ciência engajada nas questões levantadas pela sociedade em que ela fosse praticada. O desenvolvimento regional requeria um conhecimento científico voltado para o estudo dos problemas “concretos” vivenciados pela sociedade nordestina.

O presente estudo objetiva escrutinar o debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Para tanto, enfatizaremos as discussões que se delinearam em Campina Grande entre as décadas de 1950 e 1960 e que em consonância com a regionalização do espaço brasileiro reivindicavam a premência de se instituir uma universidade voltada para o “estudo” dos “problemas” da região nordeste. A inauguração da URNe, em abril de 1966, representou o ápice do movimento intelectual que desde o início da década de 1950 reivindicava a centralidade da universidade para o projeto de desenvolvimento regional. No interior dessa discussão, destacaremos a centralidade da URNe para a operacionalização do projeto desenvolvimentista, ressaltando as contribuições da cadeira de Sociologia para a criação de uma “ciência regional”. Considerando-se o eixo diacrônico, o nosso trabalho se situa entre as décadas de 1950 e 1960. A escolha do recorte cronológico repousa sobre o “início” da movimentação dos intelectuais campinenses no intuito de se organizar uma universidade que privilegiasse o estudo da “realidade regional” e encerra-se no final da década de 1960, momento em que tanto mudanças políticas reverberaram no interior desta universidade como as transformações do próprio pensamento regionalista impingiram uma mudança ao projeto inicialmente pensado para o desenvolvimento do nordeste e, conseqüentemente, para a URNe. Dessa forma, se ao longo dos anos 1950 e 1960, o fulcro do debate regionalista consistia na “correção” dos chamados

“desequilíbrios regionais” (no caso desse estudo deve-se salientar a importância atribuída pela intelectualidade ao ensino superior na “correção” das disparidades entre o nordeste e o sul-sudeste), a partir das décadas de 1970 e 1980 estabelece-se uma crítica da visão dual presente na ideia de um “nordeste subdesenvolvido” *versus* um “sul/sudeste desenvolvido”.

Feita essa breve apresentação, situaremos o leitor frente aquele que parece ter sido o nosso primeiro contato com a problemática do ensino superior na cidade de Campina Grande. Ao realizar a pesquisa de mestrado², defendida em 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, nos deparamos, mediante o manuseio das fontes impressas (notadamente os jornais), com a criação de várias escolas de ensino superior no estado da Paraíba. Esse movimento se configurava, de acordo com as nossas primeiras impressões, mediante duas frentes: uma de instituição da chamada Universidade do Estado da Paraíba (federalizada em 1960, passando a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba) e outra através da criação da URNe, em 1966. A primeira foi criada no governo de José Américo de Almeida (1951-1956), pela Lei Nº 1.070 de 27 de setembro de 1955, sendo denominada de Universidade do Estado da Paraíba. No início da década de 1960, mediante um movimento que tencionou diversas instâncias da intelectualidade na Paraíba, foi federalizada, como anteriormente exposto, passando a ser denominada de Universidade Federal da Paraíba (ESPÍNOLA, 1980). A segunda foi instituída em 1966, na cidade de Campina Grande, ao longo da gestão do prefeito Williams de Souza Arruda (1964-1969), e visava, segundo as perspectivas da intelectualidade à frente desse projeto, instituir um conjunto de saberes voltados ao estudo dos chamados problemas da região nordeste. A sua instituição parece se interconectar com o debate em torno da regionalização do espaço brasileiro, iniciado na década de 1940, e que ao longo das décadas de 1950 e 1960 reverberaria na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), bem como na promoção do debate em torno do desenvolvimento regional. Após duas décadas de funcionamento, em 1987 a URNe

²A dissertação de Mestrado, intitulada *Das representações docentes nas tramas de Mnemósine: cartografias de sedição e sedução nos caminhos e atalhos da História da Educação na ditadura militar (1964-1985)* problematiza a relação entre o ensino de História e a trajetória das professoras dessa disciplina, na cidade de Campina Grande – PB ao longo da ditadura militar. Privilegia-se, nesse estudo, as transformações pelas quais a disciplina História passou no período, ressaltando-se os impactos dessas transformações – que engendraram formas de resistência – nos cotidianos docentes.

foi extinta, seu patrimônio foi revertido ao Estado da Paraíba que, através da Lei Nº. 4.977, criou a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Ao longo da pesquisa de mestrado fomos coletando as informações sobre a criação das escolas de ensino superior em Campina Grande, na medida em que elas próprias abundavam na imprensa do período. Todavia, como o chamado tempo institucional da pesquisa nos impõe uma série de limites, e fugindo a problemática do ensino superior ao escopo daquele estudo, fomos identificando e guardando as fontes atinentes à temática, de modo a possibilitar uma análise posterior em torno delas.

Finda a pesquisa de mestrado, retomamos as fontes catalogadas no período anterior. Ao longo desse processo nos chamava atenção a relação, inicialmente percebida, entre a chamada crise econômica pela qual passava a cidade de Campina Grande no final da década de 1960³ e o que identificamos, naquele momento, como sendo a apropriação do discurso educacional, mediante uma perspectiva salvacionista, pelas elites intelectuais e políticas da cidade. Partindo dessa hipótese, elaboramos o projeto de pesquisa intitulado *A DIMENSÃO SALVÍFICA DA EDUCAÇÃO NO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO CAMPINENSE: Culturas políticas, sociabilidades intelectuais e ensino superior nas décadas de 1960-1970*. Dentre os objetivos que inicialmente guiavam o projeto de pesquisa destacava-se o escrutínio das tramas políticas e educacionais que reverberariam na instituição da URNe. A hipótese inicial era de que no ocaso do projeto desenvolvimentista teria se dado a apropriação do discurso educacional pelas elites intelectuais da cidade como forma de recompor a sua hegemonia. A perspectiva economicista, em sua vertente reducionista, certamente minguava as intenções de uma pesquisa mais acurada acerca da instituição do ensino superior na cidade.

Ao término do processo seletivo, e iniciando a orientação de Tese com o professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa, entramos em contato com as discussões em torno da História Intelectual e dos Intelectuais, adentrando as perspectivas teórico-metodológicas que sedimentam os respectivos campos de pesquisa. Ainda no primeiro

³ Em seu estudo, Lima (2012) analisa os impactos das políticas econômica e tributária adotadas após o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Campina Grande. O autor defende a tese de que a centralização econômica e as mudanças tributárias afetaram o projeto desenvolvimentista pensado para a cidade ao longo das décadas de 1950 e 1960. Dessa forma, se a cidade de Campina Grande adentrava a década de 1960 como “promissor polo econômico”, ao final dessa mesma década, a cidade via o projeto de desenvolvimento pensado pelas lideranças políticas e econômicas estertorar-se.

semestre de 2014, o Grupo de Estudo orientado pelo professor Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa iniciou as discussões em torno da História Intelectual, destacando-se as leituras introdutórias do contextualismo linguístico de Quentin Skinner, da História dos Conceitos, na perspectiva de Reinhart Koselleck, bem como a hermenêutica de Hans Georges Gadamer. É preciso salientar a pluralidade teórica que caracteriza o Grupo, possibilitando o contato e a apropriação desses referenciais teórico-metodológicos conforme a especificidade da problemática de pesquisa de cada integrante.

Simultaneamente às discussões teórico-metodológicas realizadas pelo Grupo, iniciávamos o trabalho de pesquisa nos arquivos públicos previamente elencados no plano de trabalho da Tese. Ainda no primeiro semestre de 2014, digitalizamos os jornais sob a guarda da Biblioteca Átila Almeida⁴. Inicialmente foi adotada uma técnica de pesquisa baseada em palavras-chaves. A apropriação dessa técnica nos possibilitou identificarmos e digitalizarmos as notas, matérias e seções que aludiam à criação das escolas de ensino superior em Campina Grande e, por extensão, nas demais localidades do estado da Paraíba. Essa técnica consistia em estabelecer algumas palavras-chaves (tais como *Educação, ensino superior, Faculdades, Universidade*, dentre outras) que pudessem nos informar acerca da problemática de pesquisa. Dentre os jornais consultados nesse período, que ocupou todo o ano de 2014, ressaltamos: *Diário da Borborema* (1957-1987), *Jornal de Campina* (1952-1957) e *Semanário Oficial* (1957-1987).

Tendo a imprensa enquanto fonte basilar dessa pesquisa, haja vista a constituição desse meio de comunicação como o púlpito privilegiado pela intelectualidade na veiculação do discurso educacional, buscamos analisar a materialidade dos impressos, bem como os aspectos prosopográficos que evidenciassem as relações entre imprensa, política e educação na constituição do ensino superior em Campina Grande. Nesse momento, nos deparamos com a seção *Homens & Fatos*, assinada pelo professor José Lopes de Andrade e veiculada pelo jornal *Diário da Borborema* entre 1957 e 1968. Essa seção apresentava-se como importante espaço de debate das questões atinentes ao ensino superior. Foi a partir do contato com os escritos do professor José Lopes de Andrade que se realizou a primeira reconfiguração frente ao

⁴ A Biblioteca Átila Almeida abriga um acervo de impressos dos séculos XIX e XX. A coleção foi adquirida pelo governo do estado da Paraíba, no ano de 2003 e, no ano seguinte, foi transferida sua administração a UEPB. Proceder-se-á, mais adiante, a uma análise detalhada dos arquivos consultados ao longo da pesquisa.

trabalho inicial de pesquisa. Observávamos, assim, que o debate acerca da criação das escolas superiores em Campina Grande não consistia uma relação mecânica entre política e educação, mas um complexo quadro em que convergiam intelectuais, políticos e imprensa reivindicando a constituição de um conjunto de saberes voltados ao estudo dos problemas da região. É necessário destacar que esse momento nos levou a ampliar o recorte temporal, estendendo o plano diacrônico de nossas análises. Adentrávamos, assim, a década de 1950, buscando no movimento de “soerguimento cultural”⁵ do estado da Paraíba, levado a cabo durante o governo de José Américo de Almeida, as condições de possibilidade em que a fermentação do debate atinente ao ensino superior na cidade de Campina Grande ganhava seus contornos.

A problemática de Tese passa a ser reconfigurada tendo em vista o contato com as fontes e as discussões teórico-metodológicas levadas a cabo pelo Grupo de estudos em questão. Nesse processo, delineava-se uma perspectiva analítica mais ampla que apontava para a constituição de um amplo debate acerca da necessidade, identificada por alguns intelectuais da cidade de Campina Grande, de se instituir o que denominavam de um “novo conjunto de saberes” voltados ao estudo dos problemas da região. Essa perspectiva perpassava não apenas os jornais consultados, mas também a legislação perquirida⁶.

Desse modo, o debate travado pelos intelectuais alçava o ensino superior como instância capaz para o “advento” do “Novo Nordeste”. Ainda na década de 1950, o debate parece ser galvanizado pelas perspectivas do chamado “desequilíbrio regional”. Com a regionalização do espaço brasileiro, ocorrido na década de 1940, vai se delineando um amplo debate acerca do que a intelectualidade denominava como a instituição do “Novo Nordeste”. Balizada pela perspectiva dos “desequilíbrios regionais”, essa vertente reivindicava a produção de um conjunto de saberes voltados ao estudo dos problemas da região.

Frente a essa questão, permanecia ainda um problema, qual seja: o que a intelectualidade a frente desse movimento estava denominando de “problemas da

⁵ A expressão “soerguimento cultural” compõe o repertório de ideias presente na imprensa do período. Tratava-se da denominação atribuída por alguns intelectuais que escreviam na imprensa oficial do estado da Paraíba (jornal *A União*) frente às transformações socioculturais observadas no estado a partir da criação das primeiras escolas de ensino superior.

⁶ A legislação inicialmente consultada consistiu no Projeto de Lei que visava instituir a URNe, bem como no Parecer a esse Projeto e a respectiva Lei que criava a instituição.

região”? Essa pergunta inicial nos possibilitou adentrar as discussões veiculadas pela imprensa do período, permitindo-nos uma primeira aproximação com a problemática em voga. O entendimento inicial foi de que os chamados “problemas regionais”, constantemente aludidos pela intelectualidade em seus discursos, residiam na intrínseca relação estabelecida entre “Ciência e Técnica” e a instituição do chamado “Novo Nordeste”. O adjetivo “Novo” parece persuadir o público-leitor acerca do distanciamento com o Nordeste até então presente na problemática regionalista em voga, ou seja, o Nordeste das secas e das políticas emergenciais de contingenciamento.

Nesse processo, destacavam-se as contribuições de intelectuais como José Lopes de Andrade, que escrevendo o livro *Introdução à Sociologia das Secas*, em 1947, aludia ao caráter político que caracterizaria o “fenômeno” das secas. Simultaneamente ao debate acerca da regionalização do espaço geográfico brasileiro observa-se a emersão dos chamados “desequilíbrios regionais” que passam a ser concebidos enquanto entraves ao projeto de desenvolvimento nacional, bem como a elaboração de respostas e soluções que possibilitassem a superação daquela situação. Amplificando o debate, ressaltamos os escritos, embora de forma esparsa e não sistematizados através da produção de livros, do professor Edvaldo de Souza do Ó. Esse debate, travado através da imprensa, daí a importância dos impressos na operacionalização dessa pesquisa, se configurava mediante diversas linhas de frente: industrialização e ensino superior. Dentre as dimensões enfocadas nesse trabalho destacamos a dimensão educacional, que passa a ganhar densos contornos, mediante a relação estabelecida por essa intelectualidade entre educação e desenvolvimento.

Delineava-se, assim, um extenso debate que se pautava, em linhas gerais, na necessidade de se estabelecer um conjunto de saberes voltados às especificidades regionais. Esse discurso embasava-se nas dicotomias existentes no interior da própria região nordeste. Apropriando-se da historiografia regionalista então existente, esses intelectuais se contrapunham à concepção homogênea assente no conceito de “região”. Tratava-se de ressaltar a existência de dois “Nordestes”, quais sejam: o chamado “Nordeste exterior” – do Litoral e o “Nordeste Interior”, do Sertão (FREYRE, 2004; MENEZES, 1937). Evidenciando as peculiaridades desses “dois Nordeste”, José Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó, bem como outros intelectuais passam a defender a necessidade de se estabelecer um conjunto de saberes voltados àquele “outro Nordeste”, o chamado “Nordeste interior”. Esse conjunto de saberes possibilitaria, segundo a visão

dessa intelectualidade, alçar o Nordeste, mais especificamente “o outro Nordeste”, à condição de polo de desenvolvimento, assentado na perspectiva da Ciência e da Técnica.

Na esteira do projeto de reforma do ensino superior brasileiro, o binômio Ciência e Técnica consistia numa forma de se distanciar do que os intelectuais denominavam de perspectiva tradicional que caracterizaria o pensamento universitário brasileiro. A chamada perspectiva tradicional assentava-se na defesa da também chamada “Universidade Tradicional”, cujos pilares fundamentais consistiam na “missão da Universidade” em promover a chamada “cultura desinteressada”. Opondo-se a essa perspectiva, intelectuais como José Lopes de Andrade e Edvaldo de Souza do Ó passam a defender a chamada “Cultura Interessada”, baseada na Ciência e na Técnica, como forma de promover o estudo dos problemas da região.

Para tanto, far-se-ia necessário a “promoção de um saber funcional e adequadamente aplicado à solução dos numerosos problemas que a afligem [a “Região”], envés [sic] de um saber apenas brilhante ou de ilustração”⁷. A condição de possibilidade para atingir esse saber aplicado aos “problemas regionais” consistia no “abandono da velha tradição universitária brasileira, baseada no ‘canudo de Bacharel’” que deveria, segundo a ótica dessa intelectualidade, ser substituída por uma “tradição nova” em que o verdadeiro alvo a ser atingido pelo estudante fosse a “eficiência científico-tecnológica”, que lhe permitiria “atuar num sentido de inovação ou renovação da práxis, da experiência empírica nacional e regional”.

A instituição de uma Universidade “destinada” a “resolver” os chamados “problemas regionais” se configuraria mediante a produção de um saber específico, voltado às especificidades da própria região. Essa perspectiva se embasava na chamada “redução sociológica”, ou seja, far-se-ia preciso criticar a “aplicação das categorias de conhecimento transferidas de uma região para outra”. Essa perspectiva, assentada no referencial teórico do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, visava sair do pretensão “universal” como forma de se chegar ao “regional”, esta última “verdadeira” dimensão em que o pensamento científico deveria se debruçar, haja vista que, para essa

⁷ ANDRADE, José Lopes de. Universidade e “Canudo de Bacharel”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 02 de nov. de 1967a. Seção Homes & Fatos, p. 02.

intelectualidade, “aceitar qualquer transferência sem ‘reduzi-la’ à região para qual se transfere [seria] um procedimento abstruso e ‘démodé’, no mundo científico de hoje”⁸.

Observa-se, assim, a constituição de um debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Este “Novo Nordeste” encontraria na Ciência e Técnica a condição necessária para alçar suas ambições desenvolvimentistas, haja vista que para aqueles intelectuais “Não haveria desenvolvimento econômico e social sem antes ter havido desenvolvimento cultural, isto é, desenvolvimento científico e tecnológico, dado principalmente pela Universidade”⁹.

O nosso argumento de Tese consiste na ideia de que em consonância com a regionalização do espaço brasileiro – iniciada na década de 1940 com a divisão do Brasil em regiões geográficas - configurou-se um debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Esse debate caracteriza-se por algumas peculiaridades, quais sejam: a veiculação da ideia de que a “região” não consistia um todo homogêneo, evidenciando-se, assim, as especificidades desses dois Nordestes. Mediante essa constatação passa-se a focar a problemática dos chamados “desníveis regionais”, objetivando inserir o Nordeste, mais precisamente o que denominavam de “Nordeste Interior”, no projeto desenvolvimentista nacional. Essa inserção dar-se-ia mediante a apropriação da Ciência e da Técnica como elementos basilares na constituição do “Novo Nordeste”. Esse projeto encontraria no saber científico a própria condição de possibilidade de sua realização. Para tanto, tornava-se necessário a produção de um conjunto de saberes ditos funcionais, afastando-se da perspectiva denominada de “dileitante”, esta última identificada por essa intelectualidade como presente na ideia de que caberia à universidade promover a “cultura desinteressada”. Conforme a perspectiva defendida pelos intelectuais imbuídos das ideias desenvolvimentistas, a Universidade deveria promover a “Cultura interessada”, assentada na Ciência e na Técnica, como forma de “racionalizar” os recursos da “região”, de modo a inseri-la no âmbito do chamado “Novo Nordeste”.

O debate desenvolvimentista perpassou um conjunto de instituições e movimentos, como, por exemplo, a União Universitária Campinense, institucionalizada

⁸ ANDRADE, José Lopes de. Culto da inutilidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 16 de jun. de 1967b. Seção Homes & Fatos, p. 02.

⁹ ANDRADE, José Lopes de. Progresso Científico e Tecnológico. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 05 de dez. de 1958a. Seção Homes & Fatos, p. 02.

em 1952, mas que desde o final da década de 1940 congregava, ainda que de modo informal, estudantes da cidade de Campina Grande que cursavam Direito, Engenharia e Economia na Universidade de Pernambuco. Com a institucionalização da União Universitária Campinense adensava-se a discussão acerca da criação das primeiras escolas de ensino superior na cidade. É preciso salientar que o debate encetado na cidade, no início da década de 1950, não se faz de modo isolado. Pelo contrário, acreditamos que esse debate se amplifica na medida em que o chamado “soerguimento cultural” do estado da Paraíba, levado a cabo na gestão de José Américo de Almeida a frente do executivo estadual (1951-1956), vai instituindo as primeiras escolas de ensino superior na capital da Paraíba, João Pessoa. Abordado na perspectiva sincrônica, esse movimento nos permite apreender o debate intelectual então travado, bem como o delineamento do movimento que encabeçado por Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade, sendo este último chefe da Casa Civil no governo de José Américo de Almeida, reivindicava, já no início da década de 1950, a “necessidade de se trazerem as escolas superiores, para servir, não somente a Campina, como também a população de toda uma vasta zona, desprotegida, esquecida, dificultosa na sua vida e na equação de seus problemas”¹⁰.

Outra instituição que nos permite apreender a promoção do debate desenvolvimentista consiste na Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), instituída pela Lei Municipal Nº. 49, de 28 de dezembro de 1957, na gestão do prefeito Elpídeo de Almeida. A FUNDACT consistia num “Fórum Permanente de Debates”, encabeçado por intelectuais da cidade e que visava “agitar os assuntos de natureza científica e tecnológica”¹¹. Tratava-se de uma entidade, subsidiada pela prefeitura municipal de Campina Grande, cujos objetivos consistiam na coordenação, estímulo e assistência às pesquisas e trabalhos científicos, bem como no auxílio à manutenção e desenvolvimento de institutos de grau superior.

A FUNDACT promoveu, entre as décadas de 1950 e 1960, a realização de diversos seminários e conferências de intelectuais da cidade e de outras localidades, cujas temáticas variavam desde a abordagem de questões especificamente técnicas

¹⁰ SOUZA DO Ó, Edvaldo de. A criação das Escolas de Ensino Superior em Campina Grande. *Jornal de Campina*, Campina Grande, p. 05, 18 de ago. de 1952.

¹¹ ANDRADE, José Lopes de. Fórum Permanente de Debates. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 de abr. de 1958b. Seção Homes & Fatos, p. 02.

(sobre o ensino de Engenharia e a construção de açudes na região, por exemplo) até as interpretações das “causas do atraso crônico”¹² da região Nordeste, culminando, esta última, em uma pluralidade de interpretações, bem como em proposições diversas para alçar a “região” no âmbito do “Novo Nordeste”.

É importante salientar que a FUNDACT presidiu, juntamente com o então Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco e a SUDENE, uma Pesquisa Sócio Educacional que visava diagnosticar a “realidade educacional campinense”, no intuito de instituir uma universidade na cidade. Em meados da década de 1960, o debate acerca da criação de uma Universidade voltada ao estudo dos “problemas da região” adensa-se, sendo enviada, pelo prefeito de Campina Grande – Williams de Souza Arruda - Mensagem ao Legislativo Municipal, propondo a criação da URNe.

O Parecer ao Projeto de Lei Nº. 26/66, que propunha a criação da URNe, apontava que “o extraordinário surto de progresso de Campina Grande”, identificado por aquela intelectualidade como tendo ocorrido entre as décadas de 1930 e 1960, sofreria “inevitável estrangulamento” se o “setor cultural local”, que teria se atrasado em relação ao avanço comercial e industrial, não fosse “urgentemente desenvolvido em todas as suas potencialidades”¹³. Após ampla campanha levada a cabo por intelectuais e políticos da cidade, em 15 de março de 1966 seria instituída, através da Lei Nº. 23/66, a Universidade Regional do Nordeste, que já no seu artigo primeiro se proponha a atuar na “preparação, melhoria e multiplicação dos recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento da região Nordeste”¹⁴.

Como dito anteriormente, não percebemos esse processo mediante uma relação mecânica entre economia e educação. Trata-se, de acordo com o contato com as fontes de pesquisa e as interpretações elaboradas, da configuração de um debate que propunha

¹² MENOS de um ano depois do funcionamento daquela entidade... *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 de ago. de 1958, p. 03.

¹³ Entre as décadas de 1930 e 1960, a cidade de Campina Grande passa a exercer importante papel na economia nordestina. As atividades de beneficiamento e exportação do algodão, juntamente com o comércio passam a dinamizar a economia da cidade. Na década de 1960, com a política de incentivos fiscais, tem-se o verdadeiro “boom” na economia da cidade (LIMA, 2012). Em que pese a confusão dessa intelectualidade (constantemente o desenvolvimento industrial é tomado como sinônimo de “progresso”), o chamado “surto de progresso” a que se referem consiste na dinamização do setor comercial-industrial.

¹⁴ CAMPINA GRANDE/PB. Lei Municipal Nº. 23, de 15 de março de 1966. Cria a Universidade Regional do Nordeste e dá outras providências. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1966a.

a instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Essa hipótese subsidia nossas análises e delinea-se a partir de um conjunto de peculiaridades que convergem quanto à “necessidade” de instituição do que a intelectualidade denominava de um “novo saber”, exigido pelo desenvolvimento da região. Como exposto, essa interpretação se assentava na dicotomia identificada pelos intelectuais entre o “Nordeste exterior” e o “Nordeste Interior”, reivindicando, através da perspectiva da “redução sociológica”, a “aplicação” do saber científico à interpretação dos “problemas da região”.

Antes de prosseguirmos com a exposição dos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam nossa pesquisa faremos uma breve incursão rumo às produções existentes sobre a história das instituições de ensino superior. Malgrado a ilusão da página em branco, todo trabalho se insere dentro de uma tradição de pesquisa. Esta tradição constitui a própria moeda fiduciária que avaliza (e permite) as nossas investigações. Deste modo, consultamos os bancos de dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Educação e História, no intuito de observarmos as produções sobre a temática “história das instituições de ensino superior” desenvolvidas até este momento.

QUADRO I- Dissertações e teses que abordam a história e/ou aspectos de instituições de ensino superior

Autor	Título	Programa de Pós-graduação/Universidade	Data/defesa
ALVES, Miriam Fábria	FACULDADE DE DIREITO: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás	PPGE/UFG	2000
ANDRADE, Romerino de Souza.	Faculdade de Medicina: Corpo, modernidade e sensibilidade em Campina Grande (1960-1970)	PPGH/UFCG	2012
BARREIRO FILHO, Roberto Coelho	Igreja, Estado e Universidade- estudo de caso da PUC-SP. 50 anos. 1946-1996	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP	1999
BONTEMPI JÚNIOR, Bruno.	A cadeira de história e filosofia da educação da USP entre os anos	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP	2001

	40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa		
CASALI, Alipio Marcio Dias	Universidade católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da igreja	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação-PUC-SP	1989
CELESTE FILHO, Macioniro	A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação-PUC-SP	2006
FERNANDES, Manuel José Pina	URCA: Reminiscências e Rememoração de um processo de criação	PPGE/UFPB	2013
FERREIRA, Cristiano Lucas	A UEG no olho do furacão: o processo de criação, estruturação da Universidade Estadual de Goiás	PPGE/UFG	2006
LIMA, Eloi José da Silva	A criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica	PPGE/UNICAMP	2013
MARQUES, Maria Inês Correa	UFBA na memória: 1946-2006	PPGE/UFPBA	2006
MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito	Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia	PPGE/UFPBA	2004
SANTOS, Alexsandro do Nascimento	Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L (1962-1969)	PPGE/USP	2015
SANTOS, Ana Maria Fontes dos	Uma aventura no Sertão Baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana	PPGE/UFBA	2011
SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980)	PPGED/UFU	2007
SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de	Escola Politécnica e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo 1993-1933	Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação-PUC-SP	2006
VAIDERGORN, Jose	As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e	PPGE/UNICAMP	1995

	Letras-Institutos Isolados de Ensino superior do Estado de São Paulo – 1957-1964: alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo		
VASSELAI, Conrado	As Universidades confessionais no ensino superior: identidades, contradições e desafios	PPGE/UNICAMP	2001

Durante a revisão da literatura também consultamos o portal de periódicos da CAPES. Afinal, a produção de trabalhos sobre a história das instituições de ensino superior pode resultar de investigações que não necessariamente foram frutos de pesquisas de mestrado e doutorado. Desse modo, realizamos um levantamento com base em algumas palavras chaves, como *faculdades*, *universidades*, *ensino superior*, *história das instituições de ensino superior*, etc. O levantamento realizado aponta para a publicação dos seguintes trabalhos:

QUADRO II- artigos sobre a história e/ou aspectos de instituições de ensino publicados em periódicos

Autor	Título do artigo	Revista	Data/publicação
BONTEMPI JÚNIOR, Bruno	Escola Politécnica de São Paulo: produção da memória e da identidade social dos engenheiros paulistas	Revista Brasileira de História da Educação, Vol. 19(46), p. 223-242	2015
CANTERLE, Nilsa Maria	O ensino superior no sudoeste do Paraná: origem e trajetória de transformação da FACIBEL	Revista Emancipação, Vol. 11(2), p. 153-173	2011
MENDONÇA, Ana Waleska P.C	A universidade no Brasil	Revista Brasileira de Educação, p. 131-150	2000
PRONKO, Marcela Alejandra	Crônica de um fracasso: uma história de criação de Universidades do Trabalho no Brasil	Educação & Sociedade, Vol. 20(66), p. 84-103	1999

Além de consultarmos o portal de periódicos da CAPES também realizamos buscas nos anais das nove edições do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE). Este evento, organizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), vem sendo realizado bianualmente desde o ano 2000 e reúne professores, alunos e pesquisadores que desenvolvem atividades de ensino e pesquisa na área de História da Educação. Desse modo, a consulta aos anais desses eventos mostrou-se profícuo exercício para escrutinarmos as produções sobre a história das instituições de ensino superior já publicadas nos CBHE's.

QUADRO III- artigos sobre a história e/ou aspectos de instituições de ensino publicados nos anais dos CBHEs

Autor	Título	Edição do evento	Data
ALEIXO, Ramon de Alcântara Aleixo	Intelectuais, política e educação: a institucionalização da Universidade Regional do Nordeste	VIII CBHE	2015
ALEIXO, Ramon de Alcântara Aleixo	Os intelectuais e o debate desenvolvimentista na instituição da Universidade Regional do Nordeste: o ensino superior e a configuração do “Novo Nordeste”	IX CBHE	2017
AZEVEDO, Denilson Santos de	A história da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) do Estado de Minas Gerais e as origens da Universidade Federal de Viçosa	IV CBHE	2006
BONTEMPI JÚNIOR, Bruno	Escola Politécnica de São Paulo: produção da memória e identidades dos engenheiros paulistas	IV CBHE	2006
BONTEMPI JÚNIOR, Bruno	Universidade de São Paulo: da comunhão ao conflito das elites	IX CBHE	2017
BRETAS, Silvana Aparecida	A política de federalização dos estabelecimentos de ensino e a criação da Universidade Federal	V CBHE	2008

	de Sergipe (1950-1970): uma contribuição ao debate histórico		
COSTA, Maria Antônia Teixeira da	História e Memória da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1969-2006)	V CBHE	2008
GONÇALVES, Mauro Castilho	A organização do ensino superior paulista: uma análise dos discursos e conferências do Governador Abreu Sodré (1967-1971)	VII CBHE	2013
MAIA, Ana Beatriz Feltran	A universidade nas “Notas e Informações” de O Estado de São Paulo (1947-1962): a militância uspiana de Laerte Ramos de Carvalho	VII CBHE	2013
NICOLA, Adriara	História do Ensino Superior no município de Poços de Caldas	III CBHE	2004
NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhaes	História da Universidade Estadual do Piauí: origem e extensão	VII CBHE	2013
LOPES, Silvana Fernandes	O processo de expansão do ensino superior no interior do estado de São Paulo nas décadas de 50 e 60: o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto	VI CBHE	2011
OTRANTO, Celia Regina	Raízes históricas da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1910-1934	I CBHE	2000
OTRANTO, Celia Regina	Memória da Universidade Rural/Universidade Rural do Brasil: 1960-1964	II CBHE	2002
PRONKO, Marcela	As Universidades do Trabalho na História da Educação Brasileira: uma reflexão historiográfica	I CBHE	2000
SANTOS, Alexsandro do nascimento	A Reforma Universitária, a reestruturação da USP e a composição do quadro docente da Faculdade de Educação (1969-1974): conflitos,	VIII CBHE	2015

	consensos e arranjos intelectuais		

Por fim, enfatizamos as produções já existentes sobre a URNe, dentre as quais destacamos o trabalho de mestrado intitulado *A Universidade Regional do Nordeste e a Comunidade Campinense (1966-1976)*, de autoria de Vieira (1979); o livro escrito por Souza do Ó (1986), *História da Universidade Regional do Nordeste*, publicado na ocasião das comemorações dos vinte anos da URNe e, por fim, destacamos o livro escrito por Melo (1992), intitulado *Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba (1966-1991)*. Tais produções englobam desde uma abordagem administrativa da URNe, enfatizando o que os autores consideram como marcos na história da instituição até estudos que se voltam para as questões socioeducacionais em que o debate sobre a Universidade Regional do Nordeste se insere.

Representando a abordagem administrativa da história da URNe destacamos o estudo empreendido por SOUZA DO Ó (1986); Este trabalho objetiva “recuperar” a memória dessa universidade, na ocasião da comemoração dos seus vinte anos de fundação. Dessa forma, o autor se atribui à “missão” de “mostrar às gerações mais jovens, como e porquê surgiu essa Instituição, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do ensino superior em Campina Grande” (SOUZA DO Ó, 1986, p. 05). Trata-se de uma abordagem em termos político-administrativos, na qual o autor compila alguns documentos daquela universidade. O estudo de Melo (1992) também se insere dentro de uma abordagem em termos burocráticos da instituição. É enfatizado, nesse livro, o debate sobre a estadualização da URNe, ocorrido em meados da década de 1980, adentrando, assim, a história da UEPB, instituição que é considerada pelo autor como sucedânea da URNe. No plano dos estudos produzidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, destacamos o trabalho de Viera (1979). Em seu trabalho, Vieira (1979) objetiva problematizar a URNe como resultado do que denomina de “política comunitária de Campina Grande” na “luta” por uma “posição hegemônica” no contexto socioeconômico e cultural da Paraíba. O autor destaca a mobilização da sociedade campinense, no intuito de dotar a cidade de uma universidade, se debruçando, também, sobre os desafios que se erigiam para a instituição no momento de produção do trabalho (1979).

Após a realização desses levantamentos constatamos que, apesar de se constituírem importantes pesquisas para o campo da História da Educação, esses trabalhos não contemplavam a problemática do desenvolvimento (nacional e/ou regional) no concerto do ensino superior. Esse aspecto, obviamente, não diminui a importância desses trabalhos. Afinal, eles oferecem respostas a importantes questões que abrangem a temática da história das instituições do ensino superior. Diante da ausência de trabalhos sobre o desenvolvimento nacional e/ou regional no concerto do ensino superior, a nossa pesquisa visa preencher esta lacuna existente. Deste modo, nos propomos escrutinar os debates (e embates!) que entre as décadas de 1950 e 1960 advogavam a instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. O projeto de desenvolvimento regional no concerto do ensino superior acabou encontrando guarida na pauta dos intelectuais da cidade de Campina Grande que, através da URNe, visavam produzir um “conjunto de saberes” voltados ao estudos dos “problemas do nordeste” e a consequente promoção do desenvolvimento dessa região.

Feita essa breve introdução nos debruçaremos sobre os aportes teóricos e metodológicos que subsidiarão as nossas reflexões. Desse modo, a presente pesquisa se situa na intersecção entre a história intelectual e a história dos intelectuais. A história Intelectual, na medida em que visa apreender o pensamento (sistematizado ou mais esparso) e os climas de opiniões que configuram um dado momento conjuntural, nos auxilia a pensar a tessitura do debate educacional a que aludimos. Já enquanto ferramenta de análise teórico-metodológica nos apropriaremos das contribuições do Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner (1996, 1999, 2005) e John Pocock (2003). Busca-se problematizar os textos produzidos por esses intelectuais enquanto “enunciado”, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores e modos de classificação que justificam a intervenção no debate político.

1.1- A História da Educação, a História Intelectual e a História dos intelectuais: uma primeira aproximação

Problematizar as relações e possíveis diálogos entre a História da Educação, a História Intelectual e a História dos Intelectuais requer uma aproximação com a

constituição diacrônica dos respectivos campos. Esse movimento mostra-se fulcral para compreendermos a conformação histórica de cada uma dessas áreas, vislumbrando possibilidades de diálogo entre elas. Desse modo, nos apropriamos das reflexões tecidas por Vieira (2015), no intuito de nos debruçarmos sobre a constituição da história da educação enquanto disciplina, observando as tradições intelectuais que a estruturaram. Este exercício conceitual nos possibilitará analisar os impactos e, conseqüentemente, os limites e potencialidades que a conformação da história da educação enquanto disciplina ainda repercute no momento presente.

A constituição da História da Educação enquanto campo disciplinar, em meados do século XIX, é caracterizada pela aproximação com a tradição filosófica, configurando certa peculiaridade a essa escrita da História da Educação. Esse primeiro momento, que marca o surgimento da História da Educação como campo específico, é caracterizado por Vieira (2015) a partir da estruturação de um conjunto de obras e autores consagrados, mediante o contato indireto com as fontes de pesquisa. A escrita da história da educação se caracterizava, naquele momento, por uma aproximação com a análise das ideias, mediante a corrente textualista. Tratava-se de uma abordagem dos sistemas de pensamento que conformam o campo educacional, desconsiderando, ou pondo em segundo plano, o contato com as fontes de pesquisa, bem como as considerações das relações entre os textos analisados e o contexto sociocultural mais amplo. A abordagem textualista imprimiu, portanto, uma concepção da história da educação fechada sobre si mesma, recaindo em uma série de anacronismos. Na crítica elaborada pela escola analista, essa abordagem das ideias se caracterizaria por sua perspectiva “desencarnada”. As ideias pedagógicas são tomadas e tratadas enquanto entidades metafísicas que pairam sobre o plano sublunar, conformando os sistemas de pensamento e as correntes de opiniões. Essa perspectiva se consubstanciou na produção de diversos manuais de História da Educação, contribuindo para a disseminação da História das Ideias Pedagógicas.

Entretanto, no último quartel do século XX a História da Educação passou a ser alvo de perspectivas revisionistas que visavam renovar as abordagens e métodos de pesquisa neste campo. Em face desse cenário se configura um distanciamento em relação à perspectiva assentada na abordagem textualista do campo educacional. Se por um lado as renovações teórico-metodológicas possibilitaram a emersão de novas fontes, temáticas e metodologias de pesquisa, por outro acabaram produzindo certo consenso

acerca da interdição das “ideias”, a partir de então prevalentemente associadas à perspectiva de uma “história das ideias desencarnadas”.

Analisando esse processo, Vieira (2015) indaga acerca das possíveis relações entre a subsunção da abordagem das ideias educacionais e o triunfo das perspectivas que entendiam que a renovação conceitual e metodológica se faria somente a partir da interdição das ideias no âmbito da pesquisa em história da educação. O autor nos apresenta, assim, a dois movimentos que teriam se configurado mediante a constatação da necessidade de renovar a prática de pesquisa em História da Educação. Um primeiro entendimento consistiria no distanciamento progressivo das ideias, associadas constantemente à perspectiva da “história das ideias desencarnadas”. As categorias de “práticas” e “representações sociais”, bem como a problemática das culturas escolares, memórias, leitura e escrita, cultura material, espaço e tempo escolar consistiriam na renovação que se verificou no campo da pesquisa em História da Educação no Brasil, a partir da década de 1980.

Um entendimento diferente dessa questão possibilitaria o retorno das “ideias” à pesquisa histórico educacional. Tratava-se não mais da abordagem das “ideias desencarnadas”, apartadas do contexto sociocultural que as conformaram, mas de uma nova história das ideias identificada com as perspectivas da História Intelectual. O diálogo com a história política, a sociologia, a linguística, dentre outras áreas do conhecimento consistiria na própria condição de possibilidade de uma História Intelectual voltada a apreender os sistemas de pensamento, as correntes de opiniões que conformam o debate educacional. É precisamente no cerne desse segundo entendimento que a nossa pesquisa se situa. O objetivo do nosso estudo consiste em compreender os debates (e embates!) que, entre as décadas de 1950 e 1960, advogavam a instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Para tanto faz-se necessário um constante diálogo com a história intelectual no sentido de restituir as ideias aos seus contextos de enunciação, apreendendo, por conseguinte, o fluxo dessa própria ideia que visava, na ótica da intelectualidade aqui estudada, estabelecer um conjunto de saberes voltados ao estudo dos “problemas da região”. Esse diálogo não pode ser feito sem a interconexão da história intelectual e a história dos intelectuais, tensionando as ideias com os seus agentes de produção e circulação.

Para tanto, delimitaremos os contornos, ainda que imprecisos e fluídos, que caracterizam a chamada História Intelectual. Praticada nos Estados Unidos sob a perspectiva da *Intellectual History*, esta forma de abordar as ideias se debruça sobre os aspectos linguísticos que caracterizam determinada obra e/ou corrente de pensamento. Já na França, a *Histoire Intellectuelle* tem por objetivo apreender historicamente o discurso dos intelectuais, mediante o tensionamento das perspectivas internas e externas (SILVA, 2002). Darton (1990), por sua vez, classifica esse campo de estudo a partir de quatro categorias principais: a *história das ideias* propriamente dita, voltada para o estudo do pensamento sistematizado; a *história intelectual*, compreendida a partir do estudo do pensamento informal, dos climas de opiniões e movimentos literários; a *história social das ideias*, na perspectiva do estudo das ideologias e difusão de ideias e a *história cultural*, voltada à abordagem antropológica da cultura, incluindo-se aí, as chamadas mentalidades coletivas.

Observa-se, assim, que estamos diante de definições plurais, estabelecidas mediante as especificidades do contexto intelectual em que cada corrente se constituiu. Frente a esse cenário de imprecisão conceitual, Silva (2002) propõe estabelecer algumas constatações que visam delinear os contornos da História Intelectual. Uma primeira constatação reside no caráter pluridisciplinar que caracteriza a História das Ideias. Esse domínio de pesquisa se situa na intersecção de diferentes disciplinas como a História, Filosofia, Sociologia e Linguística. Nesse ínterim, a História Intelectual visa dois eixos de análise: de um lado, perscrutar o funcionamento de uma sociedade intelectual (mediante o conceito de campo de Pierre Bourdieu), ou seja, as práticas, estratégias e *habitus* que conformam o campo intelectual; por outro lado, visa apreender as características de um dado momento conjuntural que impõem visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação, modalidades específicas de pensar e agir por parte dos intelectuais. Nessa ótica, a história intelectual deve levar em consideração “a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos” (SILVA, 2002, p. 12).

A segunda observação consiste nos procedimentos analíticos que visam tensionar as abordagens internas (discurso) e externas (“campo”, contextos e conjuntura) da obra ou dos climas de opiniões que visamos apreender. A história intelectual situa-se, assim, na intersecção entre o texto e o contexto, considerando as

ideias em relação à formação social e cultural de seu autor. Outra constatação, inferida por Silva (2002), consiste na função da própria história intelectual, qual seja: restituir as ideias, situando-as em seus contextos (intelectual e histórico) de produção e circulação.

Uma quarta elucidação feita pela autora consiste na especificidade da própria história intelectual. Esta difere, portanto, da tradicional história das ideias, voltada para a crônica de ideias e justaposição cronológica de textos políticos ou filosóficos. Nesse cenário, nos apropriamos da História intelectual na perspectiva que visa inseri-la na abordagem de textos mais abrangentes, ampliando o seu espectro de abordagem, durante muito tempo assentado no estudo do pensamento sistematizado. Distanciando-se da “tradicional história das ideias”, a história intelectual visa apreender as “crenças não articuladas, as opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das ideias formalizadas” (FALCON, 1997, p. 93).

Assim sendo, nos apropriamos das ideias no tensionamento entre as abordagens internas e externas, perscrutando tanto as correntes de opiniões como o contexto intelectual em que essas ideias circularam. Essa perspectiva se situa na antípoda a uma abordagem demasiado estática da própria noção de “ideia” que durante muito tempo caracterizou – e ainda se faz presente – nas abordagens em história das ideias. Trata-se, segundo a perspectiva da história intelectual, de abordarmos as ideias nos seus respectivos contextos de enunciação, atentando ao caráter performático que caracteriza os chamados atos de fala. Essa perspectiva, denominada de contextualista é representada pela chamada Escola De Cambridge que, reunindo nomes como John Dunn, J. Pocock e Quentin Skinner, tem renovado as abordagens teórico-metodológicas da história intelectual.

Observamos, assim, que a recusa em abordar as “ideias” (seja enquanto pensamento sistematizado ou na perspectiva mais ampla que engloba as correntes de opiniões) já não encontra mais uma justificativa plausível na oficina historiográfica. As ideias se encontram epistemológica e metodologicamente habilitadas, possibilitando ao historiador perscrutar as correntes que as conformam. Neste estudo, nos apropriamos da história intelectual, tensionando-a com a história dos intelectuais, com o fito de restituir as “ideias” que configuram a instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Essa perspectiva analítica nos possibilita, na senda trilhada por Vieira (2015), uma abordagem do discurso educacional mediante a sua estruturação

(morfologia), funcionamento (retórica), bem como nos usos sociais que cercam a sua apropriação.

Frente a esse cenário, situamos nossa pesquisa na tensão entre a história intelectual e a história dos intelectuais. Objetivamos, por um lado, perscrutar as “ideias” que configuram o debate educacional aludido e, do outro lado, situar essas ideias nos contextos de enunciação, ressaltando os seus agentes produtores e disseminadores. No que concerne à história dos intelectuais, balizaremos nossas análises pelas perspectivas histórico-sociológicas que visam escrutinar as “redes de sociabilidade” que configuram o campo intelectual. No que versa à história intelectual, nos apropriaremos do contextualismo linguístico de Quentin Skinner, visando restituir as ideias aos seus contextos de enunciação, nos apoiando, para tanto, na perspectiva teórico-metodológica elaborada pelos chamados contextualistas de Cambridge. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o aparato metodológico que fundamenta esta pesquisa faremos uma breve incursão sobre a história dos intelectuais e as categorias que subsidiam a abordagem histórica e sociológica desse grupo.

1.1.1- A História dos Intelectuais e a pesquisa em História da Educação: perspectivas para uma abordagem histórica dos intelectuais

Não se compreende mais o intelectual isolado dos problemas gerais de sua sociedade, vivendo egoisticamente seu próprio sonho de homem superior [...] Seja o romancista, seja o poeta, seja o homem de estudo, seja o filósofo imerso nas profundas elucubrações – o intelectual moderno, o homem de letras da atualidade é um ser “situado” como qualquer outro. E mais do que o homem comum, sente ele a pressão dos problemas de seu tempo e a necessidade de resolvê-los (ANDRADE, 1958c, p. 02).

O trecho supracitado, extraído da seção assinada pelo professor José Lopes de Andrade¹⁵, evidencia certa concepção do papel que deveria ser assumido pela

¹⁵ ANDRADE, José Lopes de. O Intelectual e a Sociedade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de agosto de 1958c. Seção Homens & Fatos, p. 02.

intelectualidade na conjuntura histórico-educacional das décadas de 1950 e 1960. Nesse contexto, a representação do intelectual encontra na ideia do engajamento na dinâmica da cidade a sua condição máxima. Parecia que o tempo do diletantismo havia passado e era chegada a hora da defesa de uma cultura interessada. Para a intelectualidade campinense, a ciência e técnica consistiam no binômio capaz de retirar o Nordeste da situação de “atraso crônico”, instituindo-o no que a linguagem do período denominou de “Novo Nordeste”. Nesse projeto, os intelectuais eram chamados a participar enquanto agentes capazes de “despertar” na sociedade campinense a importância do ensino superior, mediante as premissas de uma cultura assentada na ciência e na técnica, auxiliando na configuração de um outro, um “novo” Nordeste. Afinal, ainda segundo o autor desta seção, nesse mesmo texto, seria “através do intelectual e da sua capacidade de criar, esquematizar e propagar ideias que a rotina das coisas [seria] quebrada, que os novos métodos [seriam] inventados e postos a funcionar, que o velho mundo em que vivemos se tem, constantemente, renovado”¹⁶.

Partimos dessa citação no intuito de nos debruçarmos sobre as representações que ao longo da história foram atribuídas à figura do intelectual, bem como as relações deste agente histórico com a política e a educação. Nesse cenário, faz-se necessário perscrutarmos a historicidade do termo intelectual, atentando às mutações de significados a ele atribuídos na sucessão diacrônica. Esse exercício torna-se fulcral na medida em que nos permite situar os feixes de relações que perpassam a trama dos intelectuais e educação, objetivando construir um percurso teórico que nos permita perquirir as redes de sociabilidade, os itinerários de formação e atuação, adentrando, por conseguinte, a “lógica dos lugares” que configuram o campo de atuação intelectual.

Considerado uma especificidade da França, o termo intelectual desponta no cenário deste país em fins do século XIX e início do XX. Em princípio, muito mais ligado à adjetivação (geralmente em tom pejorativo) dos escritores que diante da acusação de espionagem atribuída ao oficial francês de origem judia (Alfred Dreyfus), se posicionaram na defesa dos “direitos universais”, assinando um manifesto, no qual pediam a revisão do processo (SILVA, 2002).

¹⁶ ANDRADE, José Lopes de. O Intelectual e a Sociedade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de agosto de 1958c. Seção Homens & Fatos, p. 02.

Percebe-se, assim, que na cultura francesa a origem do termo está ligada mais a uma adjetivação do que ao seu uso enquanto substantivo: “o”, “um” intelectual. Silva (2002) atribui às repercussões do chamado *affaire Dreyfus* a sedimentação da ideia de intelectual, o que fez com que este grupo chegasse a constituir um seguimento distinto, com atribuições diversas, geralmente circunscritas ao envolvimento (ou não) com as questões da chamada “Cidade dos homens”. É nesse contexto que se definem, ainda segundo a autora, as representações do intelectual, bem como algumas formas de intervenção tal como as concebemos hoje. Defendendo os princípios da verdade e da justiça, o intelectual seria chamado a intervir nos debates da sociedade. Essa intervenção quase sempre se faz em nome dos valores universais e tem no Manifesto o formato privilegiado de intervenção/atuação. Esse posicionamento, no cerne da cultura política francesa do final do século XIX e início do XX, engendrou a divisão entre “intelectuais de esquerda” (defensores dos “valores universais”) *versus* “intelectuais de direita” (que advogavam nas causas nacionais).

Debruçando-se sobre as sociedades russa e italiana, Bobbio (1997) identifica no termo *intelligentsia* o equivalente ao intelectual francês. A expressão *intelligentsia* passou a denominar o seguimento de escritores que na chamada Rússia Pré-revolucionária passaram a criticar a autocracia czarista, contribuindo para a sua posterior implosão. Constituindo-se enquanto críticos do poder estabelecido, o termo passou a ser utilizado enquanto sinônimo de antagonistas do poder. Atuando na denúncia dos modelos coercitivos de poder, este grupo militaria na oposição a todas as formas de coerção. Em face da “opressão” do poder, a *intelligentsia* propunha o “domínio das ideias”.

Observa-se, assim, que tanto no cenário francês, russo ou italiano a origem do termo intelectual e a sua constituição enquanto grupo dotado de características peculiares vai se sedimentando na transição do século XIX e início do XX, assumindo diversas representações. Essas representações, muitas vezes conflitantes, perpassam a relação estabelecida entre intelectuais e o poder, mais especificamente o poder político.

Uma primeira abordagem, presente de forma hegemônica no cenário anterior à Primeira Guerra Mundial, concebe a relação entre intelectuais e política a partir de uma perspectiva antagônica. Na medida em que os intelectuais são considerados depositários do saber, torna-se problemática as suas relações com a política, com as chamadas

paixões terrenas, uma vez que, devendo anunciar a verdade, o envolvimento destes com as querelas políticas os levariam a tomar o saber enquanto mitificações. Essa perspectiva concitou diversos autores a “denunciarem” a “corrupção” dos intelectuais que teriam se “vergado” aos encantos do poder. Exemplo clássico dessa perspectiva, pode ser citado o livro de Julien Benda, *A Traição dos Clérigos*. Escrito no cenário marcado pela efervescência do entreguerras, Benda denuncia a “traição” dos intelectuais/clérigos que estariam cada vez mais servindo às paixões terrenas. Nesse caso, as paixões denunciadas por Benda consistiam na mobilização de diversos intelectuais em prol das diversas ideologias que agitavam o período entreguerras (BOBBIO, 1997).

Se Benda denunciava a “traição” dos intelectuais que aderiram às causas terrenas, Karl Mannheim, escrevendo no mesmo período, atribui a estes a elaboração de “sínteses das ideologias”. Tendo em vista que os intelectuais, para Mannheim, não constituíam uma classe no sentido próprio do termo, mas uma camada formada por indivíduos provenientes das classes mais diversas, e não estando ligados diretamente a nenhuma delas seriam, portanto, “independentes”. Dessa forma, estariam aptos a elaborar a chamada “síntese das ideologias”.

A ascensão dos regimes totalitários engendrou outras representações dos intelectuais, bem como dos papéis a eles atribuídos. Se o contexto da Primeira Guerra forjou a representação do intelectual diletante, que não deveria se envolver com os problemas da chamada Cidade dos Homens, visto que o seu reino não seria deste mundo, os tensionamentos do entreguerras possibilitaram o delineamento do intelectual engajado. Não mais alheio às questões do plano sublunar, caberia ao intelectual, interpretar os problemas da sociedade e guiar a massa, orientando-a na senda da “revolução”. Para tanto, o intelectual deveria descer da chamada Torre de Marfim e escolher um lado, lado este representado pela figura do Partido político. A tese do intelectual orgânico de Antônio Gramsci caracteriza essa segunda perspectiva em que se insere a reconfiguração da ideia de intelectual. Ainda de acordo com a perspectiva gramsciana, a classe revolucionária necessitaria formar seus próprios intelectuais orgânicos. Todavia, estes deveriam diferir dos intelectuais das chamadas classes tradicionais. Como político, o intelectual orgânico deveria ter no Partido (operário) o seu locus de atuação, sendo a sua tarefa a “reforma intelectual e moral” da sociedade (BOBBIO, 1997).

Como vimos observando as diversas representações atribuídas à figura do intelectual estão sujeitas às reconfigurações espaço-temporais. No eixo da sucessão diacrônica, a figura do intelectual se modifica, imprimindo diversas atribuições a esses sujeitos. Todavia, faz-se necessário delimitarmos, nesse exercício conceitual, os contornos, ainda que fluidos, que nos permitam caracterizar e, por conseguinte, cartografar os intelectuais em meio aos debates que visavam, mediante as contribuições do ensino superior, inserir o nordeste na perspectiva do “Novo Nordeste”. Se a origem da expressão, como vimos, está ligada a uma adjetivação, devemos orientar as nossas reflexões valendo-nos dos aspectos valorativos que configuram o campo ressaltando, assim, as disputas que secretam esses espaços.

Deste modo, nos apropriamos do arcabouço conceitual elaborado por Sirinelli (1996, 1998a, 1998b) com o fito de perscrutarmos o caráter polissêmico que perpassa noção de intelectual, bem como o aspecto polimorfo que caracteriza esse meio. Baseando-se nas mutações que a própria noção de intelectual sofreu no cenário francês, este autor nos sugere uma abordagem assentada na perspectiva de uma “geometria variável”, baseada em invariantes. Essa perspectiva de se abordar o intelectual pode resultar em duas acepções sobre este agente histórico: uma ampla e sociocultural (englobando os criadores e os mediadores culturais) e outra de caráter mais restrito, baseando-se na noção de engajamento.

Concebendo os mediadores culturais enquanto intelectuais, podemos inserir na categoria intelectual todos aqueles que, mesmo não possuindo grande projeção no campo, exercem uma função de despertadores culturais, atuando enquanto transmissores e amplificadores de cultura. Essa abordagem é considerada de suma importância, na medida em que nos possibilita perscrutar as “genealogias de influências”, permitindo ao pesquisador apreender os percursos dos intelectuais, identificando os chamados campos magnéticos que os atraem.

Numa acepção mais restrita, baseada na ideia de engajamento, à categoria dos intelectuais se credenciarão os atores que estão diretamente ligados aos debates da cidade, intervindo nas mais variadas “causas”, intervenção esta legitimada pela projeção que possuem no interior de uma dada comunidade. Essa intervenção tem no manifesto a forma principal de expressão. Ao longo da história, o Manifesto se constituiu no

principal gênero de atuação dos intelectuais, servindo como instrumento de denúncia, crítica e como programa das intervenções propostas.

Conforme podemos observar, Sirinelli (1996, 1998^a, 1998b) nos propõe duas perspectivas de conceituar a categoria intelectual. Antes de considerá-las antagônicas, o autor sugere que partamos da acepção mais ampla do termo, fechando, em determinado momento, as lentes analíticas. Seguiremos aqui esta orientação, haja vista a pluralidade de sujeitos e as suas diversas formas de atuação.

Dessa forma, em um primeiro momento enfocaremos uma dimensão mais ampla do termo intelectual, incluindo todos aqueles que atuaram enquanto mediadores culturais, fomentando o “clima” de “soerguimento cultural” que se delineava na Paraíba e em Campina Grande ao longo da década de 1950. A essa primeira definição, enfocaremos o grupo reunido em torno da União Universitária Campinense, institucionalizada em 1952. Ao perquirir a lista de filiações, verifica-se que nem todos tomaram a frente da chamada “causa do ensino superior”. Todavia, faz-se necessário considerá-los enquanto amplificadores do debate educacional na cidade. Incluem-se, nessa lista, estudantes universitários e secundaristas, que tendo em comum o fato de realizarem seus estudos na cidade de Recife, frequentaram os mesmos espaços de sociabilidade e, muito provavelmente, entraram em contato com as mesmas discussões políticas, literárias e científicas.

No segundo momento, nos apropriaremos da concepção mais restrita da categoria intelectual. Assim, traremos ao plano analítico os sujeitos que, utilizando-se do trânsito na imprensa da cidade e do estado, bem como do capital simbólico adquirido mediante a posse de um capital cultural legitimado intervieram na dinâmica da cidade através de Manifestos, Conferências, dentre outras formas de atuação. Nesse plano mais restrito, ressaltamos a figura de Edvaldo de Souza do Ó, José Lopes de Andrade e Williams de Souza Arruda, bem como de outros intelectuais que estiveram à frente da FUNDACT e, posteriormente, da URNe.

Definida a concepção de intelectual em que o nosso estudo se fundamenta, nos debruçaremos sobre os suportes teóricos que nos permitirão perquirir a atuação desses sujeitos. Desse modo, nos apropriaremos da noção tríplice de “itinerário, geração e sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, 1998a, 1998b) como forma de perscrutarmos a história dos intelectuais.

Apreender a dinâmica do campo intelectual mediante a noção de itinerário nos possibilita delinear as cartografias que configuram os diversos eixos de engajamento intelectual. Essa categoria consiste em elucidar as diversas posições que um determinado intelectual vai ocupando, evidenciando os espaços de formação, as solidariedades forjadas, elementos que conformam o percurso do intelectual. Todavia, a apropriação dessa noção deve fazer-se com o cuidado de evitar a ilusão do olhar retrospectivo. Ao apropriar-se desta categoria, o pesquisador deve ir além da simples menção à sucessão de lugares ocupados por esses sujeitos, seja no espaço de formação escolar, ou observando outros campos de atuação, tais como associações, grupos, dentre outros. É preciso indagar como foi se constituindo o intelectual em cada momento, em cada experiência, evitando abordar a questão sob a ilusão do predeterminado, como se todas as posições por ele ocupadas já estivessem postas desde sempre. Para tanto, a noção de itinerários deve ser apropriada com o objetivo de desvelar os elementos do contexto histórico no qual o intelectual se situa, perscrutando as afinidades, aproximações e afastamentos que vão conformando a história do sujeito, pois, conforme pontua Alves (2012):

Construir itinerários é afinar a capacidade de observação para elementos do contexto histórico que se traduzem em vivências cotidianas, que marcam a sensibilidade, as escolhas, as afinidades, as aproximações e os deslocamentos que conformam o desempenho da trajetória do intelectual. Nessa trajetória ele é tomado como indivíduo inserido em múltiplas dimensões espaço-temporais (ALVES, 2012, p. 116).

Dentre outras dimensões que devem ser analisadas, Sirinelli (1996, 1998a, 1998b) nos chama atenção para a formação escolar, a família e o espaço social de origem, bem como diversas associações e grupos que atuam forjando as sensibilidades, conformando as trajetórias e imprimindo determinadas características ao intelectual. A inserção do intelectual necessita ser apreendida nessa diversidade de espaços, considerando-se os tensionamentos com o contexto histórico e as sucessivas implicações na sua trajetória. Essa abordagem da categoria itinerário nos auxilia a desnaturalizar as posições ocupadas por determinado sujeito, como se tudo estivesse projetado desde o seu nascimento. Pelo contrário, o pesquisador que mobiliza essa noção deve atentar justamente às escolhas, às decisões, às formas de inserção, aos debates e embates que atravessam a vida do intelectual (ALVES, 2012).

A segunda categoria mobilizada por Sirinelli (1996, 1998a, 1998b) consiste na noção de redes de sociabilidade. Considerando que o mundo intelectual constitui um “pequeno mundo estreito”, a noção de redes permite apreender as estruturas em torno dos quais se atam os laços que secretam as tramas intelectuais. Sirinelli (1996), considerando a dificuldade de apreender tais redes nos sugere dois lócus que nos permitem observar a tessitura desses laços: as revistas e os Manifestos.

As revistas, e aqui estendemos essa reflexão aos jornais, permiti-nos apreender as relações de adesão e antagonismos que se firmam em torno desses espaços, constituindo-se em um lugar de suma importância na apreensão das ideias, haja vista que “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, p. 249).

Outra forma de apreender a configuração das redes de sociabilidade consiste na observação dos Manifestos e abaixo-assinados que, na perspectiva de Sirinelli (1996, p. 249) “permitem aos participantes contarem-se num protesto”. Dessa forma, perquirindo a lista de assinaturas pode-se apreender a dinâmica das adesões, dos afastamentos, que constituem o vai-e-vem do mundo intelectual.

Nesses espaços, se tecem laços atados não unicamente pelo cálculo racional das estratégias dos intelectuais. Faz-se necessário levar em consideração as sensibilidades, os afetos, bem como, ao contrário, as hostilidades e rivalidades que aproximam/afastam esses sujeitos. Essa observação é de suma importância, principalmente se levarmos em conta a prevalência da racionalidade no meio intelectual – espaço que se joga isento das paixões subjetivas. Todavia, não podemos exacerbar no dimensionamento dos afetos individuais na conformação das redes de sociabilidade. Dessa forma, as redes de sociabilidade podem ser entendidas enquanto espaços nos quais se interpenetram o afetivo e o ideológico. Nesses espaços, vão se secretando “microclimas” em torno dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais vai ganhando contornos específicos. Desconstruindo o discurso de que os debates e embates que perpassam o meio intelectual são atados unicamente pela “racionalidade”, Sirinelli (1996) nos adverte:

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas, à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente

apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 1996, p. 252-253).

É nessa perspectiva que pretendemos situar a relação dos intelectuais que encetaram os movimentos em prol da instituição das escolas superiores em Campina Grande. Aglutinados em torno de instituições como a União Universitária Campinense, a FUNDACT e do grupo jornalístico representado pelo Diário da Borborema, os grupo de intelectuais denominados por Lima (2012) como desenvolvimentistas atribuíam para si uma nova posição no cerne daquela sociedade, qual seja: intervir na dinâmica da cidade, instituindo a ciência e a técnica como os dois aspectos basilares capazes de retirar a região Nordeste do “atraso crônico” em que se encontraria.

Nesse cenário, é preciso atentar aos aspectos geracionais que influem na conformação dos intelectuais. Recorre-se, assim, à terceira noção apresentada por Sirinelli (1996, 1998a, 1998b): a geração. Tal noção sofreu por muito tempo do descrédito de historiadores, haja vista o risco, ainda eminente, de banalizar essa categoria, esvaziando-a de sua fortuna crítica. Tal objeção não é, em princípio, descabida. Se considerarmos que a sucessão das gerações, no sentido biológico do termo, é a própria essência das sociedades humanas, chegaremos ao primeiro ponto crítico que durante muito tempo inviabilizou a sua inserção na pesquisa histórica.

O outro aspecto responsável pela interdição da noção de geração no âmbito da oficina histórica reside na posição ambígua adotada pelo movimento dos Annales. Se num primeiro momento Lucien Febvre aconselhava “abandoná-la”, Marc Bloch, na década de 1940, já apontava para uma nova recepção dessa categoria pela comunidade de historiadores. Nesse cenário, ela – a geração – “parecia destinada a servir de marco inicial para uma análise fundamentada nas vicissitudes humanas” (SIRINELLI, 1996, p. 132).

Todavia, permanecia a desconfiança. Sirinelli (1996) acrescenta àqueles dois impeditivos o fato de que a noção de geração só apresenta consistência quando passa a adquirir uma existência autônoma, ou seja, quando passa a contar com uma identidade própria, algo que muitas vezes consiste mais num olhar retrospectivo do pesquisador

que, com base no material de pesquisa, institui os critérios que permitem identificar uma geração.

Frente a essas questões, o autor nos convida a analisar a categoria com mais acuidade, ultrapassando os eventuais impasses e encontrando nessa noção uma perspectiva operacionalizante para o estudo da história dos intelectuais. Dessa forma, segundo o autor em questão, faz-se necessário tomar a categoria mediante uma perspectiva elástica, “banindo-se qualquer visão pitagórica das gerações” (SIRINELLI, 1996, p. 134). Essa perspectiva visa evitar a apreensão da noção de geração a partir do sentido unicamente biológico, o que reduziria sua fortuna crítica na abordagem da história dos intelectuais.

É preciso, então, perquirir os itinerários intelectuais, perscrutando as suas inserções nos diversos contextos históricos, sociais e educacionais que vão conformando suas identidades, aproximando e afastando indivíduos. Esse movimento faz-se necessário na medida em que a conjuntura histórica na qual os intelectuais estão imersos imprime em sua formação características peculiares que podem explicar a aglutinação destes em torno de projetos, instituições e espaços diversos de sociabilidade. Operacionalizada nessa perspectiva, a noção de geração permite situar o indivíduo no grupo, no seu tempo, deslindando o seu itinerário e as redes que vão secretando esses laços.

No que concerne ao nosso estudo, trata-se de estabelecer um recorte geracional – não necessariamente biológico- que nos permita analisar a geração de intelectuais campinenses que nascendo nos primeiros decênios do século XX e, portanto, contemporâneos de processo de transformação da cidade em importante praça comercial do interior do nordeste, atuaram em diversas frentes (seja nos órgãos de planejamento do município, seja no movimento de instituição das escolas de ensino superior) no projeto de alçar o nordeste interior no âmago do desenvolvimento nacional. Atuando na imprensa, nos órgãos de planejamento do município, nas faculdades e universidades esses intelectuais propunham instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

Nesse grupo, caracterizado por Lima (2012) com “desenvolvimentista”, se inserem nomes como Edvaldo de Souza do Ó, Williams Arruda, José Lopes de

Andrade, Raimundo Asfóra, Aníbal Porto, William Tejo, Newton Figueiredo, Álvaro Gaudêncio, Aldino Gaudêncio, Amir Gaudêncio, Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, Antônio Carlos Escorel e Evaldo Cruz. Então estudantes das faculdades de Direito e Economia de Pernambuco (a exceção é o professor José Lopes de Andrade que neste período já dispunha de um capital simbólico legitimado através de suas publicações sobre “a sociologia das secas”), este grupo instituirá a União Universitária Campinense, passando a intervir no aparelho municipal, mobilizando as diversas campanhas em prol da criação das primeiras Escolas Superiores.

Perquirindo as listas de assinatura das atas de reuniões, dos manifestos da União Universitária Campinense é possível apreender as mutações sofridas pelo grupo, mediante as aproximações e rupturas. Nesse cenário, privilegiamos as figuras de Edvaldo de Souza do Ó, José Lopes de Andrade e Williams de Souza Arruda, tendo em vista as suas atuações frente ao movimento de instituição de escolas superiores em Campina Grande. Participando da política da cidade, este grupo realizou uma série de campanhas que culminaram com a instituição da FUNDACT e da URNe.

Aportados nas noções de itinerários, sociabilidades e geração podemos observar como esses intelectuais se movimentam no debate educacional do período, quais as “influências” que subsidiaram seus discursos (seu “pensamento”), quais os espaços que eles frequentavam e de que maneira esses espaços secretaram laços, propiciando aproximações e fomentando determinadas discussões. Desse modo, as noções elaboradas por Sirinelli podem se mostrar profícuas para perscrutarmos a atuação desses sujeitos no debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Dando continuidade às reflexões sobre as ferramentas conceituais e metodológicas que estruturam nosso estudo faremos uma breve incursão sobre as fontes de pesquisa que alimentaram o nosso trabalho.

1.2- As fontes de pesquisa: impressos, legislação e fontes biográficas

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 1994, p. 535).

A pesquisa histórico-educacional apoia-se nas chamadas fontes de pesquisa, concebidas enquanto matérias-primas diante das quais se debruça o historiador da educação, geralmente após percorrer alguns arquivos. Por trás dessa constatação, um pouco óbvia, esconde-se uma complexidade que se faz necessário enunciar, remetendo o leitor às condições de possibilidade em que esta pesquisa se apoia. Afinal, como nos alude Le Goff, na epígrafe que abre essa discussão, “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado” (LE GOFF, 1994, p. 535). Trata-se de uma “escolha” efetuada quer pela sociedade que produziu o documento, quer pelo historiador, que o seleciona, recorta, reúne, atribui, portanto, o estatuto de documento a certos objetos que estavam distribuídos de outra forma. Partir da problematização do conceito de documento, e do próprio processo de (des) organização dos arquivos, constitui um movimento importante na desmistificação desse conceito, haja vista a sua sedimentação, operada em grande medida pela cultura historiográfica positivista e metódica, enquanto representação de um pretenso real.

Longe de representar a verdade dos fatos, as fontes de pesquisa de que se apropria o historiador da educação remetem às sucessivas manipulações, operadas quer pela sociedade que as produziram, quer pelos pesquisadores que, partindo das questões postas pelo presente, selecionam, agrupam, atribuem, portanto, o estatuto de documento a uma série de objetos. Aproximamo-nos, assim, da chamada “revolução documental” propalada por Le Goff (1994), e que visa a uma reconfiguração da própria concepção do termo documento. Desmistificado, o documento passa a ser compreendido enquanto produto e ao mesmo tempo produtor das sociedades que o manipularam. Não mais uma representação do real, mas uma veste, uma aparência enganadora que deve ser apropriado pelo historiador a partir das condições de possibilidade que tangenciam a sua produção.

No cerne dessa operação histórica, os documentos que compõem as nossas fontes de pesquisa não seriam mais problematizados mediante os signos do verdadeiro e do falso. Tomado enquanto monumento (e ligando-se, portanto, a toda significação que sua etimologia evoca), o documento se insere nos debates, embates, nas imagens e sucessivas representações que as sociedades desejavam atribuir para si e para os outros. Conforme essa perspectiva, todos os documentos são problematizados enquanto verdadeiros – incluindo os falsos- e falsos, haja vista as subjetividades que perpassam a sua produção. Longe de uma possível neutralidade, o historiador, ao fabricar um documento, se depara com subjetividades (suas e das sociedades que o produziram), com visões de mundo, representações que vão compondo as narrativas que nos contam as diversas sociedades. A problematização das fontes de pesquisa não pode se fazer sem o concurso dessa crítica documental, devendo o historiador se debruçar sobre as condições de possibilidade que tornaram possíveis a fabricação desses documentos.

De-marcada a perspectiva através da qual estamos “fabricando” as fontes que compõem esta pesquisa, passamos, agora, a descrição das modalidades desses documentos. O nosso trabalho de pesquisa foi balizado por três modalidades de fontes: impressos, legislação infraconstitucional e fontes biográficas. Além dessas três categorias de fontes ainda nos apropriamos do programa da disciplina de sociologia, ministrada no ICCH da URNe, entre 1967 e 1969. No que concerne à modalidade dos impressos consultamos os seguintes jornais (*Jornal de Campina*, *Diário da Borborema* e *A União*). Buscamos, aqui, problematizar a atuação dos intelectuais, bem como o protagonismo por vezes assumido pelos jornais na tessitura dos debates e embates sobre o ensino superior e sua relação intrínseca com o projeto desenvolvimento regional. No âmbito da legislação infraconstitucional consultamos as mensagens encaminhadas pelo executivo do município de Campina Grande, projetos de lei, pareceres sobre projetos de lei e atas de reuniões da FUNDACT e da URNe. É preciso salientar que a legislação perquirida foi, em grande parte, publicada pelo *Semanário Oficial*, órgão vinculado à prefeitura municipal de Campina Grande e que veiculava, semanalmente, informações, bem como os atos da administração municipal. Por sua vez, as atas de reuniões do Conselho Diretor da URNe encontram-se publicadas nos anuários da instituição e disponíveis, nesse momento, no Arquivo Geral da UEPB.

As fontes biográficas englobam as biografias ou escritos que tangenciam dados biográficos dos intelectuais e políticos que compõem o debate sobre o ensino superior

na cidade de Campina Grande. Foram consultadas as seguintes obras: *Edvaldo do Ó: Um tropeiro da Borborema (tópicos de sua caminhada*, Editora da Fundação Edvaldo do Ó, 1999), estudo biográfico realizado pelo ex-Reitor da UEPB, Itan Pereira da Silva; *Williams de Sousa (sic) Arruda: Política e Educação na criação da FURNE* (Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2013), de autoria do professor Josemir Camilo de Melo e *José Lopes de Andrade: Uma Militância na Imprensa* (Editora da Bolsa de Mercadorias da Paraíba, 1985), coletânea de artigos deste autor, organizados por José Octávio de Arruda Melo e Ana Maria Gonsalves dos Santos Pereira. Ainda compondo a dimensão das fontes biográficas, destacamos os chamados arquivos orais¹⁷: são depoimentos dados por alguns dos intelectuais contemplados pela pesquisa e versam sobre a temática do ensino superior na cidade.

Se as fontes de pesquisa devem ser problematizadas levando-se em consideração as condições que as tornaram possíveis, os processos de arquivamento também devem compor a mirada do historiador na operação histórica que busca empreender. Faz-se necessário, assim, problematizarmos o lugar social de cada arquivo consultado, escrutinando o complexo que cerca cada espaço, bem como a política que preside a prática do arquivamento. Afinal, como nos lembra Derrida (2001), a palavra arquivo designa, em sua própria etimologia¹⁸, o *começo* e o *comando*. Trata-se, portanto, de dois princípios que coordenam esse conceito: o princípio ontológico e o princípio nomológico. Dessa forma, os documentos que encontramos nos arquivos são resultados de escolhas – políticas, ideológicas, etc.- do que arquivar, do que descartar. Longe, portanto, de uma neutralidade na sua estrutura organizacional, os arquivos são balizados por perspectivas políticas, culturais, etc. que reverberam, portanto, na prática de pesquisa do historiador. Nesse processo, deve-se ressaltar a influência do estado na atribuição de nossas competências hermenêuticas. Uma vez que o processo de *domiciliação* e *consignação* - responsáveis pelo aparecimento do arquivo enquanto

¹⁷ Seguimos aqui a orientação de Voldman (1998a) quando nos sugere uma distinção entre arquivos orais e fontes orais. Os arquivos orais constituem, assim, o documento sonoro, gravado por algum pesquisador e posto sob a guarda de uma instituição. A fonte oral seria elaborada em virtude das questões suscitadas por uma determinada pesquisa.

¹⁸ O sentido da palavra arquivo (*archivum*) vem do grego *arkhêion*: residência dos magistrados superiores, os arcontes. Aos cidadãos que detinham o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Dessa forma, era em suas residências que se depositavam os documentos oficiais. Os arcontes eram responsáveis tanto pela segurança física dos documentos, como também pelo direito de interpretá-los (DERRIDA, 2001).

instituição- são presididos, em grande medida, pelo estado, a relação que o pesquisador estabelece *com* e *nesses* lugares precisa ser problematizada sob esse prisma. Assim sendo, passaremos agora a uma breve exposição sobre os arquivos que percorremos ao longo da pesquisa, ressaltando as modalidades de fontes que buscamos explorar em cada um desses espaços.

Tendo nos jornais o espaço privilegiado na conformação do debate sobre a instituição das escolas superiores em Campina Grande, o primeiro arquivo consultado consistiu na Biblioteca Átila Almeida, pertencente à UEPB. Adquirida pelo governo do estado da Paraíba no ano de 2003, e posto sob a guarda dessa universidade no ano seguinte, a Biblioteca abriga, além do acervo privado do professor Átila Almeida, uma coleção de jornais que circularam em Campina Grande, na Paraíba e no Brasil entre os séculos XIX e XX. Foi anexado a esse arquivo, no ano de 2014, o acervo do jornal *Diário da Borborema*. Consultamos, nesse espaço, os exemplares do *Jornal de Campina* (1952-1957) e do *Diário da Borborema* (1957-1987), buscando observar o protagonismo da imprensa, através dos intelectuais, na configuração do debate acerca da instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

Percebendo a centralidade dos jornais na tessitura do debate intelectual na cidade, optamos por tensionar os discursos veiculados pelos jornais acima citados com as discussões que perpassam a imprensa oficial, representada pelo jornal *A União*. Como muitos dos intelectuais contemplados nessa pesquisa escreviam também na imprensa oficial, perscrutar as páginas de *A União* mostrava-se promissor, inclusive na busca por uma visão mais complexa do debate. Como a Biblioteca Átila de Almeida não possuía em seus acervos quaisquer exemplares do jornal *A União*, e encontrando-se, na ocasião, interditado o arquivo Waldemar Bispo Duarte¹⁹, optamos pela pesquisa dos exemplares desse jornal no acervo da Fundação Casa de José Américo, na cidade de João Pessoa. A Fundação Casa de José Américo, instituída pela Lei estadual 4.195 de 10 de dezembro de 1980, abriga o acervo privado desse intelectual, bem como jornais, revistas e o Arquivo dos Governadores da Paraíba. Neste espaço, nos debruçamos tanto sobre os exemplares do jornal *A União* correspondentes ao período de nossas

¹⁹ O arquivo Waldemar Bispo Duarte abriga, além do arquivo público do estado da Paraíba, jornais que circularam no estado entre os séculos XIX e XX. Em 2013, o arquivo foi interditado para reforma e digitalização de parte do seu acervo, sendo reaberto aos pesquisadores em meados de 2015.

investigações como nas correspondências trocadas entre José Américo de Almeida e os intelectuais que estiveram à frente dos debates sobre o ensino superior em Campina Grande.

Adentrando a segunda modalidade das fontes que constituem o corpus desse trabalho - a legislação infraconstitucional- destacamos a nossa presença no Arquivo Geral da UEPB. Reunindo grande parte da documentação dessa universidade, esse arquivo ainda guarda significativa documentação da URNe, tais como atas de reuniões do então Conselho Diretor, ofícios, Pareceres, bem como a Pesquisa Sócio Educacional que antecedeu a instituição daquela universidade. A presença do acervo da extinta URNe no Arquivo Geral da UEPB tem sido, inclusive, objeto de disputa judicial, uma vez que a fundação de ensino superior que administrava aquela universidade – a FURNe-, ainda em atividade, reivindica a posse desse acervo. Observam-se, assim, as tensões que perpassam o processo de constituição dos arquivos, interferindo, inclusive, em nossas competências hermenêuticas.

A terceira modalidade de fontes que compõem o nosso trabalho engloba desde as biografias e/ou produções que tangenciam os dados biográficos dos intelectuais contemplados pela pesquisa até os chamados *arquivos orais*, depoimentos concedidos e colocados sob a guarda de instituições. O acervo da Fundação Edvaldo do Ó consistiu, portanto, no locus central dessa etapa de coleta das fontes. Nesse espaço nos deparamos com produções biográficas sobre Edvaldo do Ó, José Lopes de Andrade e Williams de Souza Arruda, bem como depoimentos concedidos por esses intelectuais e que versam, em grande medida, sobre as questões atinentes ao ensino superior em Campina Grande e na Paraíba. Destacamos, ainda, a apropriação dos depoimentos orais concedidos pelos professores Edvaldo do Ó (trata-se de dois depoimentos, concedidos ao jornalista José Luís Júnior e ao ex-reitor da UEPB, Luiz Gonzaga de Melo) e José Lopes de Andrade (depoimento concedido ao jornalista William Tejo).

Por fim, destacamos o programa da disciplina de Sociologia, ministrada no ICCH da URNe. Apesar de não termos englobado esta fonte dentro das três categorias em que dividimos o nosso material, ela mostrou-se bastante profícua para a compreensão do projeto de instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. A centralidade ocupada por essa disciplina no projeto desenvolvimentista já era inferida por nós através dos artigos veiculados na seção assinada pelo professor José

Lopes de Andrade. Todavia, faltava um contato direto com as discussões propostas por esta disciplina. Após percorrermos vários arquivos encontramos, no Setor de Documentação e História Regional (SEDHIR) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), exemplares do programa curricular desta disciplina. É possível que a presença dessa fonte no SEDHIR/UFCG (e não no Arquivo Geral da UEPB) seja resultado da intervenção processada na URNe, no final da década de 1960. Na ocasião, foram extintos os institutos centrais e destituídos vários professores, inclusive Lopes de Andrade. Demitido da URNe, este intelectual foi contratado, entre 1973 e 1974, pelo então campus II da UFPB (hoje UFCG) para ministrar as disciplinas de Sociologia e Estudos dos Problemas Brasileiros. Logo, é possível que o professor tenha levado consigo o material trabalhado na URNe e que o programa da disciplina de Sociologia tenha sido salvaguardado em algum arquivo do campus II da UFPB. O SEDHIR abriga diversos periódicos da URNe, UFPB e outras universidades do nordeste e do centro sul do país. Além desse acervo, o arquivo acolhe livros que versam sobre a temática regional, bem como extenso material audiovisual composto de entrevistas, documentários, etc.

Após a exposição das fontes que balizam a nossa pesquisa, e de-marcando os seus lugares no interior dos respectivos arquivos, passaremos, agora, a uma breve discussão de como estamos nos apropriando de cada modalidade de fonte.

1.2.1- O jornal diário como fonte na pesquisa em História da Educação

O jornal diário pode se mostrar espaço profícuo no escrutínio da complexidade que permeia os debates educacionais, uma vez que esse suporte de comunicação excede os círculos restritos dos especialistas e atores mais diretamente ligados ao campo da educação. A objetividade reivindicada por esse tipo de impresso, o jornal/empresa, pode se mostrar importante artefato na problematização dos debates e embates *no* e *do* campo educacional justamente por buscar intervir no cenário mediante a representação da chamada opinião pública. Para além do caráter neutro, acreditamos que os jornais se configuram enquanto amálgama de interesses, *inter-agindo* na dinâmica socioeducacional de uma dada espacialidade.

Propomos, assim, a apropriação da imprensa enquanto fonte e tema para a pesquisa em História da Educação. Trata-se de problematizar os impressos para além da perspectiva que os considera como meros receptáculos de informações, desconsiderando, assim, seus suportes, bem como a materialidade que conforma as práticas de seleção, produção e circulação de sentidos. Apropriar-se do jornal enquanto fonte/tema para a pesquisa não se pode fazer sem que situemos essa fonte enquanto feixe de relações, como resultados de conflitos e negociações que tornam (in) visíveis determinadas questões. O jornal, como qualquer outra fonte, deve ser problematizado mediante os mecanismos de produção, circulação e apropriação que veiculam as práticas e representações sociais:

Os processos de produção, seleção, organização, guarda e interpretação de documentos são marcados por esses complexos e intensos conflitos públicos e privados. Sendo assim, para evitarmos a naturalização do documento, precisamos situá-lo de maneira a compreendermos o processo social de produção e, consequentemente, o protagonismo social dos textos produzidos no passado. O jornal, entendido como potente mecanismo de produção de memória, deve ser problematizado de tal forma que o texto jornalístico seja interpretado como enunciado, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim, justificativas para a ação social (VIEIRA, 2007, p. 14).

A adoção da premissa supracitada faz-se primaz tendo em vista a ambivalência dessa fonte. De um lado, há a representação, sedimentada no senso comum e constantemente reiterada nos editoriais dos jornais/empresa, que atribui à notícia um caráter neutro, como se a narrativa fosse a mera reflexão dos fatos, expressos de forma objetiva nas páginas dos jornais. Essa perspectiva é reivindicada pelos jornais, que se interpõem no debate como representantes da opinião pública, o que os legitima na intervenção da vida social, já que representariam os interesses mais amplos da sociedade. Do outro lado, observa-se a atuação dos atores engajados na luta política, social e moral, denunciando o caráter pernicioso que cercaria a atuação da chamada grande imprensa.

Acreditamos, na senda trilhada pela chamada “revolução documental”, que os documentos devem ser problematizados para além da esfera do verdadeiro e do falso. A partir da superação do paradigma metódico/positivista, a própria ideia da possibilidade

do conhecimento histórico chegar à verdade dos acontecimentos vem sendo questionada, importando bem mais as condições de produção, circulação e recepção do documento. Dessa feita, não se trata de indagar se a imprensa falaria ou não a verdade, mas de problematizar os motivos que a levaram a defender determinadas teses, bem como no desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las e, assim, persuadir o público-leitor (VIEIRA, 2007).

Descortinando o mito da imparcialidade, observam-se as articulações dos agentes sociais na defesa de seus projetos, fazendo da imprensa o espaço privilegiado para circulação de suas ideias. Nesse processo, é inconteste a sua pretensão de intervir na vida social, tornando determinadas questões visíveis ou invisíveis, criando efeitos de verdade e objetividade de modo a persuadir o leitor, convencendo-o de suas posições. Todavia, como mensurar o “poder de influência” da imprensa? Quais os dispositivos que podem inferir, ainda que de maneira imprecisa, a recepção das notícias veiculadas nos jornais?

Atentar à materialidade dos impressos, articulando-o às condições sociais de sua produção consiste em caminho profícuo na problematização do poder de influência da imprensa, bem como do processo de circulação e recepção das ideias nela veiculadas. Pode-se indagar acerca da tiragem, do número de anunciantes e assinantes, a periodicidade, bem como outros dispositivos que nos permitam escrutinar as redes de relações que ligam os jornais às práticas sociais. Vieira (2007) sugere que tracemos o perfil prosopográfico dos jornalistas, editorialistas, articulistas, dirigentes e proprietários, de forma a identificarmos as redes de sociabilidade que unem os atores sociais.

Observar os temas tratados, a frequência e a forma como os assuntos são (re) apresentados ao público, considerando: o lugar da notícia/matéria no interior do suporte (se presente na primeira página, em notas, seções), a forma como ela é diagramada/apresentada (tamanho dos tipos, presença de fotografias), bem como os meios discursivos utilizados na produção das notícias e manchetes (léxico/retórica) pode nos apontar às diversas formas como o mundo social é representado *na e pela* imprensa.

O jornal impresso diário se constitui, assim, em lugar privilegiado na apreensão das diferentes vozes que visam intervir na realidade social. Problematizado enquanto *enunciado*, que visa demarcar lugares, crenças, valores e projetos, o uso do jornal na

pesquisa histórico-educacional pode escrutinar as articulações dos sujeitos e das ideias que encetam o campo mais amplo do debate educacional, ultrapassando os círculos restritos dos especialistas. Seu aspecto fugaz, tendo em vista a proximidade em relação ao evento ocorrido, bem com as ideias em embate e debate, o colocam como fonte/tema profícuo na problematização do debate educacional.

Para tanto, analisamos as matérias, artigos e editoriais veiculados em dois jornais diários que circularam na cidade de Campina Grande no período, bem como o jornal oficial *A União*. Objetivamos identificar a produção discursiva que enceta as campanhas, debates e embates acerca da instituição do ensino superior na cidade. Privilegiamos, assim, a atuação dos intelectuais que escrevem nesses jornais, enfocando matérias e editoriais que versam sobre a temática educacional/ensino superior, bem como as colunas especializadas ou que tangenciam a temática educacional. Dessa forma, na análise do *Jornal de Campina*, fundado por William Tejo e Virgínius da Gama e Melo, em 17 de agosto de 1952, nos debruçamos sobre a seção *Mundo Estudantil*, assinada por William Tejo. A análise do *Diário da Borborema*, fundado em 02 de outubro de 1957, por Assis Chateaubriand, deteve-se, em grande parte, na seção *Homens & Fatos*, assinada pelo professor José Lopes de Andrade. Por sua vez, a análise do jornal *A União*, fundado no final do século XIX, pelo então presidente da província da Parahyba do Norte, Álvaro Machado, privilegiou a seção *Tópicos*, assinada pelo professor José Lopes de Andrade.

Buscamos interpretar o texto jornalístico enquanto *enunciado*, isto é, como intervenção que visa demarcar formas de pensar que se traduzem em valores, juízos, modos de classificação que justificam a ação social. Para tanto, nos apropriamos da metodologia do Contextualismo Linguístico proposta por Quentin Skinner (1996, 1999, 2005a, 2005b, 2005c), objetivando compreender o repertório de ideias que compõem o debate sobre a instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior. Verifica-se, assim, não apenas a atuação dos intelectuais na defesa da “causa do ensino superior”, mas também o protagonismo da imprensa na conformação do debate educacional, na medida em que empreende campanhas, defende “causas” e projetos educacionais.

Feita essa breve discussão acerca da apropriação da imprensa enquanto fonte/objeto de pesquisa passaremos, agora, a analisar o lugar da legislação infraconstitucional ao longo do nosso estudo.

1.2.2- A Legislação infraconstitucional como fonte de pesquisa para a História da Educação

Um dos desafios postos ao pesquisador que se apropria da legislação enquanto fonte e/ou objetivo de pesquisa consiste na busca por leituras que tomem essa fonte a partir da sua dinamicidade. Evitar, portanto, a sua abordagem para além das malhas do mecanicismo reside no desafio a que nos lançamos ao longo dessa pesquisa. Objetivamos, aqui, apreender a legislação não apenas como “ordenamento jurídico”, mas também como “enunciado” e, sobretudo, como “espaço” de disputas entre os diversos atores que compõem as tramas histórico-educacionais. Para tanto, nos debruçamos sobre a legislação infraconstitucional, privilegiando projetos de leis sobre o ensino superior em Campina Grande, bem como Pareceres e os demais atos que compõem esse “ordenamento jurídico”.

Concebida enquanto *enunciado*, a legislação pode evidenciar os diversos recursos retóricos de que lançam mão aqueles que pensam e elaboram as leis. Observa-se, assim, que o processo de produção e cumprimento das leis extrapola a interpretação tradicional, que tende a se apropriar da legislação a partir de uma perspectiva passiva, reprodutora. Conceber a legislação enquanto *enunciado* é, portanto, desnaturalizar essa fonte/objeto, apreendendo a dinamicidade que a constitui, sobretudo porque texto, ela visa, justamente, persuadir os seus possíveis leitores e, assim, intervir no debate educacional.

Sendo texto, a legislação não pode ser compreendida fora do suporte que lhe dar a ler. Dessa forma, faz-se necessário atentarmos aos aspectos gráficos que abrigam essa modalidade documental. Analisar a sua materialidade consiste em importante mecanismo no sentido de apreender as intenções daqueles que elaboram as leis. Observando as disposições gráficas, a organização do texto, bem como a sua circulação o pesquisador se aproxima dos diversos mecanismos de persuasão utilizados pelos legisladores, bem como empreende uma visada acerca dos debates e embates que configuram o campo educacional. No que concerne a essa pesquisa, parte da legislação consultada encontra-se publicada no *Semanário Oficial*, informativo distribuído pela Prefeitura de Campina Grande a partir de 17 de abril de 1957. Esse impresso era estruturado de modo a veicular tanto notícias dos diversos departamentos ou secretarias

que compunham o executivo municipal como os atos do poder legislativo, tais como Projetos de Lei, Pareceres e a lei propriamente dita. Para tanto, o *Semanário Oficial* era distribuído em repartições públicas, sugerindo que o público-leitor privilegiado consistia, provavelmente, em funcionários-públicos ou aqueles sujeitos interessados nos atos administrativos do município. A presença, não apenas da legislação do ensino superior, mas também de matérias e notas informativas sobre essa temática no *Semanário Oficial* teria contribuído para a amplitude alcançada pela *causa do ensino superior* no debate político-educacional da cidade.

Por fim, gostaríamos de problematizar o outro enfoque segundo o qual estamos nos apropriando da legislação enquanto fonte de pesquisa: a sua apreensão enquanto *espaço* de disputas entre os diversos atores que compõem a trama educacional. Para além do caráter mecânico, a produção/execução das leis envolve uma quantidade de sujeitos que carregam consigo projetos ou perspectivas político-educacionais. Visando reconstituir a complexidade que caracteriza o campo da legislação educacional, buscamos traçar um perfil prosopográfico dos sujeitos que compõem esse debate. O objetivo é compreender as diversas posições ocupadas por esses sujeitos no debate sobre o ensino superior em Campina Grande, bem como as suas *influências* na condução das discussões, na defesa, negociação e instituição de projetos (FARIA FILHO, 1998).

Ao fim e ao cabo, visa-se, sobretudo, uma viragem na perspectiva de abordagem da legislação enquanto fonte de pesquisa para a história da educação. Problematicada enquanto *enunciando*, isto é, como forma de demarcação de sentidos que visa persuadir o público-leitor, intervindo, assim, no debate educacional, a legislação se mostra em sua dinamicidade. Compreendida como *espaço* de disputas, a lei tende a sair das análises mecanicistas que a tomam simplesmente como campo de execução das atribuições do poder. Para além da perspectiva passiva, a legislação infraconstitucional tem se mostrado território privilegiado pelos diversos sujeitos na promoção dos debates, bem como na defesa dos projetos que visavam instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

1.2.3- As fontes biográficas e a pesquisa em História da Educação:

1.2.3.1-Biografias como fonte de pesquisa

Dentre as demais fontes de pesquisa que compõem esse trabalho, destacamos as produções biográficas já existentes sobre de Edvaldo de Souza do Ó, Williams de Souza Arruda e José Lopes de Andrade. Consideramos, portanto, na categoria de fontes biográficas as produções que versam sobre a trajetória individual e/ou intelectual desses sujeitos. Destacamos, aqui, o livro escrito pelo professor e ex-Reitor da Universidade Estadual da Paraíba, Itan Pereira da Silva, intitulado *Edvaldo do Ó: Um tropeiro da Borborema (tópicos de sua caminhada)*, Editora da Fundação Edvaldo do Ó, 1999); o estudo realizado pelo professor Josemir Camilo de Melo, *Williams de Sousa (sic) Arruda: Política e Educação na criação da FURNE* (Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2013) e a coletânea de artigos de José Lopes de Andrade, organizados por José Octávio de Arruda Melo e Ana Maria Gonsalves dos Santos Pereira, intitulado *José Lopes de Andrade: Uma Militância na Imprensa* (Editora da Bolsa de Mercadorias da Paraíba, 1985).

1.2.3.2-Arquivos orais: depoimentos/testemunhos como fonte de pesquisa

Ampliando o leque de fontes sobre as quais estamos nos apropriando, destacamos os depoimentos (ou testemunhos) concedidos pelos professores Edvaldo do Ó e José Lopes de Andrade e que se encontram sob a guarda da Fundação Edvaldo do Ó. Faz-se necessário, neste momento, uma breve reflexão acerca da apropriação dos chamados arquivos orais na prática de pesquisa em História da Educação. Em um primeiro momento, é preciso enfatizar que estamos trabalhando com *arquivos* orais, ou seja, documentos sonoros gravados por terceiros, postos sob a guarda de instituições e que versam sobre uma temática específica, no caso, sobre a história do ensino superior em Campina Grande. Essa modalidade diverge da perspectiva que baliza a chamada fonte oral, esta última fabricada pelo historiador, frente aos desafios impostos por sua pesquisa. O caráter discricionário da fonte oral, elaborada pelo pesquisador, contrapõe-

se ao objetivo do arquivo oral, elaborado por terceiros, em condições de possibilidade as quais é preciso explicitar, sob o risco de perdermos de vista o contexto que gerou determinada entrevista (VOLDMAN, 1998a).

Compreendemos a palavra testemunho no sentido de indício, ou seja, testemunho voluntário ou involuntário de uma ação já consumada. Uma análise etimológica da própria palavra testemunho aponta para uma aproximação com as noções de prova e verdade. O testemunho serviria, portanto, para provar um fato e estabelecer uma verdade. Voldman (1998b) nos chama atenção para a necessidade de ampliarmos as próprias concepções dos termos prova e verdade. Dessa forma, a questão de verdadeiro e falso não consistiria, a priori, a preocupação fundamental do historiador que se propõe analisar testemunhos conferidos a terceiros mediante a metodologia da história oral. Deve-se, portanto, tomar as palavras do depoente enquanto verdadeiras, constituindo o cerne da questão no tipo de verdade presente em sua fala. Essa observação permite-nos tratar o arquivo/fonte oral enquanto qualquer outra fonte. Cabe ao historiador aceitar passivamente o que foi dito ou se reexaminará os testemunhos à luz da versão de outras testemunhas, coligindo e confrontando esta fonte com outras.

Ao debruçarmos sobre testemunhos conferidos a terceiros é preciso que estabeleçamos uma tipologia dessa fonte com vistas a uma análise sistemática da sua apropriação ao longo da nossa pesquisa. Em um primeiro movimento é preciso estabelecer uma tipologia da própria testemunha, haja vista a pluralidade de experiências que se sedimentam a partir das diversas posições dos diversos sujeitos no campo em estudo. Voldman (1998b) aponta para a existência de dois tipos de testemunhas. Essa classificação se baseia na posição ocupada pelo indivíduo no interior do campo. Haveria, portanto, aquele depoente que, tendo ciência de sua participação nos acontecimentos do seu tempo e de ter influenciado o seu curso, elabora uma história coerente, dotada de sentido, visando minimizar as tensões e/ou manipular a narrativa de acordo com os interesses que regem essa produção de si. Estas testemunhas são denominadas por Voldman (1998b) de testemunhas-sujeitos. São indivíduos que, interrogados em virtude de sua participação em determinados eventos da história, tendem a atribuir a si mesmo uma posição de destaque, contribuindo para a construção de sua representação.

É na posição supramencionada, de testemunhas-sujeitos, que se situam os indivíduos cujos depoimentos foram selecionados ao longo desse estudo. Suas posições de destaque no seio dos movimentos e instituições aqui estudados contribuem para a sua classificação enquanto “grandes testemunhas”. É preciso, portanto, que se analisem os depoimentos de Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade enquanto sujeitos imersos nas tramas do poder, considerando as diversas posições desses sujeitos no interior do campo educacional, bem como os múltiplos interesses que podem nortear a narrativa dos seus depoimentos.

Prosseguindo na tipologia dos testemunhos é preciso analisar os diversos contextos que possibilitaram esses depoimentos. Há, assim, uma diferença significativa entre um depoimento organizado por uma dada instituição, atendendo a fins específicos, bem como o caráter discricionário que caracterizaria um testemunho dado a um pesquisador frente aos objetivos de sua própria pesquisa. Seria necessário ainda salientar a construção do testemunho destinado a um sujeito, não necessariamente um historiador e/ou arquivistas, cujo objetivo inicial parece não ser a sua salvaguarda por instituições de pesquisa. Neste último caso é necessário indagarmos quais o “motivos” que geraram esse testemunho, como ele se situa no espaço-tempo em que foi produzido, bem como, mas não menos importante, a inserção do entrevistador na dinâmica do campo em estudo.

No primeiro depoimento aqui analisado, concedido ao professor Luiz Gonzaga de Melo (docente da UEPB) encontramos, anexo ao texto transcrito, uma pequena descrição das condições de possibilidade que geraram a entrevista. Já debilitado pela doença que lhe vitimaria em abril de 1993, Edvaldo do Ó concedeu o depoimento ao longo do mês de setembro de 1992. O autor da entrevista não nos informa a quantidade de encontros realizados para a gravação da entrevista, apenas indica que se deram “sempre aos domingos”, na granja de propriedade de Edvaldo do Ó, denominada *Granja Solidão*.

O outro testemunho/depoimento do professor Edvaldo de Souza do Ó foi concedido ao jornalista e seu amigo José Luiz Júnior, em março 1991. Na ocasião, comemoravam-se os vinte e cinco anos de fundação da UEPB²⁰. Alegando o

²⁰ Apesar de serem duas instituições juridicamente distintas, a UEPB é considerada, no imaginário da cidade, como sucedânea da URNe.

esquecimento da figura dos “pioneiros”, José Luiz Júnior colhe o depoimento de Edvaldo do Ó como forma de “contribuição à história da instituição e a própria história do ensino superior de Campina Grande”. O autor da entrevista não nos informa acerca da quantidade de encontros. Todavia, o depoimento é composto de alguns eixos, sendo estes: “A Universidade Regional”, “Missão Cultural”, “A vista de Tarso Dutra e a Federalização” – da URNe e “Cassação”.

Propomos, ao longo desse estudo, apropriarmo-nos desses depoimentos/testemunhos, problematizando o depoente enquanto testemunha-sujeito, bem como as condições de possibilidade em que estes se inserem. Como toda fonte de pesquisa, os chamados arquivos orais devem ser problematizados pelo historiador, confrontando as narrativas aí inscritas com outras versões e estabelecendo conexões com outras fontes. Esse movimento visa complementar informações presentes noutros meios, bem como compreender de forma mais acurada as diversas narrativas dos sujeitos em meio à dinâmica que configura o campo educacional.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior faremos uma incursão sobre a perspectiva metodológica que está subsidiando a análise do material coletado. O contextualismo linguístico vem se mostrando útil ferramenta teórica para o escrutínio das discussões realizadas pelos intelectuais em questão.

1.3- A História Intelectual e o Contextualismo Linguístico de Quentin Skinner: potencialidades metodológicas para a pesquisa em História da Educação

O contextualismo linguístico de Quentin Skinner figura, desde meados da década de 1960, como importante ferramenta para a renovação dos estudos em História Intelectual. Integrando a chamada Escola do Pensamento Político de Cambridge, as proposições teórico-metodológicas suscitadas por Skinner vêm proporcionando novas interpretações dos textos políticos. Na esteira dessa discussão, destacamos as críticas (elaboradas não apenas por Skinner, mas também pelos seus colegas de geração, como John Dunn, John Pocock, dentre outros) endereçadas às modalidades interpretativas dos textos históricos hegemônicas até meados da década de 1960. Tratava-se da crítica à

interpretação dos textos retirados dos seus contextos originais de produção, aspecto esse que produziria, segundo Skinner, uma série de anacronismos em torno da história do pensamento político. Dissociados dos seus contextos de produção, a abordagem histórica dos textos do passado não produziria, para Skinner, saberes históricos, mas um conjunto do que o autor denomina de mitologias.

Contrapondo-se às ideias descarnadas dos seus contextos de produção, Skinner publica, em 1969, aquele que seria considerado, nas palavras do próprio autor, o seu “manifesto” no debate travado no interior das formas de se escrever a história do pensamento político. O texto, intitulado “Meaning and Understanding in the History of Ideas”²¹, propunha a construção de novas perspectivas teórico-metodológicas de se abordarem as ideias políticas. O autor em tela considerava que os dois modelos mais frequentes na abordagem da história do pensamento político – o modelo denominado por ele como textualista e o contextualismo sociológico - produziam não apenas uma série de mitologias, mas também uma interpretação equivocada do papel das ideias no debate político. Conclamando uma maior associação entre as ideias e o comportamento político, Skinner propõe, no texto em questão, a construção de um novo modelo teórico-metodológico para a história das ideias.

Em um primeiro momento, o autor em questão direciona suas críticas ao modelo denominado como “textualista”. Skinner (2005a) questiona, aqui, o procedimento padrão do textualismo, que consistiria em “ler e reler” determinado texto até se chegar a uma compreensão correta do seu significado. O pressuposto de que o texto é autônomo em relação ao seu contexto de produção induziria a história do pensamento político a uma série de “mitologias”. Dentre as mitologias denunciadas por Skinner (2005a) em seu texto, destacamos: a “mitologia da doutrina” (Os enunciados dos autores clássicos, mesmo que esparsos e ocasionais, seriam sistematicamente enquadrados em “doutrinas”, construções típico-ideais do próprio intérprete, mas que este atribui ao universo de crenças do autor estudado); a “mitologia da coerência” (Trata-se da pressuposição de que o autor teria construído sistemas intelectuais fechados, onde todos os enunciados manteriam uma relação de coerência com os demais. Esse procedimento impediria o historiador de perceber as contradições entre os enunciados de um autor ou suas mudanças de concepção a respeito de certos temas); a “mitologia da prolepse”

²¹ Utilizamos, aqui, a versão abreviada e revista desse texto, publicada no livro *Visões da Política* (DIFEL, 2005).

(Confunde-se o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor, sendo este último negligenciado) e, por fim, a “mitologia do paroquialismo” (Frente a um passado que lhe é estranho, o historiador construiria uma identidade entre o universo mental do autor do passado e o seu próprio universo atual de crenças. O resultado consistiria na produção de uma falsa familiaridade entre culturas muito distintas).

Se a autonomia do texto era censurada por Skinner (2005a), o procedimento contrário, assentado na ênfase do contexto social em detrimento do texto, era considerado também inadequado pelo autor em questão na abordagem das ideias políticas. O que estava em questão, nesse caso, não seria tanto a produção de versões anacrônicas na história do pensamento político, mas uma leitura equivocada do papel das ideias no debate político. O contextualismo sociológico, segundo Skinner (2005a), estaria assentado numa confusão entre dois procedimentos intelectuais distintos, quais sejam: a “determinação causal” de uma ideia e a sua “compreensão” propriamente dita. Não se tratava, como defende o autor, de negar que as condições econômicas e sociais das sociedades em que os autores produziram seus textos fossem consideradas como antecedentes causais contingentemente conectados com o conteúdo do texto a ser compreendido. Todavia, essa abordagem estaria distante da perspectiva constantemente difundida, que alegava que “as ideias de um dado texto devem ser compreendidas em termos de seu contexto social” (SKINNER, 2005a, p.106). O que o autor defende é que compreender uma determinada ideia enquanto ação linguística significa ultrapassar a sua explicação causal. Ao adotar a postura recorrente nas abordagens do contextualismo sociológico, o intérprete estaria reforçando a visão de que o papel das ideias na sociedade e na política seria destituído de autonomia. Abordadas dessa forma, as ideias seriam expressões/reflexos de uma “realidade material” ontologicamente anterior ao mundo da linguagem.

Rejeitando tanto a abordagem textualista quanto o contextualismo sociológico, Skinner (2005a) propõe o resgate da tradição intencionalista da filosofia da história visando construir uma metodologia voltada para a interpretação dos textos. Para tanto, o autor se apropria da filosofia da história de Robin George Collingwood, de modo a enfatizar o contexto imediato da produção dos textos cujos significados o historiador pretende compreender. Contrapondo-se à abordagem das ideias dissociadas dos seus contextos de produção, o autor fundamenta seu projeto metodológico no arcabouço

conceitual do historicismo collingwoodiano. Todavia, faltava ainda elucidar *como* o intérprete deveria proceder na tentativa de contextualizar aquelas ideias descarnadas.

A filosofia da linguagem de Wittgenstein é, assim, mobilizada pelo autor para elaborar a noção de significado (*meaning*). Skinner (2005a) parte da constatação de Wittgenstein de que “palavras também são atos”, enquanto elabora o princípio de que o significado dos atos linguísticos depende de seus usos em determinados “jogos de linguagem”. Dessa forma, o autor se apropria das contribuições dos filósofos da linguagem que mobilizaram a noção wittgensteiniana de significado para a elaboração da teoria dos atos de fala. Dentre as contribuições, Skinner (2005a) destaca as esboçadas por J. L. Austin. Contrapondo-se à perspectiva de que os enunciados linguísticos devem ser estudados exclusivamente a partir de suas funções constatativas (que podem ser avaliadas como verdadeiras ou falsas), Austin advoga a existência de toda uma série de enunciados dotados de uma *força* que não poderia ser julgada conforme os parâmetros de verdade ou falsidade. Tais enunciados são definidos como “performativos”, justamente para indicar que a emissão de um enunciado corresponde à efetuação de uma ação.

Skinner (2005a) mobiliza as três dimensões dos atos de fala, esboçadas na obra de Austin, de modo a enfatizar a centralidade da dimensão ilocucionária de um enunciado como forma de compreender o seu significado. O autor critica, assim, as abordagens hermenêuticas denominadas de “tradicionais”, na medida em que elas privilegiavam a dimensão locucionária da fala (relativa ao conteúdo proposicional) e, em menor medida, a dimensão perlocucionária (os efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência), descurando-se da dimensão ilocucionária (relativa ao que o agente *está fazendo* ao dizer algo). Conforme Skinner (2005a), o intérprete deveria privilegiar a dimensão ilocucionária de um proferimento, haja vista que nesta dimensão da fala residiria toda a sua *força* enquanto ação, força que se identificaria com a intenção do agente ao dizer algo em determinado contexto de convenções linguísticas. O autor propõe que:

[...] Para se conseguir compreender uma afirmação importante, devemos procurar alcançar não apenas o significado do que foi dito, mas também o valor que o autor atribuía às suas afirmações. Por outras palavras, devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer mas também o que eles estão *a fazer* quando o afirmam. Estudar o que os pensadores do passado *disseram* sobre os temas canônicos da história das ideias representa apenas uma das tarefas

hermenêuticas, ambas indispensáveis se o nosso objetivo é compreender, em termos históricos, aquilo que eles escreveram. Para além de tentar descortinar o significado do que eles disseram, devemos ao mesmo tempo procurar compreender o que é que eles queriam dar a entender com aquilo que estavam a afirmar (SKINNER, 2005a, p. 117).

Se no primeiro momento Skinner (2005a) estabelece uma equalização entre a compreensão do significado de um texto e a reconstituição da intenção ilocucionária do autor, posteriormente, em virtude das críticas que denunciavam a adoção de uma noção reducionista e excessivamente estreita de significado, Skinner (2005b) passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo. Dessa forma, nos textos publicados nos anos 1970, mais especificamente em *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts*²², o autor passa a enfatizar a importância do *significado 3* (*meaning 3*) na compreensão de um dado enunciado. Primeiramente, Skinner refere-se ao *significado 1* (*meaning 1*). Este significado estaria em questão quando fazemos uma pergunta do tipo: “O que as palavras, ou específicas palavras significam nesta obra?” (SKINNER, 2005b, p. 128). Nesse caso, o intérprete capturaria o significado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso ao conhecimento convencional da linguagem. Em seguida, o autor refere-se ao *significado 2* (*meaning 2*), que estaria presente na questão: “O que isto significa para mim?” (SKINNER, 2005b, p. 129). O *significado 2* (*Meaning 2*) possibilitaria compreender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, dando margem a uma história da recepção dos textos para além do momento de sua produção original. Por fim, Skinner denomina o *significado 3* (*Meaning 3*), que está em questão quando nos perguntamos: “O que o autor quis dizer com o que ele disse nessa obra?” (SKINNER, 2005b, p. 131).

Embora conceda entre três diferentes sentidos do termo *significado*, Skinner (2005b) reserva, em sua metodologia, um lugar central ao *significado 3* (*Meaning 3*) ao defender que uma interpretação comprometida com a recuperação do significado histórico dos textos exige que o historiador se concentre na terceira concepção do significado. Dessa forma, ao se debruçar sobre o *significado 3* do que foi escrito, o intérprete estaria diante das intenções do autor do passado. É estabelecida, assim, uma

²² Trata-se da versão revista desse texto, publicada no livro *Visões da Política* (DIFEL, 2005).

“equivalência” entre o *significado 3 (meaning 3)* e as intenções do autor. Skinner nos propõe que:

[...] Se nos concentrarmos no significado 3, é possível estabelecer uma relação estreita entre as intenções dos autores e os significados dos seus textos. Na minha opinião, conhecer as intenções de um autor no acto da escrita, no sentido que procurei definir, é não só relevante como também implica descobrir o significado 3 daquilo que eles escreveram. [...] Desde logo, perceber essas intenções é o mesmo que compreender a natureza e o âmbito dos atos ilocutórios que o escritor pode ter levado a cabo ao escrever de uma determinada maneira. Como já sugeri, reconstituir essas intenções permite-nos caracterizar aquilo que o autor estava a fazer – ou seja, ser capaz de afirmar que ele ou ela pretendiam, por exemplo, atacar ou defender um argumento em particular, criticar ou desenvolver uma tradição específica do discurso, e por aí diante. Ser capaz de caracterizar dessa forma uma obra, em termos da força ilocutória, é o mesmo que ficar a saber aquilo que o escritor pode ter querido dar a entender ao escrever de uma determinada maneira [...] Deste modo, fica estabelecida uma *equivalência* entre essas intenções presentes na escrita e o significado 3 do que ficou escrito. Como antes referi, saber o que um autor queria dizer numa determinada obra significa descobrir quais as intenções dele ou dela quando escreveram o que escreveram (SKINNER, 2005b, p. 142, grifos nossos).

Observa-se, assim, uma reconfiguração do projeto inicialmente apresentado pelo autor, principalmente em virtude das críticas que o acusavam de atribuir demasiada atenção às intenções dos autores. Frente a essas críticas, Skinner (2005b) reage tanto refinando suas proposições teórico-metodológicas como se afastando de algumas premissas inicialmente defendidas em sua metodologia. À acusação de que sua metodologia recaía num “intencionalismo forte”, o autor procede ressaltando a diferença entre os *motivos* e as *intenções* que presidem a análise de um dado texto. Conforme essa distinção, uma coisa seria conhecer os *motivos* que levaram um dado autor a escrever certa obra. Os *motivos* consistiriam em condições que antecederam o surgimento de uma obra. Trata-se, portanto, de uma condição externa, apenas contingentemente conectada ao texto. Aspecto distinto consistiria na *intenção* de um dado autor ao escrever o que escreveu. A *intenção* do autor encontra-se incorporada naquilo que ele escreveu e nas circunstâncias em que o fez. Consiste, pois, na própria ação linguística (não exterior a ela), e que deve ser tratada pelo intérprete como aspecto central na interpretação do *significado 3 (meaning 3)* de um dado texto. Segundo o autor:

Falar dos motivos de um autor implica, invariavelmente, falar de uma condição que antecedeu – e está relacionada de forma contingente – o nascimento das suas obras. Mas falar das intenções de um autor tanto pode dizer respeito a um plano ou desígnio para criar certo tipo de obra (a intenção de fazer x) como tratar-se de uma referência, em particular, a uma determinada obra (o ato de fazer x tem subjacente uma intenção específica). No primeiro caso, tudo indica (como quando falamos acerca dos motivos) que se trata de uma condição contingente que antecedeu o surgimento da obra. Mas no último caso, parece tratar-se da própria característica da própria obra. Mais especificamente, parece tratar-se de uma caracterização da obra como personificando um objetivo ou intenções particulares e, nesse sentido, como perseguindo um propósito em particular (SKINNER, 2005b, p. 138-139).

Outro deslocamento na proposta conceitual e metodológica de Skinner consiste na ênfase que esse autor passa a conferir às convenções sociais em torno da linguagem como aspecto central na prática de interpretação de textos. Se o autor privilegia, sobretudo nos textos publicados nos anos 1960, a dimensão ilocucionária dos atos de fala como condição para se compreender as intenções do escritor do passado; nos textos publicados nas décadas de 1970 e 1980, a preocupação parece se voltar mais às convenções sociais em torno do uso da linguagem numa determinada época. Skinner passa a chamar atenção, cada vez mais, da importância do intérprete se debruçar sobre as convenções prevalentes que governam as ideologias em uso como forma de se compreender o sentido de um dado texto (LOPES, 2011; SILVA, 2005).

Evidencia-se, assim, o aspecto político da linguagem, que passa a ser compreendida enquanto instância que é constantemente mobilizada pelos escritores na legitimação de um dado projeto, em meio aos debates e embates travados em torno de determinadas temáticas. A língua não constituiria, portanto, mero artefato que refletiria o mundo material, mas veículo de ação política, que visa o convencimento e a adesão. Para tanto, o historiador necessitaria se debruçar sobre os valores ideológicos compartilhados pelos agentes num mesmo período, valores estes que obedecem a um certo número de convenções sobre o que é possível a um autor dizer ou não num dado tempo, sobre o que é ou não legitimamente aceito por seus pares. Trata-se de compreender as “convenções linguísticas” que presidem os debates em curso. O termo “convenção linguística” é empregado por Skinner (1996, 1999) para se referir a uma linguagem comum partilhada por um número de textos, como o vocabulário normativo,

princípios, valores, critérios para testar o conhecimento, distinção conceitual, dentre outros.

Considerando o aspecto convencional que organiza a ação linguística, Skinner (1996) sugere que o historiador se volte para as “convenções” que presidem determinado debate. A justificativa para adotar esse procedimento reside no fato de que a ação linguística, semelhante a outras formas de ação social, é convencional. Logo, o seu significado só poderá ser entendido se o intérprete se debruçar sobre as convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas dos quais o texto se ocupa. A ênfase nas convenções linguísticas para a reconstituição das intenções autorais parte do pressuposto de que todo autor está envolvido em um ato de comunicação quando escreve seu texto. Dessa forma, para ser compreendido pelos seus leitores, não lhe restaria outra alternativa a não ser mobilizar, em seu discurso, os padrões convencionais de comunicação que presidem os temas para os quais deseja chamar atenção (SKINNER, 1996; SILVA, 2009).

Procedendo dessa forma, o historiador apreenderia não apenas os argumentos que um dado autor mobilizava, mas também as questões que ele formulava e tentava responder. Para tanto, seria indispensável o intérprete dominar o vocabulário político mais amplo da época estudada, uma vez que o caráter convencional da linguagem o auxiliaria a compreender os usos dos conceitos pelo autor estudado, aproximando-se, assim, de suas intenções básicas ao escrever. Ao se debruçar sobre o contexto de convenções linguísticas que preside um dado texto, o intérprete não estaria, segundo Skinner (1996), obtendo uma informação adicional sobre a sua etiologia, mas alcançando uma maior visão interna do que o autor do texto queria dizer e o que ele estava fazendo quando o escrevia. Empregando este método à análise da história intelectual, o autor afirma:

Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos que eles [os autores] apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas a questões específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. E, a fim de reconhecer a direção e força exatas de seus argumentos, necessitamos ter alguma apreciação do vocabulário político mais amplo de sua época [...] Pois compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os

conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e, portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro” histórico para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar (SKINNER, 1996, p.13).

Ao reservar um papel central às “convenções linguísticas” na análise de determinados textos, Skinner (2005c) visa compreender as contribuições de cada autor na conformação do que J. G. A. Pocock denomina de “linguagens do debate”. Skinner parece, finalmente, ter encontrado uma alternativa teórico-metodológica que superasse as antinomias identificadas entre as abordagens textualistas ou do contextualismo sociológico. Ao deslocar a atenção do texto para o contexto linguístico-social, o autor em tela nos alerta para a dimensão política da linguagem. Trata-se de compreender a língua como elemento de disputa dos atores do político na legitimação dos seus projetos. Afinal, como nos lembra o autor, o nosso mundo social é constituído de conceitos. Logo, qualquer modificação no uso de um conceito constituirá, também, em uma mudança no nosso mundo social (SKINNER, 2005c).

Compreender, portanto, que os textos têm autores, e que estes têm intenções ao escreverem, consiste na face fundamental da proposta de Skinner aos estudos em História Intelectual. Ao nos voltarmos para os textos enquanto contribuições teóricas para determinados discursos, observando de que forma estariam a apoiar, a desafiar ou a subverter os termos convencionais, estaríamos integrando as obras nos contextos culturais em que foram produzidas. Esse procedimento constituiria numa alternativa tanto na superação de uma história das ideias descarnadas dos seus contextos de produção como na suplantação da concepção que compreende as ideias como reflexos do mundo material. Ao reservar à linguagem um lugar central no seu projeto teórico-metodológico, Skinner nos alerta que as ideias estão localizadas no campo do sublunar. Logo, estão sujeitas a diversos usos por parte dos autores que, possuindo determinadas intenções, mobilizam constantemente a linguagem de modo a intervirem no debate educacional.

Após delimitarmos o marco teórico e metodológico que tem subsidiado nossas reflexões faremos uma breve apresentação de como este trabalho encontra-se

organizado. Assim, no segundo capítulo, intitulado *A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A INSTITUIÇÃO DO “NOVO NORDESTE”: a União Universitária Campinense e a FUNDACT no cerne do debate desenvolvimentista*, o leitor se debruçará com o movimento encabeçado pela intelectualidade para a criação das primeiras escolas superiores na cidade de Campina Grande. Para tanto, enfatizaremos a instituição da União Universitária Campinense e da FUNDACT que, a nosso ver, funcionaram como espaços institucionais que encetaram diversas campanhas e ações na promoção do que os intelectuais denominavam de “desenvolvimento intelectual” do Nordeste interior, uma vez que, dentro do projeto desses intelectuais, o “desenvolvimento das coisas do intelecto” era considerado imprescindível ao impulsionamento econômico pretendido para o Nordeste ao longo das décadas de 1950 e 1960. Abordaremos, pois, a expansão do ensino superior no concerto do desenvolvimento regional e enfatizaremos a atuação da intelectualidade nos espaços acima citados, bem como nos debates que, travados pelos intelectuais da cidade, tinham como escopo a ciência e a técnica como fatores indispensáveis ao projeto de desenvolvimento da região Nordeste.

O terceiro capítulo, denominado *INTELECTUAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: a instituição da Universidade Regional do Nordeste (URNe)*, tem por objetivo analisar a instituição da URNe, evidenciando o debate sobre o projeto de desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. Desse modo, abordaremos as sucessivas campanhas em prol da instituição da universidade, levadas a cabo, em grande medida, pelos intelectuais desenvolvimentistas. Estes ocupavam os principais postos no interior do *Diário da Borborema*, imprimindo ao jornal um papel de destaque nas discussões educacionais da cidade. Em seguida, nos deteremos na pesquisa socioeducacional firmada entre a SUDENE, o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco e a FUNDACT. Iniciada em janeiro de 1965, a Pesquisa Sócio-Educacional visava analisar a viabilidade de instalação de uma universidade ou fundação educacional na cidade de Campina Grande. Os pesquisadores se detiveram nos dados econômicos (mediante levantamento da produção comercial, industrial e agrícola da cidade), educacionais (analisando as taxas de matrículas no ensino secundário-técnico e universitário), bem como no dimensionamento da demanda e oferta de “mão-de-obra qualificada” na área de influência da cidade. A constatação fazia-se premente: sem o advento da universidade todo o desenvolvimento carreado para a cidade e, conseqüentemente, para a porção geográfica que ela representaria, seria suplantado. Por fim, enfatizaremos a instituição

da URNe, nos debruçando sobre a política que fundamentou a sua estrutura inicial. Para que a universidade recém-criada cumprisse seu papel no projeto de desenvolvimento regional era imprescindível a sua organização conforme as orientações que balizavam a reforma do ensino superior. Esse aspecto é constantemente reiterado pelos intelectuais desenvolvimentistas, figurando como um dos principais temas discutidos no evento que celebrou a inauguração dessa universidade, em abril de 1966.

Já no quarto capítulo, chamado *DAS FACULDADES AOS INSTITUTOS CENTRAIS: a centralização das disciplinas universitárias e a importância da Sociologia no projeto da URNe*, o leitor poderá refletir sobre a centralidade da sociologia na operacionalização do projeto da URNe. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre o estudo das aulas proferidas pelo professor José Lopes de Andrade abordaremos as resistências da comunidade acadêmica em face da implantação dos institutos centrais e da centralização das disciplinas universitárias. Em seguida, perscrutaremos o debate sociológico que se estabeleceu entre as décadas de 1950 e 1960, mostrando como as transformações advindas com o desenvolvimento nacional acabaram influenciando as abordagens sociológicas daquele momento. A elaboração de uma sociologia nacional mostrava-se fulcral para a compreensão dos “problemas do Brasil”, auxiliando, assim, o desenvolvimento desse país. Por fim, nos deteremos no estudo da cadeira de sociologia, evidenciando as principais questões levantadas ao longo das aulas, bem como os estudos realizados pelos discentes que, discorrendo sobre os “problemas” da sociedade nordestina da década de 1960, visavam oferecer soluções “práticas” para “reverter” o *sub-desenvolvimento* dessa região.

No quinto capítulo, nomeado *DA URNe a UNIVERSIDADE [FEDERAL] DE CAMPINA GRANDE: imprensa, política e movimento estudantil nos projetos de federalização e estadualização da instituição*, abordaremos as movimentações dos políticos, da imprensa e dos estudantes nos projetos de federalização e estadualização da URNe. A transplantação de um modelo elaborado com base em condições distintas das existentes em Campina Grande acabou ameaçando o funcionamento da URNe. Desse modo, a administração da instituição e os estudantes acabavam recorrendo aos constantes pedidos de federalização e/ou estadualização. Como forma de perscrutarmos esses movimentos, dividimos este capítulo em três subtópicos. No primeiro momento, nos deteremos na campanha realizada pela administração da universidade e pela imprensa. Com a vinda do ministro Tarso Dutra a URNe, o *Diário da Borborema*

transformou-se no espaço central para a promoção da “causa” da federalização. Todavia, tensões envolvendo a administração da universidade, aliadas à nova orientação do Conselho Federal de Educação (CFE), acabaram inviabilizando a federalização da URNe naquele momento. Em seguida, nos deteremos nos movimentos em prol da federalização e/ou estadualização encabeçados pelos discentes. O protagonismo do movimento estudantil nos protestos contra a ditadura militar acabou repercutindo em Campina Grande. Nesta cidade, além de protestarem contra a ditadura, os estudantes reivindicavam a gratuidade do ensino na URNe. Para tanto, realizaram manifestações, greves, bem como intensificaram contatos com o governador da Paraíba, João Agripino, para ele pudesse mobilizar seu prestígio em prol da federalização e/ou estadualização da instituição. Entretanto, o recrudescimento da repressão acabou frustrando as aspirações dos estudantes. Além disso, a URNe acabaria sofrendo intervenção em sua administração. Assim sendo, no terceiro subtópico analisaremos os impactos da intervenção militar na operacionalização do projeto de universidade pensado pelo grupo desenvolvimentista. Diante deste cenário, nos propomos a refletir se a intervenção na URNe correspondeu ao “fim” do “sonho” acalentado pelo grupo desenvolvimentista. Assim sendo, convidamos o leitor a seguir conosco nas páginas que seguem. Ao longo desta viagem nos propomos analisar os debates (e embates!) que tinham por objetivo instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E A INSTITUIÇÃO DO “NOVO NORDESTE”: A União Universitária Campinense e a FUNDACT no cerne do debate desenvolvimentista (1952-1959)

Em Campina Grande, no início da década de 1950, difundia-se a ideia de que a cidade vivenciava um novo marco em sua história, qual seja: a preocupação com as chamadas coisas do espírito. Jornais, conferências e diversas campanhas encetadas pelo Movimento Estudantil davam o tom da renovação que se pretendia inserir a cidade. O diagnóstico fazia-se preciso: Campina Grande se atrasara nas questões atinentes ao intelecto. Tendo, por muito tempo, se dedicado às atividades do comércio, a cidade deveria se lançar, notadamente guiada por seus intelectuais, aos caminhos do chamado progresso/desenvolvimento intelectual, sob pena de ver obliterado o seu crescimento econômico. As exigências de renovação, materiais e intelectuais, então requeridas pelo processo que se convencionou denominar como sendo a instituição do Novo Nordeste norteavam as discussões protagonizadas por muitos intelectuais da cidade. Isto não significa que as chamadas coisas do espírito estivessem ausentes do debate intelectual e político em Campina Grande. Todavia, a sua alçada à condição de causa educacional, em torno da qual seria conclamada toda a sociedade, apresenta-se de forma mais nítida a partir da década de 1950.

Na capital do estado da Paraíba, João Pessoa, delineava-se, desde o final da década de 1940, um movimento de instituição de algumas Faculdades. A primeira instituição, criada pela Associação dos Empregados do Comércio, consistiu na Faculdade de Ciências Econômicas, cuja data de funcionamento remonta ao ano de 1948. Em 1949, foram criadas as Faculdades de Direito e Filosofia, autorizadas a funcionar, respectivamente, em 1951 e 1952. No início da década de 1950, mais precisamente em 1951, seriam instituídas as Faculdades de Medicina e Serviço Social, seguidas pela Faculdade de Odontologia (ESPÍNOLA, 1980). As transformações suscitadas pelo processo de urbanização e industrialização, bem como pelo aspecto liberalizante impingido à estrutura educacional após a queda do Estado Novo, provavelmente influíram no aumento da demanda e oferta de educação superior, reverberando na expansão das Faculdades, Escolas Superiores e Universidades por diversos pontos do território nacional (CUNHA, 2007a).

Na Paraíba, esse movimento coincidiu com a segunda gestão de José Américo de Almeida à frente do Governo do Estado (1951-1956). Na medida em que a quantidade

de Faculdades se expandia, as pressões da opinião pública certamente constrangiam o então governador a estadualizar essas instituições, até então mantidas pela iniciativa privada. O chefe do Executivo passa a “abraçar” as atribuições que lhe foram dirigidas, estadualizando as diversas faculdades existentes na capital da Paraíba e mobilizando a imprensa oficial no intuito de promover a sua imagem enquanto “patrono” do ensino superior no estado. Vivia-se, conforme os editoriais do jornal *A União* veiculavam, a chamada fase de “soerguimento cultural” da Paraíba. Essa “fase”, caracterizada pela estadualização das faculdades existentes e pela criação de outras, estaria imprimindo, conforme aludia o escritor José Lopes de Andrade, um “brilho vigoroso de primavera” ao debate intelectual travado na “província”²³.

Nesse cenário, o debate travado na cidade de Campina Grande, conduzido em grande parte por estudantes universitários – à época discentes das Faculdades de Direito e Economia de Pernambuco – voltava-se para a “necessidade” de instituição de algumas Faculdades, como forma de possibilitar o “progresso/desenvolvimento”²⁴ da região Nordeste, notadamente a sua porção interiorana, comumente chamada nos discursos de Nordeste interior. Dessa forma, em 03 de junho de 1952, é instituída a União Universitária Campinense (UUC), visando, assim, a auxiliar na implantação das Escolas Superiores na cidade²⁵. A entidade promoveu, nos primeiros anos de sua existência, uma série de campanhas, cujo ponto de confluência se justificava na “necessidade” de fomentar um “clima universitário” em Campina Grande, aspecto considerado mister na alavancada do progresso/desenvolvimento do chamado Nordeste interior.

Para tanto, far-se-ia necessário, seguindo a lógica dessa intelectualidade, instituírem-se algumas Faculdades em Campina Grande, tendo em vista o aproveitamento dos recursos, fossem eles naturais e/ou humanos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento regional. Destarte, a União Universitária Campinense presidirá diversas campanhas, reivindicando do poder público a instituição das Escolas Superiores na cidade. Inicialmente, propõe-se a criação das Faculdades de Economia, Odontologia e Química Industrial²⁶. Todavia, à medida que o debate acerca da criação de Escolas Superiores em nível estadual vai avançando, culminando com a

²³ ANDRADE, José Lopes de. A Província não estava morta. *A União*. João Pessoa, 26 de junho de 1953. Seção Tópicos, p. 02-03.

²⁴ No início da década de 1950, o debate desenvolvimentista ainda não estava consolidado em Campina Grande. Dessa forma, é comum encontrarmos nos jornais os termos progresso e desenvolvimento sendo utilizados enquanto sinônimos.

²⁵ CRIAÇÃO da União Universitária Campinense ... *Formação*. Campina Grande, jun. 1952, p.03.

²⁶ CAMPINENSES! É vosso dever de... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 26 de agosto de 1952, p. 01.

criação da Universidade do Estado da Paraíba, em 1955, as reivindicações da entidade universitária vão acompanhando essas transformações, já sendo possível, no final da década de 1950, falar-se na criação da Universidade de Campina Grande, instituição que orientaria, conforme o discurso de alguns intelectuais, o “desenvolvimento econômico e intelectual” do Nordeste interior²⁷.

Frente a esse cenário é necessário ressaltar que o debate acerca da instituição das escolas superiores em Campina Grande vai, paulatinamente, transformando-se de aspiração de uma entidade estudantil em “projeto” a ser idealizado e reivindicado por diversos seguimentos da cidade, tais como os intelectuais, a imprensa e os políticos. Então, já na segunda metade de década de 1950, e funcionando na cidade três escolas superiores (a Escola Politécnica – pertencente à Universidade do Estado da Paraíba, a Faculdade de Filosofia de Campina Grande e a Faculdade de Serviço Social), o discurso acerca da “necessidade” de se instituírem as faculdades e, posteriormente, a Universidade de Campina Grande passa a contagiar grande parte dos intelectuais da cidade.

Em meio aos debates e embates que circundam o temário, a ligação estabelecida entre os intelectuais e os políticos consiste aspecto nodal na compreensão das tramas que vão configurando a história do ensino superior na cidade. Mediante as negociações levadas a cabo por alguns intelectuais com as esferas do político, observa-se a “elevação” da temática do ensino superior à condição de “verdadeira causa educacional” que deveria aglutinar todos que se interessassem pelo progresso/desenvolvimento regional. É dessa forma que deve ser compreendida, por exemplo, a instituição da FUNDACT, ao longo da segunda gestão do prefeito Elpídeo de Almeida (1956-1960). Inseridos na esfera do poder municipal, muitos desses intelectuais estabeleceram alianças político-partidárias, no intuito de inserir a temática do ensino superior na ordem do dia.

A FUNDACT consistiria, sob a ótica da intelectualidade imersa no debate, na “trincheira avançada de luta”²⁸, instituição que possibilitaria a estruturação do ensino superior em Campina Grande, viabilizando, assim, o projeto de desenvolvimento regional. Através das conferências promovidas pela instituição, discursaram intelectuais

²⁷ AINDA sobre a federalização... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 10 de dezembro de 1959, p. 02- Editorial.

²⁸ ANDRADE, José Lopes de. Progresso Científico e Tecnológico. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 05 de dezembro de 1958a. Seção Homes & Fatos, p. 02.

como Celso Furtado, Souza Barros, Aluísio Afonso Campos, Francisco de Oliveira e o próprio José Lopes de Andrade. As conferências perpassavam desde temáticas pontuais, como a reforma dos cursos de Engenharia no concerto do desenvolvimento regional, abrangendo discussões mais complexas, tais como a elucidação das “causas” (históricas, sociais, econômicas e educacionais) do “atraso” da região Nordeste.

Através da promoção de conferências, congressos, bem como auxiliando na manutenção e instituição de escolas superiores na cidade de Campina Grande, a FUNDACT vai galvanizando todo um conjunto difuso de expectativas, experiências e projetos acerca do desenvolvimento regional, aspectos que reverberariam, notadamente, na reivindicação de uma Universidade para atender “os problemas da região”. É a FUNDACT que vai presidir o Inquérito Educacional que culminará na criação da URNe, em meados da década de 1960. Observa-se, assim, a importância da instituição no debate que visava instituir o “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

O objetivo deste capítulo consiste em problematizar o movimento encabeçado pela intelectualidade para a criação das primeiras escolas superiores na cidade de Campina Grande. Para tanto, enfatizaremos a instituição da UUC e da FUNDACT que, a nosso ver, funcionaram como espaços institucionais que encetaram diversas campanhas e ações na promoção do que os intelectuais denominavam de “desenvolvimento intelectual” do Nordeste interior, uma vez que, dentro do projeto desses intelectuais, o “desenvolvimento das coisas do intelecto” era considerado imprescindível ao impulsionamento econômico pretendido para o Nordeste ao longo das décadas de 1950 e 1960. Abordaremos, pois, a expansão do ensino superior no concerto do desenvolvimento regional e enfatizaremos a atuação da intelectualidade nos espaços acima citados, bem como nos debates que, travados pelos intelectuais da cidade, tinham como escopo a ciência e a técnica como fatores indispensáveis ao projeto de desenvolvimento da região Nordeste.

2.1 – A expansão do ensino superior na Paraíba: o debate entre a “*província viva*” versus a “*província morta*”

Tal como a própria terra ressequida do Nordeste logo depois das primeiras chuvas fecundantes, a Paraíba ressurgiu do marasmo em que havia mergulhado e aí está, culturalmente mais robusta e fascinante do que, talvez, em nenhum período anterior de sua história. Um jovem publicista desalentado com a extensão da decadência que estava se apoderando de tudo e de todos, chegou a bradar pela imprensa: “a

província está morta”. Bastou, porém, um pouco de amor e confiança nos seus valores mais produtivos para transformar o panorama cultural, imprimindo-lhe um brilho vigoroso de primavera (ANDRADE, 1953, p. 02).

“A Província não estava morta!” - afirmava assim, categoricamente, na seção *Tópicos* do jornal *A União*, o professor José Lopes de Andrade²⁹. Fazendo um retrospecto do que denomina como o “soerguimento cultural da Paraíba”, o jornalista reitera, ao longo do seu artigo, a importância da volta de José Américo de Almeida ao governo do estado, notadamente no que versa ao clima de “soerguimento cultural” citado. Àquele período, funcionava na capital do estado um total de cinco faculdades e havia sido instituída, na cidade de Campina Grande, a Escola Politécnica da Paraíba, também sob os auspícios do governo estadual. Aos olhos da intelectualidade da “província”, as perspectivas faziam-se as mais promissoras: “A Paraíba não estava morta”, estivera apenas “adormecida”! Como numa visão messiânica, estaria faltando apenas a “sábia mão condutora” do seu governante, proporcionando, assim, o clima de “alevramento cultural”, exemplificado pela criação de diversas Faculdades. Podia-se até mesmo vislumbrar, na imprensa oficial, mobilizações em torno da criação da Universidade da Paraíba. Dadas as condições “patrocinadas” pelo chefe do Executivo estadual, o “progresso intelectual” consistia numa certeza dada, apontando aos horizontes mais promissores que a “província” não estava morta. Pelo contrário, seria possível aferir a sua “viva dinâmica”, mediante as diversas atividades intelectuais realizadas por todo o estado.

Perscrutando as páginas do jornal *A União*, bem como de outros impressos que circulavam em Campina Grande no início da década de 1950, observa-se um ponto em comum entre todos eles: a constatação de que a Paraíba vivenciava um novo período. Seja no âmbito do poder institucional, onde o então governador José Américo de Almeida e o seu chefe de gabinete, o professor e jornalista José Lopes de Andrade propagavam a “tese” da “província culturalmente viva” ou adentrando as sociabilidades intelectuais articuladas fora do aparelho do estado, e até em oposição a este, a constatação parecia óbvia, podendo até ser “comprovada” empiricamente, através da

²⁹ ANDRADE, José Lopes de. A Província não estava morta. *A União*. João Pessoa, 26 de junho de 1953. Seção *Tópicos*, p. 02-03.

criação das Faculdades: a Paraíba estaria vivendo uma “nova era”, guiada pelo “primado da inteligência”³⁰.

Não vale dizer que a afirmação que abre esse tópico esteja errada. Uma breve incursão pela imprensa do período nos permite aferir a pulsação da vida cultural da Paraíba: na capital do estado, contando em 1953 com cinco Escolas Superiores, já se vislumbrava a criação da Universidade da Paraíba; na cidade de Campina Grande, a articulação dos estudantes universitários instituiu a União Universitária Campinense, reclamando, assim, uma maior atenção por parte do governo estadual, tendo em vista a “importância econômica” da cidade, principalmente na arrecadação tributária, e até mesmo no sertão do estado, estariam chegando “respingos” do movimento de “soerguimento cultural”. Todos esses eventos certamente conferiam uma “viva dinâmica” cultural *na e da* “província”, encontrando ressonância na escrita dos intelectuais e políticos. Todavia, o que buscamos aqui elucidar consiste nas condições de possibilidade desse movimento, que teria permitido, no início da década de 1950, o estabelecimento do debate entre a “província” – culturalmente – “viva” *versus* a “província morta”. Por que apenas no início da década de 1950, a intelectualidade, seja em João Pessoa ou em Campina Grande, voltou-se para a “necessidade” de se criar o que denominavam de um “clima universitário”, no qual o movimento em “nascimento” pudesse “florescer”?

A “resposta” a essa questão deve ser buscada em meio às transformações vivenciadas nos contextos político, socioeconômico e educacional a partir da segunda metade da década de 1940. O término da Segunda Guerra Mundial, com a derrota dos países do Eixo, suscitou um conjunto de comemorações no Brasil, estabelecendo-se uma associação quase automática entre a queda dos regimes totalitários na Europa e a ditadura do Estado-Novo. Tornava-se praticamente insustentável a manutenção do regime ditatorial comandado por Getúlio Vargas, haja vista a participação do Brasil no combate aos regimes totalitários preconizados pelos países do eixo. Somando-se a esse cenário, observava-se, no seio de uma parcela da sociedade civil, a articulação de seguimentos contrários à ditadura varguista, seja por discordarem dos caminhos seguidos pela chamada Revolução de 1930, seja por não encontrarem espaço de atuação no campo político, por conta do caráter discricionário e repressivo que se impôs com o golpe de estado dado em 1937. Dessa forma, em meados da década de 1940, observa-se

³⁰ NOVO panorama educacional e cultural da Paraíba... *A União*. João Pessoa, 31 de janeiro de 1955, p. 07.

a realização de frentes (congregando intelectuais, advogados, bem como membros das chamadas classes liberais) que denunciavam abertamente a ditadura comandada por Vargas. A criação da União Democrática Nacional (UDN), em 1944, além da passagem para a oposição do General Góes Monteiro, é sintomática de que o regime comandado por Vargas começava a estertorar (DELGADO, 2013).

Ao perceber a inexorabilidade de sua queda, Vargas também se articula no sentido de imprimir a sua marca à máquina estatal. Assim, são criados os Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este último considerado instrumento fulcral na arregimentação do apoio da classe trabalhadora às propostas de Vargas, consubstanciada no chamado movimento queremista, que agitou as ruas de algumas cidades no Brasil, na segunda metade de 1945. Com a deposição de Vargas, em outubro desse mesmo ano, tem início o chamado período de democratização, marcado pela criação de “novos” partidos políticos, tais como a UDN, o PSD, o PTB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), bem como o retorno à legalidade, ainda que breve, do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na Paraíba, a exemplo do que ocorria no âmbito nacional, a democratização do Estado implicou a criação de dois partidos políticos: a UDN e o PSD. Na UDN, articularam-se os segmentos contrários à Vargas, seja por discordarem dos rumos seguidos pelo movimento de 1930, seja por não encontrarem espaço de atuação no espectro político do Estado-Novo. Dessa forma, a UDN, na Paraíba, será composta por duas figuras que já vinham atuando na política local desde, pelo menos, a década de 1930: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo. Observa-se, assim, a composição da UDN paraibana congregando tanto segmentos do espaço rural, arregimentados pela política coronelística de Argemiro de Figueiredo, como também aglutinando as camadas médias urbanas, atraídas pelo prestígio intelectual que o nome de José Américo conferia. Por sua vez, o PSD, seguindo a tendência nacional, tende a ser organizado pelas forças políticas vinculadas ao Estado Novo. No caso da Paraíba, o partido será liderado por Rui Carneiro, na ocasião interventor no estado (CITTADINO, 1998).

Somando-se às transformações vivenciadas no âmbito do político, as décadas de 1940 e 1950 caracterizam-se pela intensa urbanização, acarretada tanto pela concentração fundiária, que compelia significativa parcela da população rural a migrar para as cidades em busca de “melhores condições de vida”, como pelo crescente processo de industrialização que começava a se delinear em vários espaços do país.

Nesse cenário, a demanda por escolarização tendia a acompanhar o crescimento urbano-industrial, incidindo no aumento das matrículas nas escolas primárias e, conseqüentemente, na reivindicação de escolas que ofertassem os cursos profissionais de nível médio. Em Campina Grande, por exemplo, Andrade (2014) nos informa a existência, no final da década de 1940, de 22 estabelecimentos de ensino, entre escolas primárias e secundárias. Dentre essas instituições escolares, a autora destaca o Instituto Pedagógico (que oferecia desde o curso primário e de preparação ao secundário até os cursos comercial e normal)³¹, o Colégio Imaculada Conceição (conhecido como Colégio das Damas, haja vista que a entidade mantenedora consistia na Congregação das Damas da Instrução Cristã) e o Colégio Pio XI, este último criado pela Diocese de Campina Grande, no início da década de 1930.

A expansão da escola secundária incidia, assim, na demanda por Escolas Superiores, principalmente se considerarmos as exigências de formação especializada reclamadas pelo projeto de desenvolvimento nacional. A concepção liberal, impingida à política educacional no contexto da derrubada do Estado Novo, endossava ainda mais essa reivindicação por escolas superiores, na medida em que flexibilizava a estrutura rígida em que se organizava o ensino médio anteriormente. Desse modo, se a estruturação dual definida para o ensino médio ao longo do Estado Novo limitava a candidatura ao ensino superior a cursos previamente fixados, as chamadas “leis de equivalência”³² aumentavam os potenciais candidatos àquele nível de ensino,

³¹ Fundado em 1919, o Instituto Pedagógico foi o primeiro estabelecimento secundário que conferiu títulos técnicos profissionais no interior da Paraíba. Conforme Andrade (2014), essa instituição era composta, na década de 1940, pelas escolas anexas. Dentre essas escolas, a autora ressalta a Escola de Instrução Militar General Pamplona (incorporada ao Tiro de Guerra Nacional), o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores e a Escola Normal João Pessoa. Na década de 1950, essa escola passaria a ser denominada de Colégio Alfredo Dantas, nome do seu primeiro diretor e instituidor.

³² As “leis de equivalência” asseguravam o direito de matrícula nos cursos clássico e científico (segundo ciclo do ensino secundário) aos egressos dos cursos comercial, industrial e agrícola do primeiro ciclo, estabelecendo como restrição a aprovação em exames de disciplinas do ginásio não estudadas naqueles cursos. A primeira dessas medidas foi a Lei n. 1.076, de março de 1950, que determinava a “equivalência” do diploma de conclusão dos cursos técnicos comerciais ao segundo ciclo do secundário. Até então, os portadores de diplomas dos cursos técnico-comerciais somente poderiam se candidatar aos cursos superiores definidos como diretamente relacionados a este segmento de ensino. A partir dessa lei, podiam se inscrever nos exames vestibulares de quaisquer cursos superiores. A Lei n. 1.821, de março de 1953, assegurou o ingresso no segundo ciclo do secundário aos concluintes do primeiro ciclo do ensino normal e, também, aos que tivessem concluído cursos de formação de oficiais das polícias militares dos estados e do Distrito Federal. Em 1957, a Lei n. 3.104 estendia aos concluintes dos cursos de formação de oficiais das polícias militares (quando exigissem dos candidatos o ginásio) o direito de se candidatar a qualquer curso superior. Essa série de medidas parciais, visando todas a facilitar (direta ou indiretamente) a candidatura ao ensino superior, foi complementada pela Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1961. Através dessa lei, era estabelecida a completa equivalência de todos os cursos de grau médio (CUNHA, 2007a).

provavelmente fazendo com que a demanda por faculdades mobilizasse estudantes, intelectuais, políticos etc.

Da confluência das transformações políticas, socioeconômicas e educacionais verificadas entre a segunda metade dos anos 1940 e o início da década de 1950 iniciou-se, na cidade de João Pessoa, a instituição de várias faculdades. A primeira dessas instituições, como já citado anteriormente, foi a Faculdade de Ciências Econômicas, criada pela Associação dos Empregados do Comércio, em 1947, e autorizada a funcionar pelo Decreto n. 24.792, de 1948. No final dessa década, ainda seriam instituídas as Faculdades de Direito e Filosofia, autorizadas a funcionar, respectivamente, em 1951 e 1952. No início da década seguinte, seria a vez das Faculdades de Medicina e Serviço Social, que iniciaram o seu funcionamento em 1951 e 1952 (ESPÍNOLA, 1980). Essas instituições, pertencentes à iniciativa privada, logo passaram a receber dotações orçamentárias dos governos estadual e federal. O aumento das dotações destinadas às faculdades recém-criadas ia ao encontro da política do estado ao fomentar a segurança e o desenvolvimento nacional via expansão do ensino superior. A criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, bem como do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, evidencia a preocupação do estado em promover a pesquisa científica e tecnológica como vetores da segurança e do desenvolvimento nacional (CUNHA, 2007a).

Nesse panorama, ao tomar posse no governo do estado da Paraíba, em 1º de fevereiro de 1951³³, José Américo de Almeida termina por adotar uma série de medidas, principalmente no âmbito educacional, que apontavam para uma “maior preocupação” do estado no que versa às atividades intelectuais. Dentre as medidas tomadas, destacamos a mudança na equipe editorial do jornal *A União* (A direção do jornal é assumida por Juarez da Gama Batista, contando com a colaboração de José Lins do Rego, Linduarte Noronha, José Lopes de Andrade, Cristiano Pimentel, José Rafael de

³³ Ao congregar duas figuras de destaque nas tramas políticas locais, a seção paraibana da UDN passa a vivenciar a fricção entre as lideranças de Argemiro de Figueiredo (ala *argemirista*) e José Américo de Almeida (ala *americista*). Se, na eleição ao Executivo estadual realizada em 1947, a UDN permaneceu unida em torno da figura de um *tertius* (Osvaldo Trigueiro), na disputa realizada em 1950, observa-se o rompimento entre as duas alas e a passagem de José Américo à oposição. Filiando-se ao Partido Libertador (PL), José Américo entabulou a Coligação Democrática Paraibana, apresentando como candidato a vice-governador José Fernandes de Lima. A UDN, por sua vez, compôs chapa com o Partido Republicano (PR) e lançou os nomes de Argemiro de Figueiredo e Renato Ribeiro aos cargos de governador e vice-governador, respectivamente. A eleição para o Governo do Estado da Paraíba realizada em 1950 representou, segundo a historiografia política, o embate definitivo entre o *argemirismo* e o *argemirismo*. O resultado desse pleito confirmou a supremacia política do *americismo* no estado da Paraíba, tendo José Américo de Almeida derrotado, inclusive na cidade de Campina Grande, Argemiro de Figueiredo (CITTADINO, 1998).

Menezes, dentre outros nomes de capital cultural legitimados na Paraíba), a estadualização das Faculdades de Direito, Medicina, Serviço Social e Ciências Econômicas e, por fim, as articulações com vistas à instituição da Universidade do Estado da Paraíba.

É nesse cenário de intensa mobilização das atividades intelectuais que o debate acerca da *província* – intelectualmente – *viva* versus a *província morta* ganha corpo e passa a agitar as páginas dos principais jornais do estado. José Lopes de Andrade, à época já um intelectual reconhecido pela publicação de *Introdução à Sociologia das Secas*, através da seção *Tópicos*, no jornal *A União*, passa a galvanizar o debate, tornando-se uma espécie de porta-voz do governador no trato das questões atinentes ao “progresso intelectual da Província”. Dessa forma, já em 1951, e respondendo à crítica escrita pelo jornalista Geraldo Sobral e publicada no jornal *O Norte*, Lopes de Andrade indagava: “Sem que saibamos ao certo por que a província está morta, ou aos cochilos, segundo Veiga Cabral, como é que podemos providenciar para ressuscitá-la?”³⁴ A resposta, para Lopes de Andrade, bem como para o grupo de intelectuais reunidos no jornal *A União*, estaria na “disposição” dos “homens velhos e novos” em buscar “novas soluções” que pudessem, assim, conferir maior expressividade ao ambiente intelectual na Paraíba.

Dentre as soluções capazes de “ressuscitar” a “Província” do “marasmo” em que supostamente ela se encontrava, consta, na pauta apresentada pelo grupo em torno do jornal *A União*, a criação das Faculdades. Apenas mediante o funcionamento das Escolas Superiores, a Paraíba tomaria contato com a alta cultura, passando, assim, a vivenciar uma nova fase em sua história, marcada pela supremacia das questões do intelecto. Essa crença parecia animar a intelectualidade aglutinada em torno do jornal, que, através dos seus principais articulistas, conclamava a sociedade a se integrar ao clima de “alevantamento cultural” que estaria se processando naquele momento. Para essa intelectualidade, as expectativas consistiam como as mais promissoras! A Paraíba não estava morta, e isso era mobilizado de forma constante pelos articulistas de *A União*; estava apenas adormecida, como que esperando a volta de José Américo, aspecto que procurava mostrar como impulsionador do chamado “surto de progresso” supostamente vivenciado no estado.

³⁴ ANDRADE, José Lopes de. Transformação Cultural da Paraíba. *A União*. João Pessoa, 29 de maio de 1951. Seção *Tópicos*, p. 04.

A linguagem, compreendida como elemento político, capaz de intervir no mundo social, passa a ser constantemente mobilizada pelos intelectuais que escreviam no jornal *A União* (SKINNER, 2005a; POCKOCK, 2003). José Lopes de Andrade, através da seção *Tópicos*, passa a enfatizar o “entusiasmo” com o qual a mocidade paraibana estaria se lançando à empreitada de “soerguimento cultural da *Província*”. Como o mundo social é constituído de conceitos, a produção discursiva dos intelectuais constitui uma dimensão importante na criação dos “efeitos de realidade”. Dessa forma, ao privilegiar a dimensão do “soerguimento cultural” da “província”, mediante a criação/estadualização das faculdades, a intelectualidade objetivava, a um só tempo, veicular as atividades que vinham sendo realizadas, persuadindo o público-leitor a aderir também ao movimento, além de fomentar as atividades que consideravam capazes de “criar” o “clima” ou “ambiente universitário” desejado. Escrevendo na seção *Tópicos*, Lopes de Andrade reiterava:

Dentro dessa fase de desenvolvimento cultural que está vivendo a Paraíba, contando como acontecimento máximo a formação de um ambiente universitário, futuras conquistas, de maior ou menor importância, contribuem para criar na Província uma atmosfera de interesse pelo que se vai realizando de modo promissor, numa amostra evidente de que a nossa terra só estava necessitando de quem tomasse a frente de iniciativas, por arrojadas que fossem, que o resto surgiria naturalmente, alcançando a melhor receptividade. Os universitários paraibanos têm sabido manter à altura o espírito de classe com todas as manifestações de vida e entusiasmo que são de esperar-se no seio das novas escolas, registrando-se o melhor interesse em torno de tudo que venha favorecer o progresso intelectual (ANDRADE, 1952, p. 04).

Certamente, o cenário intelectual da “província” já havia sido animado por uma série de academias, revistas e movimentos culturais anteriores à década de 1950, como nos elucida a criação do Instituto Histórico e Geográfico (1905), da Academia Paraibana de Letras (1941), da revista *Manaíra*³⁵ (1939) e da revista “Era Nova”³⁶ (1920). Todavia, o que destacamos aqui consiste na singularidade que a experiência de instituição das faculdades estaria provocando na vivência intelectual do estado. Tratava-se, pois, de uma experiência diversa daquela encetada pelas academias anteriormente

³⁵ Fundada em 1939, por Wilson Madruga e Alberto Diniz, a revista *Manaíra* publicava poemas, crônicas e resenhas literárias (ARAÚJO, 1986).

³⁶ A revista “Era Nova” circulou de 1921 a 1926. Veiculava poemas, crônicas e artigos de cunho literário. Dentre os seus colaboradores, estavam: Coriolano de Medeiros, Américo Falcão, Celso Mariz, Carlos Dias Fernandes, Elpídeo de Almeida, Flávio Maroja, dentre outros (ARAÚJO, 1986).

existentes, visto que essas, até pela sua estruturação, alcançavam um público mais restrito. A promoção de um “ambiente” ou “clima universitário”, poderíamos dizer de uma cultura universitária, representava um desafio “novo” que se erigia aos intelectuais da época. Assim sendo, quando os discursos por eles veiculados se referem à “necessidade” de fomentar esse “clima” é bem provável que estejam a se referir à formação sistematizada, através da criação de instituições voltadas para a preparação de pessoal especializado para as atividades demandadas pelo processo de industrialização que se intensificara substancialmente ao longo da década anterior. Tornava-se preciso, assim, instituir um espaço que fomentasse esse “clima universitário”, mediante a convivência dos docentes/discentes das mais variadas escolas superiores então existentes.

Símbolo do “progresso intelectual”, e considerado o “templo” que criaria o clima universitário no estado, a Faculdade de Filosofia, instituída em maio de 1952, foi amplamente festejada pela imprensa oficial. O debate que animava a criação do “ambiente universitário” na Paraíba partilhava da concepção, amplamente disseminada nos meios da alta cultura do período, de que caberia à Faculdade de Filosofia a promoção da cultura desinteressada, integrando, assim, as demais faculdades e contribuindo para a criação do “clima universitário”. Afinal, José Lopes de Andrade bradava, através da imprensa, que o “ambiente universitário” não se constituiria apenas através dos decretos ou leis. Além desses, era considerada indispensável a vivência, mediante eventos, por exemplo, de um espaço “verdadeiramente universitário”, capaz de fomentar, inclusive, a criação da Universidade da Paraíba. Dessa forma, a instituição da Faculdade de Filosofia é constantemente mobilizada pela imprensa oficial como o espaço considerado capaz de “criar”, mediante o cultivo da cultura desinteressada, o ambiente universitário aludido:

A situação do ensino na Paraíba é, atualmente, sobremodo auspiciosa. Assiste-se a um surto animador em todo o setor educacional, constatando-se iniciativas e realizações denunciadoras de uma nova vida, cujo traço se evidencia nos demais setores do organismo estadual. Além das medidas que visam melhorar o padrão do ensino primário em todo o Estado, temos que ressaltar as conquistas realizadas no campo do ensino superior, em curto espaço de tempo, dotando a nossa terra de meios próprios afim de proporcionar à mocidade os ensinamentos que ia buscar, antes, noutros centros, enfrentando inúmeras desvantagens (DEIXANDO A PARAÍBA NA MANHÃ DE ANTE-ONTEM...1952, p. 02).

Iniciando suas atividades no segundo semestre de 1952, a Faculdade de Filosofia da Paraíba foi inicialmente dirigida pelo professor Emanuel de Miranda Henriques e contava com as seções de História e Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia. A vinda de professores europeus para ministrarem cátedras nessa faculdade era considerada mais uma “comprovação empírica” de que a “província” estava “viva”. O início da década de 1950 é marcado, assim, pela vinda de diversos professores estrangeiros para lecionar não apenas na Faculdade de Filosofia da Paraíba, como também nas demais faculdades em funcionamento no estado. Destarte, em junho de 1952, convidado para lecionar a cadeira de Literatura Francesa na Faculdade de Filosofia, desembarca o professor François-Luc Charmon. Nesse mesmo ano, desembarcam na Paraíba os professores George Agostinho da Silva, especialista em História pelo *College de France*, a também historiadora – e esposa do professor Charmont, Judith Cortezão da Silva e o professor Gerald Barba – a quem seria designada a instituição da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina³⁷. No ano posterior, seria a vez dos professores Hermeto Caprioglio – especialista em Latim, bem como dos geólogos Mariano Feio e Orlando Ribeiro, os dois últimos assistente e titular, respectivamente, da cadeira de geomorfologia da Universidade do Porto.

A Missão intelectual europeia, como ficaria designada a vinda dos professores para lecionarem nas escolas superiores, era considerada, pela intelectualidade que animava o debate, como uma das condições de possibilidade para a criação do “ambiente intelectual” no estado. Afinal, se até meados da década de 1940 observava-se certo marasmo nas questões culturais da “província” – o que não impediria a criação, embora de forma efêmera, da *Revista Manaíra* por Wilson Madruga e Alberto Diniz – a institucionalização das Escolas Superiores, contando com a vinda de renomados intelectuais europeus, representaria a “consolidação” da chamada experiência universitária na Paraíba, apontando, inclusive, à possibilidade real de criação de uma Universidade.

Para tanto, a imprensa, sobretudo a oficial, desempenhará um papel fulcral na criação desse ambiente universitário, haja vista as mobilizações encetadas pelos intelectuais no sentido de persuadir o público-leitor a integrar-se também na constituição dessa experiência universitária. Como citado anteriormente, a concepção de que a instituição de uma Universidade deveria ultrapassar a “fria” legislação,

³⁷ Encontram-se nesta cidade, os professores... *A União*. João Pessoa, 23 de junho de 1952, p. 03-08.

convertendo-se na convivência dos discentes e docentes das Faculdades, encontrava ampla recepção por parte dos intelectuais que escreviam n’*A União*. Assim sendo, ao longo desse período, o jornal oficial é apropriado como espaço de promoção das escolas superiores, fomentando o pretendido clima universitário. É constante, seja através de pequenas notas, editoriais ou nas diversas seções que compõem este jornal, a interlocução estabelecida com o público, no sentido de se promoverem eventos, conferências e exposições, aspectos considerados potenciais para a criação e consolidação da experiência universitária na Paraíba:

Chegamos, de um ano para outro, no domínio do ensino superior, a uma situação das mais auspiciosas, com um ambiente universitário que já mantém um ritmo de vida igual a outros de existência mais longa e experimentada. A mocidade estudiosa, recebendo esse inestimável benefício, soube consolidar a conquista, que a todos pertence, seguindo uma orientação segura e proveitosa e se integrando plenamente no sentido de sua missão. Sente-se, perfeitamente, na Paraíba, a existência desse ambiente universitário, onde os moços, cheios de entusiasmo e boa vontade, levam avante a sua nova tarefa, num movimento a que está presente o desejo de afirmação dentro do nosso meio cultural e social. Esse intento se revela através de realizações e diretrizes que bem demonstram a elevação dos propósitos que animam aqueles que frequentam nossas Faculdades. Entre outras iniciativas, revela salientar a realização de festas oferecidas à sociedade, evidenciando o empenho dos universitários no sentido de uma maior participação nas relações de cortesia e sociabilidade do meio em que vive no qual se deve afirmar cada vez mais (CHEGAMOS, DE UM ANO PARA OUTRO, NO DOMÍNIO... 1952, p. 04).

Dadas as condições para a “criação” do “ambiente universitário”, mediante a realização de eventos e conferências, acreditava-se que o próximo passo no projeto de “soerguimento cultural” do estado consistiria na instituição da sua Universidade. Assim, já na segunda quinzena de 1952, o jornal *A União* passa a noticiar sucessivas reuniões do Comitê Pró-Universidade, entidade que reunia as congregações das Faculdades então existentes no estado, bem como discentes e presidentes dos diretórios acadêmicos. As reuniões do Comitê culminariam, já no ano seguinte, na deflagração da campanha em prol da instituição da Universidade da Paraíba. O movimento passa a ser encabeçado pelo governador do estado que, em 15 de junho de 1953, envia Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, criando a sua Universidade³⁸.

³⁸ Coroamento do movimento em prol do ensino superior...*A União*. João Pessoa, 17 de junho de 1953, p. 03.

Se o movimento em prol da criação da Universidade da Paraíba encontrou na figura do governador José Américo uma espécie de patrono, que abraçaria a “causa” da Universidade da Paraíba, a tramitação do projeto na Assembleia Legislativa por dois anos denota certa apatia da classe política frente à ideia da sua instituição. Desse modo, em junho de 1954, o jornal *A União* transcrevia o discurso do então deputado Ivan Bichara Sobreira cobrando da classe política mais empenho na aprovação do projeto, devido aos sucessivos esvaziamentos das sessões em que este deveria ser votado³⁹.

A ausência de José Américo de Almeida da chefia do governo estadual, tendo em vista a sua licença para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas no segundo governo de Vargas, pode nos sugerir que, sem o seu “patrono”, o projeto de instalação da Universidade da Paraíba teria ficado em segundo plano nas questões administrativas do estado. Todavia, com a crise política que se abateu sobre o governo Vargas, culminando no suicídio do presidente em agosto de 1954, e a volta de José Américo à chefia do governo estadual, o projeto de instituição da Universidade da Paraíba volta a animar os círculos intelectuais do estado.

Nesse cenário, o chefe de gabinete do governador, o professor José Lopes de Andrade, passa a liderar a chamada campanha em prol da “Autonomia Cultural do Nordeste”. Inspirando-se no Movimento Regionalista de 1926, do qual o próprio José Américo foi um dos signatários, o autor de *Introdução à Sociologia das Secas* passa a defender, juntamente com Aderbal Jurema e Mauriton Meira, a “valorização do intelectual nordestino no próprio Nordeste”, de forma a lhe conferir “meios de estudo, de pesquisa e de oportunidade”⁴⁰. A campanha, que estampa algumas páginas d’*A União* ao longo do ano de 1955, acreditava que a Universidade consistiria no meio ideal para a criação das condições que pudessem fixar o intelectual nordestino, e, sobretudo, paraibano, na própria região.

Após uma série de debates, a Lei n. 1.070, que instituía a Universidade do Estado da Paraíba foi assinada pelo governador José Américo de Almeida, em 24 de setembro de 1955. A Universidade foi composta pela agregação das Faculdades de Filosofia, Medicina, Direito, Odontologia, Politécnica (com sede em Campina Grande), Ciências Econômicas, Serviço Social e Enfermagem. É necessário observar que a instituição de universidades, no período que compreende as décadas de 1940 e 1950, foi

³⁹ Focalizado, na Assembleia, o tema da Universidade... *A União*. João Pessoa, 06 de junho de 1954, p. 03-02.

⁴⁰ Autonomia cultural do Nordeste. *A União*. João Pessoa, 27 de setembro de 1954, p. 05-07.

bastante facilitada pelo decreto-lei 8.457⁴¹, de 26 de dezembro de 1945. A flexibilização para a criação de “novas” universidades, preconizadas pela legislação em vigor, fez com que “surgissem”, geralmente a partir da aglutinação de escolas isoladas, mais de uma dezena de universidades em todo o país. Dessa forma, entre 1955 e 1964, foram instituídas as Universidades do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Universidade Católica de Salvador, Universidade de Juiz de Fora, Universidade do Espírito Santo, Universidade Federal Fluminense, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Petrópolis, Universidade Católica de Campinas, Universidade Católica do Paraná, Universidade de Santa Catarina, Universidade Rural do Sul, Universidade de Pelotas, Universidade de Santa Maria, Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Universidade de Brasília, além da Universidade da Paraíba (CUNHA, 2007a).

A instalação da Universidade da Paraíba foi realizada em 12 de dezembro de 1955, sendo nomeado reitor provisório, o então secretário de Educação e Cultura do governo da Paraíba, Durmeval Trigueiro. O evento obteve significativa repercussão na imprensa do estado. Vislumbrava-se, para nos apropriarmos das palavras de Lopes de Andrade, a “consolidação da experiência universitária paraibana”⁴². A própria proximidade da solenidade de instalação da Universidade, com a saída de José Américo da chefia do Executivo estadual, também nos sugere a apropriação do evento como uma forma de promover a figura do governador, haja vista que o evento coroaria a sua “gestão ilustrada”. Destarte, ao deixar o governo do estado, José Américo estaria “legando” aos paraibanos o que denominava como a “verdadeira independência”, qual seja: a “autonomia intelectual” do estado, mediante a instituição da sua Universidade⁴³.

⁴¹ O Decreto-Lei n. 8.457/45, promulgado pelo presidente provisório José Linhares, tonou mais flexíveis as exigências para a criação de universidades do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. O Decreto determinava que uma universidade precisaria ter, pelo menos, três unidades de ensino. Mas, pelo novo critério, duas delas (e não as três) deveriam estar entre as de Filosofia, Direito, Medicina e Engenharia. Se uma das três faculdades do núcleo gerador fosse de Filosofia, a segunda deveria ser escolhida na lista acima, mas, a terceira poderia não constar dela. Dessa forma, entre os anos de 1945 e 1954 foram criadas uma dezena de universidades, dentre as quais destacamos as Universidades do Recife, Rural de Pernambuco, Católica de Pernambuco, da Bahia, Universidade de Minas Gerais, Universidade do Rio Grande do Sul, além, é claro, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Brasil, as duas últimas instituídas ainda na década de 1930 (CUNHA, 2007a).

⁴² A Paraíba e sua Universidade...*A União*. João Pessoa, 16 de dezembro de 1955, p. 03.

⁴³ A Universidade do Estado da Paraíba foi “federalizada” pela Lei n. 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a se chamar Universidade Federal da Paraíba (ESPINOLA, 1980). Essa lei vai ao encontro das “federalizações” que vinham sendo realizadas pela união desde o início da década de 1950. Assim, até 1962, quando o Conselho Federal de Educação adotou postura contrária ao movimento, foram federalizados cerca de 39 estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, municípios e por particulares (CUNHA, 2007).

O debate da “província viva” *versus* a “província morta” parecia ter chegado ao “final”, sugerindo-nos que as formulações de José Lopes de Andrade, Otacílio Nóbrega de Queiroz e do próprio José Américo de Almeida estavam “corretas”, ou seja, “a província não estava morta”. O seu sono teria sido despertado pela animação das coisas do espírito, animação esta proporcionada pela gestão que findava, como reiteravam os sucessivos escritos de Lopes de Andrade. Se escrever é “fazer as coisas com palavras” (SKINNER, 2005a), a atuação da intelectualidade que escrevia no jornal *A União* objetivava, a um só tempo, chamar a atenção do público-leitor para a temática da educação superior, garantindo a sua adesão nessa empreitada, bem como promover as faculdades e escolas que estavam sendo instituídas, endossando o discurso que advogava a vitalidade intelectual *na e da* “província”.

Ao defender a “tese” da “província viva”, a intelectualidade estava, também, legitimando a sua atuação nessa empreitada cultural. Afinal, a instituição das faculdades, culminando com a criação da Universidade da Paraíba, teria se dado, conforme a produção constantemente veiculada pelos intelectuais, em virtude exclusivamente do “governo ilustrado” de José Américo de Almeida. Ao veicular esse discurso, os intelectuais invisibilizavam as condições diversas que propiciaram a expansão do ensino superior ao longo das décadas de 1940 e 1950. A criação da Universidade da Paraíba decorreria única e exclusivamente da atuação do então governador e dos intelectuais em seu entourage. As atividades encetadas por estes teriam “materializado” o “espírito universitário” que vinha animando o estado desde, pelo menos, o final da década de 1940. Escrevendo na seção *Tópicos*, José Lopes de Andrade afirmava:

Não estava morta a Província, como bem a vemos agora. Haviam-na apenas adormecido pela descrença os que não a amavam e nem acreditavam em suas forças potenciais [...] A criação da Universidade da Paraíba coroou a obra de levantamento cultural da Província de que se começou até a passar o prematuro atestado de óbito. Foi uma grande ventura ter colaborado nessa obra, embora na obscuridade de um cargo burocrático e com o sacrifício de dois anos de estudo e de novas oportunidades. Como José Américo, acredito nos nossos valores regionais e provincianos e, ainda como ele, confio que esses valores triunfarão sobre todas as adversidades, sejam do meio físico ou do meio humano e social. Tendo sido o primeiro a insurgir-se na imprensa desta capital e do Recife contra o que então chamei *a tese da Província morta*, opus, com Juarez Batista, Otacílio Queiroz, Afonso Pereira e outros intelectuais conterrâneos, a esse eufemismo, o que passamos a chamar *a província viva*. Os acontecimentos de que toda a

Paraíba é hoje testemunha, provam, finalmente, que a razão estava do nosso lado. A Província, de fato, não estava morta (ANDRADE, 1955, p. 03-06, grifos do autor).

Se, na capital do estado, o “clima” era de entusiasmo frente ao “alevramento cultural”, consubstanciado na criação da Universidade da Paraíba, na cidade de Campina Grande, o “clima” era de revolta e de mobilização. A intelectualidade daquela cidade sentia-se preterida em detrimento das iniciativas do governador na cidade de João Pessoa. Dessa forma, observa-se, ao longo dos primeiros anos da década de 1950, a articulação dos estudantes universitários campinenses no sentido de cobrarem do governo estadual uma “maior atenção” aos aspectos educacionais, culturais e econômicos da cidade.

Tal reivindicação fazia-se em nome da “importância” econômica atribuída à cidade, notadamente por seus intelectuais e economistas, que destacavam as “vultosas contribuições” na arrecadação de tributos⁴⁴. A criação da União Universitária Campinense, em maio de 1952, representa bem o clima de revolta que se abatia sobre o segmento estudantil na cidade. Através da realização de uma série de campanhas, a União Universitária agitará os espaços de sociabilidade intelectual em Campina Grande, encetando também um constante diálogo com o poder estadual, que reverberará, por exemplo, na instituição da Escola Politécnica da Paraíba, com sede em Campina Grande, em outubro de 1952.

2.2- “Os Estudantes precisam do Povo e o Povo precisa dos Estudantes”: a União Universitária Campinense e a instituição das escolas de ensino superior

Se, no primeiro quinquênio dos anos de 1950, o “clima” na capital do estado era de entusiasmo frente à instituição das primeiras escolas superiores, reverberando na criação da Universidade do Estado da Paraíba, em Campina Grande, as discussões que embalavam os espaços intelectuais revestiam-se de mobilização e certa revolta. A intelectualidade campinense sentia-se preterida frente às iniciativas encetadas pelo governo do estado na cidade de João Pessoa. Dentre os “ressentimentos” que saltavam as páginas dos jornais e circulavam pelas ruas da cidade, dois sobressaíam: a constante

⁴⁴ Segundo Lima (2012), a cidade de Campina Grande contribuiu, entre 1950 e 1954, com 1/3 da arrecadação tributária do estado, sendo assim dividido: 1950 – 33%, 1951- 38%, 1952- 25%, 1953- 26% e 1954, 32%.

falta de água⁴⁵ – que retardaria o crescimento das atividades industriais na cidade - e a ausência de escolas superiores, estas consideradas imprescindíveis para a consolidação do progresso/desenvolvimento da cidade.

Campina Grande, no início da década de 1950, já se destacava como “empório comercial” da região Nordeste. A posição geográfica da cidade, situada no entroncamento das principais rotas de comércio do interior nordestino, teria influído na consolidação da atividade comercial, conferindo-lhe a alcunha, ainda nas décadas de 1930 e 1940, de “Capital do Trabalho”. Ponto de escoamento das produções de algodão e sisal instalaram-se na cidade diversas companhias de beneficiamento de algodão, engendrando, por conseguinte, a criação de diversas fábricas. O crescimento das atividades comerciais animava as lideranças políticas e econômicas da cidade, que vislumbravam no processo de industrialização a sua redenção ante o progresso/desenvolvimento. Ao adentrar a década de 1950, o município já se destacava com um centro industrial em ascensão, inclusive superando a capital do estado em número de estabelecimentos industriais e operários.

Às expectativas no âmbito econômico não corresponderia, por sua vez, ao cenário vivenciado no plano intelectual. A intelectualidade da cidade sentia-se, por assim dizer, “esquecida”, tendo em vista as diversas ações do então governador José Américo de Almeida na instituição/estadualização de diversas faculdades na capital do estado. A ausência, pelos menos até o ano de 1952, de escolas superiores em Campina Grande engendrava nos intelectuais um sentimento de “abandono” por parte do poder estadual, principalmente se considerarmos o peso decisivo do município para a vitória de José Américo nas eleições ao governo do estado, ocorridas em 1950. Dessa forma, nos primeiros anos da década de 1950, os estudantes universitários, aglutinados em torno das universidades do estado de Pernambuco, passam a reivindicar a instituição de escolas superiores na cidade, mediante a justificativa de que apenas o conhecimento científico poderia auxiliar a cidade na “equação” dos seus problemas.

É preciso salientar que o descompasso entre as atividades comerciais e intelectuais foi constantemente mobilizado pela intelectualidade campinense ao longo da primeira metade do século XX. Gaudêncio (2012), em seu estudo sobre os círculos intelectuais em Campina Grande, identifica nos discursos e obras de Cristiano Pimentel,

⁴⁵ Até o final da década de 1950, com a inauguração da adutora Eptácio Pessoa (“açude de Boqueirão”), a falta de água consistia em um dos maiores problemas enfrentados pela cidade de Campina Grande. Para se ter uma real dimensão da representatividade da adutora de Boqueirão, basta dizer que até o hoje (2017), o abastecimento da cidade é feito através dessa adutora.

Epaminondas Câmara, Hortênsio de Sousa Ribeiro, Mauro Luna, dentre outros, uma constante denúncia da “disparidade” que separava o crescimento das atividades econômicas e as atividades intelectuais neste município entre as décadas de 1920 e 1940. Todavia, se esses intelectuais se pautavam nos ideais iluministas de progresso e civilização como forma de promover a “consciência intelectual” que acreditavam ausente na cidade, a geração posterior, representada por Edvaldo do Ó, Williams de Souza Arruda, Newton Rique, dentre outros, e já formada por influência das escolas superiores, passa a advogar o binômio ciência e técnica como forma de superar o “atraso cultural” que teimava em ameaçar o “progresso/desenvolvimento” de Campina Grande.

A convivência entre os intelectuais campinenses, através da experiência discente nas universidades de Pernambuco, vai secretando “redes de sociabilidade” (SIRINELLI, 1996, 1998a, 1998b), as quais, por sua vez, possibilitam que sejam consolidados determinados laços a partir do trânsito desses intelectuais por lugares em comum, como as universidades, bares etc. Se, para a geração de Cristiano Pimentel⁴⁶, Mauro Luna⁴⁷ e Anézio Leão⁴⁸, o “caldo-de-cana” de Hortênsio Ribeiro⁴⁹ foi o espaço que fomentou, na década de 1930, o debate sobre a vida intelectual da cidade, para a geração de Edvaldo do Ó, o espaço para o debate político-educacional encontrou esteio, no início da década de 1950, nas universidades. Além disso, é preciso salientar que, desde o final da década de 1930, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), o protagonismo estudantil vai se firmando cada vez mais na vida política do país.

⁴⁶ Cristiano Pimentel (1897-1965) foi um dos principais cronistas de Campina Grande entre as décadas de 1920 e 1940. Escrevia artigos no jornal *A União*, *Gazeta do Sertão*, bem como na *Revista Manáira*. Publicou os livros *Dois Poetas*, *Pedaços da História da Paraíba*, *Abrindo o livro do Passado* e *Pedaços da História de Campina Grande* (ALMEIDA, 1964; GAUDÊNCIO, 2012).

⁴⁷ Mauro da Cunha Luna (1897-1943) foi professor de Gramática e Literatura Brasileira nos principais colégios de Campina Grande. Publicou, na década de 1920, o livro de poemas *Horas de enlevo*. Escrevia crônicas, artigos e resenhas literárias nos jornais *A União* e *Correio de Campina* (ALMEIDA, 1964; CÂMARA, 1998).

⁴⁸ Anézio Ferreira Leão (1900-1971) foi jornalista e professor de Gramática. Publicou Gramáticas e livros de poesia. Em 1963, assumiu uma vaga no Legislativo campinense.

⁴⁹ Hortênsio de Sousa Ribeiro (1885-1961) foi advogado, jornalista e cronista. No início da década de 1920, reabriu o jornal *Gazeta do Sertão*, fundado por Irineu Joffily em 1888. Foi sócio fundador da Academia Paraibana de Letras. Sua produção literária é composta de crônicas, artigos e ensaios publicados em jornais e revistas, como *A Imprensa*, *Voz da Borborema* e *A União*. Na década de 1930, seu escritório de advocacia, localizado na principal rua da cidade (atual Rua Maciel Pinheiro), reunia grande parte da intelectualidade da cidade. Como as reuniões eram regadas por bastante caldo-de-cana, o espaço passou a ser denominado como “o caldo-de-cana do senhor Hortênsio”. Conforme aponta Gaudêncio (2012), essas reuniões protagonizaram importantes momentos na história intelectual de Campina Grande.

Os estudantes vão se constituindo em importantes atores ao longo da participação em diversos episódios da vida nacional. Passam, assim, a promover debates, campanhas e a se organizar através de associações. De volta à sua terra natal, os estudantes universitários de Campina Grande passam a frequentar determinados lugares, como a Sorveteria Pinguim, o Café Flórida, o Manuel da Carne de Sol, dentre outros. O repertório debatido nesses espaços revestia-se de uma pauta bastante extensa. Ao que nos indica o depoimento de Edvaldo de Souza do Ó, primeiro presidente da União Universitária Campinense, os objetivos dessas reuniões perpassavam desde eventuais momentos de lazer, chegando, por sua vez, ao debate político-educacional da cidade, do estado e até mesmo do país.

Com o aumento do número de participantes, o padre Severino Mariano de Aguiar concederia o andar térreo da União dos Moços Católicos⁵⁰, que passa a abrigar, naquele momento, as reuniões dos universitários. Ao mesmo tempo em que a Igreja Católica cede o espaço físico para a realização dos encontros dos estudantes, muitos deles membros da União dos Moços Católicos, mantém sob a sua órbita as atividades realizadas no local, evitando, por exemplo, que “ideias comunistas” pudessem “corromper” a “juventude universitária campinense” (UCHOA, 1964, p. 34).

É preciso lembrar que o contexto em questão é permeado pela bipolaridade da “guerra fria”. Nesse cenário, as “ameaças” do comunismo representavam uma questão concreta, às vezes até superdimensionada, com que se deparavam muitos líderes da Igreja Católica. As reuniões ocorridas na sede da União dos Moços Católicos passam a assumir a conotação de ágora moderna, onde os “principais problemas” de Campina Grande são debatidos. Dentre os frequentadores *habitués*, Edvaldo do Ó nos cita os nomes de Evaldo Cruz, Antônio Carlos Escorel, Almir Braga Porto, Amir Gaudêncio, Newton Rique, Raymundo Asfóra, dentre outros. Ao falar sobre as reuniões realizadas pelos universitários, Edvaldo do Ó afirma:

[...] O Padre Mariano nos doou um local para a sede, que foi todo o andar térreo da União dos Moços Católicos, à Rua Afonso Campos. E aí, certo dia, me reuni com os companheiros, para esclarecer a finalidade da associação. Antes, a reunião dos universitários era na Sorveteria “O Pinguim”, local predileto dos universitários ou no

⁵⁰ A União dos Moços Católicos – seção Campina Grande – foi instituída pelo Conselho Estadual da União dos Moços Católicos da capital do estado da Paraíba, em março de 1929. Esta entidade promoveu uma série de encontros, conferências e palestras ao longo das décadas de 1930 e 1950. Dentre os objetivos que balizavam a atuação da União dos Moços Católicos, Uchoa (1964) enfatiza a difusão da fé católica entre a mocidade campinense, bem como o combate ao comunismo.

“Manoel da Carne de Sol”. E com o apoio do Padre, passamos a nos reunir para discutir problemas da União dos Moços Católicos, todas as noites. Tínhamos jogos de ping-pong, gamão, xadrez e conversávamos sobre as questões e problemas e reuníamos cada vez mais conhecimentos sobre Campina Grande (SOUZA DO Ó, [depoimento: mai. de 1991]).

As reuniões vão se tornando cada vez mais frequentes e o debate, antes disperso, acaba resultando na institucionalização da entidade estudantil. É criada, em três de junho de 1952, a União Universitária Campinense. Na ocasião, a Prefeitura Municipal de Campina Grande abriu um crédito de 20 mil cruzeiros, destinados à instalação da sua sede própria. A entidade reunia, inicialmente, 88 universitários oriundos da cidade de Campina Grande e que faziam seus cursos superiores nas cidades de João Pessoa, Recife, Salvador e, em menor número, Rio de Janeiro e São Paulo. Dentre os seus principais integrantes, destacamos os nomes de Edvaldo do Ó, Newton Rique, Aníbal Porto, Antônio Lucena, Álvaro Gaudêncio, Aldino Gaudêncio, Amir Gaudêncio, Williams de Souza Arruda, Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, dentre outros. A União Universitária Campinense visava, conforme nota publicada no jornal *O Rebate*, promover o debate intelectual na cidade, objetivando a criação das escolas superiores, dentre as quais, se comentavam, à época, nas Faculdades de Economia, Química Industrial e Odontologia⁵¹.

Espaço de debate educacional, a União Universitária Campinense caracterizava-se também pela intensa discussão político-partidária. Assim, as eleições para a presidência da entidade passam a ser motivo de disputa entre as duas agremiações políticas que dividiam a política partidária na Paraíba naquele momento: a UDN e o PSD. É nesse cenário que ocorre a primeira disputa pela presidência da entidade, tendo se formado duas chapas: a Aliança Universitária, que lançou o nome de Edvaldo do Ó, e a União Democrática Universitária, homologando o nome de Ivandro Cunha Lima. A Aliança Universitária, através da proximidade político-partidária com o então governador José Américo de Almeida, defendia a “aliança” a ser estabelecida entre a “classe universitária” e o chefe do Executivo estadual, objetivando a instituição das escolas superiores.

Se o governador vinha estadualizando/instituindo faculdades na capital do estado, não demoraria muito para que a expansão do ensino superior chegasse até

⁵¹ Os estudantes campinenses se encontram reunidos...*O Rebate*. Campina Grande, 08 de junho de 1952, p. 02.

Campina Grande. Como esse grupo estava “mais próximo” da chefia estadual, afirmavam seus membros, a direção da União Universitária necessitava estar sob o comando dessa ala. O argumento mobilizado pela “Aliança” consistia na posição ocupada por essa ala na estrutura do poder estadual, aspecto que “facilitaria/promoveria” o diálogo entre os estudantes e o estado. Por sua vez, a União Democrática Universitária, contando com a participação de estudantes mais ligados à UDN, apontava o “descaso” do governo estadual para com a cidade, haja vista que, até aquele momento, nenhuma escola superior havia sido instituída em Campina Grande. Reiteravam o discurso de que a posição política e econômica da cidade estava sendo “negligenciada” pelo poder estadual. Tornava-se premente, então, a ocupação da direção da entidade por lideranças “mais combativas”, objetivando pressionar o Executivo estadual para estender àquela cidade o movimento de “soerguimento cultural” que se delineava na capital.

O embate entre as duas chapas, ocorrido em nove de julho de 1952, acabou sendo favorável à “Aliança Universitária”. Na ocasião, foi sufragado, por 42 votos a 34, o nome de Edvaldo de Souza do Ó como presidente da UUC. Nesse mesmo pleito, foi eleita a mesa-diretora, composta pelos estudantes Newton Rique (Primeiro Vice-Presidente) e Antônio Lucena (Segundo Vice-Presidente). O Conselho Consultivo, por sua vez, seria composto pelos acadêmicos Williams de Souza Arruda, Francisco Siqueira, Aníbal Agra Porto, Antônio Carlos Escorel, Raymundo Asfóra e Evaldo Cruz⁵². Se a presidência da entidade foi ocupada pela “Aliança Universitária”, a composição da mesa-diretora e do conselho consultivo nos indica a presença de membros da “União Democrática” na direção da UUC. É possível que o regimento da entidade possibilitasse a escolha/indicação de um membro de cada ala na mesa-diretora, bem como de três membros das duas alas no conselho consultivo. Nesse panorama, a “Aliança Universitária” indicaria o nome de Newton Rique e a “União Democrática” escolheria Antônio Lucena, como primeiro e segundo vice-presidente, respectivamente. Na composição do conselho consultivo, a “Aliança” indicaria os nomes de Antônio Carlos Escorel, Raymundo Asfóra e Williams Arruda e a “União Democrática” escolheria Aníbal Porto, Evaldo Cruz e Francisco Siqueira.

Ao ascender à liderança da União Universitária a ala afinada com a estrutura de poder americista, observa-se a intensificação das negociações para a instituição das

⁵² Eleito presidente o acadêmico...*O Rebate*. Campina Grande, 16 de julho de 1952, p. 03.

Escolas Superiores em Campina Grande. Isso não significa, porém, que as ações da entidade passassem a ser meros reflexos das decisões do Executivo estadual. Muito pelo contrário; por diversas vezes, a UUC entrará em rota de colisão com a administração estadual, adotando um discurso mais agressivo, em que o argumento da “negligência” do poder estadual para com a cidade era constantemente mobilizado no interior do debate intelectual. Todavia, a proximidade da ala americista com o chefe de gabinete do governador, José Lopes de Andrade, criará um espaço de negociação nada desprezível, possibilitando aos universitários estabelecer alianças e ver, por conseguinte, o atendimento a diversas reivindicações.

Fotografia 1- Confraternização entre as duas chapas concorrentes à presidência da União Universitária Campinense (julho de 1952).



Presentes: Fernando Arruda, Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, Edvaldo de Souza do Ó, Álvaro Araújo, Amir Gaudêncio, Antônio Carlos Escorel, Josué Rodrigues, Álvaro Gaudêncio Filho, Antônio Cabral Sobrinho, José Paulino da Costa Filho, José Vital Figueiredo, Evaldo Cruz, Raymundo Asfóra, Milton Paiva, Aníbal Porto e William Tejo. Fonte: Acervo da Fundação Edvaldo do Ó, 2015.

Tão logo foi instituída a União Universitária Campinense, os intelectuais iniciaram as articulações com vistas à criação das primeiras escolas superiores na cidade. É preciso lembrar que no início da década de 1950 Campina Grande contava com um considerável número de escolas secundárias⁵³, aspecto que incidia na demanda por cursos de nível superior. Dessa forma, a UUC manterá um constante diálogo com a

⁵³ Nesse mesmo período, o Colégio Estadual de Campina Grande era oficialmente instituído. Trata-se, conforme aponta Silva (2014), da primeira instituição pública de nível secundário criada fora da capital do estado. Iniciando suas atividades em janeiro de 1953, a instituição contava com 773 alunos, distribuídos entre os cursos clássico e científico.

Associação dos Professores Secundários da cidade, promovendo uma série de campanhas, objetivando debater a criação das faculdades. O *Jornal de Campina*, ao longo da sua segunda edição, já nos traz um artigo, escrito por Edvaldo do Ó, no qual o presidente da UUC convidava “intelectuais, professores e diretores de colégios” para uma reunião a ser realizada no dia 22 de agosto de 1952, nas dependências do Campinense Clube. O objetivo do encontro, conforme se pode depreender a partir do artigo citado, consistiria em debater os principais “problemas de Campina” inserindo-se, dentro destes, a ausência de escolas superiores.

Na convocatória da reunião, os intelectuais enfatizavam a “tese” de que o progresso/desenvolvimento econômico da cidade estaria comprometido sem o advento das escolas superiores. Para tanto, tornava-se necessário a mobilização de toda a sociedade em torno do movimento que se iniciava. Frente à “ausência” das ações governamentais, a “sociedade campinense” precisaria se mobilizar, objetivando, nesse caso, a criação das escolas superiores. Esse empenho nas chamadas “causas da cidade” era considerado, ou mobilizado pelo autor do artigo, como aspecto intrínseco à identidade do campinense. Na medida em que a cidade estaria sendo “relegada” pelo poder estatal, caberia à iniciativa privada a tarefa de fomentar o debate e, conseqüentemente, instituir as faculdades. Aliás, a ideia de encarar a iniciativa privada como “coisa normal”, tendo em vista a “indiferença” do governo estadual, era constantemente mobilizada pelos intelectuais nos debates travados. Dentre os “exemplos” da primazia do setor privado na edificação da cidade, Edvaldo do Ó nos cita, em seu artigo, a construção dos colégios particulares, bem como as indústrias. Ao convocar a “sociedade campinense” a se fazer presente à reunião, o autor afirmava:

Somos uma comuna eminentemente politizada. Nosso povo manifesta suas tendências, sempre, em praça pública. Não somente pelos arroubos festivos dos comícios e das manifestações em massa, como também, em trabalho efetivo que se traduz no auxílio de cada um a quantas campanhas se iniciem, a quantas ideias se aventem, a quantas obras se proponham realizar. Cremos que essa manifestação coletiva vem do fato original que dispomos, da iniciativa privada que tudo fez, que levantou o que hoje temos orgulho de apresentar como a maior cidade do hinterland nordestino. Por que (sic) vem daí o fato de encarar a iniciativa privada como cousa normal, pouco esperando dos governos, a contumaz assistência de todos na solução de quaisquer problemas que se levantem, quer para eleger um dirigente administrativo, quer para demonstrar agrado político por esse ou aquele elemento, quer para erigir monumentos, como o são as indústrias locais, os colégios particulares e mesmo um clube de

futebol com o renome e prestígio do Treze (SOUZA DO Ó, 1952, p. 01).

Se o autor, em seu discurso, “denunciava” o “abandono” do poder público, é preciso salientar que a cidade, no início da década de 1950, contava com um significativo número de obras que, pelo menos aparentemente, contradizem o discurso que apontava a “ausência” do estado na cidade. A instituição de hospitais, a pavimentação de estradas e a inauguração do Colégio Estadual são alguns exemplos de ações que estavam sendo realizadas na cidade através do governo do estado da Paraíba. Todavia, se considerarmos a dimensão política que prescinde a linguagem, podemos compreender a escrita dos intelectuais como forma de intervir no campo do político. A retórica do “abandono” do governo estadual para com a cidade passa a ser mobilizada pelo autor como forma de chamar atenção do público-leitor para o debate em pauta, visando conseguir a sua adesão à campanha.

Cumpramos destacar ainda a centralidade que o ensino superior passa a adquirir no debate intelectual da cidade. Se entre as décadas de 1920 e 1940, como pontua Gaudêncio (2012), a discussão que apontava o “descompasso” entre as atividades comerciais e culturais era veiculada a partir das academias, mediante ações “dispersas” de um ou outro intelectual; a partir da década de 1950, esse debate encontrará nas faculdades e, posteriormente nas universidades, o principal espaço de disseminação da “importância” da ciência e da técnica no desenvolvimento da cidade. As escolas superiores passam a ser consideradas espaços capazes de racionalizar os recursos naturais e humanos do chamado nordeste interior, possibilitando, assim, uma nova experiência da região nas trilhas do “progresso”. A cidade de Campina Grande, enquanto centro expressivo das atividades comerciais regionais é considerada pela intelectualidade que anima o debate enquanto “condutora natural” da alavancada desenvolvimentista que, sedimentada no conhecimento científico-tecnológico, auxiliaria na resolução dos principais problemas que afligiriam a região. Prosseguindo na convocatória da reunião a ser realizada no Campinense Clube, Edvaldo do Ó afirma:

[...] Tomo sentido excepcional, por isto mesmo, a reunião que será realizada em 22 próximo, para estudo da campanha para fundação dos cursos superiores nesta cidade, não será uma assembleia sem significação, mostrará a índole da nossa gente, que, como se disse, sabe querer, e quer com vontade de trabalhar [...] e teremos fê de que dessa conjugação de esforços, dessa amálgama de interesses, nascerá

o caminho certo capaz de trazer as escolas superiores, para servir, não somente a Campina, como também a população de toda uma vasta zona, desprotegida, esquecida, dificultosa na sua vida e na equação de seus problemas mais mesquinhos, por isto quase todos eles no Nordeste ainda estão de pé, aguardando a concretização, na prática, dos falatórios que posudos (sic) medalhões já fizeram, debatendo as suas necessidades. Principalmente temos fé de que alguma coisa surgirá dessa reunião porque será feita pelos campinenses. E nunca o campinense encetou alguma coisa para não levar a cabo, mesmo sacrificadamente. A fundação desses cursos será mais uma afirmação dessa verdade, já sobejamente conhecida, provada e cujos frutos temos em cento e setenta e tantos habitantes, quase vinte mil prédios e milhões de arrecadação para o erário público (SOUZA DO Ó, 1952, p. 05).

Após intensa divulgação na imprensa escrita e falada da cidade, a reunião a ser realizada no Campinense Clube contou com significativa participação de representantes do segmento educacional, da imprensa, da política e da Igreja. A composição da mesa que presidiu o encontro nos sugere o engajamento de amplos setores da sociedade campinense no debate acerca da criação das escolas superiores na cidade. Na ocasião se fizeram presentes Assis Chateaubriand (presidente do grupo dos *Diários Associados*), Durmeval Trigueiro (então Diretor de Educação do Governo do estado da Paraíba), José Lopes de Andrade (chefe de gabinete do governador José Américo), Milton Paiva (diretor do Colégio Estadual de Campina Grande), Severino Loureiro (diretor do Colégio Alfredo Dantas), o Bispo de Campina Grande, Dom Anselmo Pietrula e Edvaldo do Ó, representando a União Universitária Campinense. Com o salão do Campinense Clube repleto, a temática do ensino superior parecia ter se convertido na nova “causa” da cidade. A instituição das escolas superiores, juntamente com o abastecimento de água, consistiria nos dois únicos empecilhos ao progresso/desenvolvimento campinense. Vencidos esses dois obstáculos, acreditava a intelectualidade a frente do debate, o progresso/desenvolvimento adviria naturalmente, como que consolidando o “destino” da cidade.

Fotografia 2- Aspecto da reunião ocorrida no Campinense Clube.



Na ocasião, discursava Assis Chateaubriand. Presentes na mesa: Durmeval Trigueiro, José Lopes de Andrade, o Bispo de Campina Grande, Dom Anselmo Pietrula, Milton Paiva e Edvaldo do Ó. Fonte: Acervo da Fundação Edvaldo do Ó, 2015.

Da reunião ocorrida no Campinense Clube, teriam se desdobrado alguns encaminhamentos, dentre os quais a formação de uma Comissão composta pelas representantes do governador do estado, pelo cirurgião-dentista Rui Silva (que presidia os trabalhos de criação da Faculdade de Odontologia de Campina Grande), pelo bispo Dom Anselmo Pietrula (que propunha, através da Diocese de Campina Grande, a instituição da Faculdade de Filosofia) e pelo presidente da União Universitária Campinense. Essa comissão se encarregaria de debater com o governador José Américo as condições para a instalação das escolas superiores em Campina Grande. Outro desdobramento dessa reunião consistiu no estabelecimento do consenso acerca da cobrança da chamada “Taxa Universitária”. Essa taxa seria cobrada em cima dos preços dos ingressos dos cinemas da cidade e sua receita seria revertida para “a criação das escolas superiores”. É evidente que o preço simbólico cobrado em cima de ingressos para cinema não seria capaz de estruturar/manter uma escola superior. Dessa forma, é provável que os valores cobrados pela referida taxa visassem muito mais a manutenção da estrutura da União Universitária Campinense (através da compra de materiais de expediente, por exemplo) do que o financiamento a qualquer Faculdade a ser criada⁵⁴.

A cobrança da “Taxa Universitária” foi amplamente divulgada pelo *Jornal de Campina*, que veiculou verdadeiras campanhas, nas quais concitava a adesão do “povo

⁵⁴ Realizou-se sexta-feira próxima passada... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 25 de agosto de 1952, p. 03.

campinense” à instalação das escolas superiores. Encontramos, no frontispício das edições do referido jornal, as seguintes convocatórias: “Os Estudantes precisam do Povo e o Povo precisa dos Estudantes”⁵⁵, ou ainda “Campinenses! É vosso dever de sadio patriotismo cooperar com a Taxa Universitária e todas as campanhas da União Universitária Campinense em prol da fundação em Campina Grande das faculdades de Química Industrial, Odontologia e Ciências Econômicas”⁵⁶. Mobilizando a polissemia do termo “povo”⁵⁷, os intelectuais objetivavam inseri-lo no interior do debate, garantindo, assim, a sua adesão ao movimento de instituição das escolas superiores. Para tanto, interpelava-o constantemente, reiterando que o seu engajamento na campanha consistiria no “dever” de “sadio patriotismo”⁵⁸. Sem a adesão do “povo”, fracassaria toda e qualquer tentativa de trazer as escolas superiores para Campina Grande. Na ausência dessas faculdades, advogavam os intelectuais, também fracassaria o progresso/desenvolvimento então vivenciado pela cidade.

⁵⁵ Os estudantes precisam do povo e o povo precisa dos estudantes... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 29 de agosto de 1952, p. 01.

⁵⁶ Campinenses! É vosso dever de sadio patriotismo contribuir...*Jornal de Campina*. Campina Grande, 26 de agosto de 1952, p. 01.

⁵⁷ Sob a categoria genérica de “povo” incluía-se desde comerciantes/ industriais até os seguimentos liberais que, no período, encontravam no ensino superior o principal mecanismo de ascensão educacional/ocupacional/social. Tendo em vista que esses segmentos encontravam no jornal diário impresso o principal meio de informação, é possível que as campanhas veiculadas pelos intelectuais visassem atingir esse público-leitor.

⁵⁸ É possível que a expressão “sadio patriotismo” estivesse sendo utilizada no intuito de designar a “pátria local”. Ao mobilizar esse termo, os intelectuais evidenciam que a sua concepção de espaço regional se limitava, nesse momento, a um critério político-territorial-administrativo. A “pátria local” era utilizada, assim, para designar a cidade ou, no máximo, a região em seu entorno.

Imagem1- Prestação de contas da União Universitária Campinense sobre a Taxa Universitária.

União Universitária Campinense			
SETEMBRO			
Recebemos a taxa universitária dos Cinemas:			
CAPITOLIO		BABILONIA	
DIA		DIA	
1 -	166,00	1 -	87,00
2 -	99,50	2 -	113,50
3 -	Ses. popular	3 -	Ses. popular
4 -	202,50	4 -	109,30
5 -	139,50	5 -	143,00
6 -	254,50	6 -	195,40
7 -	270,50	7 -	247,00
8 -	Cia. de Com. B. Junior	8 -	240,30
9 -	Idem Idem	9 -	100,00
10 -	Idem Idem	10 -	86,00
11 -	Idem Idem	11 -	119,00
12 -	Ses. popular	12 -	169,50
13 -	253,50	13 -	187,50
14 -	238,50	14 -	205,50
15 -	206,50	15 -	74,50
16 -	122,50	16 -	119,50
17 -	111,50	17 -	32,80
18 -	56,00	18 -	116,30
19 -	Ses. Popular	19 -	111,50
20 -	160,50	20 -	134,00
21 -	186,00	21 -	169,00
22 -	94,50	22 -	57,00
23 -	39,00	23 -	61,00
24 -	205,00	24 -	Ses. Popular
25 -	40,50	25 -	177,00
26 -	Ses. popular	26 -	136,50
27 -	201,50	27 -	Não cobrou a taxa Un.
28 -	141,50	28 -	Idem Idem
29 -	144,50	29 -	Os Comediantes
30 -	66,00	30 -	Os Comediantes

VISTO
Edvaldo Souza do Ó
 Presidente

Amir Gaudencio
 Diret. Finanças

OBS: Todos os comprovantes dos recebimentos acima encontram-se com o Diretor das Finanças, estando à disposição das pessoas interessadas.

A DIRETORIA

Fonte: *Jornal de Campina*, 08 de outubro de 1952, p. 3.

Outro mecanismo utilizado pela intelectualidade à frente da campanha, com o apoio da imprensa da cidade, consistiu em divulgar notas publicadas em outros jornais, de forma a legitimar a ação da União Universitária e da Campanha que articulava o processo de instalação das escolas superiores. É nesse sentido que encontramos, na edição do *Jornal de Campina* de 04 de setembro de 1952, a publicação, na íntegra, de matéria veiculada no *Diário de Pernambuco*, em 02 de setembro de 1952. A matéria integra a seção de notícias de outros estados. Analisando a matéria, observamos o tom encomiástico que perpassa o discurso do referido jornalista, sempre ressaltando a iniciativa do então presidente da União Universitária Campinense, Edvaldo de Souza do Ó. Mais uma vez, reitera-se a estratégia discursiva que busca conseguir a adesão do leitor, ressaltando as características que seriam inerentes à “identidade” campinense. Nesse enredo, qualidades como a “abnegação” e a “boa vontade” na adesão à “causa educacional” podem ser entendidos enquanto dispositivos utilizados para convencer e persuadir o público-leitor. O texto jornalístico pode ser entendido enquanto enunciado, que visa demarcar e fixar posições e valores que se espera dos leitores. Vejamos um trecho da nota:

[...] A campanha foi iniciada na segunda-feira e todas as pessoas efetuaram o pagamento com absoluta boa vontade. Para nós, isto não foi surpresa porque já conhecemos a proverbial boa vontade com que os campinenses encaram estas campanhas que revertem em benefício da terra. Mas os universitários campinenses não estão preocupados apenas com esta parte monetária. Todos os professores e intelectuais da terra foram mobilizados para a Campanha (UMA DAS MAIS ARROJADAS INICIATIVAS PARA UMA CIDADE...1952, p.04).

Acompanhando as notícias que versam sobre o ensino superior veiculadas pelo *Jornal de Campina* observamos a constância com que essa temática aparece, bem como os embates e debates travados pela intelectualidade que escreve no jornal. A propósito, destacamos as matérias publicadas nas edições do referido jornal ao longo do mês de setembro de 1952. Na ocasião, trava-se uma verdadeira disputa acerca de quais escolas deveriam ser instituídas na cidade de Campina Grande. José Lopes de Andrade aparece na defesa da instalação de uma Escola Politécnica, constituída do curso de Engenharia Civil. Posição contrária era sustentada pelo General Oliveira Leite, representante do Clube de Engenharia de João Pessoa, que defendia a instalação de uma escola de caráter técnico-científico, constituída pela escola de Química. A partir daí iniciava-se a mobilização da intelectualidade, utilizando-se dos jornais como espaços para divulgar a necessidade da instalação da Escola de Engenharia em Campina Grande. Esse movimento se repete em alguns editoriais, dos quais destacamos o publicado em 06 de setembro de 1952. Nele, observamos a reiteração da projeção socioeconômica da cidade, reverberando no aprimoramento de sua “juventude intelectualizada” como vistas ao exercício das profissões liberais:

Entendemos que Campina Grande, pela sua projeção social e econômica, com profundas repercussões no resto do país, necessita realizar uma campanha de promoção das suas elites dirigentes, através da criação de escolas universitárias, destinadas à formação profissional e aprimoramento intelectual de sua juventude, com o aproveitamento das vocações que mais se destacam para o exercício das profissões liberais (A COMISSÃO ENCARREGADA DE ESTUDAR...1952, p. 02).

Ao nos debruçarmos sobre o debate em torno de quais escolas superiores deveriam ser instituídas em Campina Grande é necessário considerar que, no início da década de 1950, apenas os concluintes do segundo ciclo do ensino secundário (cursos clássico e científico) podiam se candidatar a qualquer curso superior. Os demais

estudantes, egressos dos cursos técnico-comerciais, só poderiam concorrer aos cursos definidos como diretamente relacionados ao comercial técnico. Se, conforme aponta Silva (2014), a cidade de Campina Grande contava, no início da década de 1950, com uma dezena de escolas secundárias, é preciso salientar que dessas escolas apenas uma, o Colégio Imaculada Conceição (Damas), oferecia os cursos clássico e científico⁵⁹. As demais instituições, situadas na cidade ou no seu entorno, ofertavam os cursos comercial⁶⁰, industrial⁶¹, agrícola⁶² e normal⁶³. Dessa forma, era preciso que as escolas superiores que viessem a ser instituídas na cidade atendessem ao contingente dos egressos dos cursos técnico-comerciais, que perfaziam, na época, a maioria dos estudantes secundários da cidade. As opções pelas faculdades de Ciências Econômicas, Engenharia e Química Industrial consistem, provavelmente, numa tentativa de contemplar os egressos dos cursos comercial e industrial⁶⁴, respectivamente.

Após uma série de debates, estabeleceu-se um consenso em torno da instituição de uma Escola Politécnica, constituída do curso de Engenharia Civil. É possível que a insistência dos intelectuais pela Escola Politécnica, em detrimento da escola de caráter técnico-científica, fosse motivada pelo anseio de se implantar, posteriormente, a Universidade de Campina Grande. Assegurar que as faculdades a serem instaladas na cidade integrassem o núcleo gerador de uma universidade era, portanto, uma forma de garantir, a médio ou longo prazo, a instituição da Universidade *na e da* cidade. Assim sendo, teriam se articulado a União Universitária Campinense, os intelectuais que escreviam no *Jornal de Campina*, bem como setores ligados à indústria/comércio em torno da defesa da Escola Politécnica. Esses atores contaram com a interlocução de José Lopes de Andrade que, à frente da Casa Civil do Governo da Paraíba, certamente influenciou junto ao governador pela escolha da Politécnica. Assim, em 06 de outubro de 1952, era publicada a Lei Nº. 792, que criava a Escola Politécnica da Paraíba, constituída do Curso de Engenharia Civil e sediada em Campina Grande.

⁵⁹ Apesar da Lei n. 1.076, de março de 1950, determinar a “equivalência” do diploma dos cursos técnicos comerciais ao segundo ciclo do secundário, os dispositivos que regulamentavam essa lei fixavam os cursos que os egressos das escolas profissionais poderiam prestar exames vestibulares.

⁶⁰ Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores, ofertado pelo Colégio Alfredo Dantas.

⁶¹ Desde o final da década de 1940 funcionava, na cidade, uma escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

⁶² Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), fundada na década de 1930, na cidade paraibana de Areia.

⁶³ Escola Normal João Pessoa, anexa ao Colégio Alfredo Dantas.

⁶⁴ Conforme o Decreto n. 34.330, de outubro de 1953, os egressos do curso comercial poderiam se candidatar apenas aos cursos das faculdades de Ciências Econômicas, Direito, Jornalismo, Geografia, História e Ciências Sociais das faculdades de Filosofia. Os concluintes do ensino industrial podiam ingressar nas Escolas de Engenharia, Química e Desenho das faculdades de Filosofia (CUNHA, 2007a).

A cerimônia que instituiu a Escola Politécnica reuniu intelectuais, políticos, segmentos da indústria e do comércio, bem como uma centena de pessoas que se comprimiam para não perder nenhum momento do “grande evento” que, segundo a intelectualidade, marcaria uma nova fase na história intelectual da cidade. Afinal, tratava-se da sua primeira escola superior e as atenções precisavam estar direcionadas para a solenidade. A intelectualidade soube bem explorar o momento, e a assinatura da lei revestiu-se em pomposo evento, contando com a presença do governador do estado, que seguiu em cortejo pelas ruas centrais da cidade. A União Universitária Campinense, juntamente com o Centro Estudantil Campinense⁶⁵ e a Associação dos Professores Secundários de Campina Grande ofereceu um almoço de confraternização, onde José Américo de Almeida proferiu mais um dos seus “improvisados” discursos.

Sabendo que a União Universitária era cindida em duas alas (*americismo* e *argemirismo*), o governador jogava com as palavras, direcionando o discurso de modo a chamar atenção para a presença do estado não só na vida econômica da cidade, mas, sobretudo, na dinâmica intelectual. Ao comentar as ações realizadas pelo governo da Paraíba, José Américo contrastava as obras de iluminação pública que o estado vinha realizando na capital com a “luz” que a sua gestão estava “legando” aos campinenses. Esta, enfatizava o orador em seu discurso, sedimentaria as ações futuras da cidade, alicerçando seus caminhos nas trilhas do “progresso/desenvolvimento”. Na ocasião, o governador afirmou “Estou procurando dar à Capital energia elétrica e iluminação pública. Mas a Campina Grande darei mais: Dar-vos-ei uma luz que não se apaga”. Mobilizando o discurso de modo a neutralizar os ataques da ala *argemirista*, o governador aproveitava-se do bairrismo existente entre as duas cidades, ganhando a adesão de muitos campinenses e, conseqüentemente, se projetando na memória educacional da cidade.

⁶⁵ Fundado em 06 de outubro de 1935, por um grupo de alunas do curso normal do Instituto Pedagógico (Colégio Alfredo Dantas), o Centro Estudantil Campinense se constituiu em importante espaço de debate educacional e político da cidade de Campina Grande ao longo das décadas de 1930 e 1960 (SANTANA, 2015; SYLVESTRE, 1982). Tinha entre os seus objetivos congregar os estudantes secundaristas, objetivando ações no plano político e educacional, tais como a “defesa aos estudantes pobres”, o combate ao analfabetismo, bem como a reivindicação de bolsas de estudo nas escolas secundárias da cidade. Possuía um jornal mensal que divulgava as suas atividades. O jornal *Formação* circulou entre os anos de 1936 a 1940, sendo reativado em 1950 e veiculado até 1964, quando o Centro foi oficialmente interditado, no contexto pós golpe civil-militar. Sobre a grafia Estudantil, com “a” e não com “i” – estudantil, Josué Sylvestre nos informa que “os integrantes do Centro procuravam afastar as suspeitas dos órgãos de segurança do Estado Novo, haja vista que, para os homens do poder, tudo que fosse grafado *estudantil* tinha conotação comunista” (SYLVESTRE, 1982, p. 388).

O *Jornal de Campina* trazia no dia seguinte ao evento, a manchete “Eu vos darei uma luz que não se apaga – Disse o Governador⁶⁶”. A frase é mobilizada, ao longo da produção da matéria jornalística, de modo a endossar a conotação salvacionista assumida pelo discurso educacional, mais especificamente em seu nível de ensino superior. A matéria discorre sobre a visita do Governador, ressaltando os diversos momentos desse evento, tais como a assinatura do crédito para a construção da Casa do Estudante de Campina Grande e João Pessoa, a recepção do governador pelas lideranças políticas, bem como o almoço de confraternização oferecido pela União Universitária, pelo Centro Estudantil Campinense e pelo então prefeito da cidade, Plínio Lemos. Observa-se, assim, a dupla função exercida pelo referido jornal na adesão à “causa educacional”. De um lado, dando voz a “opinião pública”, o *Jornal de Campina* intervém no debate educacional da cidade, defendendo os projetos de instituição de escolas de ensino superior. Por outro lado, divulga os feitos governamentais nos atos que, segundo a intelectualidade da cidade, projetariam Campina Grande como importante centro educacional do *hinterland* nordestino e do Brasil.

A repercussão da visita do Governador José Américo e da criação da Escola Politécnica prossegue nas edições de 09 de outubro de 1952, quando o *Jornal de Campina* publica a seguinte manchete “José Américo alvo em Campina Grande da maior homenagem que os estudantes campinenses já tributaram a um homem público”⁶⁷. Analisando a matéria percebe-se a produção de um discurso que visava projetar a figura de José Américo na memória educacional da cidade. Esse dispositivo pode ser exemplificado no trecho a seguir, onde o jornal transcreve o discurso do governador na ocasião da assinatura da lei que instituía a Escola Politécnica: “Estou procurando dar à Capital energia elétrica e iluminação pública. Mas a Campina Grande darei mais: Dar-vos-ei uma luz que não se apaga”. Palavras do Governador José Américo, no Centro Estudantil Campinense⁶⁸.

Partindo das proposições epistemológicas de Skinner (1999, p.22), quando nos adverte que “escrever é fazer as coisas com palavras”, torna-se possível problematizarmos a linguagem não apenas como um constrangimento, mas como um recurso de que dispõem os atores na defesa de seus projetos. A língua, compreendida

⁶⁶ “Eu vos darei uma luz que não se apaga”- Disse o Governador. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 07 de outubro de 1952, p. 01-05.

⁶⁷ José Américo alvo em Campina Grande da maior homenagem que os estudantes campinenses já tributaram a um home público. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 09 de outubro de 1952, p. 01.

⁶⁸ José Américo alvo em Campina Grande da maior homenagem que os estudantes campinenses já tributaram a um home público. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 09 de outubro de 1952, p. 01.

enquanto elemento político, denota a vontade dos agentes de intervirem no mundo social. Ao privilegiarem determinados temas, os agentes do campo jornalístico exercem uma influência nada desprezível na veiculação de ideias, na legitimação de crenças. A metáfora das luzes, constantemente mobilizada nas páginas do *Jornal de Campina*, pode ser entendida enquanto expressão da perspectiva salvacionista que caracteriza o debate sobre a instituição das escolas superiores na cidade de Campina Grande. Nesse contexto, a instalação da Escola Politécnica significaria o maior dos investimentos que um homem público confiaria à cidade. *A luz que não se apaga* consistiria, na ótica das elites intelectuais e políticas, na chama que projetaria a cidade e sedimentaria suas ações futuras.

Se a instituição da Escola Politécnica da Paraíba foi bastante comemorada pela intelectualidade da cidade, o início de suas aulas só aconteceria em março de 1954. A ausência de um espaço físico apropriado ao funcionamento de uma escola de engenharia resultou numa série de impasses entre o Conselho de Ensino Superior e os dirigentes da instituição, retardando, assim, o início das aulas. A União Universitária Campinense denunciava, através do *Jornal de Campina*, o “descaso” do estado para com a vida intelectual da cidade, reivindicando a construção da sede da Politécnica. Mobilizavam, mais uma vez, o discurso que apontava a “negligencia” do governo no que concernia ao “progresso/desenvolvimento” cultural da cidade. Se a capital do estado contava com meia dúzia de faculdades, era “inconcebível” que Campina Grande, cidade que contribuía com um terço da arrecadação estadual, continuasse sem a sua escola superior. Competia ao estado construir a sede da Politécnica, evitando, assim, que a cidade visse seu desenvolvimento obliterado pela ausência de faculdades⁶⁹.

Após uma série de debates e embates, o “impasse” seria resolvido mediante a adaptação de uma das alas do recém-inaugurado Colégio Estadual de Campina Grande, que passou a abrigar, entre 1954 e 1957, as turmas da Escola Politécnica da Paraíba (LIMA, 2010). A autorização para o seu funcionamento só seria emitida em junho de 1953, após intensa negociação entre a direção da Escola e a burocracia do ensino superior. Na ocasião, foi nomeado o diretor da instituição- professor Antônio da Silva Morais-, juntamente com os professores que lecionariam as disciplinas iniciais do curso de Engenharia Civil (LOPES, 1992). Tão logo a instituição começou a funcionar, o *Jornal de Campina* passou a veicular matérias promovendo a primeira escola superior

⁶⁹ Sabotam a Escola Politécnica. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 11 de janeiro de 1953, p. 01.

da cidade. A produção dessas matérias procurava enfatizar a “importância” da instituição no “equacionamento” dos “problemas da região”. A Politécnica, apesar de se dedicar ao ensino de Engenharia Civil, não deveria descuidar das questões relacionadas à construção de estradas de ferro e de rodagem, açudagem, produção e captação de energia, dentre outras “especializações” vistas como “essenciais” para o desenvolvimento da região⁷⁰.

Assegurado o funcionamento da Escola Politécnica, o debate acerca da instituição das escolas superiores prosseguiria acalorando as discussões educacionais na cidade. Para aquela intelectualidade, fazia-se premente a ampliação do número desses estabelecimentos, haja vista as contribuições que a ciência e a técnica poderiam emprestar ao projeto de desenvolvimento que se vislumbrava em nível nacional e que reverberava, também, em Campina Grande. Ao longo dos anos de 1954 e 1955, através das páginas do *Jornal de Campina*, as discussões passam a contemplar a “necessidade” de se instituir a Faculdade de Filosofia de Campina Grande. Afinal, era preciso “criar um clima universitário”⁷¹ na cidade. Sob essa ótica, a Faculdade de Filosofia era concebida enquanto espaço ideal para a instituição desse clima, principalmente porque, conforme o debate disseminado no período, seria nas faculdades de filosofia que se daria a convivência/integração entre os cursos que compunham uma universidade (CUNHA, 2007a).

A intelectualidade reunida em torno do *Jornal de Campina* recorre, novamente, à retórica do “abandono do estado” para reivindicar a instituição de uma nova escola superior. A cidade, conforme o editorial veiculado em 14 de abril de 1955, não vinha sendo contemplada pelas transformações culturais que se processavam em nível estadual, exemplificadas pela instituição da Universidade do Estado da Paraíba. Frente a esse “abandono”, os intelectuais que compunham a linha editorial do referido jornal passam a reiterar a “importância” da cidade na vida econômica e política do estado. Segundo essa ótica, Campina Grande, contribuindo com um terço da arrecadação da receita estadual e constituindo-se como o maior colégio eleitoral da Paraíba, necessitava de mais. O “novo lugar” que se projetava para Campina Grande não poderia se efetivar sem o consórcio do ensino superior. A Faculdade de Filosofia tornava-se primaz para que a cidade pudesse alcançar o “novo lugar” projetado por seus intelectuais. Dessa

⁷⁰ Politécnica é orgulho dos Campinenses! *Jornal de Campina*. Campina Grande, 08 de novembro de 1954, p. 01-05.

⁷¹ Novo panorama educacional e cultural em Campina. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 14 de abril de 1955, p. 02.

forma, a instituição dessa faculdade, em junho de 1955, foi amplamente comemorada pela intelectualidade, sobretudo pelo seguimento articulado em torno da União Universitária Campinense e do *Jornal de Campina*⁷².

Simultaneamente ao debate sobre a instituição das escolas superiores, a União Universitária Campinense promovia um conjunto de ações, como jantares de confraternização, bailes, bingos para angariar recursos, bem como campanhas em prol da construção da biblioteca⁷³ e do cineclube⁷⁴ da entidade. A realização desses eventos visava criar o que os universitários denominavam de “clima universitário”. Esse “clima” se traduziria a partir dos eventos que deveriam animar a vida intelectual da cidade. É preciso destacar que a cidade praticamente não dispunha de instituições que promovessem a cultura universitária. Dessa forma, a atuação dos intelectuais, através das campanhas e eventos, se inseria no conjunto de ações que reivindicavam para a cidade o clima de “soerguimento cultural” vivenciado na capital do estado.

Se no início da década de 1950, a intelectualidade da cidade se ressentia do “amorfismo” que estaria caracterizando o cenário intelectual local, em meados dessa mesma década, já contando com a Escola Politécnica, com a Faculdade de Filosofia e com a União Universitária Campinense, o debate acerca do ensino superior consegue, paulatinamente, adentrar o espectro de preocupações do político. Com a instituição da FUNDACT, em dezembro de 1957, cria-se um importante espaço de atuação para a intelectualidade da cidade, que passa a se articular em torno do órgão. As discussões promovidas pela entidade enfatizavam a “importância” da ciência e da técnica na promoção do “Novo Nordeste”. Adensava-se, assim, a ideia que associava o desenvolvimento regional à ampliação do número de escolas superiores na cidade. Para

⁷² Apesar de a sua instituição ter sido bastante comemorada pela intelectualidade, a Faculdade de Filosofia de Campina Grande teve um alcance bastante restrito nos primeiros dez anos de sua existência. Funcionando apenas com as seções de Letras Neoclássicas e Anglo-Germânicas, só com a criação da URNe, em 1966, essa faculdade ampliaria o número de seções, contribuindo, assim, para a formação de professores do ensino secundário, bem como para o fomento do “clima universitário”.

⁷³ A campanha para a criação da biblioteca da União Universitária Campinense foi realizada entre os meses de maio e setembro de 1953. Os universitários percorreram o comércio da cidade em busca de livros e/ou doações financeiras. Ao longo de sucessivas edições do *Jornal de Campina* encontramos listas com os nomes dos comerciantes que contribuíram com a campanha, bem como os nomes dos doadores de livros para a biblioteca. Dessa forma, em outubro de 1953, a biblioteca da União Universitária Campinense já se encontrava aberta à visitação do público. A biblioteca recebeu o nome de Mauro Luna. Trata-se, pois, de uma homenagem póstuma ao intelectual falecido na década de 1940. Ver: Bem recebida no seio do nosso comércio...*Jornal de Campina*. Campina Grande, 10 de maio de 1953, p. 03.

⁷⁴ Com o intuito de “educar” o público no que diz respeito ao cinema, a campanha em prol da inauguração do *cine club universitário* movimentou a dinâmica cultural da cidade no segundo semestre de 1953. O cine clube iniciou suas atividades em janeiro de 1954, constituindo-se em um importante espaço de sociabilidade intelectual da cidade. Ver: TEJO, William. Cine Club Universitário. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 27 de setembro de 1953. Seção Mundo Estudantil, p. 02.

compreendermos melhor esse processo, nos propomos analisar as mudanças que se delineavam no âmbito do político, bem como do pensamento econômico, articulando-as ao debate educacional em pauta.

2.3 A “usina de ideias”: a FUNDACT, o debate desenvolvimentista e o ensino superior

O Nordeste, por força do povoamento inicial do Brasil, foi a primeira área brasileira a se desenvolver. Beneficiou-se, entretanto, de um desenvolvimento pré-científico e pré-técnico, se assim podemos dizer [...] Quando o Leste e o Sul do Brasil começam a experimentar extraordinário progresso, nos meados do século XIX e primeiro quartel do século XX, o Nordeste começa, ao contrário, a entrar em decadência [...]. O Nordeste caminhará fatalmente para o completo abandono, se não conseguir vencer dentro em breve o seu crônico subdesenvolvimento. Somos uma região pobre de dinheiro, é verdade, mas somos muito mais uma região pobre de conhecimentos aplicados à economia, uma região desvinculada do desenvolvimento da Ciência e da Técnica do século XX, teimando em viver na era da máquina com o mesmo idealismo dos anos anteriores à Revolução Industrial (ANDRADE, 1957a, p. 02).

Na cidade de Campina Grande, em meados da década de 1950, o debate girava em torno das “condições necessárias” para alavancar o desenvolvimento da região Nordeste e, conseqüentemente, da própria cidade, já que, de acordo com a Teoria dos Polos de Crescimento, que embasava o repertório de muitos intelectuais, caberia à cidade, em função da sua localização e posição de “prestígio econômico”, liderar o processo de desenvolvimento no interior desta região. O debate desenvolvimentista não era, como se sabe, privilégio das lideranças políticas e intelectuais campinenses. A disseminação do chamado desenvolvimentismo, embalado pela eleição de Juscelino Kubitschek, e o plano de desenvolver o Brasil “cinquenta anos em cinco” espalhavam-se por todo o território nacional, mobilizando economistas, políticos e intelectuais. Se, nas regiões onde o índice de industrialização era intenso, as expectativas de desenvolvimento se faziam as mais promissoras, nas regiões em que a penetração da indústria se processava lentamente o debate era galvanizado pela necessidade de superar esse “atraso”, integrando-se, assim, no projeto de desenvolvimento nacional.

A integração desenvolvimentista, conforme a percepção de muitos intelectuais do período, só poderia se realizar mediante investimentos em ciência e técnica. De acordo com essa leitura, evidenciada no trecho da seção assinada pelo professor José

Lopes de Andrade, a região Nordeste havia se “atrasado” na alavancada desenvolvimentista do século XX. A explicação, difundida diversas vezes em conferências proferidas por esse intelectual, embasava-se numa perspectiva histórica. Sob essa ótica, o Nordeste, apesar de ter sido a primeira “região” do Brasil a experimentar o “desenvolvimento”, o teria feito à base de condições “pré-científicas” ou “pré-técnicas”. O caráter “pré-científico” que havia estruturado o desenvolvimento nordestino “explicaria”, na ótica do pensamento do professor Lopes de Andrade, o “atraso” em que se encontrava a região em meados da década de 1950, quando o Plano de Metas preconizado pelo governo JK começava a movimentar o país de norte a sul.

É certo que a interpretação feita pelo professor Lopes de Andrade se baseia numa leitura anacrônica, haja vista a sua fundamentação em termos (desenvolvimento e região) que historicamente não estavam dados no período colonial. Todavia, a apropriação desta e de outras leituras similares levadas a cabo pelo sociólogo serão aqui problematizadas a partir da sua inserção no contexto de produção. Dessa forma, o anacronismo identificado não nos interdita a apropriação do pensamento do autor. Muito pelo contrário, constitui aspecto crucial para a apreensão das matrizes explicativas que estavam sendo mobilizadas pela intelectualidade na compreensão daquele momento histórico.

Os intelectuais à frente do debate passam a mobilizar diversas interpretações acerca do “atraso secular” que caracterizaria a região Nordeste. O ponto de convergência de muitas dessas leituras centrava-se nos moldes “pré-científicos” que teriam estruturado o “desenvolvimento” do “Nordeste colonial”. Ao se considerar que a influência da presença lusitana no espaço que atualmente corresponde à região Nordeste teria se dado em moldes “post-renascimento”, mas ainda não integrados às transformações engendradas pela “Revolução industrial”, Lopes de Andrade atribui a esse aspecto uma das “causas” do “atraso histórico” da região. Experiência contrária teria se dado na região Sul/Sudeste, haja vista que a alavancada do “desenvolvimento” dessa espacialidade teria se dado sob as condições das migrações europeias, aspecto que, segundo o autor, teria colocado essa região em contato direto com chamado “conhecimento politécnico”⁷⁵.

Destarte, tornava-se nodal, para que a experiência de desenvolvimento do Nordeste fosse exitosa, “superar” o que o autor denomina de “atraso histórico”. Essa

⁷⁵ ANDRADE, José Lopes de. Desenvolvimento e Revolução Industrial. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de dezembro de 1957a. Seção Homens & Fatos, p. 02.

superação dar-se-ia notadamente a partir de duas condições tidas como ausentes na região naquele período, quais sejam: a ciência e a técnica. Somente através do saber técnico-científico o Nordeste poderia engendrar o seu processo de industrialização, inserindo-se na perspectiva do “Novo Nordeste”. Conforme essa percepção, a integração do Nordeste no projeto de desenvolvimento nacional demandaria novas formas de intervenção estatal. Objetivava-se modificar o papel do estado no cenário político-econômico e social no Nordeste. Superando-se a tradicional perspectiva assistencialista, assentada nas relações clientelistas do combate à seca, por exemplo, acreditava-se que a instituição do “Novo Nordeste” se daria no concerto do ensino superior.

É a essa perspectiva que o fragmento que abre este tópico faz alusão. Referindo-se à criação da FUNDACT, Lopes de Andrade saudava, em sua seção no *Diário da Borborema*, a ação do então prefeito de Campina Grande, Elpídeo de Almeida, que em 28 de dezembro de 1957, após intenso debate travado entre a intelectualidade da cidade e a Câmara de Vereadores, instituiu uma Fundação municipal de apoio ao ensino superior. Dentre os objetivos que norteavam a instituição, destacavam-se a criação e manutenção das escolas de ensino superior em Campina Grande, bem como a realização de pesquisas que promovessem o desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. A FUNDACT consistiria numa “usina de ideias”, conforme expressão cunhada por Lopes de Andrade, e deveria aglutinar economistas, sociólogos, dentre outros intelectuais que se debruçariam sobre as “contribuições” da ciência e da técnica ao projeto de desenvolvimento pensado para a cidade no final da década de 1950.

A instituição do órgão insere-se, portanto, no contexto de articulação de intelectuais e políticos, como também de diversos segmentos da cidade que vão compor um grupo bastante heterogêneo, denominado por Lima (2012) como “o grupo dos desenvolvimentistas”. Dentre as lideranças do grupo, o autor destaca os nomes de Edvaldo do Ó, Aluízio Affonso Campos, Lopes de Andrade, José Epaminondas Braga, Luíza Erundina e Newton Rique. Frente à heterogeneidade que caracterizava o grupo, Lima (2012) destaca o ponto de convergência que aglutinava diversos segmentos da intelectualidade e da política campinense: “a defesa da educação e da industrialização como solução para o desenvolvimento do município e da região” (LIMA, 2012, p. 35). A ampliação das Escolas Superiores constituía-se aspecto central para a promoção do desenvolvimento regional. Afinal, seria através dessas instituições que se daria a

“racionalização” dos recursos naturais e humanos, impulsionando o desenvolvimento que se vislumbrava para a região.

A bem da verdade, o debate possui dimensões mais profundas, inserindo-se nas diversas transformações - políticas, econômicas e sociais - que vinham se processando na vida nacional e local. Com a eleição de JK à presidência da República, em 1955, criou-se um clima de euforia, animado pela perspectiva do desenvolvimento nacional. Frente à proposta do Plano de Metas, consubstanciado no slogan de desenvolver o Brasil “cinquenta anos em cinco”, o Estado passou a subsidiar os estudos voltados à interpretação da “realidade brasileira”. A criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, consiste, pois, na intervenção do Estado no debate desenvolvimentista. O ISEB era vinculado diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tinha como objetivo central a elaboração de instrumentos teóricos que promovessem o desenvolvimento nacional. Ao longo dos seus nove anos de existência, o ISEB realizou cursos, conferências, seminários de estudos e pesquisas, reunindo uma gama de intelectuais como Anísio Teixeira, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Ewaldo Correa Lima, dentre outros (VALE, 2006).

Com a intensificação do debate desenvolvimentista, ampliava-se também a percepção de que o desenvolvimento nacional não consistia em algo homogêneo. Pelo contrário, haveria um Brasil “urbano-industrial”, representado pelas regiões Sul-Sudeste, e um Brasil “agrário-pastoril”, retratado principalmente pela região Nordeste. A “teoria dualista”, como ficou conhecida essa vertente interpretativa do desenvolvimento nacional, advogava a “necessidade” de se promover o desenvolvimento das “regiões periféricas”, integrando-as ao projeto de desenvolvimento nacional. Para tanto, fazia-se necessário “diminuir” os chamados “desníveis” ou “desequilíbrios regionais”. Nesse cenário, o Nordeste emerge como uma “região-problema”. Os elevados índices de analfabetismo, a insuficiência de atividades industriais e de serviços demandariam “novas formas” de intervenção do Estado. Diante dessa “constatação”, tornou-se recorrente a realização de seminários objetivando debater os “problemas do Nordeste” e, por conseguinte, inserir essa região no bojo da política desenvolvimentista levada a cabo pelo governo central (FURTADO, 1967).

O ensino superior despontava como instância privilegiada nesse debate. Afinal, a pretendida “racionalização” dos recursos naturais e humanos da região passava, conforme a percepção dos intelectuais desenvolvimentistas, pela ampliação do número de escolas superiores, possibilitando até mesmo a criação da Universidade de Campina

Grande. “Conhecer para prover” consistia no mote que animava as discussões do grupo em torno da FUNDACT. Não se tratava, obviamente, de “qualquer” conhecimento, mas do conhecimento alicerçado em bases “científicas” e “técnicas”⁷⁶. O “conhecimento preciso” da “realidade nordestina” era interpretado como a condição capaz de promover as mudanças que instituiriam o “Novo Nordeste”.

A realização do Primeiro Encontro dos Bispos do Nordeste, em Campina Grande, entre os dias 21 e 28 de maio de 1956, consistiu em um dos momentos em que a problemática em torno do desenvolvimento regional ocupou o centro do debate intelectual da cidade. O conclave, dirigido pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Helder Câmara, contou com a presença de 19 prelados, representantes da Igreja Católica, das Federações das Indústrias de todos os estados, Ministros de Estado e intelectuais como Celso Furtado, Aluísio Affonso Campos, Souza Barros, dentre outros. Representando o grupo de intelectuais e políticos da cidade de Campina Grande e do estado da Paraíba, destacaram-se os nomes de José Lopes de Andrade, Edvaldo do Ó, Newton Rique, bem como do então prefeito da cidade, Elpídeo de Almeida, e do governador e vice-governador do estado da Paraíba, respectivamente, Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Moreno Gondim⁷⁷.

O Encontro focalizou a política econômica necessária para a “reversão” do “atraso crônico” que até então caracterizava a região. O abandono da intervenção estatal de cunho meramente assistencialista era considerado ponto chave pelos intelectuais que conferenciaram na ocasião. Tratava-se, conforme o repertório intelectual que animava as discussões, de tornar o estado também produtor do Nordeste. Para tanto, tornava-se indispensável prover a região de alguns serviços básicos, tais como a construção de hidroelétricas, ferroviárias, pontes, rodovias, pavimentação de estradas etc. Tudo isso balizado por um “criterioso planejamento”, assentado, notadamente, na ciência e na técnica. Vejamos um trecho da conferência de encerramento do Encontro, proferida pelo então representante do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Aluísio Affonso

⁷⁶ ANDRADE, José Lopes de. Superar o atraso histórico. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de junho de 1959. Seção Homens & Fatos, p. 02.

⁷⁷ A eleição de Flávio Ribeiro Coutinho e Pedro Moreno Gondim ao Governo do Estado da Paraíba, em 1955, insere-se na chamada “pacificação” da política partidária daquele estado. Com a progressiva rearticulação dos segmentos políticos ligados à UDN, e sentindo a perda de vários contingentes que partiram para oposição, José Américo de Almeida procurou, ao final do seu mandato, articular a “pacificação” das lideranças políticas do estado. A atitude do então governador visava a evitar um confronto direto com as forças políticas da oposição, cujos resultados lhe poderiam ser desfavoráveis. A “pacificação” consistiu na elaboração de uma lista, pela UDN, contendo três nomes que seriam apresentados ao PSD. O PSD, além de escolher o candidato ao Governo do Estado, indicaria o vice, de seu partido (CITTADINO, 1998).

Campos. Na ocasião, o conferencista faz um diagnóstico do que considerava como as “causas” do subdesenvolvimento da região Nordeste, estabelecendo as diretrizes necessárias para reverter aquele estágio:

[...] Através desses elementos podem ser identificadas algumas das principais causas do subdesenvolvimento regional: Mau aproveitamento das terras, insuficiência de atividades industriais, de serviços e de recursos governamentais, embora a União despenda mais do que arrecada; crédito desequilibrado; baixa produtividade, principalmente na agricultura, onde impera a rotina por falta de educação, de *técnicos e cientistas*, estagnando o homem e liquidando a terra. Para eliminar estas causas do subdesenvolvimento se faz necessário uma ação governamental seletiva e contínua, provendo a Região de serviços básicos (hidroelétricas, ferrovias, pontes, rodovias pavimentadas, armazéns e silos, etc.) como a realizar ou estimular empreendimentos públicos, privados ou mistos. Isto com criterioso planejamento e suspensão das medidas meramente emergenciais, de pouca ou nenhuma significação econômica ou mesmo social. Não se pode, portanto, pensar no progresso de desenvolvimento do Nordeste sem atentar para a solução do problema administrativo e para a *formação de equipes científicas e técnicas*. Daí porque consideramos de maior importância a indicação de um grupo de planejamento do Nordeste com a tarefa de estudar e apresentar um plano de desenvolvimento para a Região (ROCHA, 2016, p. 127, grifos nossos).

Com base nesse diagnóstico, foi criado, em Campina Grande, o Movimento Pró-Execução das Deliberações do Encontro dos Bispos do Nordeste. A comissão executiva do movimento era composta pelo Bispo da Diocese de Campina Grande, D. Otávio Aguiar; o Presidente da Associação Comercial de Campina Grande, Francisco Alves Pereira; o Presidente da Câmara de Vereadores de Campina Grande, Manuel Figueiredo, e pelo Diretor da Administração (e simultaneamente Diretor de Instrução de Campina Grande), Edvaldo de Souza do Ó. Com a ampliação da discussão, é instituído o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O GTDN, no seu principal documento, propunha uma série de mudanças econômicas, políticas, sociais e educacionais para toda a região. Lima (2012), analisando o texto final elaborado pelo GTDN, resume os objetivos básicos encetados pelo Grupo a partir de três linhas, quais sejam: a fixação de capitais formados em outras atividades econômicas que, eventualmente, tendiam a emigrar para outras regiões, principalmente para o sudeste; a oferta de empregos à “massa populacional flutuante” existente no nordeste, e por fim,

mas não menos importante, a criação de “nova classe dirigente imbuída do espírito de desenvolvimento” (LIMA, 2012, p. 34).

Campina Grande colocava-se, segundo Lima (2012), como o “laboratório ideal” para a instituição e verificação da eficácia dessa política, uma vez que dispunha, embrionariamente, de todos os elementos propostos pelo GTDN. Ao adotar a fixação de capitais formados na região, o GTDN reforçava a política que já vinha sendo implementada em Campina Grande naquele período. À época, a maioria das indústrias de transformação, representadas pelas fábricas de couro, sabão, sacaria, massas, instrumentos agrícolas, papel e calçados, tinha características que se assemelhavam ao tipo de indústria que o GTDN propunha para a região, pois o capital investido, bem como a matéria-prima, eram oriundas da própria cidade (ou de municípios situados no seu entorno). Outro aspecto que merece destaque é que essas indústrias ocupavam muita mão de obra. Dessa forma, dois dos objetivos do GTDN estavam sendo atendidos.

O terceiro objetivo proposto pelo GTDN, ao qual aqui nos deteremos com maior acuidade, consistia na “criação de nova classe dirigente imbuída pelo espírito de desenvolvimento” (LIMA, 2012, p. 34). Nesse sentido, observa-se, desde o início da década de 1950, a intensificação do movimento com vistas a promover um “ambiente universitário” em Campina Grande. Com a criação da União Universitária Campinense, o debate se amplifica, contagiando intelectuais e políticos. O quadro do ensino superior contava, no final da década de 1950, com três escolas em Campina Grande. Tratava-se da Escola Politécnica da Paraíba, da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Serviço Social, esta última instituída pelas missionárias da caridade, em 1956.

Embora procurassem caracterizar o cenário intelectual da cidade de modo promissor, a intelectualidade à frente do debate acreditava que seria necessário avançar. Afinal, o número de diplomados por essas instituições ainda era bastante reduzido. Segundo Lopes (1992), a Escola Politécnica diplomou apenas nove engenheiros civis em 1958. Nesse mesmo ano, a Politécnica possuía, ao todo, cerca de 30 alunos. A Faculdade de Filosofia de Campina Grande operava apenas com as seções de Letras Neoclássicas e Anglo-Germânicas e a Faculdade de Serviço Social, criada em 1956, iniciaria suas atividades somente no ano de 1959. Frente ao projeto de desenvolvimento regional, fazia-se premente a ampliação do número de faculdades, privilegiando-se aquelas que promovessem a ciência e a técnica em seus currículos. Campina Grande, então um polo comercial e que vislumbrava a inserção no setor industrial, necessitava,

conforme propalavam muitos dos intelectuais, tornar exitosa a sua experiência universitária.

A FUNDACT, na medida em que auxiliaria na instituição das escolas superiores, bem como na “racionalização” do setor industrial da cidade, colocava-se como o campo ideal para se testarem os diversos caminhos que levariam Campina Grande ao encontro do desenvolvimento. A sua instituição foi fruto de extenso debate envolvendo os intelectuais, a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores. Assim sendo, a sua criação, em dezembro de 1957, não pode ser entendida sem que atentemos às mudanças processadas na política paraibana e campinense que, em consonância com a planificação propalada pelo desenvolvimentismo juscelinista, parecia traçar as novas diretrizes da administração.

As eleições realizadas em 1955 viram ser eleitos prefeito e vice-prefeito de Campina Grande, respectivamente, Elpídeo de Almeida e Severino Cruz. A coligação que encabeçou a chapa vitoriosa era composta pela UDN, pelo Partido Social Progressista (PSP) e pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e havia concorrido à prefeitura contra a chapa encabeçada por Severino Cabral e Olímpio Bonald da Cunha Pedrosa Filho, do PSD. A passagem de Elpídeo de Almeida para a UDN foi motivada, em grande medida, pelo assassinato do vereador Félix Araújo (PTB). Assassinado, em julho de 1953, pelo segurança particular do prefeito Plínio Lemos (PL), o vereador petebista liderava a oposição ao prefeito, a quem acusava de corrupção. Como Plínio Lemos era aliado político de José Américo de Almeida, e o governador manteve a aliança com o prefeito, Elpídeo de Almeida, que contava com o apoio da ala *americista*, acabou se aproximando de Argemiro de Figueiredo⁷⁸.

Nesse panorama, na eleição de 1955, Argemiro de Figueiredo ofereceu apoio à candidatura de Elpídeo de Almeida, provocando uma aproximação entre as duas alas. Em torno da coligação entabulada pela UDN, articularam-se diversos intelectuais, como

⁷⁸ Plínio Lemos foi eleito prefeito de Campina Grande em 1951, com o apoio de Elpídeo de Almeida (PSD). No ano seguinte, em virtude de denúncias de corrupção envolvendo a administração municipal, a aliança entre os dois foi desfeita. Félix Araújo passou a liderar a oposição ao prefeito, presidindo uma comissão de inquérito parlamentar para analisar as contas do município. Em julho de 1953, Félix Araújo foi assassinado pelo segurança particular do prefeito, João Alves de Brito. O assassinato gerou uma comoção popular e diversas entidades estudantis (como o Centro Estudantil Campinense e a União Universitária Campinense) passaram a exigir a renúncia do prefeito. Apesar da mobilização popular, Plínio Lemos permaneceu no cargo, contando, inclusive, com o apoio de José Américo de Almeida (SYLVESTRE, 1982). Insatisfeitos com o posicionamento do governador, parte da ala *americista* se aproximou de Argemiro de Figueiredo, principal opositor de José Américo. Dentre os “dissidentes”, destacamos Edvaldo do Ó, Newton Rique e Francisco Maria Filho. A “ruptura” não seria definitiva. Posteriormente, os “dissidentes” reataram a aliança política com José Américo de Almeida.

Edvaldo do Ó, Lopes de Andrade, dentre outros. A candidatura de Elpídeo de Almeida era estruturada, ainda que de forma tímida, na perspectiva do desenvolvimento. Entendia o então candidato que a cidade de Campina Grande, à época já um entreposto comercial consolidado, necessitava “avançar”. Tal avanço, notadamente, era compreendido em termos de uma maior industrialização, assentada, como já reiterado, na perspectiva da ciência e da técnica⁷⁹.

Nessa mesma eleição, foram eleitos os membros da Câmara de Vereadores. Sylvestre (1988) nos chama a atenção para a mudança no perfil dos eleitos para a Câmara de Campina Grande nessa legislatura. A presença de profissionais liberais e intelectuais é destacada pelo autor como uma resposta ao crescimento do eleitorado urbano, “influenciado” pelos meios de comunicação e pelo funcionamento das escolas superiores, cujas “alas estudantis” começavam a penetrar na dinâmica político-partidária local. Observa-se, assim, a composição do Legislativo campinense por diversos nomes ligados à União Universitária Campinense, tais como Raymundo Asfóra (PSB), Evaldo Cruz (PSP), Noaldo Dantas (UDN), Agassiz Almeida (PSB) e Aldino Gaudêncio (PL)⁸⁰. Embora numericamente pequena, a bancada universitária terá papel nodal nas negociações estabelecidas entre os demais vereadores e o prefeito, que culminarão na instituição da FUNDACT.

O movimento universitário, representado aqui pela União Universitária Campinense, passa a constituir paulatinamente a estrutura de poder municipal. Seja através da ocupação do Legislativo por muitos dos seus antigos e atuais membros, seja mediante a inserção de nomes como Edvaldo do Ó e Williams Arruda à frente de

⁷⁹ Analisando a eleição de 1955 em Campina Grande, Agra do Ó (2006) aponta as diferenças no estilo de prática política que teriam permitido a vitória de Elpídeo de Almeida. Médico e ex-prefeito, Elpídeo de Almeida teria se apropriado do exercício da profissão no sentido de granjear simpatias e apoio de amplos setores da sociedade à sua candidatura. Atendendo nas residências, muitas vezes sem cobrar pelos serviços, o contato de Elpídeo de Almeida com os pacientes/eleitores teria se dado de modo inverso à perspectiva encetada por Severino Cabral. Este último, empresário e já envolvido com a política partidária há bastante tempo, teria construído a sua imagem a partir do signo do “patrão inflexível”. As práticas clientelistas, que faziam de sua casa “um balcão de negócios todos os dias do ano”, levavam os eleitores a cumprir uma ritualística diversa daquela exercitada no contato com Elpídeo de Almeida. Se, para concretizar uma aproximação com o “Doutor” Elpídeo, bastava a doença, criar um vínculo com “Seu” Cabral passava por uma afirmação de inferioridade – os eleitores precisavam entender-se enquanto pedintes.

Sobre as eleições de Campina Grande em 1955, conferir Agra do Ó (2006) e Sylvestre (1988).

⁸⁰ A eleição de vereadores ligados aos segmentos liberais não significa uma ruptura com a política coronelística praticada em Campina Grande. É provável que muitos dos vereadores eleitos tenham chegado ao Legislativo municipal em virtude de um maior ou menor parentesco com algum grande proprietário rural. Contudo, isso não nos permite analisar suas trajetórias como uma simples reprodução dos interesses dos coronéis. Esses vereadores eleitos podem até ter sido ajudados pelos grandes proprietários rurais, mas buscavam, através de suas práticas políticas, lançar mão dos signos que os identificassem com a vida na cidade.

importantes pastas do município, respectivamente, Direção de Administração-Instrução e Fazenda, o grupo em torno da União Universitária insere-se na esfera do poder político, contribuindo, assim, para alçar o debate em torno do ensino superior à condição de “causa educacional” a ser defendida pela cidade.

Em fins de 1957, o “grupo dos desenvolvimentistas” já apresenta uma dimensão significativa, ocupando cargos na administração municipal, vagas no Legislativo, além de granjear simpatias de setores da indústria e do comércio, que passavam a ver no grupo uma possibilidade para alavancar o projeto desenvolvimentista pensado para Campina Grande. Animados pela perspectiva de desenvolvimento acelerado, o grupo consegue convencer o então prefeito Elpídeo de Almeida a enviar à Câmara Municipal a Mensagem de Número 650, que criava a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. A FUNDACT objetivava, inicialmente, atuar em três frentes, quais sejam: coordenação de pesquisas e trabalhos científicos e tecnológicos, inclusive propondo-se a publicar e divulgar os trabalhos frutos dessas pesquisas; auxílio na manutenção e instituição de escolas superiores ou “instituições complementares” e, por fim, a articulação com entidades, públicas ou privadas, para “racionalizar” os setores da indústria local. Para tanto, a Prefeitura abriria um crédito para a entidade, bem como disponibilizaria o espaço físico para a sua sede.

O envio da Mensagem à Câmara Municipal foi bastante comemorado pelo grupo dos desenvolvimentistas, especialmente pelo professor José Lopes de Andrade, um dos principais entusiastas. Na seção *Homens & Fatos* do dia 24 de novembro de 1957, data em que a Mensagem foi enviada para apreciação na Câmara, o sociólogo saudava o prefeito Elpídeo de Almeida pela iniciativa. A instituição da FUNDACT era percebida como o passo inicial para inserir não apenas Campina Grande, mas toda a região em seu entorno nas trilhas do desenvolvimento. Como já citado, a intelectualidade que compunha o “grupo dos desenvolvimentistas” partilhava da perspectiva de que apenas com mais investimento em ciência e técnica seria possível traçar um projeto de desenvolvimento para a região Nordeste.

Assim sendo, a instituição do órgão era considerada primaz para a iniciativa dos desenvolvimentistas campinenses. O articulista chega a comparar a função a ser desempenhada pela FUNDACT com as transformações verificadas na então União Soviética, tendo em vista o “prestígio” conferido pelos russos à ciência e à técnica. A linguagem, compreendida enquanto prática política, é constantemente mobilizada pela intelectualidade, de modo a legitimar seus projetos. Ao enfatizar a “viabilidade” da

FUNDACT, Lopes de Andrade buscava convencer a sua audiência de que a instituição do “Novo Nordeste” não consistia em uma “utopia”, mas em uma possibilidade real. Para isso, tornava-se necessário o apoio dos intelectuais, políticos, comerciantes e industriais à proposta de criação da entidade. O articulista afirmava:

A iniciativa do prefeito municipal criando uma Fundação para manter instituições científicas e tecnológicas nesta cidade merece os nossos mais entusiásticos aplausos, sobretudo porque, segundo se depreende da notícia ontem divulgada em manchete por este jornal, a Fundação, embora um órgão local, campinense, terá função extramunicipal e extra-estadual, visando a beneficiar também a Região [Nordeste] em que vivemos. Aos pessimistas e menos avisados poderá parecer uma utopia criar em Campina Grande uma entidade desta natureza e função. Mas, podemos argumentar com os numerosos exemplos palpáveis da União Soviética em nossos dias. Os russos conseguiram, mediante prestígio à ciência e à técnica, obrar milagres em simples vilarejos da longínqua e selvática Sibéria. Um país de regime democraticamente [sic] como o Brasil pode alcançar resultados semelhantes (ANDRADE, 1957b, p. 02).

Entre o envio da Mensagem e a sua aprovação pela Câmara Municipal, passou-se pouco mais de um mês. Além do esvaziamento das sessões, o projeto contava com a oposição de diversos parlamentares. Os opositores eram liderados pelos vereadores João Jerônimo (UDN) e Maria Dulce Barbosa (UDN), e alegavam que a instituição do ensino superior não competia ao Poder Municipal. Mesmo com a insistência da “bancada universitária”, que reiterava a “importância” da entidade para o desenvolvimento de Campina Grande e região, alguns vereadores permaneciam firmes na recusa à proposta.

Esse aspecto preocupava bastante os universitários, visto que da adesão dos vereadores Benedito Mota (PSP), Pedro Sabino (PSD) e Oliveiros Oliveira (PTB), que se mostravam indecisos, dependia a margem mínima de votos para que o projeto fosse aprovado⁸¹. Dessa forma, estabeleceram-se diversas negociações entre a “bancada universitária” e os vereadores contrários à criação da FUNDACT. A mediação que o prefeito Elpídeo de Almeida, juntamente professor José Lopes de Andrade, procuraram exercer em meio ao “impasse” parece ter surtido efeito e, pouco a pouco, a resistência foi sendo quebrada e o debate caminhando para a aprovação da lei.

⁸¹ Conforme noticiava o *Diário da Borborema*, os vereadores João Jerônimo (UDN), João de Souza Castro (UDN), Dulce Barbosa (UDN), Manuel Figueiredo (PL), Euclides Ribeiro (PSB) e José Gaudêncio de Brito (PL) já haviam se posicionado contra a aprovação da lei que instituía a FUNDACT. Dessa forma, restava à bancada universitária garantir a adesão dos vereadores indecisos, perfazendo, assim, a maioria dos votos necessários para aprovar o projeto. Consultar: Não apoiam a FUNDACT os vereadores. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de dezembro de 1957, p. 01.

Após uma série de debates e embates, a Câmara de Vereadores aprovou, por maioria simples, a criação da FUNDACT. Instituída pela Lei n. 49, de 28 de dezembro de 1957, a “usina de ideias” era uma realidade! Comemoravam os desenvolvimentistas campinenses! O órgão se estruturou sob o regime de colegiado, possuindo um Conselho Diretor composto por 15 membros, eleitos para um período de oito anos. Dentre esses componentes, seriam escolhidos o Presidente e o Vice-Presidente, também para o período de oito anos. Dessa forma, o Conselho Diretor foi composto inicialmente por José Marques de Almeida Júnior, Vinícius Londres Nóbrega, Kléber Cruz Marques, Austro da França Costa, Giuseppe Gióia Filho, José Lopes de Andrade, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Maria Filho, Edvaldo de Souza do Ó, Arlindo Pereira Almeida, Wilson Mascarenhas, Gleryston Holanda, Odimar Agra, Afrânio Aragão e José Paulino da Costa Filho. Para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, foram eleitos, respectivamente, Edvaldo de Souza do Ó e José Lopes de Andrade.

Fotografia 4- Edvaldo do Ó presidindo reunião da FUNDACT (1958).



Fonte: Diário da Borborema, 17 de agosto de 1958, p. 05.

Os intelectuais que estiveram à frente da FUNDACT definiam-na como “um grupo de pressão”, cujo objetivo era “agitar” o debate intelectual da cidade. A entidade se propunha a coordenar pesquisas e trabalhos científicos, através da realização de conferências e mesas de debate; auxiliar na manutenção de escolas superiores (o órgão terá papel decisivo na manutenção das Faculdades de Filosofia de Campina Grande, bem como na criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), esta última

posteriormente anexada à Universidade da Paraíba) e, por fim, assessorar empresas públicas e privadas, objetivando dotá-las de “maior racionalização”, aspecto considerado indispensável na corrida desenvolvimentista. A FUNDACT organizou uma série de eventos, tais como o “Seminário de Problemas do Nordeste”⁸² – ocorrido em agosto de 1958 -, o “Simpósio de Óleos e Vegetais”⁸³ – ocorrido ao longo do mês de novembro de 1958, dentre outros.

Observa-se, assim, o destaque que a FUNDACT vai desempenhar no cenário intelectual campinense. Reunindo uma gama de economistas, sociólogos, geógrafos e engenheiros, a entidade passa a fomentar, através das reuniões públicas, o debate desenvolvimentista. Através das mesas-redondas, sempre abertas ao público, discutiam-se os mais variados assuntos e as suas relações com o desenvolvimento regional. Talvez a estratégia de permitir o acesso do público às conferências, e às vezes até incentivar essa participação, tenha contribuído para a disseminação do ideário desenvolvimentista. Nesse contexto, em menos de um ano de funcionamento, a senda do desenvolvimento parecia ter se convertido na aspiração de “toda” a cidade. Intelectuais, políticos, comerciantes e industriais debatiam, através das páginas da imprensa, as perspectivas que deveriam alicerçar o desenvolvimento do Nordeste.

Se o debate era animado por diversas perspectivas, provocando divergências quanto aos enfoques que deveriam ser privilegiados no projeto de desenvolvimento regional, pelo menos em um aspecto os interlocutores entravam em consenso. Tratava-se da “essencialidade” da ciência e da técnica na estruturação do “Novo Nordeste”. Conforme essa leitura, pouco adiantaria os investimentos direcionados ao Nordeste se a região não contasse com elementos técnico-científicos que pudessem “racionalizar” as atividades regionais. Do contrário, permaneceria o quadro de dependência (econômica, mas, sobretudo, técnico-científica) dessa região em relação ao Centro-Sul. Frente a essa constatação, tornava-se indispensável ampliar o número de escolas superiores. Afinal, o “desenvolvimento científico” deveria caminhar lado a lado do desenvolvimento econômico - alguns intelectuais diriam até que “adiante” dele:

O pensamento que presidiu a criação da FUNDACT inspirou-se nas pesquisas e no resultado de estudo dos maiores homens de ciência e tecnologistas contemporâneos, que acreditam que todo progresso

⁸² Inaugurado o Seminário de problemas do Nordeste. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 22 de agosto de 1958, p. 01.

⁸³ Promovido nesta cidade o Simpósio de Óleos e Vegetais. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de novembro de 1958, p. 01.

econômico e social está necessariamente apoiado no progresso científico e tecnológico. Quando uma Nação, um Povo, ou uma Comunidade desfrutam de progresso econômico e social sem disporem de um progresso cultural –ciência e técnica- correspondente, podemos afirmar que eles estão se beneficiando, de uma maneira qualquer, da experiência de outras Nações, Povos ou Comunidade (ANDRADE, 1958e, p. 02).

A FUNDACT foi palco de diversos eventos envolvendo a temática do desenvolvimento regional. Dentre esses eventos, destacamos a conferência realizada pelo professor José Lopes de Andrade, no encerramento do “Seminário dos Problemas do Nordeste”, em agosto de 1958. Na ocasião, o intelectual apontou a dicotomia socioeconômica existente no interior da própria região Nordeste, remontando aos escritos de Capistrano de Abreu na caracterização do “Nordeste-Exterior” e do “Nordeste-Interior”. O discurso apontava para a polarização de ambos os nordestes, evidenciando a “necessidade” de investimento socioeconômico no âmbito do chamado Nordeste Interior. A este segmento da região, caberia a tarefa de polarizar a concentração de investimentos, garantindo, assim, o desenvolvimento da região como um todo:

No Nordeste, existe uma dicotomia sócio-econômica reconhecida por estudiosos dos mais diversos matizes: o Nordeste do Litoral (da cana-de-açúcar) e o Nordeste do Interior (do algodão e das fazendas de gado). Já o velho historiador Capistrano de Abreu falava dessa dicotomia sob os nomes de “Nordeste-Interior” e “Nordeste-Exterior”, e um autor contemporâneo, Djacir Menezes, escreveu um livro que se tornou indispensável na consulta bibliográfica regional com um título bastante significativo a esse respeito: ‘O Outro Nordeste’, querendo aludir ao Nordeste das secas e dos cangaceiros, dos agrestes e dos sertões, em oposição ao Nordeste chuvoso e dos senhores-de-engenho, dos brejos, das praias e coqueirais. A Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica, cuja implantação iniciamos em Campina Grande, tem por finalidade específica, por um lado, a valorização e, por outro, o apoio a expansão de um daqueles Nordestes: precisamente o “Nordeste-Interior” de que falava Capistrano de Abreu e de que a cidade de Campina Grande é uma das mais, senão a mais importante unidade territorial homogênea e com a mais pronunciada capacidade de polarizar o desenvolvimento das demais unidades que formam a região (ANDRADE, 1958f, p. 02).

Produzia-se, assim, um discurso no qual se mesclavam diversas perspectivas de se abordar a problemática regional. Partia-se da constatação do “atraso” que até então caracterizaria a região Nordeste e propunha-se a superação desse “estágio” mediante as

contribuições da ciência e da técnica. A constatação da intelectualidade fazia-se premente: o advento do “Novo Nordeste” só seria possível no concerto do saber científico e técnico. A teoria “dualista”, caracterizada pela “constatação” da existência de “dois Brasis”, é apropriada pelos intelectuais da cidade de modo a enfatizar a importância do ensino superior na equação das “disparidades” ou “desníveis regionais”. Somente com “mais ciência e técnica” poderia a região Nordeste ultrapassar o chamado “estágio feudal” no qual até então estaria imersa e adentrar o “outro Brasil”, representado pelo modelo urbano-industrial e identificado como existente no Sul/Sudeste do país (FURTADO, 1967).

Observa-se a apropriação da teoria dualista para se repensar a problemática regional. Procedia-se, assim, a uma diferenciação no interior da própria região Nordeste. Haveria “um nordeste do litoral”, já anunciado na obra de Gilberto Freyre, que corresponderia às áreas úmidas do litoral da Bahia ao Maranhão e, no interior desse nordeste, haveria “um outro” nordeste (FREYRE, 2004). “O outro Nordeste”, que consiste no título do livro lançado por Djacir Menezes, e prefaciado por Freyre, em 1937, corresponderia às “áreas secas” dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (MENEZES, 1937).

A partir da constatação da existência de “dois nordestes”: o “Nordeste exterior” (do litoral) e o “Nordeste interior” (dos sertões), a intelectualidade campinense passa a advogar a atribuição desse “outro Nordeste” (“Nordeste interior”) na construção do “Novo Nordeste”. Na medida em que a faixa litorânea dos estados nordestinos havia entrado em contato com a cultura humanista, prevalecendo nessas capitais os cursos clássicos, caberia ao “Nordeste interior” (cuja cidade de Campina Grande imaginavam representar essa porção geográfica) a tarefa de erigir as bases do “conhecimento politécnico”. Para tanto, far-se-ia indispensável a instituição da universidade, que, na concepção dessa intelectualidade, iria auxiliar o “Nordeste interior” a “equacionar os seus problemas”.

Ao reivindicar a construção do “conhecimento politécnico” para a porção do território representada por Campina Grande, é provável que Lopes de Andrade estivesse reiterando o discurso que vinha sendo gestado desde o início da década de 1950. É preciso lembrar que o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nem sempre apontou para a “total equivalência” dos cursos de grau médio. No início dos anos 1950, a matrícula nos cursos superiores ainda era previamente fixada pelo ramo do ensino secundário cursado pelo candidato. Como a cidade de Campina

Grande possuía uma grande quantidade de cursos técnicos, comerciais e industriais, a primeira escola instituída na cidade correspondeu à Politécnica.

Aos olhos da intelectualidade, os cursos de cunho politécnico consistiriam na perspectiva que deveria estruturar o ensino superior no município. Uma vez estabelecido esse “consenso”, a concepção que apontava o “conhecimento politécnico” como horizonte do ensino superior em Campina Grande pode ter se disseminado nos espaços de sociabilidade intelectual. Além disso, as discussões em torno da instituição do “Novo Nordeste” giravam em torno da importância da ciência e da técnica na operacionalização do projeto desenvolvimentista. Diante disso, nada melhor que reivindicar para a cidade a polarização dessa empreitada. Afinal, a sua primeira escola superior tratava-se da Politécnica.

Com o avanço das discussões e o protagonismo da FUNDACT na vida intelectual da cidade, o grupo dos desenvolvimentistas vai ganhando espaço de atuação na política partidária. A aliança com os setores mais progressistas da política local representava uma via de acesso para a efetivação dos projetos que vinham sendo gestados no âmbito da entidade. Tais projetos contemplavam aspectos econômicos (através das articulações da entidade com o poder estatal, no sentido de atrair mais indústrias para a cidade) e educacionais (mediante maiores investimentos em ciência e técnica). É por essa época que começam a circular pela imprensa diversas notícias acerca da criação da Universidade de Campina Grande. Conforme a percepção da intelectualidade reunida em torno da FUNDACT, tornava-se indispensável a instituição de uma universidade na cidade. Essa percepção era animada pela crença na capacidade de o ensino superior “orientar” o projeto de desenvolvimento regional.

É nesse horizonte de expectativas que a eleição municipal ocorrida em 1959 deve ser compreendida. Nessa eleição, seriam escolhidos o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores que administrariam a cidade de Campina Grande pelos próximos anos. A disputa, conforme Agra do Ó (2006), revestiu-se de um tom peculiar, inaugurando “nova fase” nas tramas políticas da cidade. A “nova fase” aludida pelo autor faz referência à “inovação” nos modos de fazer política partidária até então conhecidos pelos habitantes da cidade. Pela primeira vez na história de Campina Grande, os candidatos à chefia do Executivo municipal fizeram circular, por escrito, um plano de governo, no qual “desenhavam” o projeto de cidade “sonhado” para Campina, bem como os “caminhos” que levariam à realização desse “sonho de cidade”. A disputa foi

polarizada pelas candidaturas de Newton Rique (PTB) e Severino Bezerra Cabral (PSD).

O candidato Newton Rique, aglutinando grande parte da intelectualidade da FUNDACT, fez circular um documento, notadamente o plano de governo, intitulado “Revolução da Prosperidade”. O documento enfocava três áreas consideradas nevrálgicas para o êxito do projeto desenvolvimentista campinense: industrialização, habitação e educação. No campo da industrialização, considerava-se necessário incrementar a política de incentivos fiscais na corrida pela fixação de indústrias na cidade. O plano de habitação visava a resolver um dos problemas que já se evidenciavam para as autoridades campinenses daqueles tempos: o problema habitacional, marcado pelo grande afluxo de migrantes que procuravam a cidade de Campina Grande, fugindo provavelmente da política de concentração fundiária. Por sua vez, o plano educacional, embora se debruçasse sobre a temática da expansão do ensino primário, contemplava as questões do ensino superior, mediante o “fortalecimento” da FUNDACT. Sob a ótica da intelectualidade da cidade, estavam traçados os caminhos que levariam à instituição da Universidade de Campina Grande.

Frente a esse cenário, o candidato Severino Cabral, bastante conhecido na cidade pelas práticas clientelísticas e que combatia as “modernidades” propaladas pelos seus adversários, também se sentiu na obrigação de fazer circular um plano de trabalho para apresentar aos seus eleitores. Afinal, como aponta Agra do Ó (2006), se o que estava em jogo naquelas eleições era a “capacidade” de fazer circular por escrito os planos de governo para a cidade, Severino Cabral, representado pelo anedotário político da cidade enquanto um homem rude, também queria se mostrar capaz de administrar os destinos da cidade. Dessa forma, contando com o assessoramento de Edvaldo do Ó, que havia passado à oposição no ano anterior, Severino Cabral fez circular um documento intitulado “Programa de Governo”, no qual também expunha aos munícipes seus projetos para Campina Grande.

O embate nas urnas, realizado em dois de agosto de 1959, mostrou-se favorável a Severino Cabral⁸⁴, que acabou sendo eleito prefeito da cidade. Apesar de derrotado nesta eleição, o grupo que lançou a candidatura de Newton Rique continuaria ativo,

⁸⁴ Após ser derrotado nas eleições municipais de 1955, Severino Cabral teria procurado se adequar ao “novo” estilo de se “fazer política” então vigente em Campina Grande. Assim, ao longo da administração de Elpídeo de Almeida, Severino Cabral procurou manter-se em evidência, reforçando o clientelismo, mas também produzindo para si a imagem de empreendedor e “dinâmico homem de negócios” (AGRA DO Ó, 2006).

realizando diversas atividades no interior da FUNDACT. Ao longo da administração de Severino Cabral alianças seriam estabelecidas, reverberando na instituição de diversos projetos no plano do ensino superior, como por exemplo, a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em 1961.

Derrotado nas eleições, Newton Rique passou a assumir a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), desempenhando papel decisivo na instituição da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nesta conjuntura, após um extenso debate, a SUDENE seria instituída, através da Lei n. 3.692, de 15 de dezembro de 1959. A SUDENE representaria, para o grupo dos desenvolvimentistas, um importante espaço de negociação, não apenas das questões atinentes ao desenvolvimento econômico, mas também no que concerne ao chamado “desenvolvimento cultural” que, estruturado no binômio ciência e técnica, já passava a ser partilhado por grande parte da intelectualidade campinense enquanto algo indispensável para o completo desenvolvimento da cidade e da região.

Ao término da administração de Severino Cabral, em 1963, o conjunto das alianças estabelecidas entre o poder municipal e o grupo dos desenvolvimentistas faria com que esse grupo chegasse finalmente à chefia do Executivo municipal. Na ocasião, foram eleitos prefeito e vice-prefeito, respectivamente, Newton Rique (PTB) e Williams de Souza Arruda (PSB). É nesse cenário que o debate acerca da instituição do ensino superior em Campina Grande ganha definitivamente a condição de “causa educacional” da cidade. Nesse ínterim, tornava-se evidente, aos olhos dos intelectuais que compunham o grupo dos desenvolvimentistas, o “descompasso” verificado entre o desenvolvimento econômico da cidade e o seu “desenvolvimento cultural”, como então se falava. Fazia-se premente a estruturação do ensino superior em Campina Grande, mediante a criação de uma universidade. Sem o amparo do saber técnico-científico, propalava José Lopes de Andrade e Edvaldo do Ó, todo o desenvolvimento carreado para Campina Grande poderia se estiolar. Tem-se início, assim, um amplo debate em torno da instituição de uma Universidade voltada para o estudo dos “problemas regionais”, perspectiva que será consolidada com a criação da URNe, em 1966.

CAPÍTULO 3 – INTELECTUAIS, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: a instituição da Universidade Regional do Nordeste (URNe)

[...] a Paraíba chegou um tanto atrasada às primeira e segunda etapas de implantação do Ensino Superior no Brasil. Quando foram estabelecidas as primeiras Faculdades e Escolas Profissionais de nível superior, ainda no tempo da Monarquia, somente dois Estados ou Províncias do Brasil lograram ver organizadas aqueles institutos em seus respectivos territórios: São Paulo e Pernambuco. Só em 1947 surge a primeira Escola Superior paraibana – Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba – e só cerca de 10 anos depois surgiria a sua primeira Universidade, mesmo assim, carente ainda de apoio federal, dispondo de exíguos recursos materiais e humanos, que só com a Lei de Federalização (dezembro de 1960) viriam a ser fixados em maior escala, passando a dispor dos meios indispensáveis a sua atuação e multiplicação [...] A Paraíba entra, porém, no panorama universitário do Brasil numa etapa diferente das duas anteriores: a etapa em que a tônica da formação universitária, sem deixar de ser o treinamento de simples profissionais liberais, tornou-se também e, sobretudo, preparar cientistas e tecnólogos para desenvolver a pesquisa de alto nível, tendo em vista o Desenvolvimento nacional e regional (ANDRADE, 1965a, p. 02).

O texto supracitado, publicado na seção *Homens & Fatos*⁸⁵, evidencia a centralidade da universidade no projeto de desenvolvimento que se pensava para o nordeste. A narrativa, ao mesmo tempo em que objetiva pensar a “evolução” do ensino superior em nível nacional, chama a atenção do leitor no que concerne à inserção da Paraíba ao longo desse processo, ressaltando o denominado “atraso” com que o estado teria se lançado nesse empreendimento. “Superar” o “atraso” em que se julgava imersa a “alta cultura” na Paraíba e, mais especificamente, em Campina Grande era considerado o propósito que, segundo José Lopes de Andrade, deveria aglutinar intelectuais, políticos e os membros das “classes produtoras”. Do contrário, todo o desenvolvimento carreado para o estado poderia “estiolar-se”. Da centralidade conferida à ciência e a técnica resultariam as condições para que o nordeste saísse da condição de “atraso crônico” e adentrasse, finalmente, o âmbito do “Novo Nordeste”.

⁸⁵ ANDRADE, José Lopes de. Terceira etapa do Ensino Superior. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de julho de 1965a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

O atrelamento do ensino superior ao debate desenvolvimentista não era, como sabe, monopólio dos intelectuais e políticos campinenses. A modernização da universidade, considerada fulcral para o projeto de desenvolvimento nacional, já permeava o debate intelectual desde, pelo menos, o início da década de 1950. A criação do ITA, do CNPq, da Universidade Nacional de Brasília (UNB), bem como as propostas de se reformar o ensino superior evidenciam, pois, a indução modernizadora que agitava o debate educacional por todo o país. Tornava-se preciso, para utilizarmos o “vocabulário normativo” do período, transformar as “arcaicas universidades” em instituições “modernas”. Para tanto, o modelo universitário norte-americano era constantemente acionado, fundamentando os debates que propunham a instituição da chamada “universidade moderna”. Essas reivindicações eram partilhadas por instituições que se propugnavam “modernas” (UNB, ITA, dentre outras), por seguimentos do movimento estudantil, bem como por membros da burocracia estatal que tentavam, no interior do aparelho do estado, flexibilizar a estrutura do ensino superior, promovendo a sua modernização. Modernizada, acreditava-se que a universidade estaria em sintonia com os preceitos desenvolvimentistas, viabilizando o desenvolvimento nacional (FÁVERO, 1991; CUNHA, 2007b).

Se nos espaços onde a universidade já se fazia presente o debate centrava-se na necessidade de reformular a sua estrutura, inserindo-a, pois, em bases “modernas”, nas cidades onde essa instituição ainda não existia, a discussão era galvanizada pela premência de instituí-la, incluindo as “regiões periféricas” na rota do desenvolvimento. Campina Grande exemplificava esse segundo cenário. Como vimos no capítulo anterior, a intelectualidade da cidade vinha encetando, desde a década de 1950, um movimento com vistas a criação de escolas superiores. As ações empreendidas pela União Universitária Campinense, reivindicando do poder público a instituição da Escola Politécnica, da Faculdade de Filosofia, da Faculdade de Ciências Econômicas, dentre outras, culminaram na instituição da FUNDACT. Criava-se, assim, um importante espaço para que a intelectualidade desenvolvimentista propugnasse suas ideias, dentre as quais sobressaía a promoção do desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. Para tanto, os intelectuais enfatizavam a necessidade de se instituir uma universidade na cidade, aglutinando as escolas superiores já existentes. Essa reivindicação era mobilizada em consonância com as tendências que orientavam a modernização do ensino superior, dentre as quais sobressaía a “racionalização” dos

recursos físicos e humanos da região nordeste. A existência de faculdades isoladas, além de onerar a relação custo-benefício do ensino ofertado, ia na contramão da perspectiva desenvolvimentista, na medida em que se creditava a esses estabelecimentos um ensino dissociado da pesquisa científica e tecnológica. Se a instituição do “Novo Nordeste” passava pela preparação de “fatores” para a arrancada desenvolvimentista, a pesquisa científica deveria ocupar um lugar privilegiado no interior da universidade a ser instituída. Esta, por sua vez, deveria se orientar pelas diretrizes “modernas”, que vinham promovendo a reforma de algumas universidades brasileiras, tais como a UNB, a Universidade do Brasil e a Universidade do Ceará.

A ascensão do grupo desenvolvimentista à chefia do executivo campinense intensificaria o debate sobre a instituição de uma universidade na cidade. As eleições de agosto de 1963 viram ser eleitos prefeito e vice-prefeito de Campina Grande, respectivamente, Newton Vieira Rique e Williams de Souza Arruda. Tratava-se, pois, da chegada ao poder municipal de dois ex-integrantes da União Universitária Campinense, que ao longo de suas trajetórias políticas elencaram o ensino superior como a plataforma do projeto de desenvolvimento que se vislumbrava para a cidade e, conseqüentemente, para a “região”. Um dos primeiros atos de Newton Rique à frente da prefeitura foi a criação da Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA), concentrando nesse órgão o assessoramento às indústrias existentes e as que viessem se instalar na cidade. Essa medida retirava da FUNDACT os encargos de auxiliar tecnicamente as indústrias. Assim, a fundação poderia se debruçar sobre a estruturação do ensino superior no município, mediante a criação de uma universidade que, em consonância com o projeto desenvolvimentista, deveria servir de base à política da SUDENE.

Parecia que o jogo finalmente tinha virado a favor do grupo desenvolvimentista! Ocupando a chefia do executivo municipal, bem como granjeando simpatias no interior da SUDENE, no comércio e na indústria, este grupo obtinha apoio nas diversas esferas do poder para encampar a ideia de se instituir uma universidade em Campina Grande. Assentado na ciência e na técnica, o desenvolvimento regional parecia uma certeza que apontava aos horizontes dos intelectuais campinenses. Todavia, o golpe civil-militar de 1964 não apenas adiou a instituição da universidade na cidade como também reorientou o projeto de desenvolvimento propugnado pelos intelectuais desenvolvimentistas. Da promoção do desenvolvimento autônomo, defendido pela perspectiva que se

convencionou chamar de nacional-estatista, passou-se à defesa do desenvolvimento associado ao capital internacional, consubstanciando, esta última, na política propagada pelo regime instituído em 1964 (GOMES, 2014; FICO, 2014; REIS FILHO, 2014). Como na história das ideias as transformações não se processam imediatamente, é possível falarmos numa imbricação entre esses dois modelos de desenvolvimento, gerando um projeto em que o alinhamento com a política externa dos Estados Unidos caminhava lado a lado com as concepções de planejamento e intervenção estatal que orientaram a política do governo destituído (REIS FILHO, 2014). De imediato, observou-se, em Campina Grande, a cassação de lideranças políticas, dentre as quais estava o prefeito Newton Rique, que integrava os quadros do PTB.

Com a cassação do prefeito Newton Rique, o vice, Williams Arruda, teve que enfrentar a resistência de setores do exército e da sociedade civil que se posicionavam contrários à sua posse. Estes, por sua vez, argumentavam que o vice-prefeito era filiado ao PSB, “partido que abriga(va) todos os comunistas desta cidade” (MELO, 2013, p. 26). Assim, a sua posse representaria uma “ameaça” à vitória da “revolução democrática” de março/abril de 1964. Foram necessárias intensas negociações para que Williams Arruda assumisse a chefia da prefeitura municipal de Campina Grande, o que só ocorreu em 30 de setembro de 1964.

Se ao longo de sua trajetória política o prefeito havia militado em partidos de viés “esquerdistas”, era preciso alinhar-se à nova ordem, congratulando-se com os novos “donos” do poder. Dessa forma, Williams Arruda sai do PSB, ingressa na UDN e, posteriormente, na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), quando da instituição do regime bipartidarista, em outubro de 1965. Todavia, não foi “apenas” a mudança de partido político que evidenciou a “adesão” do prefeito campinense ao regime instituído em abril de 1964. A própria política levada a cabo em sua administração representa, segundo Lima (2012) e Melo (2013), o ajustamento do “modelo desenvolvimentista” (a partir da racionalização dos serviços municipais, criação de empresas de economia mista, política de incentivos fiscais para a instalação de indústrias na cidade) à perspectiva imposta pelos militares a partir de 1964.

Williams Arruda não só deu prosseguimento às ações iniciadas na gestão de Newton Rique como também instituiu uma série de empresas de economia mista como a Telecomunicações de Campina Grande (TELINGRA), Companhia de Eletricidade da

Borborema (CELB) e o Fundo Municipal de Indústria (FUMINGRA). Dentre as iniciativas do prefeito, a instituição da Universidade Regional do Nordeste (URNe) certamente figura com uma das mais expressivas. Inaugurada em abril de 1966, a URNe consistia na efetivação de um dos principais anseios do grupo desenvolvimentista. Pensada para auxiliar a política econômica delineada pela SUDENE, a universidade deveria organizar-se conforme as tendências que orientavam o debate sobre a modernização do ensino superior no país. Dessa forma, a URNe visaria a promoção do desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. “Racionalizando” os recursos naturais e humanos da região, a nova universidade visava preparar o “pessoal qualificado” para promover a alavancada desenvolvimentista que se vislumbrava para o nordeste em meados da década de 1960. Para tanto, a URNe deveria privilegiar não só o “treinamento de simples profissionais liberais”, mas, sobretudo, “preparar cientistas e tecnólogos para desenvolver a pesquisa de alto nível, tendo em vista o desenvolvimento nacional e regional”⁸⁶.

O presente capítulo objetiva analisar a instituição da URNe, evidenciando o debate sobre o projeto de desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. Para tanto, faz-se necessário atentarmos ao cenário sociopolítico e educacional que caracteriza o contexto posterior ao golpe civil-militar de 1964. Perceber a movimentação dos intelectuais nesse horizonte é condição primaz para compreendermos a reconfiguração do projeto de desenvolvimento nacional e regional que, por sua vez, presidirá a política pensada para essa universidade. Assim sendo, dividimos este capítulo em três subtópicos. No primeiro momento, abordaremos as sucessivas campanhas em prol da instituição da universidade, levadas a cabo, em grande medida, pelos intelectuais desenvolvimentistas. Estes ocupavam os principais postos no interior do *Diário da Borborema*, imprimindo ao jornal um papel de destaque nas discussões educacionais da cidade. Trata-se de compreender a linguagem como prática política, que visa intervir no debate educacional, legitimando ideias e fundamentando crenças (SKINNER, 2005a; POCKOCK, 2003). O próprio *Diário da Borborema* emerge como um importante ator nesse diálogo, uma vez que através dos seus editoriais este jornal reclamará a premência de se instituir uma universidade voltada para a promoção do desenvolvimento regional. Em seguida, nos deteremos na pesquisa sócio-educacional

⁸⁶ ANDRADE, José Lopes de. Terceira etapa do Ensino Superior. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de julho de 1965a. Seção Homens & Fatos, p. 02.

firmada entre a SUDENE, o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco e a FUNDACT. Iniciada em janeiro de 1965, a pesquisa visava analisar a viabilidade de instalação de uma universidade ou fundação educacional na cidade de Campina Grande. Os pesquisadores se detiveram nos dados econômicos (mediante levantamento da produção comercial, industrial e agrícola da cidade), educacionais (analisando as taxas de matrículas no ensino secundário-técnico e universitário), bem como no dimensionamento da demanda e oferta de “mão-de-obra qualificada” na área de influência da cidade. A constatação fazia-se premente: sem o advento da universidade todo o desenvolvimento carreado para a cidade e, conseqüentemente, para a porção geográfica que ela representaria, seria suplantado. Por fim, enfatizaremos a instituição da URNe, nos debruçando sobre a política que fundamentou a sua estrutura inicial. Para que a universidade recém-criada cumprisse seu papel no projeto de desenvolvimento regional era imprescindível a sua organização conforme as orientações que balizavam a reforma do ensino superior. Esse aspecto é constantemente reiterado pelos intelectuais desenvolvimentistas, figurando como um dos principais temas discutidos no evento que celebrou a inauguração dessa universidade, em abril de 1966.

3.1- “Universidade para a Região!”: o protagonismo do *Diário da Borborema* no debate desenvolvimentista

Em meados da década de 1960, sucessivos editoriais do *Diário da Borborema* reclamavam a urgência de se instituir uma universidade em Campina Grande. A reivindicação era endossada por diversos articulistas que, escrevendo nas seções de política e educação, “alertavam” os “riscos” que a ausência de uma universidade representava para o projeto de desenvolvimento pensado para o “nordeste interior”. Sem produzir a “ciência” e a “técnica” necessárias ao incremento das atividades produtivas, a cidade de Campina Grande e, conseqüentemente, a porção geográfica que ela imaginava representar, continuaria “dependente” das regiões “mais desenvolvidas”, importando o “know how” indispensável à corrida desenvolvimentista. Assim sendo, os editoriais desse jornal reiteravam: “Campina Grande necessita de muito mais fator cultural do que atualmente possui para poder acelerar o processo de seu desenvolvimento”. Do contrário, a cidade permaneceria “pobre e dependente por

toda a vida”⁸⁷. O *Diário da Borborema* ocupará um espaço de destaque no interior do debate educacional do período. A presença de integrantes do grupo desenvolvimentista, seja na direção do jornal ou como articulistas, talvez explique o ímpeto com que este diário se lançará na promoção do ensino superior como “fator” do desenvolvimento regional. Além disso, é preciso ressaltar a filiação desse jornal ao modelo empresarial, aspecto que, segundo Vieira (2007), o credencia a reivindicar a representação da chamada “opinião pública”. Dessa forma, nomes como Eptácio Soares, Osmário Lacet, Antônio Barroso Pontes e José Lopes de Andrade atribuirão ao jornal a feição de púlpito dos ideais desenvolvimentistas.

Antes de nos debruçarmos sobre as campanhas encetadas pelo jornal faz-se necessário atentarmos às transformações sociopolíticas que sucederam o golpe civil-militar de 1964. A ascensão de João Goulart à presidência da república, por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, inaugura um período de intensa mobilização política, tanto à esquerda quanto à direita. Os seguimentos identificados com os ideais esquerdistas aproveitavam o momento para reivindicar a adoção de medidas consideradas indispensáveis para reduzir as desigualdades socioeconômicas e regionais, promovendo, assim, o desenvolvimento nacional e regional. Para tanto, defendiam a adoção de uma série de reformas, dentre as quais se destacavam a reforma agrária, a reforma eleitoral e a reforma universitária. Por sua vez, as correntes mais ligadas à direita viam na intensificação das mobilizações em prol das “reformas de base” uma “ameaça” não só à ordem capitalista, mas também à “civilização cristã e ocidental”. É preciso lembrar que a bipolarização advinda com a guerra fria permeava a imaginação dos homens e mulheres que vivenciavam aquele contexto. Logo, a adoção de uma política externa independente, bem como a intensa mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos fazia com que as ações do presidente João Goulart remetesse à memória da revolução cubana, bastante viva nos imaginários coletivos do período. É, portanto, em nome da “defesa” da “constituição”, da “família” e da “propriedade” que civis e militares se unirão pela deposição do presidente (FICO, 2014; GOMES, 2014; REIS FILHO, 2014).

É importante salientar que o golpe civil-militar não prescindiu à ditadura que duraria vinte e um anos. Muitos dos envolvidos, e aqui poderíamos citar os políticos da

⁸⁷ Universidade para a Região! *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

UDN, clamavam a intervenção militar na esperança de que o “perigo vermelho” fosse contido e, tão logo “normalizada” a situação, o poder fosse devolvido aos civis. Miravam, assim, nas eleições presidenciais que deveriam ocorrer em 1965, visando conseguir um lugar que lhes permitisse conquistar o poder a partir dos mecanismos formais da democracia inaugurada em 1945. Todavia, setores da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) tinham outros planos! Para estes, fazia-se necessário destruir as bases do nacional-estatismo, enterrando “definitivamente” o *varguismo*. Defendiam um projeto de desenvolvimento de cunho liberal-internacionalista, baseado num Estado diminuído, na revogação das estruturas corporativas fundadas no Estado-Novo e na abertura aos capitais privados. Tudo isso sedimentado através de uma “sólida” aliança com os Estados Unidos.

Na correlação de forças que envolvia os golpistas, a corrente reunida em torno da ESG e do IPES acabou saindo vitoriosa. Logo após a derrubada de Goulart, o general Arthur da Costa e Silva autoproclamou-se ministro, alegando ser, na área, o mais antigo chefe militar na ativa. Rapidamente, constituiu-se uma Junta, reunindo os chefes militares das três armas. Estes, contaram com a assessoria de juristas, elaborando, em 09 de abril de 1964, um decreto ditatorial (denominado de Ato Institucional), no qual se autodenominavam como o “Comando Supremo da Revolução”. O Ato Institucional, o AI-1, acabou concentrando os poderes nas mãos do presidente da República, que deveria ser eleito em 48 horas, por um congresso nacional já depurado por várias cassações. Dessa forma, em 11 de abril de 1964 foi eleito presidente, por 361 votos (contra 72 abstenções), o general Humberto de Alencar Castelo Branco (FICO, 2014; GOMES, 2014).

Se o golpe foi dado em nome da perspectiva liberal-internacionalista, na prática, o projeto de desenvolvimento acabou sendo uma mescla entre o alinhamento com os Estados Unidos - mediante a adoção das propostas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para debelar a crise- e a planificação econômica, a partir da intervenção estatal. A implementação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), entre 1964 e 1966, é um exemplo da intervenção do Estado na reformulação das políticas monetária, bancária, tributária, cambial, salarial, educacional, de habitação, etc. O Estado intervia, assim, na regulamentação da economia. Se no período anterior essa intervenção se fazia em nome de um desenvolvimento que se pretendia autônomo; no contexto pós-1964, a intervenção se dá em consonância com as técnicas de planejamento, tidas como

“neutras”, “racionais” e “apolíticas”, mas que, no fundo, se alinhavam com a defesa do desenvolvimento associado ao capital privado, nacional e internacional (REIS FILHO, 2014).

Na Paraíba, o cenário posterior ao golpe civil-militar de 1964 caracteriza-se pela intensa perseguição às lideranças que se identificavam com o governo anterior. Sindicalistas, trabalhadores rurais e professores que estavam à frente da Campanha de Alfabetização Popular da Paraíba (CEPLAR) foram presos, torturados ou desapareceram. Na UFPB, o reitor Mário Moacir Porto foi destituído, sendo nomeado para sucedê-lo o capitão-médico e professor do curso de Medicina Guillard Martins Alves. O governador Pedro Gondim, eleito em 1960, através de uma aliança entre o PSB e a UDN, acabou aderindo à “revolução”, reprimindo, desde o final do ano anterior, as manifestações de estudantes e trabalhadores que agitavam as ruas das principais cidades do estado (CITTADINO, 1998). Aliás, após a vitória das “forças revolucionárias”, o governador Pedro Gondim imprime uma viragem em seu plano de governo, promovendo a reforma do secretariado, bem como se submetendo, cada vez mais, às orientações da UDN. Nesse quadro, a figura do deputado federal João Agripino emerge como “liderança inconteste” e, conseqüentemente, candidato ao governo do estado pelos udenistas. Contando com o apoio de Pedro Gondim, João Agripino vencerá as eleições ao governo da Paraíba realizadas em 1965, adotando, ao longo de sua gestão, uma série de medidas que tinham como objetivo intensificar a tecnificação da administração pública (CITTADINO, 2006).

É nesse contexto que em Campina Grande o debate sobre a criação da universidade ganha amplas dimensões, convertendo-se na “causa” que deveria aglutinar intelectuais, políticos, empresários e comerciantes. Após assumir a chefia da prefeitura municipal, e passado o período de caça às lideranças políticas, Williams Arruda, assessorado por Edvaldo do Ó e José Lopes de Andrade, dá início a uma série de articulações com algumas entidades que vinham se empenhando na instalação de escolas superiores na cidade. A Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande⁸⁸, a secção local da Ordem dos Advogados do Brasil e a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) deveriam congregar esforços para que a

⁸⁸ A Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina de Campina Grande foi criada em janeiro de 1964 e teve como primeiro presidente o médico e ex-prefeito da cidade, Elpídeo de Almeida (ANDRADE, 2012).

universidade se tornasse realidade. Os intelectuais adeptos do desenvolvimentismo enfatizavam a necessidade de uma “grande aliança” entre essas entidades e o poder municipal. Para tanto, argumentavam que a ação “fragmentada”, além de inviabilizar a instituição da universidade, o que comprometeria o desenvolvimento regional, onerava a relação custo-benefício do ensino a ser ofertado. Dessa forma, fazia-se premente a união de todos que se empenhavam em dotar a cidade da “sua” universidade, assegurando, assim, o projeto de desenvolvimento pensado para Campina Grande e para a região que ela imaginava representar.

O *Diário da Borborema* ocupará um papel de destaque no interior do debate desenvolvimentista, uma vez que através das suas páginas o discurso educacional será constantemente evocado, contribuindo, assim, para a formação das representações sobre o projeto de desenvolvimento que se pensava para o “nordeste interior”. A produção da matéria jornalística, como ressalta Vieira (2007), tem a força de tornar as coisas visíveis ou invisíveis, criando efeitos de verdade que expressam o desejo de determinados atores de intervir no debate. Dessa forma, ao promover o discurso educacional, mediante a veiculação de matérias sobre as solenidades de colação de grau das faculdades, o jornal exerce uma influência nada desprezível sobre o leitor, buscando orientar formas de pensar, de sentir e de agir. A cobertura jornalística desses eventos se reveste de acentuada importância na dinâmica política e educacional da cidade, na medida em que possibilita a expressão do ideário desenvolvimentista, promovendo leituras do passado e projetando perspectivas do porvir.

Nessas matérias, a tônica recai na revisitação do passado campinense (representado mediante uma perspectiva evolucionista), apontando-se, quase sempre, a um “futuro promissor”. O “destino” da cidade, como se referem muitos intelectuais e políticos, estaria “traçado” desde os seus “descendentes mais primitivos”, no caso os tropeiros. Na analogia constantemente reiterada nesses discursos, o caráter “desbravador”, característico dos tropeiros que iniciaram a povoação do espaço em que se encontra a cidade, conformaria um aspecto “peculiar” aos seus “atuais descendentes”, qual seja: a chamada “obstinação” em desbravar as estradas do desenvolvimento, fosse econômico ou intelectual.

Mobiliza-se, assim, um repertório de imagens e discursos que vai conformando a narrativa constantemente reiterada pelos intelectuais à frente do *Diário da Borborema*.

Conforme se pode observar a partir da análise de algumas matérias jornalísticas, o chamado “fenômeno Campina Grande” encontraria sua razão de ser na própria história e geografia da cidade, aspecto que credenciava este município a reivindicar o “desbravamento” do chamado Nordeste interior. Se no “passado” esse “desbravamento” era justificado pelo ímpeto colonizador; no “presente”, a atitude dos intelectuais da cidade, que se autodenominavam de “modernos tropeiros”, fazia-se em nome do desenvolvimento regional. Caberia, pois, à cidade de Campina Grande “liderar” o projeto de “desenvolvimento cultural” do interior nordestino, sem o qual o desenvolvimento econômico não se realizaria. Para tanto, as atenções da imprensa deveriam privilegiar os eventos educacionais, contribuindo para que a instituição da universidade se tornasse uma aspiração de “toda a cidade”.

O discurso proferido por José Américo de Almeida, por ocasião da solenidade de colação de grau das turmas da Faculdade de Filosofia de Campina Grande, consiste num desses momentos em que os eventos educacionais são mobilizados pelo *Diário da Borborema* no intuito de promover o debate desenvolvimentista. Intitulado “A geografia cria uma história”, o discurso faz um retrospecto da história campinense, enfatizando a posição geográfica “privilegiada” da cidade, bem como a sua “importância” na vida econômica e intelectual da Paraíba. A constatação é precisa: Campina Grande, e a porção geográfica que ela representava, necessitava de mais! Sem o aporte da ciência e da técnica, o desenvolvimento pensado para a cidade não poderia se realizar. Caminhando na direção dos interesses do grupo desenvolvimentista, o discurso de José Américo encontra grande receptividade no interior do jornal. A solenidade de formatura das turmas da Faculdade de Filosofia não só foi manchete em duas edições desse diário⁸⁹, como também foi intensamente comentada nas seções assinadas por José Lopes de Andrade e Epitácio Soares. Vejamos um trecho dessa conferência:

Esta terra tem uma determinação irrefragável. Suas origens não se diferenciam dos moldes coevos; tomou uma configuração do velho estilo e estacionou, longamente, até que um urbanismo impetuoso dilatou o seu perímetro. Foi crescendo para acolher a demografia adventícia, como um povoamento dirigido e adquiriu, desse modo, uma feição peculiar. A posição geográfica contribuiu para esse desenvolvimento. Uma localização privilegiada, entre o litoral e o

⁸⁹ Paraninfou na Faculdade de Filosofia o Ministro José Américo. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de dezembro de 1964, p. 01.

“Campina Grande pede uma universidade”: discursou José Américo na Faculdade de Filosofia. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 27 de dezembro de 1964, p. 01.

interior, atalhava as correntes da estrada real e passou a dominar, como contingente civilizador. O brejo foi seu celeiro e o sertão seu tributário. Além do ambiente físico, concorreram outros fatores para esta expansão. Os contatos com elementos estranhos lançados num intercâmbio penoso e ousado foram caldeando uma mentalidade realista e empreendedora. O comércio atraía as relações e abria portas para encontros com outros sistemas de vida. Nasceu, assim, o centro distribuidor dos produtos de sua zona de influência já conquistada. E criou-se um tipo arrojado de exportador que logo se impôs por sua visão de negócios. A conquista dos mercados tornou-se ativa e corajosa. Enquanto isso, as grandes praças vizinhas, abrindo filiais, deslocavam-se para este ponto estratégico que topava a circulação no meio do caminho (Paraninfo na Faculdade de Filosofia o Ministro José Américo... 1964, p. 01).

O orador evidencia as “peculiaridades” que conformariam a identidade e a história da cidade, bem como os desafios que a ela se erigiam naquele momento, quais sejam: a industrialização e o desenvolvimento da alta cultura. Nesse ínterim, José Américo de Almeida mobiliza o repertório de imagens que configura a representação da cidade a partir de uma perspectiva teleológica. Fruto do “desbravamento” dos tropeiros, à cidade de Campina Grande faltaria ainda a “conquista” da alta cultura. Essa interpretação, constantemente veiculada pela imprensa do período, parte da constatação do “pioneirismo” da cidade no processo de colonização e reivindica a “condução natural” do projeto de desenvolvimento regional. Interpretada através de uma perspectiva linear, a história de Campina Grande é caracterizada pela “superação” da condição de “povoamento insignificante”, chegando, em meados do século XX, a ocupar a posição de “centro comercial-industrial”. A cidade se prepararia, naquele momento, para iniciar uma nova fase, desta vez, tendo no primado da educação superior o novo território a desbravar. Nessa “nova fase”, identificada pela intelectualidade nos termos de uma “Revolução Cultural”, caberia ao município “desbravar” os caminhos que o levassem à alta cultura, sedimentando as promessas de desenvolvimento econômico.

Como reitera o intelectual, a geografia da cidade “não se conformaria” com a posição por ela ocupada naquele momento, ou seja, seria preciso “avançar” e inserir Campina Grande no âmbito da alta cultura. Essa perspectiva se justificaria também pelo papel atribuído à cidade no projeto de desenvolvimento regional. Apropriando-se da “Teoria dos Polos de Crescimento”, de inspiração francesa e norte-americana, os intelectuais e políticos defendiam a tese de “Campina Grande como polo de

desenvolvimento regional”⁹⁰. Segundo essa perspectiva, que teve entre os seus “seguidores” José Lopes de Andrade e Edvaldo de Souza do Ó, para que o desenvolvimento regional se desse de forma “equilibrada” era indispensável as contribuições da ciência e da técnica. Nesse contexto, tornava-se imprescindível “ajustar”, para utilizarmos a expressão então em voga, o saber científico aos chamados “problemas da região”. Haveria, conforme formula o discurso de José Américo de Almeida, um “conjunto de problemas regionais” que deveriam ser regulados pela alta cultura, aspecto que justificaria a instituição de uma universidade:

Essa geografia não se satisfaz com seu papel atual; tem uma destinação mais útil. É um meio já amadurecido que se prontifica a atingir a mais elevada etapa de uma civilização: a cultura superior. São disponibilidades generosas que se oferecem, vantajosamente, para essa nova posição. Preenche Campina Grande condições que justificam seus apelos para ocupar o centro de um sistema de desenvolvimento regional. É o processo mais racional de solução dos problemas correlatos [...] Por sua explosão de vida, Campina Grande está pedindo uma Universidade que regule seu ritmo cultural, formando novas elites. Já conta com as unidades que mais se afeiçoam à sua índole progressista. Tive essa visão ao fundar vossa primeira escola superior, preparando ao mesmo tempo, o material que iria abastecê-la: o Colégio Estadual (Paraninfou na Faculdade de Filosofia o Ministro José Américo... 1964, p. 07).

Ao reproduzir a conferência de José Américo ao longo de duas edições, bem como promovê-la em suas seções, o *Diário da Borborema* atua na ressignificação do repertório de imagens e discursos que advogavam uma “nova função” para a cidade de Campina Grande. Tratava-se de “abandonar” a imagem de “cidade comercial” e se lançar nos domínios da industrialização e da alta cultura. O jornal reitera a representação que identifica a dinâmica cultural da cidade como sendo “atrasada” (“atraso cultural”) e traça as metas para se promover o “desenvolvimento cultural”. O “crescimento” (econômico e intelectual) vislumbrado com o advento da universidade seria “fator” indispensável para se instituir o “Novo Nordeste”. No concerto da ciência e da técnica, o projeto de desenvolvimento pensado para a cidade estaria assentado em bases “seguras”!

⁹⁰ Trabalho apresentado pelo professor José Lopes de Andrade durante o Seminário Sobre Polos de Desenvolvimento, promovido pela SUDENE e realizado na cidade de Recife, em setembro de 1966. O estudo defende a ideia de que Campina Grande estaria situada no último circuito da zona de gravitação de Recife, não sendo atingida pelas polarizações das cidades de Salvador e Fortaleza. Dessa forma, a cidade polarizaria as atividades econômicas e intelectuais das áreas sertanejas dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.
Ver: A Faculdade de Ciências Econômicas publicou...1966, p. 02.

Para tanto, tornava-se imprescindível que as faculdades existentes na cidade fossem unificadas em torno de uma universidade. Essa ideia passa a circular de forma constante nos meios impressos, bem como nos debates travados no interior da FUNDACT. O *Diário da Borborema*, seja através dos editoriais ou das seções que contemplavam o debate educacional, apresenta-se como o púlpito privilegiado pela intelectualidade na veiculação de suas ideias. Os discursos disseminados por esse jornal enfatizavam a premência de se instituir um “conjunto de saberes” voltados ao estudo dos “problemas da região”. Somente através da criação de uma universidade, advogavam os intelectuais à frente do jornal, seria possível “superar” o “antigo modelo das faculdades isoladas”. Mobilizavam, assim, o argumento de que a unificação das faculdades em torno de uma universidade reduziria o “custo-benefício” do ensino ofertado, bem como viabilizaria o fomento à pesquisa científica e tecnológica, esta última considerada fulcral para o projeto de desenvolvimento regional⁹¹.

Nesse cenário, intensificam-se os debates lavados a cabo pelo *Diário da Borborema*. Na sua articulação editorial, o jornal apresentava nomes como os de José Lopes de Andrade, Eptácio Soares, Osmário Lacet e Orlando Tejo. É importante ressaltar que muitos desses articulistas integravam o grupo denominado por Lima (2012) como “desenvolvimentistas”. Essa observação nos permite, inclusive, analisar com maior acuidade os editoriais e seções que compõe o jornal. A frequência com que as questões educacionais (seja na perspectiva do ensino superior ou do processo educacional mais amplo) e industriais aí aparecem nos permite aferir a importância que esse binômio assumia nas discussões do período. Não se trata de tomarmos o *Diário da Borborema* enquanto expressão dos chamados “desenvolvimentistas”, mas de atentarmos ao papel que este jornal exerce no debate educacional do período. Reivindicando a representação da “opinião pública”, o jornal enfatiza determinadas questões, invisibiliza outras e busca intervir nas discussões educacionais.

Ainda repercutindo sobre o “êxito” da cerimônia de formatura das turmas da Faculdade de Filosofia de Campina Grande, ocorrida em dezembro de 1964, o editorial do *Diário da Borborema* do dia 16 de janeiro de 1965⁹² convocava a “sociedade

⁹¹ Universidade para a Região! *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

⁹² Pesquisa Sócio-Educacional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

campinense” a se fazer presente ao evento que lançaria a Pesquisa Educacional a ser firmada entre a FUNDACT, a SUDENE e o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco. Segundo o editorial, a pesquisa se realizaria em duas frentes. Com a SUDENE seria firmado um contrato para a realização do estudo intitulado “Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande”, já o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco realizaria o estudo: “Análise da Estrutura Sócio-Econômica de Campina Grande”. O contrato a ser celebrado entre as instituições visava, conforme o editorial supramencionado, “diagnosticar a situação existente em nossa cidade, de modo a permitir um prognóstico para uma organização mais ampla do nosso ensino superior”⁹³. O texto do editorial fundamenta-se na “Teoria dos Polos de Crescimento”, reivindicando para a cidade de Campina Grande a criação de um “grande polo educacional”. Como este município estava localizado no “último circuito da zona de gravitação de Recife”, não sendo atingido pelas “polarizações” das cidades de Salvador e Fortaleza, lhe caberia atender as “demandas educacionais” do “nordeste-interior”, representado aqui pelas “áreas secas” dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

A instituição de uma universidade voltada ao estudo dos “problemas regionais” constitui aspecto central no discurso dos principais articulistas do *Diário da Borborema*. Fosse pressionando o poder público para que a universidade fosse instituída Campina Grande ou mobilizando a linguagem no intuito de conseguir a adesão do leitor à “causa do ensino superior”, os intelectuais que escrevem neste jornal lançam luzes sobre determinadas questões, estabelecendo “prioridades”. Ainda de acordo com este editorial, a pesquisa se debruçaria sobre cinco aspectos da “realidade campinense”, sendo eles: “estrutura educacional existentes nos níveis primário, ginásial e colegial”; “estrutura socioeconômica” (enfocando a renda bruta municipal, renda *per capita*, potencial de expansão e investimentos no comércio, indústria, agricultura e serviços); “estrutura cultural”; “empreendimentos já existentes no ensino superior” e “posição da comunidade em face de um empreendimento a influir na melhoria dos sistemas educativos”⁹⁴.

⁹³ Pesquisa Sócio-Educacional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

⁹⁴ Pesquisa Sócio-Educacional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

O editorial prossegue convocando a “sociedade campinense” a se fazer presente à reunião que firmaria a pesquisa celebrada entre a FUNDACT, a SUDENE e o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco e que estava marcada para acontecer no dia 20 de janeiro de 1965, nas dependências do Campinense Clube. O texto busca produzir um efeito de adesão no leitor, salientando a “significação” que o evento teria na constituição do “futuro da cidade” enquanto “polo educacional”. A língua, compreendida enquanto prática política, expressa a vontade dos agentes de intervirem no debate educacional (SKINNER, 2005a). Dessa forma, imagens, signos e discursos são mobilizados no intuito de sensibilizar o leitor acerca da importância que a pesquisa teria para a estruturação da universidade em Campina Grande. Diversos seguimentos da “sociedade local” são chamados a “colaborar” nessa empreitada: políticos, setores empresariais do comércio, da indústria e “classes liberais”. A instituição da universidade dependeria da adesão de todos! Explicitando os objetivos da pesquisa, bem como a sua “importância” para a instituição da universidade, o editorial do dia 16 de janeiro de 1965 enfatizava:

[...] Trata-se de iniciar nesta cidade um inquérito social, econômico e cultural com a finalidade de verificar as condições locais para implantação de um sistema integrado de ensino superior. Realmente é um plano arrojado em que todas as classes sociais de Campina Grande vão ser chamadas a colaborar, pois do contrário nada será possível objetivar no setor educacional local, necessitando na verdade de uma reformulação profunda. O interesse da população em geral, somado ao das autoridades locais, das classes empresariais (comércio e indústria), das classes liberais, dos líderes políticos estaduais e federais, dos governos estadual e federal, e de todos os órgãos de representação da comunidade, serão fatores precípuos para o sucesso do empreendimento que há de tornar Campina Grande um centro universitário de real valia ao país (Pesquisa Sócio-Educacional... 1965, p. 02).

O papel desempenhado pela imprensa visava informar o público-leitor sobre as atividades que envolviam a realização da pesquisa sócio-educacional e intervir no debate educacional. Para tanto, o *Diário da Borborema* reivindica a representação da “opinião pública”, constantemente posicionando-se enquanto porta-voz dos “interesses campinenses”. Dessa forma, o jornal adquire as credenciais para formular propostas de estruturação da universidade que seria instalada na cidade. Dentre essas propostas, destaca-se, pela ênfase com que é veiculada pelos editoriais do jornal, a organização da universidade a partir dos preceitos que animavam o debate sobre a reforma do ensino

superior. Assim, o discurso dos intelectuais, com destaque para a seção Homens & Fatos, enfatiza as “exigências” que o advento do “Novo Nordeste” estaria impondo à “região”, qual seja: a necessidade de um saber aplicado, “ajustado” aos “problemas regionais”. Lopes de Andrade reiterava que a instituição do ensino superior na Paraíba teria ocorrido “demasiadamente tarde”. A “única” forma de “superar” esse “atraso” seria promovendo a ciência e a técnica no interior da nova instituição. A organização dessa universidade a partir de preceitos “modernos” era condição fulcral para o “êxito” do projeto de desenvolvimento regional.

Para tanto, os intelectuais à frente desse jornal passam a enfatizar a necessidade da “nova universidade” se distanciar da perspectiva que reclamava a promoção da “cultura desinteressada” como o principal objetivo das instituições de ensino superior. A intelectualidade que animava o debate considerava esta orientação “ultrapassada”, não correspondendo, pois, às exigências vivenciadas pela sociedade industrial. As instituições universitárias, longe de se dedicarem exclusivamente à formação de “doutores”, deveriam formar “fatores” para o desenvolvimento nacional e regional.

A associação entre a “universidade” e o campo econômico é recorrente nos escritos do professor José Lopes de Andrade. Provavelmente, este intelectual encontrava-se inserido nos debates acerca da reforma do ensino superior, reverberando, assim, a tendência endossada pelos consultores norte-americanos em seus estudos, qual seja: a estreita relação entre o “desenvolvimento econômico” e o “desenvolvimento educacional” de uma dada sociedade (FÁVERO, 1991; CUNHA, 2007b).

Dentre os tecnocratas que se debruçaram sobre a reforma da universidade brasileira, destacamos a figura do consultor norte-americano Rudolph Atcon. Atendendo ao convite da Diretoria do Ensino Superior (DES) do Ministério da Educação e Cultura, este consultor realizou, entre junho e setembro de 1965, um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade no país. Percorrendo um total de doze universidades, Rudolph Atcon identificou alguns aspectos que, segundo a sua análise, entravavam o funcionamento da universidade brasileira. A duplicação de recursos para um mesmo fim, a supremacia da cátedra vitalícia e a ausência de correspondência entre o ensino recebido, conhecimentos adquiridos e o exercício de uma profissão são alguns dos exemplos citados por Atcon para caracterizar a organização “arcaica” da universidade no país. Para tanto, este consultor propunha a reforma administrativa e

fiscal do ensino superior, no intuito de estabelecer uma sintonia entre o projeto de desenvolvimento nacional e o ensino recebido nas universidades (FÁVERO, 1991).

Certamente, o posicionamento de José Lopes de Andrade consiste numa “resposta”⁹⁵ à tendência modernizadora propagada pelos assessores norte-americanos. Reiterando o “descompasso” entre as atividades econômicas e educacionais, o intelectual chamava atenção para a premência de se instituir uma universidade na cidade. Sem fomentar a “ciência e a técnica” inerentes ao *know-how* industrial, a cidade de Campina Grande e a porção geográfica que ela imaginava representar continuariam “pobres e dependentes por toda vida”. A “dependência científica” ameaçaria, pois, o projeto de desenvolvimento pensado para o nordeste, visto que na ausência de uma universidade, a “região” continuaria importando a técnica necessária à diversificação das atividades econômicas, pagando “a ‘fatores residentes no estrangeiro’ ou fora da área que os utiliza, parcela substancial da renda auferida mediante sua utilização”⁹⁶.

Os intelectuais desenvolvimentistas protagonizavam um debate no qual as tendências norte-americanas que orientavam a reformulação do ensino superior eram acionadas para justificar um modelo de desenvolvimento que se pretendia “autônomo”. Ao proceder dessa forma, a intelectualidade da cidade (re) interpretava a perspectiva isebiana à luz do pragmatismo norte-americano. Para tanto, utilizavam-se da imprensa para veicular suas ideias, objetivando garantir a adesão do público-leitor. Se a instituição de uma universidade subsidiada pelo município consistia um empreendimento “arriscado”, era preciso mobilizar a memória educacional da cidade, enfatizando a “passagem” da “fase” do “Grupo Escolar” a “Universidade” em vinte anos! Ao se referir à criação da universidade em Campina Grande, Lopes de Andrade evidenciava:

[...] A industrialização, por exemplo, é quase impossível sem um “setor cultural” consciente da necessidade de avançar até elevado estágio de desenvolvimento econômico. Podemos importar de outros países ou regiões a ciência e a tecnologia necessárias ao lastreamento de formas adiantadas de economia, como a indústria. Mas, isto

⁹⁵ Trata-se de compreendermos os enunciados não apenas como uma série de proposições, mas, sobretudo, como argumentos. Skinner (2005c, p. 161-162) nos chama atenção para o fato de que “argumentar é sempre argumentar a favor ou contra uma certa posição, um certo ponto de vista ou uma certa ação”. Consequentemente, se quisermos compreender essas afirmações, teremos de encontrar “formas de identificar a natureza precisa da intervenção corporizada pelo ato de a apresentarmos numa afirmação”.

⁹⁶ ANDRADE, Jose Lopes de. Desenvolvimento e fator cultural. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 14 de dezembro de 1965. Seção Homens & Fatos, p. 02.

significa pagar “a fatores residentes no estrangeiro” ou fora da área que os utiliza, parcela substancial da renda auferida mediante sua utilização. Por outras palavras, significa continuar pobre e dependente por toda a vida. Campina Grande necessita de muito mais fator “cultural” do que atualmente possui para poder acelerar o processo de seu desenvolvimento. Em 20 anos, passamos do Grupo Escolar à Universidade, mas essa evolução atingiu somente camadas mínimas do nosso povo, e precisa, sobretudo, descer a profundidades muito maiores (ANDRADE, 1965b, p. 02).

A promoção da pesquisa sócio-educacional passa a estampar as páginas do *Diário da Borborema*. Ao longo do estudo verifica-se a veiculação de matérias sobre a chegada dos pesquisadores na cidade, a recepção “sempre positiva” da população⁹⁷, a divulgação dos dados parciais do trabalho⁹⁸ e, também, sobre as “medidas mais consentâneas” que deveriam orientar a estruturação do ensino superior em Campina Grande. A produção da matéria jornalística, assentada em processos conscientes ou inconscientes do que tornar visível ou invisível, tem o poder de criar efeitos de realidade. Assim, ao publicar matérias promocionais sobre a pesquisa que estava sendo realizada, o jornal objetivava orientar a conduta do público-leitor, chamando a atenção para a “importância” da temática, bem como fazendo crer que a instituição da universidade era fator precípua para o projeto de desenvolvimento regional.

Mas as páginas do *Diário da Borborema* não nos relatam apenas a “promoção” dos eventos educacionais da cidade. Se o jornal promove as atividades da pesquisa sócio-educacional, ele também “denuncia” a “falta de apoio” do poder público para com as questões atinentes ao ensino superior. Dessa forma, em 22 de julho de 1965, o editorial criticava a interrupção da pesquisa em andamento. Conforme se pode depreender a partir do texto, a FUNDACT não estaria cumprindo algumas cláusulas do contrato firmado com a SUDENE e o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco. Assim, as equipes encarregadas de realizar a pesquisa teriam paralisado as suas atividades, comprometendo a divulgação dos resultados globais do estudo. Intitulado de “Falta de apoio”, o editorial tece uma série de críticas ao poder municipal, enfatizando a importância que a pesquisa teria para a estruturação da universidade a ser criada na cidade. A linguagem era mobilizada no intuito de chamar atenção para os “riscos” que a

⁹⁷ Pesquisadores recebem apoio da população de Campina Grande. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 20 de fevereiro de 1965, p. 01.

⁹⁸ Pesquisa Educacional avança e a universidade de Campina já é uma realidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 25 de setembro de 1965, p. 01.

ausência de um “setor cultural forte” representava para o projeto de desenvolvimento regional. Para tanto, o texto iniciava com a assertiva: “Em Campina Grande é mais fácil possuir a liberdade de ser burro, do que o direito de ser letrado, de preparar-se, intelectualmente, para os embates da vida”.

Em seguida, o texto do editorial conclamava a “sociedade campinense” a “contribuir” com o debate sobre o ensino superior, engajando-se com “mais entusiasmo” na campanha em prol da universidade. A “apatia” da população frente à pesquisa é um dos motivos que o jornal aponta para a sua interrupção. Logo, tornava-se premente o comprometimento de todos com a criação da universidade. No intuito de garantir a adesão do público-leitor, o *Diário da Borborema* mobiliza uma série de imagens e discursos que tem por objetivo delimitar o “novo momento” que a cidade estaria vivenciando. Ao chamar a atenção para a “superação” do “estágio” de “espírito usuário” que caracterizaria o “passado campinense”, o jornal visava influir na conduta do público, fazendo com que este acreditasse que as preocupações com as “coisas do espírito” faziam parte da vivência da cidade. Afinal, o nosso mundo social é constituído de conceitos. Logo, toda modificação no uso de um conceito constituirá ao mesmo tempo numa mudança no nosso mundo social (SKINNER, 2005c). Ao enfatizar a “nova fase” que a cidade estaria experienciando, o jornal certamente tentava “moldar” as sensibilidades dos leitores, alçando o ensino superior como a “causa” que deveria congrega “todos os campinenses”. Dessa forma, garantiriam a adesão do leitor à “causa” da universidade.

Não sabemos porque (sic) estas coisas acontecem em Campina Grande, porque hoje já estamos sentindo que aquele estágio do espírito usuário de quase todos os nossos maiores foi ultrapassado por uma fase nova, onde todos se sentem arejados e procuram, muitas vezes surpreendendo em suas participações, dar o contributo de sua colaboração às realizações que se projetam nesta cidade [...] A comunidade, parece-nos, não tomou o devido interesse por essa conquista que mais lhe pertence do que aos seus idealizadores, e, faltando o entusiasmo do povo, as autoridades não viram porque também se entusiasmar. É preciso que todos trabalhem, e trabalhem pensando que Campina Grande deve participar nos planos de trabalho do Novo Nordeste (Falta de apoio.1965, p. 02).

Após uma série de debates travados nas páginas do jornal, a pesquisa sócio-educacional seria retomada em agosto de 1965. A pressão exercida pelo *Diário da Borborema* provavelmente constrangeu o poder municipal a acertar as cláusulas

contratuais com a SUDENE e o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco. É preciso lembrar que a intervenção deste jornal sempre se dá em nome dos “interesses campinenses”. Logo, a veiculação de matérias e editoriais reivindicando a reconstrução dos pesquisadores adquire um peso significativo em meio às tramas do político. Além disso, o estudo foi interrompido em etapa já avançada das investigações, não sendo do interesse do grupo desenvolvimentista descartar dados que teriam importância crucial na estruturação da futura universidade. A pesquisa sócio-educacional, cujos dados analisaremos no próximo tópico, se debruçou sobre os aspectos econômicos, sociais e culturais da cidade de Campina Grande, objetivando dimensionar a exigências que o projeto de desenvolvimento impunha ao ensino superior. As informações subsidiadas pelo estudo se revestem de importância fulcral para a universidade, uma vez que a política dessa instituição deveria servir de base às ações realizadas pela SUDENE.

3.2- O desenvolvimento regional no concerto do ensino superior: a Pesquisa Sócio-Educacional e a instituição da universidade

A universidade pensada pelos intelectuais campinenses deveria fomentar o desenvolvimento regional, servindo de base à política que a SUDENE vinha realizando desde o final da década de 1950. Para tanto, os aspectos econômicos, sociais e educacionais da cidade de Campina Grande teriam que orientar a pesquisa em andamento, evidenciando as bases em que se assentaria o ensino superior na cidade. Do contrário, a universidade estaria dissociada das “exigências” que o projeto desenvolvimentista estabelecia para a região. Dimensionar essas “exigências”, articulando-as ao projeto da futura universidade era a tarefa a que se propunha a pesquisa celebrada entre a FUNDACT, a SUDENE e o Instituto de Pesquisas Joaquim Nabuco.

Após um ano de trabalho, os resultados do estudo foram divulgados através do *Semanário Oficial* da Prefeitura municipal de Campina Grande, sob o título de “Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande”. O texto final, publicado ao longo de três edições deste informativo, apresenta um levantamento dos aspectos sociais, econômicos e educacionais da cidade de Campina Grande e da região por ela polarizada. A perspectiva teórica que subsidia as

análises consiste na “Teoria dos Polos de Crescimento”, enfatizando-se a divisão do espaço brasileiro em “regiões polarizadas”. É importante salientar que a “Teoria dos Polos de Crescimento” perpassa todo o documento, estando presente, inclusive, na parte final do trabalho, onde é recomendada a criação de uma universidade na cidade.

A “Teoria dos Polos de Crescimento”, compondo um dos seguimentos das ciências regionais, se debruça sobre as diversas “variantes” que configuram o desenvolvimento de um dado país. Formulada para responder aos diversos “níveis” de crescimento vivenciados pelos países europeus após a segunda guerra mundial, a *Theorie de Pôles de Croissance* passou a ser disseminada no Brasil ainda na década de 1950. Assim, as ideias de François Perroux e Jacques de Boudeville foram apropriadas pelos teóricos da “vertente dualista” para se (re) pensar tanto os “desníveis regionais”, como as “desigualdades” existentes no interior de uma própria região. Em que pese as diversas orientações que conformam esta teoria, a “solução” para se “reduzir” as “disparidades regionais” consistiria na integração da economia por todo o território nacional, objetivando controlar o crescimento das regiões mais “desenvolvidas” e, conseqüentemente, “estimular” o desenvolvimento das “áreas atrasadas” (CORREIA DE ANDRADE, 1970).

No que concerne à Pesquisa Sócio-Educacional em questão, a “Teoria dos Polos de Crescimento” é mobilizada para classificar o espaço brasileiro em dois níveis: as “regiões de nível superior” (macro-regiões) e as “regiões de segundo nível” (micro-regiões). As primeiras, conforme a concepção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), englobariam as nove cidades brasileiras classificadas como “metrópoles nacionais”, “metrópoles regionais” e “grandes capitais regionais” (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém). As “regiões de segundo nível” equivaleriam aos espaços localizados ainda sob a “influência” das “regiões de nível superior”, mas com capacidade de oferecer “serviços básicos” à população circunscrita aos seus limites. Afinal, conforme aponta o texto da Pesquisa em discussão, “a população de uma determinada área procura inicialmente o polo secundário para satisfazer exigências mais comuns, e,

posteriormente, o grande polo, onde pode contar com bens e serviços mais especializados”⁹⁹.

A cidade de Campina Grande ocuparia a vigésima nona posição no total das sessenta e seis cidades consideradas pelo IPEA como integrantes das “regiões de segundo nível”. O texto prossegue destacando a “influência irradiada” por esta município sob uma área de aproximadamente mil quilômetros, compreendendo o interior dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Dessa forma, a Pesquisa Sócio-Educacional atribuía à Campina Grande a “capacidade” de “polarizar” o desenvolvimento econômico e intelectual do “nordeste-interior”. Para tanto, tornava-se premente a instituição de uma universidade voltada ao estudo dos “problemas regionais”. Todavia, antes que a universidade fosse instituída era preciso planejar a sua estruturação. Como as técnicas de planificação animavam o debate desenvolvimentista, tornava-se necessário conhecer a “realidade nordestina” para que o ensino superior atendesse às demandas impostas pelo projeto de desenvolvimento regional.

Após a exposição da perspectiva teórica que subsidia a Pesquisa Sócio-Educacional, enfatizaremos a sua estruturação para, em seguida, analisarmos os dados que compõem o texto final do estudo. Composta de quatro capítulos, a pesquisa realizada pela SUDENE faz um levantamento dos dados econômicos, sociais e educacionais da cidade de Campina Grande, visando dimensionar a “demanda e oferta” de mão-de-obra de nível técnico e superior na cidade. Esse procedimento certamente visava contemplar os cursos que seriam criados na universidade, de forma a “adequá-los” as “exigências” impostas pelo desenvolvimento regional. Para tanto, o primeiro capítulo nos traz informações históricas e geográficas do município em questão. Em seguida, compondo o segundo capítulo, são apresentados os dados econômicos (levantamento da produção comercial, industrial e agrícola) da cidade de Campina Grande. O terceiro capítulo corresponde ao dimensionamento da demanda e oferta de mão-de-obra de nível técnico e superior na área do estudo. Por fim, o quarto capítulo nos traz a “análise global” do ensino na Micro-Região de Campina Grande, enfatizando os seguimentos primário, secundário (técnico) e superior. O trabalho foi publicado ao

⁹⁹ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965a, p. 09.

longo de três edições do *Semanário Oficial* da Prefeitura de Campina Grande, em dezembro de 1965.

O primeiro capítulo, intitulado “Aspectos Locacionais”, apresenta uma análise da “formação histórica” do município, enfatizando-se algumas etnias que o ocuparam (os indígenas são invisibilizados!), bem como interpretando a sua história a partir de uma perspectiva linear. A inauguração da estrada de ferro, no início do século XX, é encarada como marco na história da cidade, destacando-se as transformações sociais e econômicas advindas com os trilhos. Conforme nos informa o texto da Pesquisa, a instalação da estrada de ferro representaria “a consolidação dos seus elementos mais tradicionais [da cidade], indicando os rumos a tomar para a concretização do grande centro de atividades comerciais que se tornaria em tão pouco tempo”¹⁰⁰. Ao mobilizar essas informações, os pesquisadores provavelmente buscavam compreender o crescimento das atividades comerciais desta cidade, potencializado a partir da década de 1930. Todavia, não atentavam para as relações que a dinamização do comércio estabelecia com a política econômica mais ampla. Assim, o “surto de progresso” que atribuíam à Campina Grande decorreria muito mais da influência do “espírito empreendedor” do tropeiro do que da inserção da cidade nas transformações econômicas vivenciadas na primeira metade do século XX¹⁰¹.

Debruçando-se sobre os dados da produção comercial, industrial e agrícola, o segundo capítulo, denominado “Aspectos Econômicos”, identificava uma “defasagem” entre o “setor econômico” e educacional (nível superior) na cidade. Haveria, conforme ressalta a pesquisa em debate, um “grande volume” de empresas em Campina Grande. Essas empresas demandariam conhecimento técnico-científico, de modo a produzirem, elas próprias, a “ciência e a técnica” indispensáveis ao *know how* industrial. Do contrário, o desenvolvimento da “região” seria “comandado de fora”.

¹⁰⁰ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965a, p. 19.

¹⁰¹ Lima (2012) analisa a inserção de Campina Grande ao longo das transformações político-econômicas verificadas na primeira metade do século XX. A título de resumo, este autor nos cita: o crescimento econômico vivenciado com o advento da estrada de ferro na primeira república; a implantação da indústria do sisal e do algodão entre as décadas de 1930 e 1940; a exportação de minérios para a indústria bélica durante a segunda guerra mundial e a retomada do comércio varejista de produtos nacionais e importados ao longo da abertura liberal propugnada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra.

Os técnicos da SUDENE mobilizavam as categorias da “ciência regional” para compreenderem o desenvolvimento campinense, visando elaborar intervenções no município. Haveria, segundo a literatura disponível no período, duas categorias de polos de crescimento: os “espontâneos” e os “planejados”. Os “polos de crescimento espontâneos” surgiriam “naturalmente” e poderiam, desde que desempenhassem determinadas “funções econômicas”, agir como “polo de crescimento propriamente dito”. Já os “polos de crescimento planejados” seriam aqueles que demandariam a intervenção do estado, de modo a suprir as “carências” da localidade, fomentando o desenvolvimento das “áreas atrasadas” e, consequentemente, reduzindo as “distorções” ou “desníveis regionais”. Mediando uma modalidade e outra de “polo de crescimento”, a figura do técnico emerge como capaz de promover tanto o desenvolvimento do “polo espontâneo” (ampliando e orientando a sua “função polarizadora”) como induzindo, através da implantação de uma infraestrutura “adequada”, a criação de polos em determinados lugares (CORREIA DE ANDRADE, 1970).

Ao analisarem os “aspectos econômicos” de Campina Grande, os pesquisadores sinalizavam para a inserção desta cidade na categoria de “polo de crescimento espontâneo”, evidenciando as potencialidades de expansão dessa “função polarizadora”. Afinal, a localização geográfica do município teria contribuído diretamente para a sua transformação em importante praça comercial do nordeste. Tratava-se de aproveitar o “potencial” de desenvolvimento da cidade, algo que só seria possível com “mais ciência e técnica”. Dessa forma, os pesquisadores enfatizavam a arrecadação tributária da cidade (no âmbito municipal, estadual e federal), o número de estabelecimentos comerciais, bem como a quantidade de projetos aprovados ao longo da execução do primeiro Plano Diretor da SUDENE (1960-1964). Esses dados pareciam “comprovar” aquilo que os intelectuais desenvolvimentistas já propalavam desde a década de 1950: a cidade necessitaria de “mais ciência e técnica” para não ter o seu desenvolvimento “estrangulado”. Vejamos os quadros I e II, onde aparecem, respectivamente, a quantidade de projetos aprovados no I Plano Diretor da SUDENE e a arrecadação tributária da cidade durante o ano de 1964.

QUADRO IV

PROJETOS INDUSTRIAIS, AGRÍCOLAS E TELECOMUNICAÇÕES APROVADOS PELA SUDENE.

(Período 1960/1964- outubro)

CIDADES	NÚMERO DE PROJETOS	INVERSÕES (*)
São Luiz	6	16.576.858
Teresina	5	3.164.447
Fortaleza	50	107.971.937
Natal	11	30.954.458
João Pessoa	10	12.815.170
CAMPINA GRANDE	29	40.895.612
Recife	71	281.814.191
Maceió	16	129.090.409
Aracaju	5	19.473.970
Salvador	51	302.549.393

Fonte: SUDENE/DI

(*) – Em Cr\$ 1.000,00

Reprodução: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965b, p. 08.

QUADRO V

FINANÇAS PÚBLICAS (Em Cr\$ 1,00)

(Arrecadação em 1964)

UNIÃO	Cr\$ 2.347.435,00
ESTADO	Cr\$ 8.995.000,00
MUNICÍPIO	Cr\$ 3.821.000,00
TOTAL	Cr\$ 15.163.435,00

Fonte: SUDENE/DI

Reprodução: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965b, p 10.

Conforme se pode depreender a partir da análise do quadro I, a cidade de Campina Grande ocupava a quarta posição na lista das cidades com projetos aprovados no primeiro Plano Diretor da SUDENE. É preciso salientar a distância (tanto em termos de projetos aprovados como de investimentos recebidos) que a separava das três primeiras colocadas na listagem. Se a cidade de Fortaleza, terceira colocada no ranking, apresentava cinquenta projetos aprovados e investimentos de aproximadamente cento e sete milhões de cruzeiros, Campina Grande contava com vinte e nove projetos aprovados, contabilizando quarenta milhões em inversão financeira. Também cumpre

observar a não correspondência entre a quantidade de projetos aprovados e os investimentos recebidos. Vejamos o caso da cidade de Maceió. Ocupando a quinta posição, esta cidade estava posicionada atrás de Campina Grande. Todavia, a capital de Alagoas contabilizava uma inversão bem maior do que a observada em Campina Grande. Afinal, nem sempre a quantidade de projetos aprovados correspondia à instalação de novas indústrias. Algumas vezes, e esse parece ser a situação em que Campina Grande se inseria, o número de projetos aprovados correspondia à reforma de estabelecimentos já existentes. Assim, o “surto de progresso” que os intelectuais desenvolvimentistas propagavam parecia distorcido por jogos de espelho deformantes. O desenvolvimento vislumbrado para a cidade consistia mais numa “potencialidade” a ser explorada do que em crescimento econômico já conquistado.

O quadro II nos traz informações sobre a arrecadação tributária do município de Campina Grande (1964), especificando a cifra recolhida pelas esferas municipal, estadual e federal. Como os dados foram elaborados para atender as necessidades de um “estudo de caso”, não foi possível estabelecermos comparações com as demais cidades do estado da Paraíba. Contudo, as informações presentes no quadro II foram interpretadas pelos técnicos como “índice insofismável de desenvolvimento econômico”. Dessa maneira, estaria “justificada” a instalação de uma universidade na cidade. A pesquisa havia “comprovado” a “função polarizadora” exercida por Campina Grande através da análise da sua produção comercial, industrial, agrícola, da quantidade de projetos aprovados no I Plano Diretor da SUDENE, bem como da arrecadação de tributos.

Fundamentada a “necessidade” de instalação de uma universidade na cidade, a questão colocada consistia na escolha dos cursos ou faculdades que seriam contemplados no interior da futura instituição. É preciso ressaltar que o debate desenvolvimentista enfatizava a formação de “fatores sociais e econômicos” tidos como indispensáveis ao desenvolvimento regional. Para tanto, os cursos a serem criados deveriam privilegiar as exigências que estavam sendo impostas pela corrida desenvolvimentista. É sobre esse aspecto que o terceiro capítulo, nomeado “Dimensionamento da demanda e oferta de mão-de-obra de nível técnico e superior na área de influência do estudo”, se propõe investigar.

Para analisar a “demanda e oferta” da mão-de-obra “necessária” ao desenvolvimento regional, os pesquisadores se basearam em algumas “variáveis”, como a “necessidade de mão-de obra de nível superior e médio”, as “metas físicas em programas governamentais”, a “expansão setorial da economia” e o “dinamismo intrínseco e extrínseco da população”¹⁰². O ensino superior teria como objetivo principal “atender [a] uma parcela determinada da demanda de pessoal qualificado nos dois níveis, médio e superior”¹⁰³. Dessa forma, o estudo procura analisar a relação entre esses dois seguimentos do ensino de forma interdependente, haja vista que na concepção dos pesquisadores a “mão de obra qualificada” consistiria no “principal fator do desenvolvimento econômico e social, constituindo ‘lato sensu’ o que se conhece por ciência e tecnologia”.

Feita essa observação, a pesquisa em questão se voltava para as “necessidades” que o “advento” do “Novo Nordeste” estaria impondo ao ensino superior. A escolha dos cursos deveria contemplar essas “exigências”, buscando-se eliminar as “causas do subdesenvolvimento”, até então confundidas com o “policiamento dos seus efeitos”. Observa-se, assim, o diálogo que os técnicos da SUDENE travavam com os estudos sobre a reformulação da universidade brasileira. Chefiada pelo assessor norte-americano Rudolph Atcon, a equipe que assessorava os estudos sobre a reforma universitária estabelecia uma relação direta entre o “desenvolvimento socioeconômico” de uma determinada comunidade e o seu “desenvolvimento educativo”. Tratava-se de por o ensino superior a serviço do desenvolvimento nacional, para o qual seria necessário a sua reforma administrativa e fiscal (FÁVERO, 1991).

(Re) interpretando o pragmatismo norte-americano à luz do projeto de desenvolvimento regional, a Pesquisa Sócio-Educacional recomendava a estruturação do ensino superior de modo a contemplar o estudo dos “problemas regionais”. Se os “problemas do nordeste” estavam assentados na precariedade do abastecimento de água, na ausência de uma malha rodoviária interligando vários pontos do território (o que entravava a produção) e no “despreparo” dos administradores em lidar com o *know How* industrial, a universidade deveria formar engenheiros civis que se voltassem para a

¹⁰² Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965b, p 14.

¹⁰³ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965b, p 14.

construção de adutoras (açudes), pavimentação de estradas (facilitando o escoamento da produção) e administradores preocupados em construir silos, armazéns, bem como imprimir a “técnica” da sociedade industrial às atividades econômicas realizadas na “região”. Do contrário, reiteravam os pesquisadores, permaneceria o “equívoco” entre os “efeitos” do subdesenvolvimento e as suas “causas”. Consequentemente, o nordeste permaneceria “refém” das políticas emergenciais, que combatiam apenas a “consequência” do subdesenvolvimento (as secas, por exemplo) e não a sua “causa” (educação para uso do solo, construção de armazéns, técnicas administrativas afinadas com as demandas da sociedade industrial, etc.).

Para que o subdesenvolvimento fosse “vencido” e o “Novo Nordeste” instituído fazia-se premente a “racionalização” dos recursos físicos e humanos existentes na região. Essa condição estava diretamente relacionada com a formação de “mão-de-obra” “habilitada” ao estudo dos “problemas regionais”. No intuito de dimensionar a “demanda e oferta” dessa “mão-de-obra”, os pesquisadores a classificaram tendo por base “a [sua] absorção pelas empresas privada e pública, pelo magistério e pela pesquisa científica e tecnológica”.

Analisando a “absorção” da mão-de-obra com base nas “exigências” impostas pelo “setor empresarial”, a Pesquisa Sócio-Educacional fundamentava-se nos dados apresentados pelo estudo realizado pelo grupo “Economia e Humanismo” que, coordenado pelo sociólogo José Artur Rios, havia classificado essa “demanda” na seguinte ordem decrescente:

1. Engenheiros
2. Administradores
3. Planejadoras de Produção
4. Químicos
5. Contabilistas
6. Economistas

Fonte: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965b, p. 16.

No que concerne às demandas requeridas pelo serviço público, o estudo acima mencionado as categorizava na seguinte ordem decrescente:

1. Engenheiros
2. Médicos e Correlatos
3. Agrônomos e veterinários
4. Psicólogos e Psiquiatras
5. Administradores Públicos

Fonte: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965b, p. 16.

Se compararmos as demandas por mão-de-obra do setor privado e público veremos que elas coincidiam em duas profissões: engenheiros e administradores. Tratava-se de dotar a região nordeste de mais adutoras (buscando-se atenuar a problemática das secas), estradas (interligando os diversos pontos da região e facilitando o escoamento da produção), bem como intensificar a tecnificação da administração pública e privada. Esses aspectos eram considerados indispensáveis para se promover o desenvolvimento da região. Apesar de Campina Grande já contar com a Escola Politécnica, os técnicos da SUDENE identificavam a necessidade de ampliarem-se as vagas ofertadas, bem como diversificar a modalidade de cursos oferecidos pela instituição¹⁰⁴. Logo, seria preciso implementar os cursos de engenharia mecânica e elétrica. No que diz respeito à formação de administradores (públicos e privados), a FIEP já se articulava com a FUNDACT no sentido de instituir a Faculdade de Administração de Campina Grande, objetivando imprimir a “técnica industrial” às atividades econômicas realizadas na “região”. As demais profissões reclamadas pelo desenvolvimento regional consistiam em médicos, agrônomos (implantação de novas técnicas para o uso do solo), psicólogos para o seguimento público e planejadores de produção, químicos, contabilistas e economistas para o ramo privado. A futura universidade deveria contemplar essas demandas, procurando instituir os cursos acima citados ou ampliando-os, quando já existissem.

Em relação à “Demanda para o Magistério”, a Pesquisa Sócio-Educacional estabelece uma divisão entre os níveis médio e superior, analisando a proporção de um docente para cada grupo de 10.000 habitantes. Enquanto no Brasil a relação, no ano de 1964, era de 24 professores do ensino médio para cada grupo de 10.000 habitantes, no

¹⁰⁴ Segundo a pesquisa realizada pela SUDENE, através do Grupo de Reequipamento Técnico-Científico das Universidades do Nordeste, a proporção entre o de número de “engenheiros e congêneres” (arquitetos, geólogos, químicos industriais e químicos) e de “agrônomos e veterinários” por grupos de 10.000 habitantes eram de, respectivamente, menos de dois e menos de um. Esse índice é comparado com a proporção identificada no Brasil no ano de 1950, onde a relação verificada era de cinco engenheiros e congêneres e de cerca de dois agrônomos e veterinários por grupos de 10.000 habitantes. A média da região nordeste encontrava-se, pois, bem abaixo da média nacional de 1950.

nordeste ela variava entre 10 e 15 docentes por 10.000 habitantes. Evidencia-se, assim, a “defasagem” entre os índices nacional e “regional”. Para tanto, os pesquisadores recomendavam a ampliação das seções ofertadas pela Faculdade de Filosofia de Campina Grande, até então restrita às seções de Línguas Latinas e Anglo-Germânicas. Esta faculdade deveria se constituir como o “coração” da universidade, formando professores para o ensino secundário¹⁰⁵.

No que diz respeito à proporção entre o número de professores do ensino superior para cada grupo de 10.000 habitantes, o texto toma como “satisfatória” a relação de um professor para cinco alunos. É reiterada a elaboração da Lei do Magistério Superior (Lei Nº. 4.881-A), que modificaria o recrutamento docente nas universidades. Se até aquele momento a seleção era feita entre os monitores e/ou professores assistentes dos catedráticos, a partir da lei Nº. 4.881 a admissão se daria mediante concurso, para o qual seria exigido os títulos de mestre e doutor. Esses títulos seriam obtidos nos “cursos de Pós-Graduação” (Mestrado e Doutorado), que deveriam formar “pessoal especializado, quer para o exercício do magistério, quer para a pesquisa científica e tecnológica, ou para um e outra ao mesmo tempo”¹⁰⁶.

No tocante à “pesquisa científica ou tecnológica”, o estudo realizado pela SUDENE enfatizava a sua importância para a obtenção da “autonomia intelectual de um País ou região”. A Ciência e a técnica, proporcionando a “formação e melhoria dos recursos humanos existentes na região”, tornava-se imprescindível à alavancada do projeto desenvolvimentista. Para tanto, os técnicos da SUDENE recomendavam a instituição de um “núcleo de pesquisadores no centro da micro-região de Campina Grande”. A recomendação fundamentava-se na “demanda de cientistas e técnicos de alto nível” que deveriam pesquisar os “recursos naturais e humanos, a climatologia, as relações associativas nas diversas comunidades”, aspectos considerados “indispensáveis ao desenvolvimento integrado da região”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDAC/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965b, p 17-18.

¹⁰⁶ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDAC/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965b, p 18.

¹⁰⁷ Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDAC/SUDENE. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1965b, p 19.

Dimensionada a “demanda e oferta” da mão-de-obra de nível técnico e superior, a Pesquisa Sócio-Educacional se debruçou sobre a “Análise Global do Ensino na Micro-Região de Campina Grande”. Os pesquisadores examinaram as taxas de matrícula nos níveis primário, secundário e superior. O objetivo era analisar a “evolução” do ensino na cidade, observando o potencial de candidatos aos cursos universitários. Os índices referentes ao ensino primário, correspondendo a 8,8% da matrícula total do estado da Paraíba, foram classificados pelos estudiosos como “satisfatórios”. Considerando a proporção de um aluno para cada grupo de mil habitantes, a pesquisa detectou “um índice superior de escolarização” na cidade (133 alunos por 1.000 habitantes), colocando-a acima da média nacional (122 alunos por grupo de 1.000 habitantes) e do estado da Paraíba (82 alunos por 1.000 habitantes). Esses dados reforçam a ideia defendida por Silva (2014) que, ao analisar a instituição do Colégio Estadual de Campina Grande, aponta os “satisfatórios” índices de matrícula no ensino primário como um dos principais argumentos utilizados para a instalação deste colégio.

Por sua vez, os índices referentes ao ensino secundário concederiam à Campina Grande “extraordinária participação nos totais do Estado da Paraíba”. Contribuindo com 26,3% da matrícula total do curso médio na Paraíba, esta cidade possuía uma proporção de 53 alunos matriculados para cada 1.000 habitantes. Estes números estariam, inclusive, acima da média nacional (26 alunos por 1.000 habitantes) e estadual (17 alunos por 1.000 habitantes). Atentemos às informações presentes nos quadros III e IV.

QUADRO VI

SITUAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NA PARAÍBA E EM CAMPINA GRANDE

DISCRIMINAÇÃO	PARAÍBA	C.GRANDE	% Em Relação ao Estado
a)POPULAÇÃO TOTAL	2.152.000	165.000	7,7
b)UNIDADES DE ENSINO	153	14	9,1
c)CORPO DOCENTE	2.395	428	17,9
d)CORPO DISCENTE	33.382	8.780	26,3

Fonte: Secretarias de Educação do Estado e da Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Reprodução: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c, p.08.

QUADRO VII

COMPARAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E MATRÍCULA DO CURSO MÉDIO

REGIÕES	POPULAÇÃO TOTAL (a)	MATRÍCULA DO CURSO MÉDIO (b)	ALUNO/1.000 HAB. %
BRASIL	81.301.000	2.154.430	26,49
PARAÍBA	2.152.000	33.382	17,60
CAMPINA GRANDE	165.000	8.781	53,21

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Secretarias de Educação e Cultura do Estado e do Município.

Reprodução: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c, p.08.

Conforme se pode observar a partir das informações presentes nos quadros VI e VII, a cidade de Campina Grande possuía uma significativa taxa de matrícula no ensino secundário. Era de se supor que esse número refletisse a quantidade de faculdades existentes na cidade, uma vez que o diploma do secundário garantia ao candidato o ingresso no ensino superior. Entretanto, longe de uma equivalência entre as taxas de matrícula no ensino médio e a quantidade de escolas superiores existentes, haveria uma “defasagem” em relação a esta última. Se analisarmos o número de cursos superiores existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (quadro V) veremos que a primeira contava com vinte e dois cursos, enquanto que a segunda possuía quatro.

A pequena quantidade de cursos/faculdades existentes em Campina Grande era denunciada pela Pesquisa como o “reflexo” da “característica sui generis do ensino superior no Brasil: a sua concentração nas capitais de estado, em sua grande maioria na costa litorânea”. Para os pesquisadores, este aspecto se agravava em virtude da população polarizada pela cidade de Campina Grande (1.622.608 habitantes) ser quantitativamente superior ao número de habitantes da área polarizada pela cidade de João Pessoa (654.208 habitantes). Subsidiado pelos dados de concentração populacional, bem como pelas taxas de contribuição tributária da cidade de Campina Grande, o estudo afirmava que “apesar de se apresentar como centro polarizador de uma região mais vasta, com efetivo populacional superior à região da Capital, Campina

Grande não tem sido, contudo, contemplada com os meios indispensáveis às necessidades do ensino superior na área”¹⁰⁸.

QUADRO VIII

O ENSINO SUPERIOR NA PARAÍBA

(1964)

DESCRIÇÃO	PARAÍBA	JOÃO PESSOA (*)	C.GRANDE (**)
POPULAÇÃO	2.152.000	654.208	1.622.608
CURSOS	27	22	4
CORPO DOCENTE	518	372	114
CORPO DISCENTE	2.116	1.378	586

Fonte: Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC)

(*) – População da região polarizada, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Conselho Nacional de Geografia (CNG).

(**) – Idem.

Reprodução: Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c, p.12.

Como forma de suprir a “deficiência” de cursos superiores em Campina Grande e promover o desenvolvimento da área polarizada pela cidade, a Pesquisa Sócio-Educacional recomendava a criação de uma universidade. Para tanto, a futura instituição deveria estruturar-se em consonância com as propostas que vinham orientando o debate sobre a reforma do ensino superior. Os cursos criados deveriam corresponder às “demandas” identificadas pela pesquisa, subsidiando, assim, o projeto de desenvolvimento regional. Promover a ciência e a técnica como “fator” de crescimento econômico e social consistia na condição fulcral para que o “Novo Nordeste” pudesse advir. A pesquisa recomendava, ainda, a criação de um “Distrito Geo-Universitário” na área polarizada por Campina Grande. Esse “Distrito” consistiria em um “polo regional de ensino superior, onde possam a ciência e a técnica ser cultivadas e transmitidas em condições adequadas e de onde venham a fluir com facilidade em benefício da região ou das regiões deprimidas existentes em torno”¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c, p.14-15.

¹⁰⁹ Pesquisa sobre a possibilidade..., **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c, p.15.

Finalizada a Pesquisa Sócio-Educacional, e identificada a premência de se instituir uma universidade como “fator” de desenvolvimento da área polarizada pela cidade, a questão recaía sobre os recursos financeiros que manteriam a instituição. O governo federal, através do Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1961, se opunha à implantação de novas universidades. A justificativa era de que a expansão do ensino superior deveria dar-se sobre o aproveitamento das vagas já existentes nas universidades federais. Para tanto, recomendava a “plena utilização de recursos”, instituindo o regime de trabalho docente em tempo integral e, consequentemente, aproveitando as “vagas ociosas” no interior das instituições já existentes (CUNHA, 2007b; FÁVERO, 1991; SGUISSARDI, 1993). Como a Paraíba já possuía a sua universidade, não interessava ao governo federal, pelo menos naquele momento, implementar uma segunda universidade no estado.

O governo do estado da Paraíba, a quem os intelectuais desenvolvimentistas se dirigiram nesse primeiro momento, também teria declinado de manter financeiramente a futura instituição. Mesmo com a federalização da Universidade do Estado da Paraíba, o governo do estado resistia à ideia de assumir a manutenção da universidade que seria criada em Campina Grande. Ao ser indagado pelos intelectuais campinenses sobre a possibilidade de se transferir à futura universidade os recursos antes direcionados à instituição estadual, o governador João Agripino afirmava que a prioridade do estado consistia no financiamento do ensino primário e secundário, sendo o superior de responsabilidade da união. Inclusive, ao saber que os planos de instituição da universidade estavam avançados, o governador João Agripino conversou com o prefeito Williams Arruda, na tentativa de demovê-lo da ideia. Ao que nos conta Edvaldo do Ó, em depoimento concedido ao jornalista José Luiz Junior em setembro de 1992, o prefeito teria insistido na criação da universidade, delegando-lhe, bem como a José Lopes de Andrade a tarefa de organizar a instituição. Vejamos um trecho desse depoimento:

[...] No fim de 1965, entregamos a Williams [Arruda] tudo ligado ao ensino superior em Campina Grande. E uma Mensagem para enviar à Câmara Municipal, que ele só mandou no dia 15 de fevereiro de 1966. Encaminhada a Mensagem ao Poder Legislativo, o Governador João Agripino Filho veio à Campina, convidou Williams para uma conversa, em seguida mandou me chamar na Prefeitura e afirmou: -“Edvaldo, o governador quis me convencer de que eu não devia fazer uma Universidade Municipal”. Depois da conversa, a resposta foi a seguinte: -“Já tomei a decisão. O Projeto está na Câmara. Vou pedir pressa”. Olhando para mim disse: -“Tenham pressa na organização

dessa Universidade. Chame Lopes de Andrade e conte o que aconteceu. Tenho confiança em vocês” (SOUZA DO Ó, depoimento: [set. 1992]).

Com a recusa dos governos federal e estadual em assumir a manutenção da futura universidade, colocava-se uma questão complexa aos intelectuais campinenses. Afinal, a manutenção de uma universidade requeria investimentos que ultrapassavam o orçamento do município. O grupo desenvolvimentista parecia estar diante de uma questão de difícil resolução: instituir a universidade municipal (mesmo sabendo-se das dificuldades que o município teria para mantê-la) ou declinar do projeto, assumindo os “riscos” que essa atitude representava ao desenvolvimento regional? A solução encontrada consistiu na adoção do modelo fundacional. Estruturada sob essa perspectiva, a universidade tanto poderia captar dotações do orçamento público como cobrar mensalidades dos alunos. Além disso, o regime de fundação (de direito público ou privado) já vinha sendo recomendado pelo CFE como o “mais eficiente” desde a criação da UNB, em 1961. Imaginava-se que a estruturação da universidade conforme a lógica “empresarial” (“livre”, portanto, das “amarras” do serviço público) a colocaria à disposição do desenvolvimento nacional (SGUISSARDI, 1993). Como a universidade que seria implementada em Campina Grande objetivava servir de base à política realizada pela SUDENE, ligando-se, assim, ao assessoramento das atividades produtivas, a adoção do modelo funcional consistiu na saída que os desenvolvimentistas encontraram para instituí-la. Assim, em fevereiro de 1966, o prefeito Williams de Souza Arruda enviava à Câmara Municipal a mensagem nº 12/66, na qual propunha a criação da Universidade Regional do Nordeste (URNe).

3.3- Universidade, Região e Desenvolvimento: a instituição da URNe e a promoção do “Novo Nordeste”

A mensagem nº 12/66, enviada em 15 de fevereiro de 1966, propunha a criação da URNe com o objetivo de “preparar”, “qualificar” e “multiplicar” os “recursos naturais e humanos” exigidos pelo “Desenvolvimento Social e Econômico do

Nordeste”¹¹⁰. A região nordeste, como apontou a pesquisa sócio-educacional realizada pela SUDENE, apresentaria um “déficit” de engenheiros, agrônomos, administradores, professores secundários, bem como outros profissionais considerados indispensáveis ao êxito do projeto desenvolvimentista. Para que o “Novo Nordeste” se tornasse uma realidade fazia-se premente a formação dos profissionais que atuariam na construção de adutoras, estradas, no desenvolvimento de “novas técnicas” para o uso do solo, na disseminação do *know-how* industrial e, também, no exercício do magistério. Além disso, era preciso que o ensino ministrado nas faculdades estivesse articulado com a pesquisa científica e tecnológica, debruçando-se, ensino e pesquisa, sobre os “problemas da região”. A URNe surgia com a proposta de “promover e coordenar a realização do ensino de grau superior em Campina Grande e na área por ela polarizada”, subsidiando, do ponto de vista educacional, a política realizada pela SUDENE.

Fundamentando-se na “Teoria dos Polos de Crescimento”, a mensagem enviada pelo prefeito Williams Arruda atribuía à cidade de Campina Grande a “tarefa” de coordenar o “desenvolvimento econômico e cultural” do “nordeste interior”. Para tanto, fazia-se imprescindível a instituição da universidade. Sem o concurso do saber científico, o projeto de desenvolvimento regional estaria ameaçado, visto que o nordeste continuaria “importando” a “ciência e a técnica” das regiões “mais desenvolvidas”. Assim, a mensagem nº12/66 chamava atenção para o “descompasso” existente entre as atividades econômicas e educacionais na cidade, aludindo ao “perigo” que a ausência de uma universidade representaria ao desenvolvimento do “nordeste interior”. Como a cidade de Campina Grande “polarizava” as atividades econômicas e educacionais da região compreendida pelo interior dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, qualquer “fator” que comprometesse o crescimento desta cidade reverberaria em toda a “Micro-Região” por ela polarizada. Para evitar que o projeto de desenvolvimento regional fosse obliterado pela ausência de uma universidade, o Poder Executivo Municipal decidia-se a:

[...] dar este importante passo, no campo do desenvolvimento cultural, por estar convencido de que, sem o imediato amparo e expansão das atividades básicas nesse setor, representadas, sobretudo pela formação de pessoal especializado para as tarefas de alto nível, diretamente

¹¹⁰ CAMPINA GRANDE/PB. Mensagem Nº. 12, de 15 de fevereiro de 1966. Propõe a criação da Universidade Regional do Nordeste. SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB, Poder Executivo, 1966b.

comprometidas com o esforço local e regional, o extraordinário surto de progresso de Campina Grande, verificado nas três últimas décadas, sofrerá inevitável estrangulamento [...] Ocupando posição de “cidade-polo”, na região médio-central da Paraíba e do Nordeste, Campina Grande tem responsabilidades indeclináveis em relação às áreas sobre as quais irradia influências econômicas, sociais e políticas. Essas influências, objeto hoje de máxima atenção de todos os especialistas na estratégia do desenvolvimento, carecem de ser racionalizadas e orientadas segundo diretrizes pré-estabelecidas e cientificamente estudadas, o que jamais se obterá sem um conjunto de instituições de nível superior, dentro das quais aquele trabalho é suscetível de se unificar, com resultados e benefícios globais que, de outra maneira, tenderiam a se dispersar e desaparecer, ao sabor dos interesses de cada indivíduo e em prejuízo da ordem social geral (CAMPINA GRANDE/PB, 1966b).

Entre o envio da mensagem e a elaboração do parecer pela Comissão de Educação e Cultura da câmara municipal de Campina Grande passou-se menos de um mês. Nesse curto espaço de tempo, a comissão composta pelos vereadores Anézio Ferreira Leão, Genézio Soares de Carvalho e Everaldo da Costa Agra se debruçou sobre as informações subsidiadas pela pesquisa sócio-educacional realizada pela SUDENE. O objetivo era analisar a viabilidade da URNe, tendo em vista o crescimento econômico, social e educacional da área polarizada pelo município. Como era de se esperar, até mesmo em virtude dos nomes que compunham esta comissão, a instituição da universidade foi entendida como “importante fator de desenvolvimento regional”. É preciso considerar que a presença do grupo desenvolvimentista na câmara municipal remontava à década de 1950. Assim, era previsível o estabelecimento de um consenso em torno da “necessidade” da universidade. Além disso, a atuação da imprensa, promovendo a “causa educacional”, também pode ter contribuído para que a instituição da URNe se constituísse quase que uma unanimidade entre os políticos e intelectuais da cidade.

O Parecer emitido pela Comissão de Educação e Cultura, em 03 de março de 1966, retomava as informações veiculadas pela pesquisa sócio-educacional, enfatizando a “premência” da universidade para o “êxito” do projeto de desenvolvimento regional. Os aspectos econômicos, educacionais e o dimensionamento da mão-de-obra existente em Campina Grande são apresentados como justificativa para a instituição da URNe. Haveria um “déficit” de atividades e profissões consideradas indispensáveis ao advento do “Novo Nordeste”. A ausência de uma universidade, “racionalizando e multiplicando”

os recursos naturais e humanos da região, mostrava-se o principal entrave ao desenvolvimento da cidade e da área por ela polarizada. Logo, competiria à administração municipal “desobstruir” esse canal, instituindo a universidade e promovendo o crescimento econômico e social do nordeste-interior.

Se a manutenção do ensino superior pelo poder municipal parecia um “devaneio” propalado pelos desenvolvimentistas, o parecer elaborado pela comissão reclamava a intervenção da administração municipal, modificando as “regras do jogo” e impedindo que o “círculo vicioso” (“não teremos Universidade porque não temos os recursos para mantê-la, e não teremos os recursos porque não temos Universidade para pleiteá-los e recebê-los”) se repetisse. Analisando a “defasagem” entre as atividades econômicas e educacionais em Campina Grande, o parecer emitido pela Comissão de Educação e Cultura alertava:

[...] Mas, indubitável no plano das atividades econômicas, aquele comportamento (de “liderança”) necessita ser complementado no plano cultural, em que o trabalho se apresenta desarticulado e deficiente [...] Aguardar que as livres forças do mercado resolvam o problema é desconhecer o que os especialistas em ciência social chamam de “O Princípio da Causação Circular”, deixando que se eternize o “círculo vicioso”: não teremos Universidade porque não temos os recursos para mantê-la, e não teremos os recursos porque não temos Universidade para pleiteá-los e recebê-los. Ao poder público, nas áreas sub-desenvolvidas, impõe-se a iniciativa de romper o impasse, mudando as regras do jogo, isto é, tornando a “causação” de negativa em positiva e permitindo que o processo siga, normalmente, seu curso, antes interrompido. Com a criação da URN é, precisamente, o que o Governo Municipal visa obter: a desobstrução de um dos mais importantes canais do progresso científico, tecnológico, econômico e social – o ENSINO SUPERIOR – sem o qual Campina Grande, que já conseguiu equipar-se e ultrapassar algumas Capitais de Estado, mesmo que venha a possuir o melhor Ensino Primário e Secundário e tanto tenha crescido e prosperado, poderá voltar a ser superada por outras cidades da região, suas concorrentes, como João Pessoa, Natal e outras, onde o instituto da Universidade já existe e encontra-se em pleno funcionamento (CAMPINA GRANDE/PB, 1966c).

Emitido o parecer pela Comissão de Educação e Cultura, foi marcada a sessão para a votação do projeto de lei que previa a criação da universidade. Em 14 de março de 1966, a câmara municipal de Campina Grande se reuniu para debater o assunto. É provável que a disseminação do ideário desenvolvimentista tenha contribuído para a ampla aceitação que o projeto teve. Afinal, a necessidade de se “formar e multiplicar” os “fatores” para o desenvolvimento regional há muito já vinha sendo reiterada pelos

intelectuais e políticos da cidade. Como a instituição da universidade era considerada fulcral para o êxito do projeto desenvolvimentista, poucos foram os que se insurgiram contra a proposta. Aqueles que “ousaram” discordar foram silenciados pela imprensa da cidade, sendo caracterizados como “inimigos de Campina Grande”. Assim, por unanimidade dos votos foi aprovada a instituição da URNe. O Projeto de Lei nº 26/66, transformou-se na Lei nº. 23/66, sendo sancionada pelo prefeito Williams de Souza Arruda em 15 de março de 1966. Em seu primeiro parágrafo, a lei em questão já explicitava o objetivo principal da nova instituição: promover “a preparação, melhoria e multiplicação dos recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento da região do Nordeste”¹¹¹.

A universidade recém-criada deveria se debruçar sobre os “problemas regionais”, buscando “soluções” para as questões que “impediam” o desenvolvimento do nordeste. Para isso, o ensino ministrado nas faculdades necessitaria ser “ajustado” às “especificidades regionais”. Tratava-se de “equacionar” os “problemas do nordeste”, mediante o estudo de suas “causas e efeitos”. Afinal, como advertia José Lopes de Andrade, apropriando-se da “redução de escala sociológica” veiculada por Alberto Guerreiro Ramos, “[...] aceitar qualquer transferência sem reduzi-la à região para a qual se transfere é um procedimento abstruso e ‘demodé’”¹¹². O objetivo da URNe residiria no “equacionamento da problemática do desenvolvimento” nas “áreas territoriais” compreendidas no “nordeste interior”. A “região” consistiria, assim, no nível organizacional que deveria balizar a estrutura da universidade¹¹³.

A ênfase na “escala regional” suscitou uma série de debates tão logo a universidade foi instituída. Questionava-se o aparente contraste entre a natureza universal das universidades e a especificidade “regional” que se pretendia atribuir à

¹¹¹ CAMPINA GRANDE/PB. Lei Municipal Nº. 23, de 15 de março de 1966. Cria a Universidade Regional do Nordeste e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1966b.

¹¹² ANDRADE, José Lopes de. Universidade e Região. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de junho de 1966i. Seção Homens & Fatos, p. 02.

¹¹³ Nesse mesmo artigo, José Lopes de Andrade citava a “ostensiva regionalização” do sistema universitário dos Estados Unidos da América, da França e da União Soviética. Referindo-se ao Brasil, o articulista se refere à discussão que estaria sendo travada pelo Governo do Estado de São Paulo no sentido de englobar todo o ensino superior em um sistema composto por quatro Universidades Regionais: Universidade Regional de Ribeirão Preto, Araraquara, Bauru e Vale do Paraíba.

URNe. A essa questão, Lopes de Andrade rebatia afirmando que o “seu universo [da URNe] é a região mesma em que está situada, e jamais um pretenso ‘universo’ total, imaginário, dentro do qual nada realmente significa”¹¹⁴. A denominação regional atribuída à URNe fazia-se em nome da “redução sociológica” disseminada pelo ISEB. Apesar desse instituto ter sido extinto com o golpe civil-militar de 1964, suas ideias continuaram circulando nos debates do período. Assim, ao promoverem o regional como a “escala” que orientaria o ensino e a pesquisa dessa universidade, os intelectuais desenvolvimentistas estavam se apropriando da perspectiva teórica isebiana. Todavia, essa apropriação se dava num contexto diverso daquele em que as ideias do ISEB foram originalmente produzidas. Pensada para responder às exigências de um desenvolvimento que se pretendia autônomo, a ideia de se produzir uma “sociologia nacional” foi ressignificada pelos intelectuais desenvolvimentistas para fomentar a construção de uma “sociologia regional” dentro de um modelo de desenvolvimento associado ao capital nacional e internacional. O objetivo da URNe consistiria no assessoramento às atividades produtivas, servindo de base à política que a SUDENE já realizava no plano econômico. Para tanto, a ênfase na categoria regional era imprescindível para que a universidade cumprisse o seu papel. Lopes de Andrade, ao justificar a proposta pedagógica da URNe, enfatizava: “Eis, de fato, a grande constatação dos nossos tempos: não há Alta Cultura tão universal que não seja, na sua essência mesma, local e regional, antes de tudo” (ANDRADE, 1966i, p.02).

A URNe foi composta pela agregação das Faculdades de Filosofia e Serviço Social e pela criação de outras três faculdades: Química Industrial¹¹⁵, Administração e Direito¹¹⁶. A Faculdade de Filosofia, que operava apenas com as seções de Línguas Neo-Latinas e Anglo-Germânicas, passou a ofertar as seções de Matemática, Química, Física, Biologia, História e Geografia. A universidade contava também com cinco Institutos Centrais (Instituto Central de Ciências Humanas, Instituto Central de Ciências

¹¹⁴ ANDRADE, José Lopes de. Universidade e Região. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de junho de 1966i. Seção Homens & Fatos, p. 02.

¹¹⁵ CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº 55/66, de 18 de agosto de 1966. Autoriza criar as Faculdades de Química e Ciências da Administração e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1966d.

¹¹⁶ CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº 07/67, de 11 de janeiro de 1967. Autoriza criar a Faculdade de Direito e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1967.

Básicas, Instituto Central de Geociências, Instituto Central de Letras e Instituto Central de Artes), onde seriam ministradas as disciplinas comuns às faculdades. A divisão do ensino entre faculdades e institutos centrais, além de evitar a duplicação de “cadeiras básicas” pela universidade visava proporcionar aos docentes e discentes o convívio necessário à formação de uma cultura universitária. Organizada dessa forma, a URNe parecia estar em sintonia com as propostas que animavam o debate sobre a reforma do ensino superior no Brasil.

Implementado pelo ITA e pela UNB, a divisão do ensino entre institutos centrais e faculdades passou a ser adotada por diversas universidades do país. O objetivo era modernizar o ensino superior, reformando-se a sua estrutura organizacional. Esse modelo era apresentado como “o mais eficiente”, tendo em vista a sua capacidade de minimizar investimentos (evitando, por exemplo, que disciplinas comuns fossem duplicadas pelas faculdades) e de promover um espaço de convivência entre estudantes e pesquisadores (CUNHA, 2007b; FÁVERO, 1991).

No que concerne à URNe, destacamos a disseminação do ideário desenvolvimentista através das atividades realizadas pelo Instituto Central de Ciências Humanas. Se o advento do “Novo Nordeste” se faria no concerto do ensino superior, era neste instituto central que os “problemas da região” eram analisados e debatidos. Para tanto, a disciplina de Sociologia, lecionada pelo professor José Lopes de Andrade, desempenhava um papel fulcral na promoção do desenvolvimento regional. Neste componente curricular discutiam-se as temáticas da seca, da açudagem, da intervenção das oligarquias na “promoção” ou no “atraso” do desenvolvimento, bem como outros temas que eram considerados cruciais para a instituição do “Novo Nordeste”. É preciso lembrar que essa disciplina era frequentada por alunos de diversas faculdades, constituindo-se num espaço de discussão interdisciplinar, onde os “principais problemas” do nordeste eram estudados. Os trabalhos realizados pelos alunos constituem indícios profícuos para entendermos a percepção que estes tinham dos “problemas regionais”, bem como as suas propostas de intervenção na “realidade” sócio-econômica da região.

Além de adotar o modelo dos “institutos centrais e faculdades”, a URNe propunha a interdependência entre os cursos de nível técnico e superior. A correlação entre esses dois níveis de ensino era concebida como uma forma de atenuar a “deficiência” de profissionais de nível técnico na cidade e na área por ela polarizada. Assim, as faculdades deveriam ofertar cursos de nível médio, visando à formação de

técnicos em contabilidade, em química industrial, dentre outros. Imbuída por essa perspectiva, a universidade mantinha o Colégio Comercial de Campina Grande (vinculado à Faculdade de Administração. Oferecia os cursos de Técnico em Contabilidade, Administração, Comércio e Propaganda, Secretaria e Estatística), o Colégio Técnico de Química (anexado à Faculdade de Química. Visava à formação de profissionais de nível médio no Curso de Química Industrial) e o Ginásio de Aplicação (pertencente à Faculdade de Filosofia).

Estruturando-se com base nas orientações que emanavam da reforma do ensino superior, a URNe reivindicava para si o “título” de “universidade moderna”. O debate entre a “universidade tradicional” e a “universidade moderna” animava as discussões sobre a modernização do ensino superior no Brasil. Tratava-se de duas concepções distintas sobre a “missão” da universidade e da sua (in) adequação ao projeto de desenvolvimento nacional. Fundamentados no idealismo alemão (Hegel, Schelling, Fichte, Schleiermacher e Humboldt), os defensores da perspectiva “tradicional” concebiam a “missão” da universidade mediante o “cultivo” do saber “livre e desinteressado”. Por sua vez, os entusiastas da vertente “moderna” entendiam que a universidade deveria estar a serviço do desenvolvimento nacional, para o qual seria indispensável a reformulação do seu currículo, bem como da sua estrutura didática, administrativa e fiscal (CUNHA, 2007b).

A URNe, como reiteramos acima, buscava se vincular à vertente da “universidade moderna”. A adoção do modelo dos “institutos centrais e faculdades” e a interdependência entre o ensino de nível técnico e superior são aspectos que apontam para a estruturação dessa universidade conforme as orientações advindas da reforma do ensino superior. Além disso, a atuação dos intelectuais na imprensa buscava chamar atenção para as atribuições da universidade na promoção do desenvolvimento regional. Para que essa instituição cumprisse o seu “papel” seria necessário organizá-la de tal modo que ela superasse a “tradição do canudo de bacharel” que, na ótica de José Lopes de Andrade, havia caracterizado a estruturação do ensino superior no Brasil¹¹⁷. Ou seja, tornava-se premente a promoção de um saber “funcional”, voltado às exigências requeridas pelo “Novo Nordeste”. A perspectiva humanista deveria ser “superada”, privilegiando-se a tendência pragmatista. A promoção do pragmatismo permitiria aos professores e alunos debruçarem-se sobre os “problemas da região”. Formar não apenas

¹¹⁷ ANDRADE, José Lopes de. Mundo Moderno e Pesquisa. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de outubro de 1966. Seção Homens & Fatos, p. 02.

“doutores”, mas, sobretudo, “fatores” para alavancar o desenvolvimento regional: esta seria a proposta da URNe. Ao analisar o projeto da universidade, Lopes de Andrade enfatizava:

[...] Não se entendem mais as Faculdades (escolas destinadas à formação universitária) exclusivamente como fábricas de “doutores” ou de simples profissionais liberais, no sentido de trabalhadores privilegiados e aristocráticos. Indispensável é que a instrução moderna, dentro das escolas de nível superior, se torne cada vez mais instrumento de produção econômica e de melhoria das condições sociais do homem. Isto quer dizer que ela precisa se transformar de humanista em pragmática, não, porém, como muitos pensam, desumanizando-se, mais [sic], sim, que passe a ser funcional, que deixe de ser apenas uma “ilustração”, para se tornar um instrumento de trabalho, de ação produtiva prática (ANDRADE, 1966h, p. 02).

Se a divisão do ensino entre faculdades e institutos centrais, a promoção da “escala” de investigação “regional” e a interdependência entre o ensino técnico e superior permitiam a URNe reivindicar o título de “universidade moderna”, no plano administrativo essa atribuição se dava a partir da adoção do modelo fundacional. Buscando-se dotar a administração pública de maior “agilidade” e “flexibilidade”, a organização das universidades com base na forma jurídica de fundação foi adotada inicialmente pela UNB. O objetivo, endossado pela lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1961, era incorporar ao setor público características da organização privada. Assim, as universidades estruturadas com base no modelo funcional dispunham de maior autonomia para elaborar seus orçamentos, contratar professores e realizar a pesquisa científica e tecnológica. Além disso, as universidades fundacionais poderiam cobrar mensalidades (as taxas de matrícula já eram cobradas pelas universidades públicas autárquicas), bem como “vender” o produto de suas pesquisas à iniciativa pública e/ou privada. Esse modelo passou a ser considerado o “mais eficiente” em termos de organização do ensino superior, sendo adotado pela Universidade do Amazonas (instituída em 1964), Universidade do Maranhão (criada em 1966) e pela Universidade do Sergipe (implantada em 1966) (SGUISSARDI, 1993).

A administração das universidades fundacionais era feita pelo Conselho Universitário (que deliberava sobre as questões acadêmicas) e pelo Conselho Diretor (que sentenciava sobre a administração financeira). Este último elegia o presidente e vice-presidente da fundação que, por sua vez, assumiam as funções de reitor e vice-

reitor da universidade. Conforme nos sugere Fávero (1991), a adoção dessa estrutura organizacional estava assentada no divórcio entre os que “pensam” e os que “executam” a universidade. Como a “universidade moderna” deveria se organizar com base no modelo de uma empresa privada, nada mais “adequado” que adotar o método taylorista para se pensar a sua administração. Assim, o Conselho Universitário (composto pelos “representantes do mundo acadêmico”) opinaria sobre a estruturação dos cursos, currículos e demais questões pedagógicas e o Conselho Diretor (recrutado entre a “elite” do “mundo empresarial e político”) deliberaria sobre os orçamentos, investimentos e recursos da universidade.

Entretanto, o modelo sugerido por Fávero (1991) não foi adotado de forma homogênea por todas as universidades. Estas, como preconizava o modelo fundacional, dispunham de autonomia para se organizarem didática e administrativamente. No que concerne à URNe observamos a existência de um Conselho da Comunidade. Tratava-se de um órgão consultivo, composto por representantes dos seguimentos empresarial, político e educacional e que assessoraria as discussões didáticas e administrativas da universidade. Na reunião entre as congregações das faculdades, realizada em 11 de abril de 1966, foram eleitos membros do Conselho da Comunidade: João Marinheiro, Pedro Sabino de Farias, Severino Bezerra Cabral, José Lopes de Andrade, Raimundo Gadelha, Raimundo Asfóra, Antônio de Almeida Barreto, Edvaldo de Souza do Ó, Antônio Pereira de Moraes, Álvaro Gaudêncio de Queiroz e Lynaldo Cavalcante de Albuquerque¹¹⁸.

Para o Conselho Diretor, órgão supremo da instituição, foram eleitos Williams de Souza Arruda, Edvaldo de Souza do Ó, José Lopes de Andrade, Francisco Chaves Brasileiro e Manuel Figueiredo. A escolha dos suplentes recaiu sobre Lynaldo Cavalcante de Albuquerque e José Paulino da Costa Filho¹¹⁹. Dessa lista, seriam escolhidos o presidente e o vice-presidente da Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNe) que, por sua vez, assumiriam os cargos de reitor e vice-reitor da universidade. Assim, na reunião do Conselho Diretor realizada em 13 de abril de 1966 foram indicados os nomes de Williams de Souza Arruda e Edvaldo de Souza do Ó para

¹¹⁸ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1967, p. 39.

¹¹⁹ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1967, p. 39-40.

a presidência e vice-presidência da fundação¹²⁰. A escolha do prefeito para o cargo de reitor consistiu mais numa espécie de “agradecimento” proposto pela “comunidade universitária” do que na intenção de efetivá-lo à frente do posto. Afinal, era praticamente impossível conciliar a administração da cidade e da universidade. Dessa forma, Williams Arruda renunciou ao reitorado logo após a cerimônia de inauguração. Edvaldo de Souza do Ó, então vice-presidente da fundação, foi quem assumiu o cargo.

Para a sede da reitoria foi escolhido o prédio onde funcionou o primeiro grupo escolar da cidade. A escolha, entretanto, não foi aleatória. Tratava-se de uma apropriação da memória educacional do município para evidenciar a “revolução cultural” que a ele se atribuía. Como a reitoria se localizava no mesmo edifício que abrigou o primeiro grupo escolar, os intelectuais inscreviam na história da cidade aquilo que as páginas do *Diário da Borborema* constantemente reiteravam: Campina Grande havia passado da “fase do grupo escolar” à universidade em menos de vinte anos! Além disso, tratava-se de um prédio considerado imponente, de arquitetura neoclássica e localizado no centro da cidade. Portanto, “nada melhor” que escolhê-lo para abrigar a reitoria da URNe.

Imagem 2- Aspecto da Reitoria da URNe (1967).



Fonte: Revista O Cruzeiro. 04 de junho de 1967, p.34.

¹²⁰ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1967, p. 52.

Após a instituição da universidade, as atenções da imprensa se voltaram para a sua inauguração. Afinal, o evento deveria se constituir como “marco” na história educacional da cidade, evidenciando a “consolidação” do “desenvolvimento econômico e cultural” do “nordeste-interior”. Visando garantir o “êxito” não apenas da solenidade, mas, sobretudo, da “vida universitária” de Campina Grande a imprensa se arrogava a uma “nova tarefa”, qual seja: a promoção das atividades realizadas pela URNe. Dessa forma, o editorial do *Diário da Borborema* de 30 de abril de 1966 conclamava a “imprensa campinense” a promover em suas páginas as solenidades de formatura, bem como os demais eventos que seriam realizados pela universidade. Buscava-se “arquivar” o “velho conceito de Campina Grande como centro comercial do nordeste”. No lugar deste “velho conceito”, seriam evocadas as imagens da “cidade universitária”, do “centro industrial em formação”, bem como de todos os signos que identificassem o município com a ideia do “Novo Nordeste”. A produção da matéria jornalística, assentada em processos conscientes do que tornar (in) visível, tem o poder de lançar luzes sobre determinadas questões (VIEIRA, 2007). Ao reclamar a promoção da “vida universitária” como a “nova tarefa” a ser desempenhada pela imprensa da cidade, o editorial acima mencionado destacava:

[...] A imprensa campinense tem uma nova tarefa a desempenhar, no sentido de uma grande promoção da cidade no seu estágio atual, de desenvolvimento cultural, com a implantação da Universidade Regional do Nordeste. Devemos arquivar por estar superado o velho conceito de Campina Grande como centro comercial do nordeste. Hoje somos uma cidade universitária e um centro industrial em formação [...]. Para isso é que se deve voltar a atenção da imprensa local, dando destaque nos seus noticiários às promoções culturais aqui realizadas, sobretudo às solenidades de formatura dos seus engenheiros, dos seus economistas, dos seus sociólogos, dos seus assistentes sociais, dos seus bacharéis em direito, dos seus filósofos, dos seus professores (Inspirada iniciativa do prefeito...1966, p. 02).

A solenidade de inauguração da URNe foi intensamente noticiada pelo *Diário da Borborema*. Desde os preparativos iniciais até a realização do evento as páginas deste jornal veicularam matérias sobre a universidade, ressaltando-se a sua estrutura “moderna”, bem como a sua “importância” para o projeto de desenvolvimento regional. A cerimônia precisaria revestir-se de “brio”, inaugurando uma “nova fase” na história

da cidade. Para tanto, a imprensa noticiava a vinda de políticos, intelectuais e reitores¹²¹, com destaque para o reitor da UNB¹²², Laerte Ramos de Carvalho, bem como divulgava os preparativos para a solenidade de inauguração¹²³. Todas essas informações eram mobilizadas com o objetivo de chamar a atenção do público-leitor para a “importância” que o evento teria para o “desenvolvimento econômico e cultural” de Campina Grande¹²⁴.

Assim, na noite do dia 30 de abril de 1966 o teatro municipal de Campina Grande esteve repleto de um público formado por intelectuais, políticos, empresários, comerciantes e por seguimentos da sociedade local que se comprimiam para assistir ao “espetáculo” de inauguração da universidade. Os governadores da Paraíba, Pernambuco e Sergipe estiveram presentes, acompanhados de uma comitiva de prefeitos, vereadores e deputados. Também compareceram ao evento os reitores das universidades federais de Pernambuco, Sergipe e da UNB. Aliás, a presença do reitor desta última universidade foi intensamente noticiada pela imprensa da cidade. Como a URNe objetivava se filiar à perspectiva da “universidade moderna” nada melhor que contar com a presença do reitor da UNB. Afinal, a estrutura adotada pela Universidade de Brasília vinha orientando o debate sobre a reforma do ensino superior no Brasil. Dessa forma, a presença do reitor Laerte Ramos de Carvalho foi “celebrada” como uma demonstração “irrefutável” de que a universidade que se inaugurava estava assentada em bases “modernas”, comprometida com o ensino e a pesquisa dos “problemas da região” e, conseqüentemente, voltada para a promoção do “Novo Nordeste”.

No palco, os diversos atores proferiram seus discursos, encenando um espetáculo onde a promoção do “Novo Nordeste” ocupou o centro da ribalta. As cerimônias constituem momentos escolhidos pelos atores para expressarem suas ideias, legitimando seus projetos e fundamentando crenças. A inauguração da URNe nos palcos do teatro municipal figurou como um desses momentos onde a “causa da

¹²¹ Reitores nordestinos assistirão à instalação da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de abril de 1966, p. 01.

¹²² Reitor de Brasília em Campina Grande na instalação da URNe. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de abril de 1966, p. 01.

¹²³ URNe será instalada dia 30 no Teatro Municipal. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 15 de abril de 1966, p. 01.

¹²⁴ A URNe é iniciativa que engrandece a cultura de Campina Grande *Diário da Borborema*. Campina Grande, 23 de abril de 1966, p. 01.

universidade” foi divulgada e reclamada para se promover o desenvolvimento regional. A fala do reitor da URNe, e prefeito de Campina Grande, foi uma das mais aguardadas. O discurso contemplava uma espécie de retrospecto da história da educação campinense, na qual a instituição da universidade aparecia como a “consolidação da experiência universitária” não só de Campina Grande, mas de toda a área polarizada pela cidade. O ensino superior assentado em bases “modernas” era considerado fulcral para a promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, a URNe se estruturaria com base no “modelo” dos institutos centrais e das faculdades, visando a promoção do ensino e da pesquisa dos “problemas do nordeste”. Da conjugação desses “fatores”, “nasceriam” as condições capazes de retirar o nordeste do “atraso crônico” que até então estivera imerso.

Inicialmente, o reitor fundamenta a instituição da URNe com base nas exigências que estariam sendo impostas pelo desenvolvimento regional. Haveria um “desequilíbrio” entre as atividades econômicas e educacionais/culturais na cidade. Para evitar que o desenvolvimento econômico fosse esmaecido pela “ausência” de “saber técnico-científico” tornava-se premente a implantação da universidade. Seria esta instituição que, orientando as atividades administrativas, do comércio, da agricultura e da indústria, promoveria o crescimento não apenas de Campina Grande, mas, como disseminava a “Teoria dos Polos de Crescimento”, de toda a área polarizada pela cidade. Afinal, conforme propalava o grupo desenvolvimentista, o advento do “Novo Nordeste” se faria no concerto do ensino superior. Assim, a criação de uma universidade municipal corresponderia às “profundas exigências” que estariam sendo reclamadas pela corrida desenvolvimentista. A URNe surgia com o fito de promover o estudo e a pesquisa dos “problemas regionais”, subsidiando, assessorando e acelerando o crescimento econômico, educacional e cultural das áreas compreendidas pelo “nordeste-interior”. Ao iniciar o seu discurso, o reitor destacava:

Ao dirigir-vos a palavra, nesta magna solenidade, que transcendeu ao simples âmbito local pelo interesse despertado nas mais altas esferas da região e do país, cabe-me salientar, desde logo, a plena consciência com que a comunidade de Campina Grande se lançou a um empreendimento aparentemente superior às suas forças econômicas, culturais, políticas e sociais. Digo aparentemente, porque se analisarmos na realidade as condições gerais e particulares, das quais surgiu a UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, a conclusão óbvia é que a iniciativa de sua criação pelo Governo Municipal responde a profundas exigências do esforço de renovação de estruturas arcaicas e elaboração de novas estruturas, sem o qual

impossível seria assegurar não só um desenvolvimento rápido, como, sobretudo, equilibrado, à região que habitamos, objeto de planejamento e programação das autoridades constituídas do País (Discurso proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda...1966, p. 03).

Para corresponder às “exigências” reclamadas pelo desenvolvimento regional era preciso que a universidade estivesse a serviço das “atividades produtivas”, servindo de base à política econômica que desde a década de 1950 vinha imprimindo uma nova configuração à região nordeste. Para o grupo desenvolvimentista, só a filiação da URNe ao modelo preconizado pela “universidade moderna” possibilitaria o estudo e a pesquisa dos “problemas regionais”. Tratava-se de promover a ciência e a técnica como “fator” de desenvolvimento regional, afastando-se da perspectiva que atribuía à universidade a promoção da “cultura desinteressada”. Afinal, o advento da “sociedade industrial” consistia numa “certeza indubitável” para os homens e mulheres do período. Espalhando-se por todo mundo, fazendo-se sentir até mesmo nas “regiões periféricas” ou “sub-desenvolvidas”, os “efeitos” da “revolução industrial” impunham “novas exigências” ao ensino superior. Diante desse cenário, a universidade necessitaria modernizar-se, afastando-se das premissas “arcaicas” e, conseqüentemente, abraçando as tendências “modernas”. A modernização do ensino superior seria sedimentada pelo pragmatismo norte-americano que, fornecendo os modelos administrativo e didático considerados “mais eficientes”, alavancaria o desenvolvimento nacional e regional. Ao enfatizar a estruturação da URNe com base na perspectiva “moderna”, o reitor considerava:

[...] Hoje constatamos o primado da Universidade Moderna, não apenas nos Estados Unidos da América do Norte ou na Europa, mas a estender-se, rapidamente, por todo o mundo chamado “sub-desenvolvido”, onde a Revolução Industrial começa também a chegar. O fenômeno não é agora de simples imitação da sociedade burguesa pelos territórios coloniais ou ex-coloniais, como aconteceu até o século passado e começo do atual, graças ao que os sociólogos e economistas chamam hoje de efeito demonstração. Assistimos de fato à criação da “sociedade industrial” em si – ao mesmo tempo propiciadora e beneficiária daquele corpo de saber científico e tecnológico, que só a Universidade tipicamente moderna é capaz de gerar e oferecer à utilização do mundo em que vivemos (Discurso proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda... 1966, p. 06).

Se os “efeitos” da “revolução industrial” espalhavam-se por todo o território nacional, suscitando a discussão sobre a reforma do ensino superior, no nordeste essa

situação era “potencialmente agravada” pela “pequena quantidade” de universidades em funcionamento. Exercitando a retórica do “abandono” do poder público, o reitor destacava a existência, na década de 1940, de “apenas” duas universidades em toda a região. Apesar desse número ter aumentado na década seguinte, com a criação de seis instituições, Williams Arruda enfatizava a necessidade de se expandir o número de vagas. Os dados coletados por técnicos norte-americanos, enviados ao nordeste pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final da década de 1940, são evocados para caracterizar o “pequeno número” de diplomados, as “precárias condições” em que o ensino era ministrado, bem como os “baixos salários” recebidos. Todo esse quadro teria levado os assessores norte-americanos a “ridicularizarem” a estrutura do ensino superior no nordeste. Entretanto, se observarmos os aspectos que o reitor se utiliza para caracterizar as “condições” de ensino na “região” como “precárias” veremos que elas não se restringiam a esta espacialidade, mas, constituíam o cenário da universidade brasileira como um todo. Isto não quer dizer que as reivindicações expostas fossem “infundadas”. Todavia, se quisermos compreender a forma como o reitor as mobilizava em seu discurso teremos que atentar ao uso político da linguagem (SKINNER, 2005a; POCOCK, 2003). A língua constitui o artefato que os atores se utilizam para intervir no plano do político. Ao refletir sobre a estrutura do ensino superior no nordeste, Williams Arruda ponderava:

No início dos anos 40 do nosso século, havia, em todo o Nordeste apenas a Universidade da Bahia e de Pernambuco, estando ainda em organização a do Ceará. A partir dos anos 50, criaram-se ou estão em processo de criação as Universidades da Paraíba, de Alagoas, do Maranhão, do Sergipe e do Rio Grande do Norte, além de duas novas Universidades em Pernambuco. O técnico norte-americano Stefan Robock, economista-chefe da “Tennessee Valley Authority”, autarquia financeira e técnica do Governo dos EUA, colocado pela ONU à disposição do Banco do Nordeste, no início do funcionamento deste, ridiculariza, em seu primeiro relatório enviado à organização a que pertencia, o sistema educacional nordestino de nível superior, dizendo “O número de diplomados é extremamente pequeno, e a qualidade do treinamento é um problema crítico. Apenas duas Universidades existem no Nordeste, e uma terceira estabeleceu-se este ano (1956). Não há sistema de treinamento de pós-graduação, na região. O ensino é todo realizado por professores em tempo parcial de trabalho e seguido por estudantes que, nas mesmas condições, não têm tempo para estudar fora das aulas. O salário máximo para um professor, numa Universidade Federal, é agora instituído pela Lei em Cr\$ 8.000 ou cerca de 115 dólares por mês” (Discurso proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda... 1966, p. 06).

Ao longo da década de 1950, com a intensificação da industrialização e a crescente urbanização, o “nordeste” teria “tomado consciência” da sua “deficiência científica e tecnológica”. Assim, proliferaram as universidades que, juntamente com as políticas econômicas para a promoção do desenvolvimento, apontavam para o advento de um “outro”, um “novo nordeste”. Todavia, o aumento das escolas superiores ainda não corresponderia às exigências impostas pela “sociedade industrial”. Para “suprir” a “necessidade” de “mão-de-obra científica e tecnológica” tornava-se necessário ampliar a quantidade de universidades, colocando-as a serviço das atividades produtivas. A URNe surgia com o objetivo de promover um “conjunto de saberes” voltados ao estudo dos “problemas regionais”. Ao se referir a esta universidade, o reitor a tomava enquanto metáfora do esforço que se envidava para a promoção do desenvolvimento regional. A sua inauguração seria uma “prova” de que o “velho nordeste”, “ridicularizado” pelo assessor norte-americano nos anos 1940, não havia cruzado os braços, mas, recorrido ao aparato científico e tecnológico no intuito de edificar o “novo nordeste”:

[...] O que, entretanto, ninguém mais escreveria ou subscreveria é que, no Nordeste, desde à época de Robock, tenhamos ficado de braços cruzados, no que tange à necessidade de criação daquele saber de base científica e de desdobramento tecnológico, que é indispensável corresponder à criação da “sociedade industrial”, em qualquer nação ou região. Bem ao contrário, o Nordeste tomou completa consciência daquela necessidade e está dando passos decisivos para a concretização de um novo saber regional que, se não o pudéssemos identificar no esforço em marcha em todas as Universidades que, desde então, se criaram ou já existiam na área nordestina, bastaria apontar como exemplo a criação da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, que nesta ocasião estamos solenemente instalando (Discurso proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda...1966, p. 06).

Por fim, o reitor destacava a estruturação da URNe com base na orientações propugnadas pela “universidade moderna”. Para que esta instituição subsidiasse o desenvolvimento regional era necessário que a sua estrutura didática se voltasse para o estudo dos “problemas do nordeste”. Ao privilegiar a “escala de investigação regional” a universidade estaria escrutinando as “causas” do “atraso da região” e, conseqüentemente, elaborando “soluções” para promover o desenvolvimento do nordeste. Para tanto, o “modelo” da UNB era tomado como uma inspiração. Como se atribuía a esta universidade a adoção de uma estrutura didática e administrativa que vinha “revolucionando” o ensino superior no país, a URNe imaginava que ao adotar o

“modelo” daquela universidade estaria reproduzindo, em termos de nordeste, essas mesmas “inovações”. Ao enfatizar a estrutura “moderna” da URNe, o reitor pontuava:

Mas, não quisemos fundar uma Universidade que fosse apenas um compromisso com o passado – embora ilustre- da UNIVERSITAS medieval. Por isso, fomos buscar na Universidade Nacional de Brasília um novo modelo, que representasse, antes, um compromisso com o presente e o futuro da nossa Pátria e da Região que habitamos. Gerar um conjunto de saber novo, orgânico, funcional, que venha servir ao esforço produtivo dos nordestinos e que, ao mesmo tempo, seja capaz de servir-se do resultado desse esforço para ampliar e melhorar, cada vez mais sua própria qualidade e alcance, em benefício e alcance da humanidade – aí está, em síntese, toda a ambição da Universidade criada para Campina Grande (Discurso proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda...1966, p. 06).

Ao finalizar o seu discurso, o reitor foi bastante aplaudido pelo público presente no teatro. Os diversos “atos” que compunham o “espetáculo” enfatizavam a “importância” do ensino superior na construção do “novo nordeste”. A instituição da URNe precisava evidenciar-se como “marco” na história da cidade. Para tanto, os atores utilizavam-se politicamente da linguagem, evocando signos, símbolos e discursos que ressaltavam a “importância” desta universidade na promoção do desenvolvimento regional. A solenidade de inauguração foi bastante promovida pelo *Diário da Borborema*, tendo estampado manchetes e permeado as diversas seções deste jornal. O discurso do reitor, intitulado por Lopes de Andrade de “discurso-manifesto”, mereceu atenção especial. Os aspectos que identificavam a URNe com o “modelo moderno” de ensino superior foram constantemente publicados, ressaltando-se a “adequação” desse “modelo” para fomentar o estudo e a pesquisa dos “problemas regionais”. Assim, até o final daquele ano o *Diário da Borborema* veiculou uma série de notícias, reportagens e notas que visavam promover a “vida universitária” da cidade.

Em seu primeiro ano de existência, a URNe funcionou apenas com as faculdades de serviço social e filosofia. No ano seguinte, seriam instaladas as faculdades de administração, direito e química industrial, bem como os institutos centrais de ciências humanas, ciências básicas e artes. As atividades realizadas pela universidade privilegiavam a discussão dos “problemas regionais”, objetivando perscrutar as “causas” do “subdesenvolvimento” do nordeste. Assim, as disciplinas ministradas nos institutos centrais apresentavam-se como o laboratório ideal para fomentar esse debate,

uma vez que nestes espaços se reuniam as áreas comuns a cada faculdade. O componente curricular de sociologia, por exemplo, realizava um amplo debate sobre a questão da seca, da construção de adutoras, bem como de outras temáticas consideradas candentes ao desenvolvimento regional. Parecia que a universidade “sonhada” e projetada pelos desenvolvimentistas estava cumprindo seu “papel” na construção do “novo nordeste”. Formando não apenas “doutores”, mas, sobretudo, “fatores” para alavancar o crescimento econômico da “região”, os intelectuais acreditavam que em pouco tempo já seria possível “colher” os “frutos” gerados pela universidade. É sobre esse aspecto que o quarto capítulo pretende se debruçar. Para tanto, analisaremos as atividades realizadas pela URNe, enfatizando as discussões promovidas pela disciplina de sociologia, ministrada no Instituto Central de Ciências Humanas pelo professor José Lopes de Andrade.

CAPÍTULO 4- DAS FACULDADES AOS INSTITUTOS CENTRAIS: a centralização das disciplinas universitárias e a importância da Sociologia no projeto da URNe

A inauguração da URNe foi vivenciada como um “marco” na história intelectual de Campina Grande. Tratava-se, pois, da primeira universidade da cidade. Para os intelectuais desenvolvimentistas, o seu advento representava a “consolidação” da “experiência universitária” não só deste município, mas de todo o “nordeste interior”. A instituição recém-criada deveria impulsionar o desenvolvimento regional, servindo de base à política que a SUDENE vinha realizando desde o final da década de 1950. Para que cumprisse o seu “papel”, a URNe precisaria se debruçar sobre o estudo dos “problemas do nordeste”. Do contrário, esta universidade “fugiria” das demandas impostas por essa região, desservindo ao seu projeto de desenvolvimento. Além da “supremacia” do “regional”, esta universidade deveria organizar-se conforme as orientações que emanavam do debate sobre a reforma do ensino superior. Assim, a adoção do modelo jurídico fundacional e a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais foram celebradas como símbolo da adesão da URNe ao modelo da “universidade moderna”.

A ênfase dada à organização administrativa e didática da URNe saltava das páginas dos jornais e adentrava os círculos intelectuais da cidade. Assim, observamos a frequência com que os intelectuais se referiam ao aspecto “moderno” dessa instituição. O destaque dado à organização estrutural da URNe não ficou restrito à solenidade de inauguração dessa universidade, mas figurou como um dos temas principais da aula inaugural do ano letivo de 1967. Proferida pelo professor Anézio Leão, esta aula fez um retrospecto da história intelectual da cidade, destacando, sobretudo, a “rapidez” com que havia se passado da “fase” do “Grupo Escolar” para a “fase” da Universidade¹²⁵. Além desse questão, a aula inaugural celebrou o aspecto moderno da instituição, considerando-o essencial para o êxito do projeto de desenvolvimento regional. Na concepção do grupo desenvolvimentista, a universidade deveria estar atenta aos dilemas da sociedade em que estava inserida, promovendo a pesquisa e a “solução” dos seus “principais problemas”.

¹²⁵ Aula de *sapiência* da URN. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de março de 1967, p. 01.

Nesse cenário, a sociologia emergia como uma das ciências mais importantes para a realização do projeto desenvolvimentista. A abordagem sociológica do “atraso” do nordeste possibilitaria uma compreensão mais acurada dos problemas vivenciados por essa região em meados da década de 1960. Ao se debruçar sobre as temáticas da seca, do domínio das oligarquias e das migrações intra e inter regionais, por exemplo, o sociólogo poderia encontrar as “causas” do subdesenvolvimento do nordeste. Para tanto, a sociologia deveria ser concebida como uma ciência engajada nas questões levantadas pela sociedade em que ela fosse praticada. O desenvolvimento regional requeria um conhecimento sociológico voltado para o estudo dos problemas “concretos” vivenciados pela sociedade nordestina. A cadeira¹²⁶ de sociologia passava, assim, a ter uma importância nodal para a realização do projeto da URNe.

Ministrada pelo professor José Lopes de Andrade, esta cadeira era ofertada no Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH). Como falamos anteriormente, a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais tinha como objetivos principais a redução dos investimentos direcionados à manutenção do ensino superior (concentrando as cadeiras comuns a determinadas áreas nos institutos centrais) e o desenvolvimento da pesquisa científica. O trabalho “disperso” realizado nas faculdades era visto como um entrave à modernização da universidade, pois inviabilizaria a produção de um conhecimento “integrado”. Para a administração da URNe, a centralização das disciplinas universitárias constituía aspecto nodal para que esta universidade desempenhasse sua “função” com êxito.

Apesar da resistência com que a proposta dos institutos centrais foi recebida pela comunidade acadêmica, a cadeira de sociologia desempenhou um papel de destaque na operacionalização da política da URNe. Como esta universidade deveria se debruçar sobre os problemas do nordeste, perscrutando as causas do “atraso” dessa região, a disciplina de sociologia acabou oferecendo um suporte teórico e metodológico para que esses problemas fossem estudados. Fundamentando-se na sociologia nacionalista de Alberto Guerreiro Ramos, Lopes de Andrade tinha por objetivo elaborar uma sociologia que contemplasse o estudo da sociedade nordestina, enfatizando as “causas” do seu “atraso”. A esta sociologia, Andrade atribuiu o nome de “sociologia regional”.

¹²⁶ Utilizaremos tanto a nomenclatura “cadeira” como o termo “disciplinas”. A coexistência dessas duas expressões não exclui a perspectiva histórica que estamos conferindo às disciplinas universitárias. Assim, compreendemos essas cadeiras/disciplinas como resultado de lutas e negociações em torno de projetos políticos, acadêmicos, científicos, etc. (BONTEMPI JR, 2015).

Observamos, ao longo das aulas dessa disciplina, a abordagem de temas como a seca, o controle político das oligarquias e os impactos dessa política na ocorrência de “fenômenos” sociais no nordeste (Canudos, cangaço, etc.). Procedendo desse modo, o professor Andrade chamava atenção para o aspecto político e social dos problemas dessa região. Observado sob o prisma sociológico, o “atraso do nordeste” seria fruto muito mais do “descaso” dos governos (seja do “governo central” ou das “antigas” oligarquias locais) do que de uma “condição natural”, intrínseca a essa região. Ao desmistificar esses problemas (expondo as suas “causas” sociopolíticas), Andrade lançava “novas” luzes sobre as abordagens do *sub-desenvolvimento* do nordeste. É sobre a centralidade da cadeira de sociologia para a realização do projeto da URNe que nos debruçaremos ao longo deste capítulo.

Para tanto, dividiremos nossas reflexões em três subtópicos. No primeiro momento, abordaremos as resistências da comunidade acadêmica em face da implantação dos institutos centrais. Ao propor a centralização das disciplinas comuns a uma determinada área do conhecimento, os institutos acabaram despertando a antipatia de muitos professores que, temendo a perda do monopólio que exerciam sobre as “suas” cadeiras, posicionaram-se contrários a esta proposta. Além das disputas do campo intelectual, a unificação pretendida ameaçava o emprego de muitos professores, visto que a quantidade de disciplinas antes multiplicadas pelas faculdades seria significativamente reduzida. Em face dessas questões, o projeto de integração acabou sofrendo forte resistência no interior da URNe. Só após muitas negociações é que o mecanismo dos institutos e a centralização de algumas cadeiras universitárias seria implementada nessa universidade. Antes de analisarmos a centralidade da disciplina de sociologia no interior dessa instituição faremos uma breve explanação sobre a sociologia nacionalista de Alberto Guerreiro Ramos. A compreensão das matrizes teórico-metodológicas que fundamentam o pensamento de Lopes de Andrade constitui um movimento importante para procedermos a uma análise acurada da proposta subjacente à cadeira de sociologia. Assim sendo, privilegiaremos, no segundo momento, o debate sociológico que se estabeleceu entre as décadas de 1950 e 1960, mostrando como as transformações advindas com o desenvolvimento nacional acabaram influenciando as abordagens sociológicas daquele momento. A elaboração de uma sociologia nacional mostrava-se fulcral para a compreensão dos “problemas do Brasil”, auxiliando, assim, o desenvolvimento desse país. Por fim, nos deteremos no estudo da

cadeira de sociologia, evidenciando as principais questões levantadas ao longo das aulas, bem como os estudos realizados pelos discentes que, discorrendo sobre os “problemas” da sociedade nordestina da década de 1960, visavam oferecer soluções “práticas” para “reverter” o *sub-desenvolvimento* dessa região.

4.1- Das Faculdades ao Instituto Central de Ciências Humanas: o lugar da “cadeira” de Sociologia no projeto da URNe

A filiação da URNe ao modelo da “universidade moderna” foi bastante celebrada no evento que inaugurou esta instituição. Para os intelectuais desenvolvimentistas, a adoção do regime jurídico fundacional e a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais traduzia o ímpeto “modernizador” da universidade recém-criada. Assim como a UNB vinha “revolucionando” a organização do ensino superior no Brasil (inclusive inspirando as orientações que balizavam o debate sobre a reforma), a URNe atribuíra-se à tarefa de realizar essa “revolução” em nível de nordeste. Para tanto, o “modelo” da Universidade de Brasília foi “transplantado” para Campina Grande, servindo de base para a elaboração da estrutura da Universidade Regional do Nordeste. Entretanto, se a estrutura adotada pela UNB já começava a mostrar suas fragilidades, era de se esperar que o seu “transplante” para outro contexto socioeconômico potencializasse essas fragilidades. Curiosamente, os intelectuais que propunham a “redução da escala de investigação sociológica” como a base para a criação de uma sociologia regional não percebiam os limites que a “importação acrítica” de um modelo de ensino superior representava para a universidade que em Campina Grande se instituíra.

Assim, vimos reproduzidas na URNe muitas das “fragilidades” que já punham em cheque a “supremacia” do “modelo” da UNB. No que concerne à “eficácia” do modelo fundacional, por exemplo, observamos a “insuficiência” e/ou dificuldade em se repassar os “lucros” do patrimônio de que haviam sido dotadas às universidades para a sua manutenção. Como vimos no capítulo anterior, a adoção do modelo fundacional visava conceder maior “autonomia” às universidades. Dessa forma, as instituições criadas sob o marco jurídico de fundação de ensino superior recebiam, além de um patrimônio material, percentagens no lucro de determinadas empresas estatais. As

rendas geradas pelo lucro dessas empresas seriam revertidas para essas instituições, possibilitando-lhes maior independência em relação às transferências feitas pelo governo. Entretanto, se a instituição do regime fundacional visava conceder maior autonomia às universidades, na prática o que se verificou foi o progressivo aumento da dependência destas instituições. Isto porque além dos lucros do patrimônio das estatais mostrarem-se insuficientes para a manutenção das universidades, estas receitas nem sempre eram transferidas dentro do prazo estipulado por lei. Esse quadro gerava grande instabilidade no interior das universidades fundacionais. A UNB, por exemplo, além de receber o patrimônio sobre o qual se edificou a sua sede (doze quadras urbanas) tinha garantida os lucros da União explorados sobre as ações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), bem como metade dos lucros anuais da Rádio Nacional de Brasília. Apesar da estrutura concedida e dos lucros explorados sobre as estatais, esta universidade enfrentava constantes dificuldades para a se manter, tendo que recorrer às transferências orçamentárias da União (SGUISSARD, 1993).

A adoção do modelo fundacional também enfrentava críticas no interior da URNe. Para manter esta universidade, a lei municipal nº. 91 de 15 de dezembro de 1966¹²⁷ determinava a transferência mensal de 10% (dez por cento) do lucro dos serviços industriais, comerciais e civis prestados pelo município de Campina Grande e pelas Sociedades de Economia Mista (TELINGRA, CELB, etc.). A esse montante se somariam as dotações do governo estadual e federal, bem como as anuidades pagas pelos alunos. Entretanto, o que de fato se observou foi a irregularidade com que se dava o repasse tanto dos 10% cobrados sobre o lucro do município na exploração dos serviços citados como das dotações do governo federal e do estado da Paraíba. A inconstância com que essas transferências se davam fez com que as anuidades, então transformadas em mensalidades, se convertessem na principal fonte de financiamento da URNe. Delineava-se, assim, um dos principais problemas financeiros com que esta universidade se defrontaria ao longo de sua história. No lastro da irregularidade dos repasses e da extinção dos lucros cobrados sobre os serviços municipais adviriam os diversos projetos de federalização e estadualização pelos quais a URNe passou ao longo de sua existência.

¹²⁷ CAMPINA GRANDE/PB. Lei nº. 91, de 15 de dezembro de 1966. Dispõe sobre os preços dos serviços explorados diretamente pelo Município, o uso de seus bens e o fornecimento de utilidades produzidas pelo Município. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1966.

Mas não foi só o modelo jurídico da URNe que recebeu críticas. A divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais também foi alvo de tensões no interior da universidade. Como apontamos anteriormente, a adoção do “modelo” dos institutos centrais era encarada como forma de modernizar o ensino superior, introduzindo a pesquisa científica (ausente na maioria das faculdades) no seio da universidade. Além de proporcionar a prática da pesquisa, o advento dos institutos centrais também era visto como estratégia para diminuir o investimento financeiro destinado ao ensino superior, isto porque a centralização das cadeiras comuns a uma determinada área do conhecimento impediria a multiplicação delas por toda a universidade. Assim, por exemplo, em vez de se multiplicarem as cadeiras de sociologia, história, filosofia, etc. pelas faculdades de Filosofia/Educação, Serviço Social, Direito e Administração (o que “encareceria” o ensino) se ofertariam estas disciplinas no Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH), onde os alunos dessas faculdades obteriam os “créditos” comuns à área das ciências humanas. Ademais, os institutos centrais propiciariam a pesquisa científica, oferecendo os cursos de mestrado e doutorado que, por sua vez, formariam o pessoal qualificado para exercer o magistério da universidade.

Entretanto, a centralização de determinadas cadeiras nos institutos centrais sofreu forte oposição na URNe e em várias universidades onde esta iniciativa foi proposta. Na Universidade de São Paulo (USP), como destaca Bontempi Jr (2001), a tentativa de centralizar a cátedra de Filosofia e História da Educação no Instituto de Ciências Humanas foi bastante repreendida pela comunidade acadêmica. No caso desta instituição, a inserção da Filosofia e da História da Educação no Instituto de Ciências Humanas se agrava em virtude do fato de que, diferentemente de outras universidades, na USP, era o Instituto de Ciências Humanas que integrava a Faculdade de Filosofia, e não o contrário. Se realizássemos uma busca em todas as universidades onde a centralização das cadeiras foi aventada provavelmente veríamos multiplicarem-se as resistências do corpo docente em relação a esta medida. Isto porque o regime de cátedras acabava imprimindo certa “vitaliciedade” (ou “hereditariedade”) às áreas do conhecimento científico. Nesse cenário, os professores acabavam se sentindo proprietários de determinada cátedra, dificultando (às vezes até impedindo) que ela fosse ministrada por outros professores, em outros espaços que não a sua faculdade de “origem”. Como o “controle” da cátedra resultava na impressão de certo perfil (didático, político, etc.), a transferência desta para outros espaços, para serem ministradas por

outros professores, implicava na perda do “domínio” sobre a área do conhecimento em questão. À luz dessas reflexões torna-se possível compreendermos as resistências que a centralização de cátedras/cadeiras sofreram não só na URNe como em várias universidades. A “tradição” da cátedra, mesmo nos espaços onde o ensino superior ainda estava sendo instituído, impedia que estas fossem compreendidas pelo viés “desinteressado”. Logo, determinados professores acabavam se sentindo “proprietários” de algumas áreas do conhecimento.

Na URNe, a resistência em relação à centralização das cadeiras pode ser melhor compreendida a partir de uma breve incursão na história do ensino superior campinense. Como vimos observando, a existência de faculdades isoladas havia conferido certa pessoalidade às áreas do conhecimento científico. Assim, por exemplo, as cadeiras de sociologia (ofertadas nas faculdades de Serviço Social, Filosofia e Ciências Econômicas), história (ministrada como seção na Faculdade de Filosofia e como disciplina na Faculdade de Ciências Econômicas) e filosofia (ofertada pelas faculdades de Serviço Social, Filosofia e Ciências Econômicas) desde o início do funcionamento de cada uma dessas instituições haviam sido ministradas, respectivamente, pelos professores José Lopes de Andrade, Berilo Ramos Borba e José Paulino da Costa Filho. A transferência dessas disciplinas para o ICCH poderia implicar na perda do “domínio” que cada um desses professores possuía sobre a “sua” cadeira. Além disso, até a inauguração da URNe, inexistia universidade em Campina Grande. Dessa forma, os professores não estavam acostumados ao trabalho universitário integrado, passando a ver com estranhamento a proposta de centralização das disciplinas universitárias no interior dos institutos centrais.

Assim, na reunião do Conselho Diretor da FURNe, realizada em 15 de fevereiro de 1967¹²⁸, os diretores das faculdades de Filosofia e Química Industrial (respectivamente, padre Emídio Vianna da Costa e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque) mostraram-se contrários não só em relação à centralização das cadeiras básicas nos institutos centrais como também no que diz respeito à existência de tais institutos no interior da universidade recém-criada. Os diretores dessas duas faculdades não negavam a importância do mecanismo dos institutos para a modernização do ensino superior.

¹²⁸ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 22-23.

Todavia, alertavam para as “dificuldades” (precariedade de recursos estruturais e financeiros) que a URNe teria para manter toda essa engrenagem funcionando. Desse modo, os diretores em questão propunham que inicialmente a URNe funcionasse somente com as cinco faculdades existentes. O espaço de integração universitária, previsto para ser exercido pelo ICCH, seria transferido para a Faculdade de Filosofia que, revivendo a sua “antiga vocação”, funcionaria como o “coração da universidade”. Encampada pelo diretor da Faculdade de Filosofia, a proposta recebeu apoio imediato do diretor da Faculdade de Química Industrial. Essa proposição, segundo os diretores dessas duas faculdades, tinha como objetivo “racionalizar” o orçamento financeiro da universidade, evitando a criação de estruturas que, provavelmente, não poderiam ser mantidas nos primeiros anos de funcionamento da instituição.

Apesar dos argumentos mobilizados, a proposta de extinguir (ainda que temporariamente) os institutos centrais foi descartada pelo Conselho Diretor da FURNe. Contrapondo-se a essa proposição, Edvaldo do Ó, José Lopes de Andrade e Manoel Figueiredo destacavam a importância desses espaços para a execução da “nova” política do ensino superior no Brasil. No que concerne ao ICCH, Andrade destacava a importância desse órgão para o “pleno” funcionamento da universidade. O sociólogo justificava a manutenção dos institutos apoiando-se no decreto-lei 53/1966 que, ao determinar a transformação das faculdades de filosofia em faculdades de educação, obrigava a transferência das “antigas” seções daquela faculdade para os institutos centrais. Assim sendo, o ICCH abrigaria, além das cadeiras comuns às humanidades, as seções que seriam desmembradas da Faculdade de Filosofia (História, Geografia, etc.) quando da sua transformação em Faculdade de Educação. Frente a esse cenário, a existência do ICCH tornava-se imprescindível para que a URNe executasse todas as suas atividades. Apoiando-se nessa questão, o grupo liderado por Edvaldo do Ó conseguiu convencer os demais membros do Conselho Diretor e, ao final desta reunião, a implantação dos institutos centrais foi aprovada pela maioria dos conselheiros¹²⁹.

Aprovada a criação dos institutos centrais, o Conselho Diretor da FURNe realizou a escolha dos nomes que iriam compor a direção dos respectivos estabelecimentos. Para frear as resistências que a centralização das cadeiras havia suscitado, os nomes de muitos professores contrários a esta centralização foram

¹²⁹ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 31.

indicados não só para ocupar a direção de alguns institutos como também para lecionar as “suas” cadeiras nestes espaços. Assim, vimos a indicação do professor Berilo Ramos Borba para ocupar a direção do ICCH e para lecionar a cadeira de História deste instituto, do professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque para a direção do Instituto Central de Ciências Básicas e do professor Fernando Silveira para o Instituto Central de Letras. Completando a indicação para a direção dos institutos destacamos o nome do professor Eurico Soares de Aquino para o cargo de diretor do Instituto Central de Artes¹³⁰. Apesar de ter o seu nome indicado para a direção do Instituto Central de Ciências Básicas, o professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque não aceitou o cargo, optando somente por exercer a direção da Faculdade de Química Industrial. Para ocupar o seu lugar, foi designado o engenheiro Gleryston Holanda de Lucena¹³¹. Por sua vez, as faculdades que compunham a URNe tiveram seus diretores escolhidos pelas congregações de carreira de cada estabelecimento. No início do ano letivo de 1967, o quadro de diretores estava composto dos seguintes nomes: padre Emídio Vianna da Costa para a Faculdade de Filosofia, Evaldo Gonçalves para a Faculdade de Administração, Irmã Maria Dulce Beleza para a Faculdade de Serviço Social, Raul de Souza Costa para a Faculdade de Direito e, como dito anteriormente, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque para a Faculdade de Química Industrial.

Contidas as “resistências”, a criação dos institutos centrais foi celebrada como marco da “nova política” que se pretendia atribuir à URNe. Afinal, a “universidade moderna” deveria pautar-se na “racionalização” dos recursos, enfatizando a pesquisa científica e, conseqüentemente, servindo de base ao projeto de desenvolvimento regional. Na concepção do reitor desta universidade, a adoção do “modelo” dos institutos centrais “revolucionaria” o ensino superior no nordeste, possibilitando que as faculdades trabalhassem em conjunto. Visto por esse prisma, os institutos centrais mostravam-se espaços promissores para a realização da pesquisa e do ensino integrado, pois a centralização das disciplinas básicas permitira a elaboração de um conhecimento interdisciplinar. Além desse aspecto, destacamos a importância dos institutos centrais para a legitimação de projetos intelectuais, políticos, etc. Ao reunir as cadeiras comuns à determinada área do conhecimento, esses espaços permitiam que os professores titulares

¹³⁰ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 39.

¹³¹ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 47.

veiculassem suas ideias de modo mais amplo, alcançando bem mais alunos do que se estas disciplinas fossem ministradas no interior de uma única faculdade.

Ministrada pelo professor José Lopes de Andrade, a cadeira de sociologia ocuparia um espaço de destaque no interior do ICCH. Como a URNe se propunha uma instituição voltada para o estudo dos “problemas do nordeste”, a sociologia acabou se constituindo em uma ciência basilar para a operacionalização dos objetivos iniciais dessa universidade. Imbuído por essa perspectiva, Andrade imprimiu a esta cadeira a tarefa de escrutinar os “problemas” sócio-políticos da região nordeste, no intuito de desvelar as “causas” do “atraso” dessa região. Para realizar este projeto, o sociólogo se apropriava da sociologia nacionalista de Alberto Guerreiro Ramos, chamando atenção para a necessidade de se elaborar um referencial teórico-metodológico que possibilitasse a análise acurada do *sub-desenvolvimento* nordestino. Para o professor Andrade, o sociólogo até poderia se apropriar do conhecimento científico elaborado no “estrangeiro”. Todavia, ao se debruçar sobre a “realidade” da sociedade nordestina, o pesquisador deveria “adaptar” o arcabouço conceitual “importado”, submetendo-o à interpretação dos “problemas concretos” dessa região. Do contrário, o conhecimento sociológico estaria se alimentando das experiências elaboradas em outras sociedades, fomentando, assim, uma análise “incorreta” da “realidade nordestina”.

A oferta dessa disciplina no ICCH revestia-se de importância fundamental para Lopes de Andrade, permitindo-lhe veicular amplamente suas ideias sobre a sociedade nordestina. A criação do Escritório de Sociologia, vinculado ao ICCH, complementava o projeto de constituição de uma sociologia regional. Ao objetivar a vivência prática dos “problemas do nordeste”, o Escritório de Sociologia transformava-se no laboratório ideal para a realização do projeto desenvolvimentista. Ademais, o Escritório teria como objetivo intermediar a ligação da universidade com a “empresa pública e privada”, garantindo que os estudos realizados no âmbito da URNe contribuíssem para as “soluções” que estavam sendo requeridas pelo desenvolvimento regional¹³².

Mas, como dito anteriormente, a centralização das cadeiras havia sofrido grande resistência no interior da URNe. Apesar de aprovar o funcionamento dos institutos centrais, a comunidade acadêmica continuava a ver com bastante reserva a oferta das disciplinas comuns naqueles espaços. O “desconforto” que o advento desses institutos

¹³² FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p.76.

gerava era reflexo da pouca “tradição” que a atividade universitária tinha no meio intelectual campinense. Acostumados ao trabalho “isolado” nas faculdades, os professores temiam que a transferência dessas disciplinas para os institutos implicasse na quebra do monopólio que muitos deles detinham sobre uma área específica do conhecimento. Além desse aspecto, a questão empregatícia contribuía para aumentar a desconfiança dos docentes em relação à centralização das cadeiras. Afinal, o trabalho isolado em cada umas das faculdades possibilitaria que muitos professores permanecessem à frente dos cargos que já ocupavam. Desse modo, a transferência de algumas disciplinas para os institutos centrais representava um duplo perigo para os professores dessa universidade. De um lado, poderia quebrar o monopólio que muitos deles detinham sobre as “suas” cadeiras. Por outro lado, e aqui nos referimos àqueles professores que ainda não haviam se legitimado no meio intelectual, poderia implicar no desemprego.

Assim, durante a reunião extraordinária do Conselho Diretor da FURNe¹³³, realizada poucos dias antes do início do ano letivo de 1967, os diretores das faculdades de Filosofia, Química Industrial e Direito expressaram a recusa em matricular os discentes dessas faculdades nas disciplinas ofertadas pelos institutos centrais. Para justificar a negativa, esses diretores mobilizavam o argumento de que o funcionamento dos institutos centrais oneraria os cofres da universidade recém-criada. Segundo o argumento utilizado, o fato da URNe está em sua fase de implantação inviabilizaria o funcionamento dos institutos. Todavia, se realizarmos uma análise mais acurada veremos que por trás do argumento mobilizado também existiam questões de interesse intelectual-pessoal. Como apontamos acima, a transferência das disciplinas comuns para os institutos centrais “ameaçava” duplamente alguns professores, pois a centralização pretendida poderia implicar tanto na perda do “domínio” de algumas cadeiras como no desemprego daqueles professores que teriam suas cadeiras transferidas para outro espaço. A recusa em matricular os discentes dessas três faculdades nas disciplinas ofertadas pelos institutos centrais pode ser vista como uma estratégia utilizada pelos diretores para manter alguns professores à frente de determinadas cadeiras, garantindo-lhes tanto o prestígio intelectual como o emprego. Procedendo dessa forma, os diretores angariavam as simpatias dos docentes e, conseqüentemente, aproveitavam para realizar as suas políticas no interior das faculdades.

¹³³ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p 43-45.

Diante da recusa dessas três faculdades em matricular seus discentes nas cadeiras ofertadas pelos institutos centrais, o Conselho Diretor ameaçou enquadrá-las no artigo oitavo do estatuto dessa universidade¹³⁴. Assim, caso a direção desses estabelecimentos não desistisse de ofertar as disciplinas básicas de forma isolada estaria infringindo a legislação da instituição, cabendo, nesse caso, a aplicação da penalidade prevista, ou seja, estas faculdades poderiam ser desvinculadas da URNe. Estabeleceu-se enorme tensão no interior dessa universidade. Afinal, a instituição acabara de ser criada e qualquer fissura em sua estrutura poderia por em cheque a própria existência da universidade. Ademais, a presença de uma faculdade de filosofia tornava-se imprescindível para que uma universidade fosse formada. Logo, a desfiliação da Faculdade de Filosofia impediria que a URNe continuasse existindo. A possibilidade dessa universidade ser extinta assustava os intelectuais e políticos da cidade. Dada a complexidade da questão, o debate extrapolou as reuniões do Conselho Diretor e ganhou às páginas dos jornais.

Escrevendo na seção *Homens & Fatos* de 02 de março de 1967¹³⁵, Lopes de Andrade chamava atenção para a importância da integração universitária na execução da política da URNe. Para este professor, a dispersão de atividades, além de onerar o investimento destinado ao ensino superior, ia na contramão da “moderna” política que emanava da reforma da universidade brasileira. Como já reiteramos outras vezes, a URNe reivindicava para si o título de “universidade moderna”. Para tanto, tornava-se primordial que a sua estrutura estivesse em consonância com as orientações advindas da reformulação do ensino superior. O advento dos institutos centrais era o requisito mínimo para que esta universidade reivindicasse o título de “moderna”. À época, acreditava-se que tais institutos, ao promoverem o ensino integrado, possibilitariam a formação de um conhecimento “ajustado” às “necessidades” da “sociedade nordestina”, auxiliando, assim, o seu projeto de desenvolvimento. Imbuído por essa perspectiva, Andrade utilizava-se da sua seção diária para in-formar o público-leitor, “conscientizando-o” e, conseqüentemente, angariando apoios em torno do projeto dos institutos centrais e da centralização das disciplinas comuns a uma determinada área do

¹³⁴ O oitavo artigo do estatuto da URNe determinava que as faculdades e institutos integrantes da universidade deveriam se organizar conforme as orientações emanadas da administração central dessa instituição. Do contrário, esses estabelecimentos poderiam ser desligados do “sistema FURNe”.

¹³⁵ ANDRADE, José Lopes de. Modelos de Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de março de 1967j. Seção Homens & Fatos, p. 02.

conhecimento. Debruçando-se sobre a importância da centralização das atividades universitárias, o sociólogo afirmava:

[...] Uma derradeira consideração que desejaria fazer a respeito da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE refere-se à necessidade de integração das Faculdades isoladas em um todo orgânico, sobretudo nas áreas em franco desenvolvimento, como a de Campina Grande. Toda política bem orientada do Ensino Superior há de conduzir, corretamente, à Universidade. A criação e a distribuição de Faculdades isoladas, além de desperdício de recursos, é contrário (sic) ao Desenvolvimento Econômico e Social. Nesse sentido, a recente atitude das Faculdades de Filosofia, Direito e Química, boicotando o Instituto Central, foi um retrocesso, uma involução no processo de desenvolvimento de Campina Grande, que vem sendo tão bem visto pela SUDENE [...] Envés de existirem somente por existirem, desatentas às exigências do meio no qual se inserem, as Faculdades devem derivar de um plano geral de ação, que só os Institutos Centrais são capazes de dar e fazer cumprir (ANDRADE, 1967, p. 02).

Como se pode observar, Lopes de Andrade partilhava das orientações advindas da reforma do ensino superior. Dessa maneira, o funcionamento dos institutos centrais era visto como essencial para que a URNe desempenhasse a sua política. Para Andrade, a centralização das cadeiras garantia a elaboração de um plano de trabalho “ordenado”, dentro do qual seriam contempladas as temáticas que mais interessavam ao projeto de desenvolvimento regional. Provavelmente, o entusiasmo que esse sociólogo tinha para com o “modelo” dos institutos centrais era um reflexo da sua tentativa de construir uma sociologia regional. Logo, a centralização das disciplinas universitárias ganhava uma importância fundamental para a veiculação e elaboração de uma sociologia e, por extensão, de uma ciência “adequada” ao estudo da “realidade social nordestina”.

Apesar da campanha em prol dos institutos centrais, o início das aulas da URNe ocorreu sem que se estabelecesse um consenso em torno da centralização de determinadas cadeiras. As faculdades de Serviço Social e Administração seguiram as orientações do Conselho Diretor, estruturando seus currículos em duas partes: uma parte comum (composta dos créditos ofertados no ICCH) e outra parte específica (composta das disciplinas ofertadas pelas faculdades). Por sua vez, as faculdades de Filosofia, Direito e Química Industrial só se submeterem a esse modelo no início de maio de

1967, quando, na reunião do Conselho Diretor da FURNe¹³⁶, ficou determinada a estruturação dos currículos dessas faculdades em duas partes, obrigando-lhes, assim, a acatar a centralização das disciplinas comuns em seus respectivos institutos.

O mecanismo dos institutos centrais emergia como a grande instância articuladora da URNe. Ao centralizar as disciplinas comuns neste espaço, a universidade recém-criada promoveria um amplo debate em torno da problemática do desenvolvimento nordestino. É nesse cenário, pois, que a cadeira de sociologia passa a ocupar um papel de destaque no debate desenvolvimentista. Escrutinando as “causas” do “atraso” do nordeste, Lopes de Andrade se propunha a construir uma sociologia que fosse, antes de tudo, “útil” à compreensão da “realidade concreta” dessa região. A compreensão de que o conhecimento sociológico deve se constituir em algo “prático”, voltado ao estudo dos problemas concretos da sociedade, fez com que a cadeira de sociologia funcionasse como o laboratório que, aos olhos dos desenvolvimentistas, teria um papel central no advento do “novo nordeste”.

Antes de nos debruçarmos em torno dessa disciplina, faremos uma breve incursão rumo à sociologia nacional de Alberto Guerreiro Ramos. Ao nos aproximarmos das matrizes teóricas e metodológicas que subsidiam o pensamento de Lopes de Andrade temos por objetivo realizar uma análise mais acurada da cadeira de sociologia e da proposta a ela subjacente. Assim, constatamos que as bases da sociologia regional de Andrade estavam fundamentadas no amplo debate sociológico que se estabeleceu entre as décadas de 1950 e 1960. A concepção de que o conhecimento sociológico deve servir, antes de tudo, às exigências do projeto de desenvolvimento nacional/regional encontra no ISEB e, mais especificamente, na produção de Guerreiro Ramos a sua principal fonte de inspiração.

4.2- Guerreiro Ramos e o projeto de construção de uma sociologia nacional

O debate sobre a possibilidade de se constituir uma sociologia voltada para o estudo dos “principais problemas do Brasil”, visando a consequente promoção do seu desenvolvimento, remonta à década de 1950. A intensificação da urbanização, em

¹³⁶ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 88-91.

grande parte induzida pelo processo de industrialização, fez com que diversos intelectuais se debruçassem sobre a temática do desenvolvimento nacional. A criação de instituições como o ISEB e a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas fomentava o debate que, em linhas gerais, objetivava traçar as estratégias capazes de inserir o país na rota do desenvolvimento. Discutia-se, na esteira dos movimentos de descolonização dos países afro-asiáticos, a premência de se construir um projeto de desenvolvimento autônomo para o Brasil. A sociologia, fornecendo as bases para o “despertar” da “autoconsciência coletiva” da nação, era considerada a ciência capaz de auxiliar o desenvolvimento nacional. Para que cumprisse o seu “papel”, propalavam os intelectuais à frente do ISEB, a sociologia necessitaria revestir-se de um sentido prático, congregando os avanços teórico-metodológicos da ciência social e os problemas práticos da sociedade brasileira.

Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo que participou da instituição do ISEB e da Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, exerceu um papel de destaque no debate sobre a possibilidade de se constituir uma sociologia nacional. A sua obra, organizada em um conjunto de livros publicados entre as décadas de 1950 e 1980, questiona a “importação acrítica” dos conceitos produzidos no “estrangeiro”. Conforme pontua o autor, a assimilação “acrítica” das categorias do conhecimento social mostrava-se inadequada ao estudo dos problemas brasileiros, uma vez que tais categorias carregavam consigo a intencionalidade da cultura que as produziu, destoando, portanto, das exigências que estariam sendo postas pelo projeto de desenvolvimento nacional. Buscando “evitar” os problemas relacionados à falta de retificação dos conceitos e teorias “importadas”, Guerreiro Ramos propunha a adoção da redução sociológica como o método capaz de “habilitar” o sociólogo a “transportar” as categorias produzidas em realidades socioculturais distintas.

A redução sociológica não negaria, pois, a importância do conhecimento científico elaborado no “estrangeiro”. A ciência, para Guerreiro Ramos, representaria a conquista do esforço universal dos cientistas. Sendo assim, o conhecimento formulado por outras culturas não poderia ser marginalizado na busca pela constituição de uma sociologia nacional. Todavia, se o método em questão destaca a contribuição do saber formulado em outros países, essa importância é circunscrita “tão somente no domínio dos enunciados gerais” (RAMOS, 1996, p. 123). A redução sociológica, habilitando o cientista social brasileiro à crítica das categorias importadas, promoveria as condições

para a instituição de uma sociologia voltada ao estudo dos problemas práticos da sociedade brasileira. Subjacente a essa proposição teórico-metodológica está a ideia de que as ciências sociais deveriam auxiliar o projeto de desenvolvimento nacional. Para tanto, tornava-se imprescindível a apropriação de conceitos e teorias que possibilitassem uma interpretação “correta” do problema do desenvolvimento brasileiro.

A proposta de elaboração de uma sociologia nacional também deve ser compreendida em meio à experiência de Guerreiro Ramos a frente dos projetos de modernização da administração pública. A atuação deste intelectual no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) caracteriza-se, segundo Oliveira (1995) e Filgueiras (2012), pela introdução de diferentes matrizes teóricas da sociologia das organizações. O autor em questão buscou organizar o serviço público em bases científicas. Para tanto, tornava-se necessário que a sociologia se debruçasse sobre temas práticos, tais como a mortalidade infantil, o orçamento familiar, o processo de industrialização e urbanização, as transformações nos padrões de consumo da sociedade, dentre outros. Derivaria da experiência a frente do DASP, a concepção de que o conhecimento sociológico, para Guerreiro Ramos, consistiria, antes de qualquer coisa, em um conhecimento prático, voltado para o estudo dos problemas sociais contemporâneos (SCHWARTZMAN, 1983).

Aliás, a ideia de que o conhecimento sociológico deveria se debruçar sobre questões práticas, lançando as bases para uma ciência nacional, suscitou amplos debates no campo da sociologia. De um lado, Guerreiro Ramos propunha que o papel da sociologia, no Brasil, consistiria na “afloração” da “consciência nacional”. Frente ao quadro histórico-social da nação, o trabalho do sociólogo deveria ser balizado pela busca da condição existencial da sociedade, fazendo com que esta tomasse consciência de seus problemas e, consequentemente, repensasse suas trajetórias e fins (RAMOS, 1996; FILGUEIRAS, 2012). Posição contrária era defendida por Florestan Fernandes que, evidenciando o padrão institucionalizado e universal do conhecimento sociológico, criticava as teses de Guerreiro Ramos sobre a construção de uma sociologia nacional, inicialmente publicadas em *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, de 1954. Para Fernandes, não importavam as particularidades históricas e sociais de uma sociedade para que o trabalho científico fosse possível. A sociologia, como ciência, demandaria uma especialização voltada para a construção do conhecimento. Este trabalho seria desempenhado por acadêmicos treinados nas doutrinas e atividades inerentes ao

trabalho empírico. A ideia de uma “sociologia em mangas de camisa”, conforme preconizava Guerreiro Ramos, aludindo ao caráter “pouco institucional” pensado para essa disciplina, contrariava a perspectiva acadêmica que Florestan Fernandes procurava imprimir às ciências sociais. Ademais, a concepção de uma sociologia realizada por “não acadêmicos” inviabilizava a ruptura das ciências sociais com o padrão ensaístico que durante muito tempo havia caracterizado a sua história (ORTIZ, 1990; BARIANI, 2003, 2006).

Delimitadas as posições, o debate travado entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes deu-se no âmbito do II Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizado em 1953. Na ocasião, Guerreiro Ramos apresentou as suas teses iniciais sobre a redução sociológica, propondo as bases para a instituição de uma sociologia nacional. Florestan Fernandes, por sua vez, teceu críticas tanto às propostas teórico-metodológicas como às questões político-ideológicas veiculadas pela tese da redução sociológica. O que estava em debate era o monopólio da produção do conhecimento sociológico. De um lado, Guerreiro Ramos atribuía ao “seu” método a tarefa de “fundação” (muito mais que de “refundação”) da sociologia nacional. Do outro lado, Fernandes advogava a universalidade dos enunciados gerais da ciência social, propondo a sua fundamentação em bases acadêmicas.

As críticas tecidas por Florestan Fernandes levaram Guerreiro Ramos a reformular suas proposições sobre a construção de uma sociologia nacional. Dessa forma, se na produção dos anos 1950 o autor se propunha a tarefa de fundação de uma “sociologia brasileira”, na produção dos anos 1960, mais especificamente na segunda edição de *A Redução sociológica* (1965), os objetivos passam a ser intelectualmente mais “modestos” e metodologicamente melhor embasados. O método da redução sociológica teria por objetivo preparar o cientista social para transpor as categorias produzidas em experiências distintas. Não se tratava, portanto, de negar a universalidade dos enunciados gerais da ciência, mas de submeter esses conceitos à crítica metodológica, visando adequá-los ao estudo da realidade brasileira. Conceituando a redução sociológica, o autor a caracterizava como um:

[...] método destinado a habilitar o estudioso a praticar a *transposição* de conhecimentos e de experiências de uma *perspectiva* para outra. O que a inspira é a *consciência sistemática* de que existe uma *perspectiva brasileira*. Toda *cultura nacional* é uma *perspectiva particular*. Eis porque a redução sociológica é, apenas, modalidade

restrita da atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação (RAMOS, 1996, p. 42, grifos nossos).

Conforme se pode depreender a partir do trecho citado, o trabalho do sociólogo configura-se, para Guerreiro Ramos, enquanto uma atividade perspectivista. Para este autor, uma perspectiva consistiria no modo segundo o qual se constitui um tipo de olhar diferenciado sobre um objeto de estudo, olhar que se conforma e ganha substrato normativo por meio de uma cultura que o insere em um conjunto de valores e percepções de mundo (FILGUEIRAS, 2012). A sociologia, compreendida enquanto atividade hermenêutica, consistiria em uma ciência onde as percepções acerca do mundo social configurariam os problemas e o modo de abordar determinada realidade social. É por essa razão que Guerreiro Ramos defende a imersão do pesquisador nos valores e percepções definidos pela cultura nacional. Do contrário, o cientista social não estaria metodologicamente habilitado para interpretar os “problemas reais” da sociedade brasileira.

Influenciado pela ideia de que a atividade sociológica configura-se enquanto uma perspectiva, Guerreiro Ramos destaca três aspectos que precisariam ser observados em relação à tarefa da redução sociológica. Inicialmente, o autor destaca o caráter fundacional da “atividade redutora”. A razão que inspira este método residiria na busca das condições ontológicas e existenciais da sociedade brasileira. Em seguida, o sociólogo destaca a “importância” do método em questão para a construção de uma ciência nacional. Como dito anteriormente, não se tratava de negar o conhecimento científico elaborado no estrangeiro, mas de se buscar, mediante a crítica das categorias “importadas”, as condições para instituição de uma “sociologia brasileira”. Por fim, o autor ressalta o estudo da “cultura nacional” como objeto central para as investigações em ciência social. Frente aos problemas práticos colocados pela “realidade brasileira”, o sociólogo deveria direcionar suas análises para a interpretação dos valores e percepções definidos por nossa identidade nacional. Assim sendo, não seria concebível, segundo Guerreiro Ramos, a existência de uma sociologia institucionalizada se ela não privilegiasse o estudo do chamado “fato nacional brasileiro” e dos seus problemas concretos (RAMOS, 1996; OLIVEIRA, 1995; FILGUEIRAS, 2012).

A sociologia, visando lançar as bases para uma ciência nacional, deveria descortinar a realidade brasileira, dirigindo suas questões para o chamado “fato nacional

brasileiro”. As transformações vivenciadas pela sociedade brasileira entre as décadas de 1940 e 1960 teriam propiciado, segundo Guerreiro Ramos, o “aflorar” da “consciência crítica nacional”. O “fato nacional brasileiro” aludia às transformações advindas com o desenvolvimento industrial. Sob a ótica desse autor, o Brasil havia deixado de ser um “povo natural” para se tornar um “povo histórico”. Afinal, ainda segundo o pensamento de Ramos, a independência do Brasil, em 1822, teria instituído apenas uma “forma nacional”, ausente de um “conteúdo de valor” capaz de assegurar a existência de uma identidade e uma cultura nacional. A ruptura com a “condição colonial”, conforme a leitura partilhada pelo autor, teria se constituído somente a partir da modernização do estado brasileiro nas décadas de 1930 e 1940. A intensificação da industrialização, acarretando a crescente urbanização do país, suscitaria o “aflorar” da “consciência crítica” do Brasil sobre si mesmo. Nesse contexto, a sociologia, direcionando a sociedade brasileira para a “tomada” de sua autoconsciência coletiva, passa a ser considerada não só importante como também fundamental ao projeto de desenvolvimento nacional.

Observa-se, assim, a centralidade das identidades nacionais para a constituição de uma sociologia que se propunha “engajada”. Para Guerreiro Ramos, o nacionalismo, longe de ser a expressão exótica de uma orientação fundamentalista, constituía-se enquanto ação comunitária, fundada em valores e fins capazes de instituir, por meio do poder, as possibilidades contidas em uma etapa social determinada (FILGUEIRAS, 2012). Apropriando-se do conceito weberiano de poder, Ramos destaca a centralidade da ação comunitária na delimitação dos valores fundamentais da ação política. Dessa forma, o autor configura o conceito de poder em torno de situações históricas determinadas, aludindo ao modo como a direção política de uma sociedade é exercida. A característica nacional refere-se, pois, à abordagem que a sociologia nacional deveria lançar sobre o corpo político, tomando as posições das classes dominantes e dirigentes como objeto de interpretação política (OLIVEIRA, 1995; RAMOS, 1996).

Analisando a formação do estado nacional brasileiro, Guerreiro Ramos destaca o caráter “artificial” em que se estruturou identidade nacional no contexto posterior à ruptura com Portugal. Além disso, a independência de 1822 não teria proporcionado a “emancipação social”, permanecendo os “laços de dependência” que nos atavam à metrópole. Ao longo do período imperial e da “república velha” o poder, no Brasil, esteve circunscrito ao “domínio privado” das oligarquias. Para o autor, esse cenário só

seria alterado com a intensificação da industrialização e urbanização a partir da década de 1930. No lastro das transformações advindas com a modernização do estado brasileiro, Ramos identifica a perda da posição dominante dos proprietários de terras. Contudo, se as oligarquias rurais perderam a sua posição “dominante”, não perderam a sua condição “dirigente” (RAMOS, 1996).

Sob este aspecto, a modernização do estado brasileiro instituiu um hiato entre as classes dominantes e as classes dirigentes. Para Guerreiro Ramos, esse desencontro consistia no principal entrave à “emergência” do “poder nacional”, uma vez que não propiciava que a “vontade geral” “condicionasse” a ação comunitária. Escrevendo no contexto anterior ao golpe civil-militar de 1964, Ramos identificava no caráter “complementar” do desenvolvimento brasileiro o principal empecilho à ruptura da “condição colonial”. Para este autor, o “processo complementar” do desenvolvimento brasileiro encontrava esteio no alinhamento da classe dirigente às orientações político-econômicas originárias do “estatuto colonial”. Dessa forma, o projeto de desenvolvimento acabava reproduzindo as condições de dependência colonial.

Para que a “condição colonial” fosse suplantada tornava-se necessário a modificação das bases interpretativas da sociedade. A redução sociológica, lançando as bases para instituição de uma sociologia nacional, mostrava-se fundamental ao projeto de desenvolvimento que se pretendia “autônomo”. É por isso que, para Guerreiro Ramos, as ciências sociais não poderiam estar fundadas no imperativo do “conhecimento pelo conhecimento”. A filiação da sociologia aos padrões universais da pesquisa científica não apenas impediria o pesquisador de observar a “realidade brasileira” como também inviabilizaria a criação de uma “mentalidade nacional”. No intuito de descortinar a “realidade social brasileira”, Ramos formula o método da redução sociológica. Este método, habilitando o sociólogo a praticar a transposição do conhecimento de uma *perspectiva* para outra, serviria à busca das experiências existenciais do povo brasileiro, contribuindo, assim, para o “afloramento” de uma “consciência crítica” do Brasil e do seu “povo”.

Embora o objetivo da “sociologia nacional” consistisse na análise dos “problemas práticos” da “realidade brasileira”, era preciso fundamentar os pressupostos teórico-metodológicos que norteariam o sociólogo em sua prática de pesquisa. Do contrário, a proposta da redução sociológica perderia a condição de atividade científica

para se tornar uma investigação fundada nas experiências do chamado “senso comum”. Visando uma elaboração mais acurada do seu método, e no intuito de defender-se dos seus críticos, Guerreiro Ramos propõe, na segunda edição de *A Redução Sociológica* (1965), um conjunto de enunciados e leis que subsidiariam a “atividade redutora”. Tais enunciados deveriam advertir o sociólogo para o caráter metódico e científico em que se estruturaria a “redução sociológica”. A seguir, teceremos breves considerações sobre os sete enunciados que configuram a metodologia da sociologia nacionalista de Ramos.

O primeiro enunciado, intitulado “a redução sociológica é atitude metódica”, postulava as “regras científicas” que fundamentavam a “atividade redutora”. A proposta de uma “sociologia engajada”, como se sabe, foi recebida com bastante crítica no seio da comunidade acadêmica. Um seguimento das ciências sociais temia que a “redução sociológica”, no afã de descortinar os “problemas práticos” da realidade nacional, resultasse numa leitura simplificada e pouco elaborada das questões sociais brasileiras. Ao evidenciar o “caráter metódico” como constituinte da “atividade redutora”, Guerreiro Ramos delimitava as regras que deveriam pautar o exercício de “depuração” do “fato nacional brasileiro”. A “atitude metódica” não constituiria uma “atividade espontânea”, mas um exercício conceitual e metodológico, tendo em vista a reinterpretação das categorias transpostas de outras culturas. O procedimento crítico para com os “conceitos importados” possibilitaria, inclusive, uma leitura mais “adequada” da realidade brasileira.

Em seguida, o autor enunciava que “a redução sociológica não admite a existência, na realidade social, de objetos sem pressupostos” (RAMOS, 1996, p. 72). Tratava-se de advertir o sociólogo para o processo de “valoração social” que estabeleceria o significado dos seus objetos de estudo. Assim sendo, tornava-se fundamental ao processo de conhecimento absorver essas “valorações” com o objetivo de compreender melhor os vínculos que os fenômenos sociais guardariam entre si. O segundo enunciado fundamentava-se, assim, na sociologia weberiana como forma de compreender as conexões de sentido que estabelecem as significações sociais. Afinal, a realidade social seria sistemática e composta por um conjunto de fatos que guardariam relações entre si. O sociólogo, ao se debruçar sobre uma dada realidade, deveria compreender as conexões dos fatos sociais, procedendo a uma leitura mais acurada do seu objeto de investigação (OLIVEIRA, 1995).

O terceiro enunciado, intitulado “a redução sociológica postula a noção de mundo”, ressalta a necessidade da sociologia buscar os elementos referenciais da cultura estudada, delimitando, assim, a “finalidade” do trabalho sociológico. Este postulado embasa-se, portanto, na concepção de que o saber científico se tece a partir da reciprocidade de perspectivas. Dessa forma, a atividade sociológica encontra-se intrinsecamente relacionada aos seus objetos de pesquisa. Guerreiro Ramos, assentado na filosofia de Husserl, atribui ao conhecimento sociológico um caráter intencional, vinculando-o, assim, à cultura que sedimenta a sua produção. É em virtude da intencionalidade que cerca a produção do conhecimento sociológico que o autor em debate propõe a re-intepretação das categorias elaboradas no “estrangeiro”. Ao proceder de forma “a-crítica” frente às “categorias importadas”, o pesquisador estaria utilizando esses conceitos imbuídos da intencionalidade da cultura que os elaborou. A produção de uma sociologia nacional passaria, indubitavelmente, pela produção de uma leitura “adequada” da realidade nacional. Esta leitura, para Guerreiro Ramos, só seria possível mediante a imersão do pesquisador na “noção de mundo” partilhada pela comunidade estudada (OLIVEIRA, 1995; RAMOS, 1996).

Intrinsicamente ligado ao postulado acima mencionado, o quarto enunciado refere-se ao aspecto “perspectivista” que caracterizaria a redução sociológica. Para o autor, a sociologia configurava-se enquanto uma atividade hermenêutica, na qual as percepções acerca do próprio mundo social configurariam os problemas e a abordagem da realidade estudada. Assim sendo, o objeto de estudo não poderia estar dissociado do seu contexto social. O caráter perspectivista da redução sociológica possibilitaria, na ótica de Guerreiro Ramos, a atribuição de um “conteúdo de sentido” ao objeto estudado. A constituição de uma sociologia assentada em bases perspectivistas proporcionaria, segundo essa visão, o descortinar dos “reais problemas” da comunidade analisada.

Como podemos observar, os problemas da coletividade ocupam um espaço de destaque na sociologia nacional de Guerreiro Ramos. A atividade sociológica, para este autor, insere-se nos suportes coletivos da realidade social. Fundamentando-se neste aspecto, o quinto enunciado propõe que os “suportes para a redução sociológica são coletivos e não individuais” (RAMOS, 1996, p. 73). Em virtude desse postulado, a sociologia constituiria uma ciência de cunho operativo e não especulativo. Aliás, a instituição da sociologia, como ciência, só teria sido possível a partir do momento em

que a sociedade assumiu a sua autoconsciência como processo coletivo. Isso explicaria o fato da sociologia só ter surgido com o advento da modernidade.

A sociologia nacional, como vimos observando, fundamentava-se em torno dos problemas concretos vivenciados pela sociedade brasileira. Isso não quer dizer que a sociologia devesse prescindir dos conceitos elaborados em outros países. Debruçando-se sobre essa questão, o sexto enunciado afirma que “a redução sociológica é um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira” (RAMOS, 1996, p. 73). Frente à produção científica elaborada em outras nacionalidades, a redução sociológica propõe que o sociólogo atue criticamente, re-interpretando os conceitos e os adaptando para pensar os problemas concretos do Brasil. Apesar da ciência ter uma inspiração universal, Guerreiro Ramos não descarta a possibilidade dela ser mediatizada pela nacional, pelo regional ou pelo local. A redução sociológica não se oporia à transplantação de conceitos e categorias fundamentais ao conhecimento sociológico, mas exigiria que eles fossem submetidos a critérios de seletividade, adequando-se, assim, às questões postas pelo “fato nacional brasileiro”.

Por fim, o sétimo enunciado (re) afirmava as bases científicas em que a redução sociológica fundamentava-se. A desconfiança com que o meio acadêmico recebeu o método elaborado por Guerreiro Ramos fez com que o autor se preocupasse constantemente em evidenciar a “dimensão científica” que embasava a sociologia nacional. Dessa forma, o sétimo enunciado pontuava que “embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada” (RAMOS, 1996, p.73). A “atitude redutora” precisaria ser justificada e baseada em esforços elaborados de reflexão, evidenciando as razões que a fundamentavam. Ao propor um conjunto de enunciados para embasar o método em questão, Ramos procurava mostrar que a redução sociológica consistia, antes de tudo, em um método científico para o conhecimento do social.

Na esteira dos sete postulados que deveriam balizar a “atitude redutora”, Guerreiro Ramos propõe a organização do trabalho do sociólogo em torno de quatro leis. Estas leis deveriam fornecer as condições para a constituição de uma sociologia nacional, garantindo a ruptura do pensamento social brasileiro com a “condição colonial”. A elaboração das leis da redução sociológica não corresponderia, conforme aponta a análise de Oliveira (1995), ao esforço de circunscrever a “atitude redutora” às

leis universais da epistemologia. Trata-se, ainda segundo a autora citada, da estratégia levada a cabo pela sociologia nacionalista no intuito de legitimar as ciências sociais brasileiras no âmbito da comunidade científica internacional. Afinal, a “condição colonial”, para Ramos, não se expressaria somente na esfera das relações econômicas, mas, principalmente, pela permanência de um “pensamento alienado”, que impediria o cientista social de interpretar “corretamente” os “problemas práticos” da realidade brasileira (RAMOS, 1996).

Assim, a primeira lei, intitulada de “lei do comprometimento”, estabelecia o “engajamento” do sociólogo como condição fulcral para a instituição de uma sociologia nacional. Conforme pontua RAMOS (1996, p. 105), “nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto”. A posição “engajada” diz respeito à “atitude” do sociólogo frente aos problemas práticos da comunidade brasileira. Esse “comprometimento” não inviabilizaria o sociólogo de se apropriar das categorias elaboradas no estrangeiro. Todavia, uma vez apropriado, os conceitos do mundo social deveriam ser (re) interpretados pelo pesquisador, objetivando a análise da realidade brasileira.

Para Guerreiro Ramos, o conhecimento produzido no “estrangeiro” ocupava uma dimensão importante na constituição da ciência. Embasado nessa concepção, o autor anuncia a “lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira”. Como dito anteriormente, a sociologia nacional não nega a importância do conhecimento elaborado por outras culturas. A ciência, como atesta o próprio Ramos, representava a conquista do esforço universal dos cientistas. Dessa forma, a produção científica elaborada no estrangeiro teria um caráter subsidiário para a constituição de uma sociologia brasileira. Todavia, o caráter subsidiário da produção científica externa não eximiria o sociólogo de proceder criticamente frente aos “conceitos importados”. Afinal, a sociologia nacional assentava-se numa concepção perspectivista. Segundo essa ótica, o conhecimento elaborado carregaria consigo as impressões da sociedade que o produziu. Transplantar “a-criticamente” as categorias que compõem o mundo social implicava, para este autor, em utilizar-se desses conceitos segundo a lógica da sociedade que os elaborou. Visando romper com a situação de uma “dependência cultural”, a sociologia nacional propunha a (re) interpretação dos “conceitos importados”, adequando-os aos problemas práticos ditados pelo “fato nacional brasileiro”.

Enumerando as leis que organizariam o trabalho do sociólogo, Guerreiro Ramos afirma que a “redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais” (RAMOS, 1996, p. 123). A universalidade da ciência estaria circunscrita à produção dos enunciados gerais. Tais enunciados poderiam até ser apropriados pelo cientista. Entretanto, essa apropriação deveria submeter-se às críticas do pesquisador, que atribuiria o “sentido” à realidade observada. O intelectual em questão pontua, nesta lei, que a sociologia nacional não postula a variação do conhecimento sociológico de nação para nação, mas a sua “adequação” para se pensar os problemas da sociedade em análise. No que concerne ao Brasil, o autor questiona os motivos que teriam impedido, até aquele momento, a criação de uma sociologia nacional. Para Ramos, a resposta a essa questão estaria na manutenção da “condição colonial”, inviabilizando, assim, a produção de um repertório conceitual “adequado” para se pensar os dilemas da sociedade brasileira.

No intuito de superar essa questão, o intelectual postulava, na “lei das fases”, que a atividade sociológica, no Brasil, deveria centrar-se na busca das condições para a criação de uma sociologia nacional. A “lei das fases” propunha que “razão” da atividade sociológica seria sempre ditada pela “fase” em que a sociedade estudada se encontraria. Como no início dos anos 1960 o debate centrava-se nas condições para a promoção de um desenvolvimento que se pretendia autônomo, Guerreiro Ramos postulava, como principal preocupação do sociólogo brasileiro, a investigação dos problemas práticos ditados pelo nosso desenvolvimento. Para o autor, o estudo dos “problemas brasileiros” só seria possível mediante a criação de uma sociologia nacional que, rompendo as condições de “dependência colonial”, auxiliaria o país a repensar o seu projeto de desenvolvimento.

Com a deflagração golpe civil-militar de 1964 o projeto de desenvolvimento autônomo e, conseqüentemente, a proposta de instituição de uma sociologia nacional seriam afetados. O aporte teórico-metodológico elaborado por Guerreiro Ramos teria que ser revisto, adequando-se, assim, as especificidades do contexto posterior ao golpe. Nesse cenário, o autor em questão faria, segundo Bariani (2003; 2005) e Oliveira (1995), uma “discreta” revisão da “situação colonial”, substituindo a “denúncia” do imperialismo pela busca de uma sociologia voltada “tão somente” ao desenvolvimento da nação. É preciso também procedermos de modo crítico frente aos recortes cronológicos delimitados pela história política tradicional. As ideias não se extinguem

por decreto! O aspecto dinâmico do pensamento nos permite, enquanto pesquisadores filiados à história intelectual, observar a recepção das ideias veiculadas por Guerreiro Ramos no contexto posterior ao golpe. Além disso, o estado autoritário inaugurado em 1964 caracteriza-se, conforme aponta a recente historiografia sobre o tema, por seu aspecto ambivalente, verificando-se uma constante negociação entre a perspectiva liberal-internacionalizante (que havia “fundamentado” o golpe) e a tradição nacional-intervencionista que balizou os governos de Getúlio Vargas, JK e João Goulart. A sociologia nacionalista, embora ferida, seguiria subsidiando interpretações e estudos sobre a realidade nacional. Assim, entre 1965 e 1966, o autor publicaria, respectivamente, a segunda edição de *A Redução Sociológica e Administração e estratégia de desenvolvimento*.

No que concerne ao nosso estudo, encontramos as proposições teórico-metodológicas de Guerreiro Ramos irrigando o projeto de construção de uma sociologia regional. José Lopes de Andrade, ocupando a cadeira de sociologia no âmbito do Instituto Central de Ciências Humanas da URNe, constantemente mencionava a redução sociológica como metodologia capaz de descortinar os problemas da região nordeste. Assim, as temáticas da seca, da açudagem, da construção e pavimentação de estradas, bem como da modificação das técnicas administrativas *na* e *da* “região” constituíam o objeto central de estudo deste componente curricular. O sociólogo, frente aos conceitos da ciência social, deveria adotar uma postura crítica, direcionando suas investigações para as questões requeridas pelo desenvolvimento regional. Aos olhos dos desenvolvimentistas, parecia que as condições para a constituição de uma sociologia regional estavam dadas. O “regional” por “depuração” alicerçaria as bases em que o “Novo Nordeste” se edificaria! É sobre a centralidade ocupada pela cadeira de sociologia na operacionalização do projeto da URNe que nos deteremos a seguir.

4.3- O “regional” por depuração? a “cadeira” de sociologia e a operacionalização do projeto da URNe

A construção de uma sociologia nacional, como vimos observando, ocupou uma posição central nas propostas de um desenvolvimento socioeconômico que se pretendia autônomo. As teses de Alberto Guerreiro Ramos sobre a “redução sociológica”

contagiaram uma parte da intelectualidade que, denunciando a “situação colonial” em que o pensamento social brasileiro havia se estruturado, buscou assentar as bases teóricas e metodológicas que fundamentariam a “nova” sociologia nacional. Ao engajar-se na análise da sociedade brasileira, o sociólogo deveria proceder de “forma crítica” frente aos conceitos “importados”. Esse posicionamento “engajado” possibilitaria que o pesquisador descortinasse os “reais problemas” do Brasil, auxiliando, assim, o projeto de desenvolvimento nacional. Entretanto, com o advento do golpe civil-militar de 1964 o modelo de desenvolvimento pensado para o país teve que ser revisto, substituindo as pretensões autonomistas pela associação com o capital internacional. No lastro dessas transformações, a sociologia nacionalista também foi obrigada a rever seu conteúdo “ideológico”, fazendo com que a denúncia do imperialismo (fosse ele intelectual e/ou econômico) cedesse lugar às propostas de instituição de uma sociologia voltada “tão somente” ao desenvolvimento.

A sociologia nacionalista, embora golpeada, continuou subsidiando as interpretações que se teciam sobre a realidade brasileira e a problemática do seu desenvolvimento. Assim, encontramos-na presente na conformação da proposta pedagógica da URNe. Esta universidade, como destacamos no capítulo anterior, deveria centrar-se no estudo dos “problemas do nordeste”, investigando as “causas” do *sub-desenvolvimento* desta região. Para tanto, a “escala de investigação” deveria ser “reduzida” à categoria “regional”, buscando-se uma interpretação “correta” da problemática nordestina. Lopes de Andrade, invocando a redução sociológica de Guerreiro Ramos, alertava para o “perigo” que a “importação acrítica” de conceitos representava ao projeto de desenvolvimento regional. Como o conhecimento sociológico carregaria as intenções da sociedade que o produziu, a utilização “acrítica” das categorias elaboradas em outras regiões levaria o sociológico a utilizá-las imbuído da lógica da sociedade que as formulou. Nestas condições, o conhecimento científico, que deveria proporcionar o equacionamento dos “problemas do nordeste”, levaria a “região” a ser comandada “de fora”, seguindo orientações que destoariam das exigências reclamadas pelo “seu” projeto de desenvolvimento. Referindo-se a essa questão, o intelectual em questão propalava “[...] aceitar qualquer transferência sem reduzi-la à região para a qual se transfere é um procedimento abstruso e ‘demodé’”¹³⁷.

¹³⁷ ANDRADE, José Lopes de. Universidade e Região. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de junho de 1966i. Seção Homens & Fatos, p. 02.

A “região” deveria constituir-se na “escala de investigação” que fundamentaria a proposta pedagógica da universidade.

A cadeira de sociologia apresentava-se como o laboratório ideal para a realização do projeto desenvolvimentista, haja vista a centralidade que o estudo dos “problemas práticos” da sociedade nordestina ocupava no interior dessa disciplina. Estabelecendo as bases para uma sociologia regional, a cadeira de sociologia, ministrada pelo professor José Lopes de Andrade, possibilitaria o escrutínio das “causas” do subdesenvolvimento do nordeste, debruçando-se sobre as temáticas que por muito tempo haviam requerido uma investigação científica. Além disso, a estrutura organizacional da URNe, dividida entre Institutos Centrais e Faculdades, reforçaria a centralidade da sociologia na interpretação dos “problemas do nordeste”. Como vimos anteriormente, os institutos centrais funcionariam enquanto espaços de formação interdisciplinar, oferecendo as disciplinas comuns a determinadas áreas do conhecimento. Centralizando os componentes curriculares comuns à área das humanidades, o Instituto Central de Ciências Humanas desempenhava um papel estratégico na integração da universidade. A disciplina de sociologia, ministrada nesse instituto, aparece como um importante espaço de debate das “temáticas de investigação regional”. Nela, debatia-se desde a formação histórica da “sociedade nordestina” até os problemas “derivados” da estrutura social que havia sedimentado esta sociedade. Assim, observamos as temáticas da seca, das relações do homem com a terra, da modernização das técnicas de combate ao *sub-desenvolvimento* do nordeste, dentre outras constituindo o corpus de investigação da cadeira de sociologia. Na esteira dos esforços empreendidos por José Lopes de Andrade, o regional, por depuração, parecia apontar as bases sobre as quais se estruturaria a sociologia regional.

Inicialmente, a cadeira de sociologia foi frequentada somente pelos discentes das faculdades de Serviço Social, Administração e algumas seções da Faculdade de Filosofia. A recusa das faculdades de Direito e Química Industrial e das seções de História e Geografia da Faculdade de Filosofia em autorizar seus alunos a cursarem esta disciplina no Instituto Central de Ciências Humanas (ICCH) pode repousar tanto sobre questões epistemológicas (dada a diferença entre os métodos de investigação adotados pela História e pela Sociologia, por exemplo) como em face de aspectos subjetivos que também conformam os debates e embates travados no campo intelectual. Lopes de Andrade, referindo-se à resistência em se concentrar as cadeiras comuns a todos os

cursos no âmbito do ICCH, chamava atenção para a importância desse espaço na integração das faculdades e, conseqüentemente, para a criação do “espírito universitário”. Ademais, a oferta das disciplinas comuns realizada pelos institutos centrais diminuiria o investimento financeiro do ensino superior (princípio da não duplicação de “meios” para um mesmo “fim”), adentrando no âmago das questões suscitadas pela reforma da universidade. Assim, após uma série de debates travados entre a direção das faculdades de Filosofia/Educação, Química Industrial e o ICCH, aos discentes desses estabelecimentos seria permitido cursar a disciplina de sociologia ofertada no ICCH. A Faculdade de Direito, entretanto, manteve-se resistente à integração, preferindo ofertar em seu currículo todas as disciplinas comuns¹³⁸.

Entre os anos de 1967 e 1969, a cadeira de sociologia promoveu o estudo dos “problemas do nordeste”, formulando interpretações sobre as “causas” do seu subdesenvolvimento e, conseqüentemente, estabelecendo os caminhos que possibilitariam essa região “vencer” a sua “condição” de “atraso” e “dependência”. As transformações pelas quais a “região” vinha passando desde a década de 1950 viabilizaram, segundo Lopes de Andrade, a “tomada” da consciência crítica do nordeste sobre a sua “condição de atraso e dependência”. Se Guerreiro Ramos, ao analisar as mudanças pelas quais a sociedade brasileira havia passado entre as décadas de 1930 e 1950, delimitava esse marco temporal como instituidor da “autoconsciência coletiva” da nação sobre si mesma, Lopes de Andrade atribuía às modificações verificadas no DNOCS e ao advento do BNB e da SUDENE o “aflorar” da “consciência crítica” *da e na* região nordeste. Nesse cenário, a sociologia desempenharia uma papel estratégico. Afinal, caberia a essa disciplina o estudo dos “problemas práticos” da “realidade nordestina”, escrutinando as “causas” do “atraso” da região.

As aulas de sociologia fundamentavam-se em torno do estudo do manual elaborado pelo professor Lopes de Andrade. Ao eleger as “principais” temáticas de investigação, o titular dessa cadeira exercia um papel de destaque na formulação daqueles que seriam considerados os “principais problemas do nordeste”. O manual em discussão contemplava, ao longo de onze pequenos capítulos, a “formação” da “sociedade nordestina” (destacando-se os três grupos que conformaram essa sociedade), o modo como cada um desses grupos havia enfrentado a problemática da seca, bem

¹³⁸ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1968, p. 103-108.

como as estratégias que a coroa portuguesa, e depois o estado nacional, lançaram mão para minimizar os impactos daquele que seria o principal problema dessa região: as secas. Ao final da disciplina, realizava-se uma série de debates, onde os discentes se propunham a formular/analisar os projetos que, no encalço do saber científico, possibilitaria a instituição do “novo nordeste”. Sobre os trabalhos realizados pelos discentes, não foi possível nos determos em suas análises, haja vista a ausência de fontes que nos informassem sobre o resultado desses estudos. Dessa forma, encontramos referências a essas atividades somente através dos comentários realizados pelo professor Lopes de Andrade na seção *Homens & Fatos*. No que concerne às discussões presentes no manual de sociologia, realizaremos, a seguir, uma análise das temáticas que, segundo a proposta dessa disciplina, lançariam as bases para a instituição de uma sociologia regional.

Inicialmente, Lopes de Andrade ressaltava os impactos que a instituição da CHESF, do BNB, da SUDENE, bem como da reforma operada no interior do DNOCS representaram para as ciências sociais no nordeste. Para este sociólogo, a modernização das relações socioeconômicas nesta região requeria a reformulação do aparato conceitual e metodológico da sociologia, habilitando esta ciência para a “interpretar corretamente” os “problemas do nordeste”. Assim, entre as décadas de 1940 e 1950 as ciências sociais, no nordeste, haviam passado de uma “Filosofia Social” a uma abordagem quantificada e, portanto, “mais precisa” da “realidade social”. O conhecimento científico, na esteira das contribuições formuladas pela sociologia engajada de Guerreiro Ramos, deveria ter um cunho prático, voltado para o estudo dos “problemas reais” vivenciados pela sociedade. Aplicando a “redução de escala” à investigação da “realidade nordestina”, Lopes de Andrade ressaltava a “inadequação” de uma ciência social “desinteressada” para a execução do projeto de desenvolvimento regional. A sociologia, segundo Andrade, deveria auxiliar a “tomada de consciência” do nordeste da sua condição de “atraso e dependência”. Para tanto, tornava-se imprescindível que esta ciência se fundamentasse nas contribuições da estatística, quantificando e diagnosticando os “dados” da “realidade social”. No capítulo introdutório do programa da cadeira sociologia, o professor em questão pontuava:

Até os grandes projetos federais da CHESF, BNB e SUDENE e enquanto não se operou a transformação estrutural e organizacional do

DNOCS, fatos só registrados depois da década de 1940, a Ciência Social pouco passava, no Nordeste, tanto abstrata como empiricamente de uma Filosofia Social, que fornecia um conhecimento da realidade além de inobjetivo, insuficiente para apoiar o desenvolvimento regional em bases seguras [...] Tendo rejeitado a princípio a ‘matematização’ de seu objeto de estudo todas as ciências que compõem o grupo da Ciência Social acabaram por aceitá-la. Não, porém, a pura ‘matematização’, que emergia como um exagero da contribuição da Ciência Formal ou Exata (Lógica, Matemática) às Ciências empíricas. Apenas a Epistemologia (crítica) e a Estatística (quantificação), sub-ramos da Lógica e da Matemática, eis o que hoje já permite o cientista social conseguir acompanhar a velocidade da evolução de toda a Ciência Moderna (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 06-07).

Como se pode depreender a partir do trecho acima citado, o cientista social, objetivando uma interpretação mais acurada da realidade, deveria apropriar-se dos dados estatísticos, subsidiados, principalmente, pela Lógica e pela Matemática. Esta apropriação, como ressalta Lopes de Andrade, não deveria dar-se de modo “acrítico”, mas através da análise minuciosa do material quantificado. Respondendo à acusação de que este procedimento “reduziria” as ciências sociais a “pura” e “simples” “matematização”, o sociólogo evocava a importância dos dados quantitativos para a “evolução” não só da sociologia, mas de toda a “ciência moderna”. Assim, os índices pluviométricos, os diagramas mostrando a quantificação das secas pelas quais esta região havia passado, os índices de migração durante o período das estiagens e os dados dos reservatórios de água (açudes) construídos até aquele momento seriam analisados no intuito de descortinar as “causas” do “atraso” do nordeste. Em alguns momentos do manual, o enfoque sistêmico aparece subsidiando estudos sobre a interação entre a ocorrência das secas, a construção de açudes e a “influência” das oligarquias, por exemplo. Essa metodologia é considerada por Lopes de Andrade como a “mais adequada” para a observação dos fenômenos sociais que conformariam a “realidade nordestina”.

Se a quantificação dos dados mostrava-se fundamental para a realização de uma análise “correta” da problemática nordestina, Lopes de Andrade não prescinde das informações subsidiadas pelo conhecimento histórico. O sociólogo, na esteira da discussão travada pela Escola dos Annales, reconhece a interdependência entre as duas disciplinas. Para Andrade, “o estudo das raízes de todo processo social leva[ria] invariavelmente o sociólogo a invadir a seara do historiador”, assim como “o estudo de

qualquer processo histórico leva[ria] invariavelmente o historiador a invadir a seara do sociólogo” (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 09). Entretanto, apesar de identificar o diálogo entre essas duas ciências como fundamental para o “avanço” das ciências sociais, o professor “recomendava” que “tal interdependência” não fosse “exagerada”. Lopes de Andrade, fundamentando-se no livro *Introdução à Sociologia*, publicado em 1941 por Armand Cuvillier, distinguia as atividades do sociólogo e do historiador. Assim, à sociologia caberia o “estudo das relações que existem entre as funções e a estrutura de uma dada sociedade” ao passo que a história, para Andrade, se deteria no estudo das narrativas que conformariam um dado acontecimento ou história individual. Dado o caráter global da realidade social, a sociologia seria uma ciência “abstrata e comparativa”, haja vista que a sua “função” consistiria em “isolar” (para em seguida aproximar entre si) os elementos tirados da história em pontos diversos do espaço e do tempo. Reservando um lugar central para a sociologia, Lopes de Andrade, assentado nos estudos desenvolvidos por Armand Cuvillier, Henri Beer e Celestin Bouglé, afirmava que a tarefa do sociólogo consistia em elaborar sínteses interpretativas para depois fornecê-las à história. Refletindo sobre a interdependência entre as duas disciplinas, Andrade afirmava:

Não desconhecemos, nem negamos, a interdependência dessas duas disciplinas- a História e a Sociologia. Necessário é, porém, que tal interdependência não seja exagerada. Recordemos aqui a famosa controvérsia travada entre historiadores e sociólogos por ocasião da fundação [da] *Revue de synthèse historique* (1900). Dessa controvérsia concluía Matroux, em 1903, que a história e a sociologia, tendo missões distintas, estão unidas por laços cada vez mais íntimos. Henri Beer, quer na sua obra *A síntese em história* (1911), quer nos seus substanciais prefácios aos volumes da coleção *A Evolução da Humanidade*, atribuiu, também, um grande lugar à sociologia. No início de um dos volumes [...], Berr (sic) exprime-se assim: Definida com rigor, limitada com cuidado, a sociologia aparece, essencialmente, como estudo dessas instituições que correspondem, na vida social, às funções da vida orgânica, como o estudo da estrutura das sociedades, como estudo, enfim, das relações que existem entre as funções e a estrutura e também entre as diversas funções. É abstrata e comparativa, pois que isola, para os aproximar entre si, elementos tirados da história em pontos diversos do espaço e do tempo. E, depois de ter elaborado esses elementos, obtém para a história um conjunto de necessidades ou de leis (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 10).

É curioso observar que apesar de reservar à sociologia um papel central na elaboração das sínteses interpretativas, Lopes de Andrade teria, ao longo de suas aulas, se dedicado mais a uma abordagem histórica do que estritamente sociológica do “fenômeno” das secas. A relação entre as duas disciplinas, como reconhecia o professor, deveria se tecer no âmbito da colaboração, e não da exclusão. Entretanto, apesar de propor a “divisão do trabalho” entre o sociólogo e o historiador, Andrade parece não ter conseguido delimitar as fronteiras entre uma disciplina e outra. Assim, a partir do segundo capítulo do programa da cadeira sociologia, o professor se propõe a uma análise histórica da “formação da sociedade nordestina”, focalizando os três grupos que, segundo sua interpretação, haviam conformado essa “organização social”. A abordagem desses grupos privilegiaria o modo como cada um deles havia enfrentado aquele que, na ótica de Andrade, parecia ser o “principal” problema de todo o nordeste: o chamado “fenômeno das secas”.

Antes de proceder ao estudo desses grupos, o professor chamava atenção para o “sentido” que a palavra “seca” receberia ao longo das aulas. Na esteira das análises empreendidas sobre as “secas”, Lopes de Andrade designava essa expressão para caracterizar não só a “falta de chuvas”, mas, sobretudo, para enfatizar “certas particularidades sociológicas geradas pela falta de chuvas no interior do Nordeste brasileiro” (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 11). Para este professor, a “ausência de chuvas” havia influído diretamente na “estrutura” e “fisionomia” da sociedade nordestina, contribuindo para a não fixação do “homem” ao solo. A ausência (ou a ineficácia) das técnicas de combate à seca levaria o “homem nordestino” a constantemente migrar de um espaço para outro. A constante migração que as “populações nordestinas” estavam sujeitas, sobretudo as do chamado “nordeste-interior”, acabava por conformar o chamado “homem marginal”. Este, ao ser colocado à margem das estruturas e organizações sociais que se estabeleceram no nordeste, tendia a migrar de uma “região para outra”, engrossando, assim, as fileiras dos “fanáticos religiosos” e “cangaceiros” que, em virtude da ausência de políticas de combate às secas, mergulhavam na “subversão” à ordem instituída.

Debruçando-se sobre a problemática das secas, Lopes de Andrade se propõe a uma análise dos diversos modos como este “fenômeno” havia sido enfrentado pelas organizações sociais que se estabeleceram na “região”. Subjacente a essa análise, está uma crítica explícita à ineficácia das “políticas” de combate à seca adotadas tanto pela

coroa portuguesa como pelo estado nacional brasileiro, este último analisado até o contexto anterior à década de 1930. Para que a sociologia interpretasse “corretamente” a “realidade nordestina”, tornava-se necessário “desnaturalizar” o conceito da “seca”, abordando-o na intersecção dos “fatores” climáticos, econômicos, sociais e políticos. Refletindo sobre essa questão, Andrade pontuava:

Em si mesmas, as Secas originam-se do choque de correntes aéreas antagônicas (quente/fria), originárias de pressões atmosféricas nos hemisférios Sul e Norte [...] Contudo, as Secas são, também, reflexivamente, um fenômeno multivariável pelos efeitos que geram globalmente na vida de relação do homem. O desequilíbrio do funcionamento dos sistemas de exploração agrária, industrial e dos serviços, em decorrência das Secas é fenômeno econômico; o desequilíbrio na padronização dos costumes e agrupamentos familiares é fenômeno político-social. Os dois aspectos se complementam, é claro, com o terceiro, ou climatérico, já assinalado (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 11).

Demarcada a perspectiva segundo a qual o “problema” das secas seria abordado, Lopes de Andrade apresenta os três grupos que, de acordo com a sua análise, haviam entrado em contato com este “problema”. Estes grupos, representados pela “tribo indígena”, pela “coroa portuguesa” e o pelo “estado nacional brasileiro”, haviam deliberado esforços (tecnicamente “mais” ou “menos avançados”) no intuito de minimizar os impactos da seca. Inicialmente, o professor se detém na análise das formas que a “tribo indígena” teria lançado mão para, a seu modo, resistir aos “longos períodos” de seca pelos quais o nordeste havia passado. Antes de proceder a essa análise, Andrade faz uma incursão pelas formas de organização das tribos, destacando as suas “organizações sociais”, as “formas de organização da propriedade”, as expressões “folclóricas” (culturais), bem como a distribuição dessas tribos pelo “território nordestino”. Os estudos da “moderna antropologia” (subsidiados pelas pesquisas realizadas por Ralph Linton e Bronislaw Malinowski), bem como os escritos de Rocha Pombo e das ordens religiosas que estabeleceram contato com os nativos influem diretamente na abordagem conferida às “formas de organização da tribo indígena”. Assim, a leitura elaborada pelo professor Andrade destoa de qualquer abordagem de cunho moralizante, detendo-se na análise das “regras” de organização social das tribos (destacando as “funções” do pajé, do guerreiro e do conselho tribal), das concepções do uso coletivo da terra, bem como de algumas expressões culturais,

tais como o costume de se oferecer a mulher ao visitante, as danças para pedir chuva, bem como os rituais de canibalismo.

Retornando às “técnicas” que a tribo indígena teria se utilizado para enfrentar as secas, o professor cita a fabricação do “moquém” (forma de conservação do pescado) e a “cuivara” ou “cuiuara” (preparação do solo para o plantio). Todavia, para Andrade, a principal “técnica” a que os indígenas teriam recorrido para minimizar os impactos da seca decorreria de um aspecto inerente a sua “organização social”. O caráter nômade em que as tribos se organizavam teria lhes permitido escapar dos efeitos trazidos pelos anos de estiagem. Como os nativos desconheciam as técnicas da açudagem, a capacidade de migrar de um espaço para outro constituía a própria condição de existência para as tribos que habitavam o nordeste brasileiro. A esse “método”, Andrade atribui o nome de “migrações inter e extra regionais”.

Quando a “migração” se realizava dentro de uma mesma “micro-região”, recebia o nome de “inter regional”. Por exemplo, a mudança de um grupo indígena da micro-região paraibana do cariri para a zona da mata figuraria, para Andrade, como um “caso” de “migração inter regional”. Se, por sua vez, a tribo se deslocasse para outra “região” (do nordeste para o sudeste, por exemplo), a “migração” se caracterizaria como “extra regional”. Cumpre observar a apropriação de categorias elaboradas pela geografia do século XX para se abordar as formas que os nativos teriam lançado mão para resistir às secas. Antecipando a regionalização do espaço brasileiro ao chamado “período pré-cabraliano”, Andrade acabava enxergando no grupo indígena a imagem dos “retirantes” que eram obrigados a migrar para o sudeste-sul no século XX. Essa leitura, certamente o induzia a uma abordagem distorcida da problemática investigada. Todavia, não nos deteremos nos possíveis aspectos anacrônicos que o professor tenha incorrido ao longo da sua análise sobre a “tribo indígena” e a questão das secas. Focalizaremos, aqui, as leituras que Lopes de Andrade mobilizava na compreensão do que ele denomina de “sociologia das secas”. Refletindo sobre as técnicas que a “tribo indígena” teria recorrido para escapar das secas, o professor pontuava:

[...] Assim, pois, em três sentidos rigorosamente limitados, os anos de seca nos sertões deveriam parecer aos indígenas, tal qual nos parecem hoje, anos infelizes também: 1º) porque neles as suas experiências normais de vida nômade tinham que ser substituídas por experiências novas diretamente extraídas das secas; 2º) porque eram obrigados a mudar de residência mais vezes do que habitualmente mudavam; 3º) porque tinham às vezes que se concentrar todos no litoral e tratarem

imediatamente de atacar os seus inimigos, do contrário ficariam expostos ao ataque deles. Daí decorre que as principais vantagens, a que nos referimos no começo deste capítulo, que os nossos índios, representados por suas respectivas tribos, teriam para enfrentar as secas e os problemas delas derivados, seriam em síntese a migração, logo que se declaravam as secas, naturalmente a principal delas, a mais geral a todas as tribos e a industrialização do pescado e da caça abatida – o moquém -, forma rústica de conservar os abastecimentos, da qual até os portugueses teriam que depender, quando, mais tarde, iniciaram as suas famosas “entradas” aos sertões (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 16).

Com a “chegada dos portugueses”, a “organização social nordestina” sofreria um “impacto substancial”. A passagem da “fase” das “comunidades móveis” para a “fase” das “comunidades fixas” consistiria, para Andrade, no “primeiro” e “decisivo” passo que a “sociedade humana” havia dado para a sua definitiva estabilização no nordeste brasileiro. Para este professor, as “técnicas” de combate às secas utilizadas pela “tribo indígena” mostravam-se insuficientes para garantir a sobrevivência desse grupo no interior nordestino. Nesse sentido, a “grande contribuição” da colonização portuguesa teria se dado através do aldeamento dos nativos, fixando a “tribo indígena” em determinados pontos do território e, conseqüentemente, instituindo a agricultura e outras técnicas para o uso do solo. A disseminação das técnicas agrícolas ainda teria influenciado no povoamento das áreas territoriais do “nordeste exterior”. Dessa forma, a grande quantidade de aldeias, vilas e cidades no litoral não resultaria de uma “vocação natural” dessa área para o povoamento, mas, seria expressão tanto da disponibilidade dos recursos naturais (como a água), como do interesse dos colonizadores que, em virtude de suas relações com a metrópole, acabavam privilegiando a ocupação desse espaço em detrimento do interior do nordeste.

Se a disponibilidade de recursos naturais atraía grande quantidade de colonos para o litoral, com o passar do tempo esse afluxo converteu-se em um “problema” para as populações que chegavam até esta   rea. Andrade assinala que o espaço compreendido pelo “nordeste exterior” tornou-se geograficamente “pequeno” para abrigar as “ambições” daqueles que aportavam no atl  ntico. A intensificação do processo de colonização fez com que o desbravamento do “nordeste interior” se tornasse imprescindível para o sucesso da empresa colonial. Sucessivas tropas de colonizadores (os chamados “bandeirantes”) partiam, quer do litoral nordestino ou do

planalto paulista, em direção ao nordeste-interior. Amparados pela coroa portuguesa, a quem interessava a ocupação do “Brasil”, os bandeirantes originaram os principais núcleos de povoamento do interior do nordeste. Lopes de Andrade destaca algumas cidades que, segundo sua percepção, haviam sido criadas em razão das atividades realizadas pelos principais “núcleos desbravadores”. Dentre essas cidades, o autor enfatiza o “caso” de Campina Grande. Citando o livro *Os alicerces de Campina*, publicado em 1944 por Epaminondas Câmara, o sociólogo caracteriza a “formação” desta cidade como sendo o “resultado direto” da ação dos núcleos de povoamento que, durante o aldeamento dos nativos, acabaram originando as “importantes” vilas, posteriormente transformadas em cidades, do interior. Para Andrade, a “formação” da sociedade nordestina era “tributária” das atividades realizadas pelos desbravadores que, em meio ao “vai-e-vem” das atividades da “conquistada terra”, haviam lançado as bases das organizações sociais presentes no nordeste.

O povoamento do interior do nordeste também levaria o colonizador a se deparar com a problemática das secas. Frente à ausência de recursos hídricos e/ou técnicas de represamento das águas, os “desbravadores” necessitaram criar estratégias que lhes possibilitassem enfrentar a “natureza adversa” da “região”. Segundo Lopes de Andrade, o principal mecanismo adotado pelos colonizadores para combater às secas consistiu no emprego do “método” das “entradas e retiradas”. A “entrada” corresponderia à ocupação de uma determinada área do “nordeste-interior” por uma “bandeira”. A presença de água, viabilizando a irrigação da terra para o plantio, consistia um dos principais “fatores” que os “bandeirantes” analisavam para fixar a sua “bandeira” em um determinado local. Para Andrade, a preferência dos “vales úmidos” em detrimento das áreas íngremes explicaria o fato de muitas povoações do interior do nordeste se localizarem próximas a “um leito de rio, pé de serra, um baixio ou brejo” (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 23). Entretanto, dado o aspecto intermitente dos principais rios do interior do nordeste, tão logo o período das secas se iniciava e os membros da “bandeira” já precisavam sair em “retirada”. A retirada, representando o segundo “método” de combate às secas adotado pelo colonizador, consistia no abandono de uma área já ocupada, motivada, em grande medida, pelo “fenômeno” das secas. Assim, ao se iniciarem os períodos de seca, os membros de uma bandeira partiam em busca de outra área que lhes possibilitassem assentar seu “núcleo colonizador”. Lopes de Andrade pontuava que:

[...] Também os portugueses, logo ao penetrarem no Nordeste interior, sentiram de imediato a necessidade de uma frequente mobilidade, sobretudo no espaço geográfico dos núcleos sociais, a fim de escapar aos efeitos das secas. E tiveram, com o tempo, de eleger também o seu método de vida específico nos sertões, do contrário teria sido impossível manter o modo e forma de associação que haviam trazido da Península Ibérica [...] Eis aqui, por sua vez, a origem do método das entradas e retiradas. Uma retirada era quase sempre a antítese de uma entrada. Os membros de uma bandeira subiam até os mais altos sertões. Lá, estabeleciam uma povoação e metiam os seus gados nos campos em torno. Anos depois, vinham-se as secas. Acabava-se a água. Os pastos secavam. Começavam a morrer os bois e as vacas. Depois morriam também os cavalos. A fome em breve chegaria aos homens. Então, organizava-se a retirada. Era o recuo da civilização, da ponta da lança que a organização social dos hispânicos estendera, sob os maiores sacrifícios, ao interior do Nordeste. Duraram séculos, esse vai-e-vem da conquista das áreas secas do nordeste interior, neles tomando parte portugueses, mamelucos e índios. Sem o expresso recurso das retiradas, dificilmente se firmariam as “entradas” no lugar onde, talvez cinco ou dez anos antes as teriam deixado o bandeirante intrépido, o catequista abnegado ou o pregador audaz (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 23-24).

A despeito do aspecto itinerante que havia caracterizado a atuação das “bandeiras”, Lopes de Andrade considerava esse movimento como “essencial” para o povoamento da “região” e, conseqüentemente, para a formação do “Estado Nacional brasileiro”. O “vai-e-vem” dos bandeirantes entre o litoral e o sertão havia possibilitado, para Andrade, o “caldeamento racial” entre europeus, indígenas e africanos. Desse “cruzamento” surgia a figura do sertanejo que, segundo essa leitura, sintetizaria o “típico sujeito brasileiro”. Este, ao empreender a “conquista” do Brasil com os seus próprios auspícios, havia dado início à “aventura colonizadora”, enfrentando as “condições adversas” do “nordeste-interior”. Aliás, no que concerne às “técnicas” utilizadas pela “coroa portuguesa” para fazer frente às secas, Andrade destaca o “pequeno alcance” do “método” das “entradas e retiradas”. Ademais, a “insegurança” a que os colonos estavam sujeitos os obrigavam a recorrer a “milícias privadas” (a “cabrada”) para a manutenção da “ordem”. Este quadro social reverberaria nas “relações clientelistas” que se estabeleceriam entre os “sesmeiros” (fazendeiros) e a sua “milícia”. Assim, a problemática do uso da terra no nordeste remontaria, para Andrade, aos “mecanismos jurídicos” criados em virtude da “insegurança” vigente no período colonial. Retomando Oliveira Viana, em *Instituições Políticas Brasileiras*, Lopes de Andrade afirmava que da “camada” dos “despossuídos” da terra saíam as fileiras que,

no período republicano, engrossariam os “bandos” de Virgulino Ferreira (o “Lampião”) e Antônio Conselheiro.

Prosseguindo na análise das estratégias que a “sociedade nordestina” havia lançado mão para combater as secas, o professor destacava a “indiferença” do “governo imperial” para com esse “histórico” “problema” da região. Para Andrade, a independência do Brasil, em 1822, não teria proporcionado a “emancipação” do país, mas, somente reforçado os “laços de dependência” que uniam a “ex-colônia” à sua “antiga metrópole”. A “ausência” de uma forma nacional para a sociedade teria levado os governantes a se apropriarem de “modelos” elaborados em outras sociedades. Assim, o Estado Nacional Brasileiro estaria assentado em um modelo complementar de desenvolvimento, marcado, sobretudo, pela “influência” dos “padrões estrangeiros”. A hegemonia desses “padrões” (na literatura, na política ou nos “projetos” econômicos elaborados para a nação) fazia com que os “reais problemas” da nação fossem preteridos em detrimento das “fórmulas” elaboradas em outros contextos. O “caráter complementar” do “desenvolvimento” nacional reverberaria na “indiferença” do próprio “governo imperial” para com o nordeste. Com a transferência da capital para o sudeste, ainda no século XVIII, a atenção dos governantes teria se restringido aos problemas suscitados pelo “desenvolvimento” desta “região”. O nordeste, então em “progressiva decadência”, teria sido “completamente marginalizado” pelas “políticas” desenvolvidas no governo de Pedro II. Prova dessa “indiferença” seria o fato de que, embora conhecesse a técnica da “grande açudagem” para o combate às secas, o império brasileiro teria se “recusado” a construir açudes na região, amenizando, assim, o impacto das secas.

“Esquecido”, “marginalizado” e “em progressiva decadência”, o nordeste “emerge”, durante o século XIX, como espaço marcado pelo domínio dos fazendeiros. Estes, ao se institucionalizarem sob a forma de oligarquias, passariam a ditar as normas de conduta política, social e moral nessa “região”. Ao se apropriarem dos “principais recursos naturais”, as oligarquias reforçariam as já precárias condições de acesso a terra no nordeste brasileiro. Dada a centralidade do conceito de oligarquia para a cadeira de sociologia, cumpre observar qual o sentido que Lopes de Andrade estava lhe atribuindo. Para este professor, oligarquia designaria um “sistema” no qual o poder se concentraria nas mãos de “pequenas e poderosas famílias”. Ao controlarem os “mecanismos de acesso ao poder”, estas famílias exerceriam grande influência na atividade política de

uma dada espacialidade. Assim, o professor chamava atenção para a existência de diversas “modalidades” de oligarquias. Haveria oligarquias cujo poder se expressaria em nível nacional, assim como existiriam grupos cujo poder se restringiria ao âmbito regional e/ou local. Analisando o cenário político da Paraíba, Andrade insere as famílias Pessoa e Almeida como representantes da primeira “modalidade” de oligarquia. Já as famílias Figueiredo/Agra/Campos, em Campina Grande; Leite/Loureiro, em Piancó; Pires/Gadelha em Souza; Mariz Maia em Sousa (sic) e Catolé do Rocha representariam a “segunda modalidade” em que o conceito estaria organizado. O professor ainda elabora um quadro, no qual constam os “governadores da província ou do estado da Paraíba”, entre 1840 e 1950. A análise do quadro, segundo Andrade, possibilitaria identificar, através da construção de uma árvore genealógica, as principais oligarquias paraibanas, o período histórico em que elas haviam exercido o poder, bem como a área de influência de cada uma delas. Analisando o quadro dos “governadores da província/estado da Paraíba”, Andrade apontava:

[...] Na Paraíba, caberia distinguir entre Oligarquias como as das famílias PESSOA e ALMEIDA, de âmbito nacional, e numerosas Oligarquias de âmbito local e sub-regional, como a das famílias Figueiredo/Agra/Campos em Campina Grande, Leite/Loureiro em Piancó, Pires/Gadelha em Souza, Mariz/Maia em Sousa e Catolé do Rocha, etc., etc. O quadro a seguir oferece uma visão dos governantes da Província e, depois, do Estado da Paraíba, de 1840 a 1950, no qual se observa, sem maiores exercícios de Lógica ou Matemática, o revezamento no Poder de certas famílias e grupos oligarcas. Utilizando-se o referido quadro, é possível partir para identificar, através de pesquisas geneológicas (sic), no período de tempo considerado, o número e as características das Oligarquias paraibanas, a nível nacional, regional e local, bem como, aprofundando mais as pesquisas, estendendo-as a linhas geográficas e econômicas, identificar o relacionamento de cada Oligarquia nacional, regional e local, com as secas e a açudagem (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 30).

As análises tecidas na cadeira de sociologia devem ter causado grande impacto no cenário político e intelectual campinense. Ao propor o estudo das “condições do atraso” do nordeste, Lopes de Andrade acabava se debruçando sobre temáticas caras à estrutura político-social em que a “sociedade nordestina” estava sedimentada. Desvelando o aspecto oligárquico da política paraibana, o professor deve ter provocado a ira de algumas “famílias tradicionais”. Estas não devem não ter aprovado a ideia de se virem citadas nas aulas de sociologia. Assim, na seção *Homens & Fatos* de 04 de maio

de 1968, Andrade reiterava o “sentido” que estaria sendo atribuído ao conceito de “oligarquia” nas aulas de sociologia. Para este intelectual, seria “um erro” confundir “Oligarquia, conceito sociológico, com Oligarquia, conceito político-partidário”. O uso sociológico desse conceito “conotaria traços essenciais da organização e estrutura da sociedade, qualquer que seja ela e onde quer que se localize”. Já o sentido político-partidário, que “jamais” teria sido abordado em suas aulas, corresponderia à “conotação superficial de nepotismo, proteção à ‘parentela’ - característica mais específica de apenas um tipo de Sociedade: a patriarcal, em extinção ou já extinta no mundo atual”¹³⁹.

Se o estudo do aspecto oligárquico da “sociedade nordestina” incomodava alguns membros das elites políticas do estado da Paraíba, Lopes de Andrade parece não ter arrefecido da ideia de promover uma “sociologia engajada” com o estudo dos “problemas da região”. O sociólogo prosseguiria analisando a influência das oligarquias na conformação dos “arquétipos políticos” na história brasileira e, mais especificamente, na “história nordestina”. Fundamentando-se nos estudos de Michel Debron, *O Fato Político* (1962), Andrade definia “arquétipos políticos” como “certas formas ao mesmo tempo políticas e ideológicas, que ou são permanentes ou se repetem periodicamente na história política” (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 37). Ao longo do século XIX, três “arquétipos políticos” teriam marcado presença na história brasileira: o “arquétipo da conciliação” (“mecanismo” ou “estratégia” de funcionamento da sociedade oligárquica nacional que se assentava na “cooptação” dos “menos dominados” pelos “dominantes”), do “autoritarismo” (crença refletida, na prática, de que a sociedade seria incapaz de se auto-organizar política e economicamente, necessitando da intervenção do Estado) e, por fim, o “arquétipo do messianismo” (representado pela “cooptação” dos “mais dominados” econômica, política, social e culturalmente, os quais, quando não tinham nenhum “espaço político real” à sua frente, fugiam para um “espaço político mítico”). Para Andrade, de todos os “arquétipos políticos” estudados por Debron o “messianismo” seria aquele que mais se aplicaria ao funcionamento da “Sociedade Oligarca Nordestina”. O “fenômeno” de Canudos, no final do século XIX, exemplificaria a ocorrência desse “arquétipo” na história da sociedade nordestina. “Despossuídos” da terra, e colocados à margem da estrutura política da república que então nascia, os “antigos indígenas, escravos e

¹³⁹ ANDRADE, José Lopes de. Sociologia Regional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 04 de maio de 1968c. Seção Homens & Fatos, p. 02.

retirantes das secas” acabaram encontrando no arraial de Canudos um espaço possível para o cultivo da “agricultura, do comércio e da fé” (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 37).

Ao abordar “fenômenos sociais” como canudos, Lopes de Andrade distanciava-se da perspectiva que tendia a considerar esses eventos como expressão de uma possível “degeneração racial”. Dessa forma, a cadeira de sociologia acabava por desempenhar um papel inovador na abordagem dos “principais problemas do nordeste”. Em vez de atribuir a ocorrência desses eventos às “adversidades” do “meio físico”, discutiam-se as condições políticas e sociais que teriam possibilitado a emergência do messianismo como “arquétipo político” da “sociedade nordestina”. O aspecto oligárquico da “sociedade nordestina” adquiria, assim, grande relevo nas análises empreendidas durante as aulas de sociologia. Tratava-se de “desvelar” a estrutura social do nordeste, chamando atenção para as “múltiplas interações” que a oligarquia, enquanto “sistema político”, guardava com o “fenômeno das secas” e, mais especificamente, com o surgimento do chamado “homem marginal”. Constituindo três “componentes significativas”, as “Secas”, as “Oligarquias” e o “Homem Marginal” haviam se “influenciado mutuamente” ao longo da história do nordeste, repercutindo, inclusive, na problemática do uso da terra, agravada entre os anos de 1950 e a primeira metade dos anos 1960.

Além do “messianismo”, Andrade destacava outros “fenômenos” que haviam conformado a história da “sociedade nordestina”. Nessas análises, o cangaço aparece como sendo expressão de um complexo “sistema social”, caracterizado, sobretudo, pelas precárias condições de acesso a terra. Ao não se ver integrado pela “estrutura social”, o pequeno agricultor ou fugia para um “espaço político mítico” (como em canudos) ou se inseria nos “bandos dos cangaceiros”. Sobre esses últimos, Andrade reiterava os “múltiplos fatores” que acabavam levando o “homem nordestino” a ingressar no cangaço. Para o professor, cumpria observar que, em determinadas situações, o cangaço acabava consistindo em um “mecanismo” de “mobilidade vertical”, marcado pela ascensão do “ex-cabra do bando” ou “ex-acoitado de um Senhor poderoso” à condição de “chefe do bando”. Dessa forma, caberia ao sociólogo diferenciar o cangaço como “resultado” das precárias “condições de uso da terra” da sua expressão enquanto “mecanismo” de “mobilidade vertical”. No que concerne o primeiro “caso”, estariam reservadas as representações do cangaceiro enquanto “herói popular”,

“cavalheiro-andante” e “cabra-macho”; já para designar a segunda “categoria”, seriam mobilizadas as representações do “ex-cabra do bando” ou “ex-acoitado” de um “senhor poderoso”.

Como vimos observando, Lopes de Andrade reservava atenção especial à estrutura social em que a “sociedade nordestina” encontrava-se organizada. Ao se debruçar sobre os “principais problemas do nordeste”, o professor enfatizava o aspecto histórico e sociológico que conformaria muitos destes “problemas”. A problemática da terra e o “domínio” das oligarquias figuravam como as principais temáticas discutidas nas aulas de sociologia. Assim, Andrade constantemente enfatizava o modo como a apropriação dos “recursos naturais” pelas oligarquias havia “interferido” nas precárias condições de “sub-existência” no “sertão nordestino”. Para o sociólogo, o “descaso” do governo imperial (e posteriormente da chamada “república velha”) para com o “nordeste” expressava-se na ausência de projetos que se dispusessem a reduzir os impactos das secas. Dada a artificialidade que cercava a formação do “Estado Nacional Brasileiro”, o domínio político na região nordeste havia sido entregue a grupos de fazendeiros que, institucionalizados sob a forma de oligarquias, ditavam as regras de conduta política e social nessa “região”. O aspecto oligárquico da “sociedade nordestina” impossibilitaria, segundo Andrade, que as medidas adotadas pela então Inspeção Federal de Obras Contra às Secas (IFOCS), criada em 1919, tivessem alcance “satisfatório” na minimização dos impactos das secas.

Refletindo sobre o domínio das oligarquias, Andrade identificava as diversas maneiras que estes grupos encontraram para intensificar o seu poder na região nordeste. A criação da chamada “indústria da seca” seria um exemplo de como determinadas famílias “tradicionais” da “região” haviam se apropriado das “políticas públicas” para realizar as “suas” próprias políticas. A construção de açudes de porte médio no interior das propriedades de grandes fazendeiros é citada pelo professor para exemplificar os “mecanismos” de controle do poder local e regional pelas oligarquias. Nesse cenário, as políticas federais realizadas no encalço do IFOCS acabavam tão somente por aumentar o poderio das “oligarquias locais e regionais”, agravando as “condições” do “atraso secular” da “sociedade nordestina”.

Como podemos observar, Lopes de Andrade atribuía grande destaque à atuação das oligarquias na manutenção dos “impactos sociais” da seca. O controle que esses

grupos exerciam sobre as principais obras de açudagem acabava fazendo com que os agricultores tivessem que se sujeitar à influência política de muitas “famílias tradicionais da região”. Essa situação de “dependência” se acentuaria ainda mais no período de secas, pois, na iminência de reduzir a sua produção, os grandes fazendeiros acabavam restringindo o trabalho dos “pequenos agricultores” e meeiros. Estes, ao verem tolhidas as possibilidades de trabalho na terra, se apropriavam do “antigo” “método das migrações inter e extra regionais” como forma de diminuir os impactos da seca. Se no período colonial os nativos fugiam das secas movimentando-se pelo território, durante a república os camponeses (para Andrade, descendentes dos “antigos índios e escravos”) ainda recorriam a esses “métodos” para subsistir às “condições adversas” do “nordeste-interior”. Em face da manutenção desses “problemas”, Andrade enfatizava que o “atraso do nordeste” consistiria em uma “condição secular”, resultado tanto da “ausência” de investimentos do governo como da “estrutura interna” da própria “sociedade nordestina”. Os índios do “período colonial” haviam, pois, se transformado nos migrantes do século XX que, nos “paus-de-arara”, “desciam” para o “sul-sudeste” em busca de “melhores condições de vida”. Ademais, a intensa migração da população do nordeste provocava, assim como no período colonial, o “desequilíbrio na produção de gêneros alimentícios e de exportação”, visto que o “coeficiente de trabalho” acabava se concentrado ou na região litorânea (“nordeste-exterior”) ou nos grandes centros urbanos do centro-sul do país (PROGRAMA DA CADEIRA DE SOCIOLOGIA, 1967, p. 43). É por essa razão que, para Lopes de Andrade, a elaboração de uma “sociologia regional” tornava-se imprescindível para que o desenvolvimento do nordeste fosse exitoso. De outro modo, como escrutinar as “causas” (históricas e sociais) do “nosso atraso”?

Retomando as reflexões sobre a “sociedade nordestina”, o professor chamava atenção para as transformações vivenciadas por essa região a partir da “modernização” do estado nacional brasileiro. Lopes de Andrade partilhava da concepção segundo a qual a ascensão de Getúlio Vargas ao poder havia proporcionado a modernização do estado brasileiro. De acordo com essa leitura, difundida por muitos isebianos, dentre os quais destacamos o nome de Alberto Guerreiro Ramos, o “aflorar” de uma “consciência crítica nacional” (fazendo com que o brasileiro deixasse de ser um “povo natural” para se transformar em um “povo histórico”) encontrava-se intrinsicamente ligada à intensificação da industrialização e da urbanização. No que concerne ao nordeste, Lopes

de Andrade enfatizava que a “modernização” do estado teria ocorrido a partir da reforma operada no Departamento de Obras contra as Secas (DNOCS), da criação do BNB e, por fim, da SUDENE. A criação e/ou modernização de instituições sintonizadas com o debate desenvolvimentista havia, na ótica desse professor, retirado o controle desses órgãos da influência das oligarquias. Assim, estavam dadas as condições para que o desenvolvimento regional se realizasse de modo “harmônico” e “racionalizado”.

Após séculos de domínio, as “oligarquias” estariam entrando em “progressiva decadência”. Para Andrade, esse “declínio” repercutiria na “mudança” das “variáveis” que compunham o “sistema Oligarquias, Secas e Açudagem” (“Sistema abc”). Assim, as “oligarquias” deixariam cada vez mais de implicar “açudagem” (C) e, consequentemente, “secas” (B). Esse cenário, que para Andrade seria perceptível somente a partir das décadas de 1970 e 1980, resultaria em melhores condições para o acesso dos “recursos naturais da região”, incluindo-se, aí, o “uso da terra”. Estas condições proporcionariam ao nordeste um desenvolvimento mais “harmonioso” e “auto-sustentado”. Ademais, a intensificação da industrialização levaria a uma “progressiva migração” das áreas rurais para o espaço urbano. Apesar de não negar a importância da “terra” para o projeto desenvolvimento regional, Lopes de Andrade acreditava que a profecia do “novo nordeste” se realizaria na cidade. O “caso” da cidade de Campina Grande é citado pelo professor para exemplificar a “nova tendência” das “migrações regionais”. Entre as décadas de 1950 e 1960, esta cidade havia triplicado a sua população. A crescente urbanização precisaria, assim, ser planejada, racionalizada! Do contrário, a “moderna migração” perderia o seu efeito “positivo”, transformando-se em um problema para as grandes e médias cidades do nordeste.

Para Andrade, a sociologia teria a capacidade de “controlar” os “efeitos” (positivos e negativos) do desenvolvimento. Desse aspecto, resultaria toda a importância que essa ciência adquiria para o desenvolvimento regional. A sociologia, “despertando” a “auto-consciência coletiva” do nordeste, desnudaria as “causas” do “atraso” dessa região e, consequentemente, apontaria os caminhos que mais se mostrassem consentâneos a um projeto de desenvolvimento harmônico, integrado e planejado. Para tanto, o seu estudo deveria contemplar os “problemas concretos” da “sociedade nordestina”. De nada adiantaria uma sociologia institucionalizada se ela não desse conta da problemática do subdesenvolvimento dessa região. Fundamentando-se na sociologia nacional de Guerreiro Ramos, Lopes de Andrade alertava para a

importância da “escala de investigação regional” na construção de uma sociologia regional. Isto não quer dizer que a sociologia mudaria de uma região para outra, mas que o sociólogo, ao se apropriar das categorias elaboradas em outras regiões, deveria interpretá-las à luz dos “problemas práticos” colocados pelo desenvolvimento do nordeste.

Os seminários realizados nesta disciplina nos dão uma ideia de como os “problemas práticos” do nordeste estavam sendo interpretados à luz do conhecimento sociológico. Estes seminários, segundo nos informa Lopes de Andrade na seção *Homens & Fatos* de 03 de dezembro de 1967¹⁴⁰, visavam aproximar o estudante da “realidade concreta” do nordeste. Assim, ao final de cada ano letivo seriam realizadas mesas de discussão, nas quais se exporiam os resultados das investigações feitas pelos discentes ao longo da disciplina. Tais investigações seriam intermediadas pelo “Escritório de Sociologia” que, funcionando anexo ao ICCH, tinha como objetivo proporcionar aos alunos deste componente curricular uma “vivência prática” da “realidade nordestina”.

Dentre as questões citadas pelo professor destacamos a “problemática do serviço público” e o “aumento dos migrantes em Campina Grande”. No que concerne à temática do serviço público, os alunos da Faculdade de Administração teriam produzido um estudo sobre as atividades desenvolvidas pela Escola de Serviço Público da Paraíba (ESPEP). Criada no governo de João Agripino, a ESPEP visava imprimir certa racionalidade ao serviço público estadual. O estudo realizado pelos alunos teria se debruçado sobre a “antiga estrutura” do serviço público no estado, observando, à luz das “modernas teorias da Administração Pública”, os “impactos” das transformações operadas por aquele órgão. Conforme pontua Lopes de Andrade, na seção *Homens & Fatos* de 07 de dezembro de 1967¹⁴¹, os alunos da Faculdade de Administração alertavam para a importância da tecnificação do serviço público na “erradicação” (ou minimização) da influência do clientelismo nesses espaços. Essa condição mostrava-se premente para que o desenvolvimento regional se desse de modo “orientado”, planejado.

¹⁴⁰ ANDRADE, José Lopes de. Pesquisa científica e desenvolvimento social. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de dezembro de 1967k. Seção Homens & Fatos, p. 02.

¹⁴¹ ANDRADE, José Lopes de. Moderna administração. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de dezembro de 1967l. Seção Homens & Fatos, p. 02.

Por sua vez, as alunas da Faculdade de Serviço Social se debruçaram sobre o “aumento dos migrantes” em Campina Grande. Segundo as informações veiculadas por Andrade, na seção *Homens & Fatos* de 12 de dezembro de 1967¹⁴², o estudo teria investigado o “caráter” dessas “migrações”, analisando grupos de migrantes tendo por base seus “níveis de instrução” e “região de origem”. Ao final do trabalho, as alunas teriam identificado que a “inserção” ou “não inserção” dos sub-grupos de migrantes no mercado de trabalho seria propiciada pela maior ou menor “aptidão” de cada “sub-grupo” com o *know-how* da sociedade industrial. Dessa forma, os “analfabetos”, quase sempre “retirantes” das secas, acabavam não encontrando espaço de atuação do mercado de trabalho na cidade. Assim, acabavam migrando para o sul-sudeste do país, agravando a problemática urbana naquela região. Por sua vez, os “migrantes minimamente qualificados” tendiam a fixar-se em Campina Grande, encontrando trabalho no comércio, na indústria ou no serviço público. Em face desse aspecto, Lopes de Andrade caracterizava a cidade de Campina Grande como uma espécie de “barreira social”. Ao “impedir” que a “migração” para o centro-sul do país aumentasse, esta cidade cumpriria um papel “essencial” na “manutenção do equilíbrio” da produção nordestina.

Apesar do nosso contato com esses trabalhos ter se dado de modo indireto, é possível percebermos a centralidade que o estudo da “realidade concreta” do nordeste ocupava no interior da cadeira de sociologia. Ao possibilitar que os estudantes se debruçassem sobre os “problemas da região”, Lopes de Andrade acreditava estar pondo em prática as “lições” ensinadas por Guerreiro Ramos. O “regional” como escala de investigação sociológica não negaria a importância das categorias e metodologias elaboradas em outras regiões. Todavia, submeteria esse arcabouço conceitual às “regras de seletividade”, ou seja, as teorias sociológicas deveriam auxiliar o cientista a compreender os “problemas práticos” da região em que ele estava inserido. Do contrário, o conhecimento sociológico estaria se fundamentando nas experiências elaboradas por outras sociedades, desservindo, assim, ao projeto desenvolvimentista. Depurando as categorias do mundo social, Andrade acreditava estar lançando as bases para a construção de uma sociologia regional. Esta sociologia jamais poderia perder de

¹⁴² ANDRADE, José Lopes de. Migrações modernas. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 12 de dezembro de 1967m. Seção Homens & Fatos, p. 02.

vista o escrutínio das “causas” do “atraso do nordeste”, evidenciando, assim, os caminhos que se mostrassem mais consentâneos ao desenvolvimento desta região.

É preciso que consideremos, também, o aspecto “a-histórico” que Lopes de Andrade conferia ao conceito de região. Este modo de abordar o “regional” o levava a cometer uma série de anacronismos. Ao tomar o conceito de região como algo perene ao longo da história, o sociólogo acabava antecipando-se à regionalização do espaço brasileiro. Assim, o professor interpretava determinados temas sociológicos por um viés estritamente geográfico-espacial. Poderíamos, ainda, indagar se a dimensão “atemporal” atribuída ao conceito de região não teria levado Andrade a uma leitura “distorcida” da “realidade” que ele se propunha analisar. Tão logo nos propomos a refletir sobre essa questão, Skinner (2005c) nos recorda que as discussões do campo intelectual têm história e, portanto, devem ser compreendidas à luz do contexto que fundamentou a sua configuração. Ao cobrarmos de Lopes de Andrade uma abordagem do regional que ainda não estava disponível em seu contexto, estaríamos esquecendo, ainda na esteira das reflexões de Skinner (2005c), que um dos objetivos do historiador intelectual é analisar as contribuições de cada sujeito histórico (de cada intelectual) na conformação de um debate mais amplo. Andrade, obviamente, estava imerso em uma geração e um contexto que, embora não tenham determinado o seu modo de pensar, imprimiram marcas substanciais ao seu pensamento. Compreendendo a história sob esse prisma podemos observar, por exemplo, que as abordagens do regional realizadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 podem ter consistido em uma “reposta” de determinados intelectuais à dimensão “atemporal” que a geração de Andrade havia atribuído ao conceito de região. Formados sob a influência dos programas de pós-graduação, pesquisadores como Rosa Maria Godoy Silveira e Durval Muniz de Albuquerque Júnior trariam outras contribuições ao modo de se abordar o nordeste. Tais abordagens, evidentemente, não nos impedem de compreender a dimensão, as potencialidades e os limites que estruturam o pensamento de Andrade na década de 1960. Procedendo dessa forma, poderemos compreender a importância da cadeira de sociologia para o projeto de desenvolvimento regional.

A URNe parecia está cumprindo seu papel na promoção do debate desenvolvimentista. Funcionando com cinco faculdades, três institutos centrais e um ginásio de aplicação, a universidade vinha agitando as discussões intelectuais na cidade. Entretanto, não demorou muito para que as dificuldades financeiras se fizessem

presentes, levando os intelectuais, os políticos e a imprensa a proporem a federalização como saída para a crise. Nesse cenário, as indagações só aumentavam. Caso a universidade fosse federalizada, ela perderia seu caráter regional, sucumbindo ao padrão homogêneo da rede federal de ensino superior? Mas, se a universidade não fosse federalizada, como garantir seu pleno funcionamento? O “regional”, enquanto escala de investigação, seria abandonado em detrimento de um projeto “nacional”? A permanência das crises financeiras levaria a extinção da universidade? Caso isso acontecesse, Campina Grande veria frustrada a sua experiência na implantação do ensino superior? Essas questões levaram os intelectuais e políticos a se entrincheirarem em posições antagônicas. Defendo projetos diferentes, os intelectuais passam a travar uma batalha através da imprensa da cidade. Em meio aos debates e embates suscitados pelo projeto de federalização, eis que surge um novo ator: os estudantes. Descontentes com os rumos do ensino superior no país, os estudantes se organizavam cada vez mais em nível nacional. Em Campina Grande, a mobilização estudantil tinha como pauta principal a supressão das anuidades e, posteriormente, das mensalidades cobradas pela URNe. No desenrolar desses debates, os intelectuais poderiam recorrer a diversas espécies de capitais para encampar o “seu” projeto e, assim, influenciar nos caminhos que esta universidade tomaria. O “futuro” da URNe dependeria, pois, da capacidade de cada jogador em impor as “suas” regras neste jogo. É sobre essas questões que nos debruçaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5- DA URNe À UNIVERSIDADE [FEDERAL] DE CAMPINA GRANDE: imprensa, política e movimento estudantil nos projetos de federalização e estadualização da instituição

A criação da URNe tinha por objetivo promover e auxiliar o projeto de desenvolvimento regional. A instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior encontrou esteio nas proposições levadas a cabo pelos intelectuais desenvolvimentistas. Desse modo, a URNe surgia como expressão da proposta de desenvolvimento pensada por esse grupo. Para que cumprisse o seu “papel” esta universidade deveria se estruturar com base nas orientações emanadas pela reforma do ensino superior. Assim, a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos, bem como a adoção do marco jurídico fundacional foram encaradas como condições fulcrais para que as atividades da nova universidade se realizassem de forma exitosa.

Mas a transplantação de um modelo elaborado com base em condições distintas das existentes em Campina Grande acabou ameaçando o funcionamento desta instituição. Afinal, a manutenção de faculdades e institutos centrais era bastante onerosa aos cofres da prefeitura municipal. Logo, não demorou muito para que as dificuldades financeiras se abatessem sobre a URNe. Durante as primeiras crises, ainda no ano de 1967, a administração da universidade apelou ao governo federal para que assumisse a manutenção da instituição. Assim, o projeto de federalização saía das reuniões do Conselho Diretor da FURNe e ganhava as páginas do *Diário da Borborema*.

No intuito de garantir a federalização, a administração da universidade convidou o ministro da Educação para visitar a URNe. A vinda do ministro Tarso Dutra foi elevada à condição de marco da história da educação campinense. O momento mostrava-se oportuno para “impressionar” o ministro e, consequentemente, garantir a federalização da instituição. Mas as tensões envolvendo a administração da universidade acabaram dificultando o projeto de federalização. Isto porque Edvaldo do Ó propunha a fusão da Escola Politécnica e da FACE (integrantes da UFPB) com a URNe. Deste agrupamento surgiria a Universidade Federal de Campina Grande que, sem abrir mão da escala de investigação regional, teria como objetivo promover e auxiliar o desenvolvimento da região nordeste.

Apesar da constante promoção nas páginas dos jornais, a federalização da URNe encontrou forte resistência por parte da administração da POLI. Afinal, se o diretor desta escola aceitasse a sua incorporação pela URNe estaria perdendo espaço político para Edvaldo do Ó. Um intenso debate entre os intelectuais passou a ser travado através do *Diário da Borborema*. A imprensa, reivindicando a representação da opinião pública, chamava atenção para a importância da federalização na operacionalização do projeto de desenvolvimento regional. Contando com o apoio federal, a universidade de Campina Grande poderia, “tranquilamente”, executar o seu plano de trabalho. Para que isso se tornasse possível todos deveriam aderir à “causa” da federalização.

Entretanto, diferentemente do que se esperava, houve um intenso debate entre Edvaldo do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Em meio a esse embate, o projeto de federalização, que já tramitava nos ministérios da Educação e Planejamento, acabou sendo desativado. Além dos entraves gerados por essas discussões, o CFE já vinha se posicionando contrário à criação de novas universidades federais. O entendimento deste conselho era de que deveria ser evitada a duplicação de “meios” para “fins” idênticos. Como a Paraíba já possuía a sua universidade federal, o projeto de federalização da URNe, criando a Universidade Federal de Campina Grande, acabou sendo desativado nos órgãos em que tramitava.

A URNe atravessaria uma grande crise financeira. Afinal, a receita transferida pela prefeitura de Campina Grande mostrava-se insuficiente para a manutenção da instituição. Além disso, o montante correspondente às anuidades/mensalidades dos alunos constituía uma fonte incerta de financiamento, pois os discentes alegavam não dispor de recursos para quitar os valores cobrados pela universidade. Diante desse cenário uma questão se colocava: como garantir o funcionamento da URNe?

É nesse momento que um novo ator político surge no interior dessa instituição: os estudantes. Acompanhando as mobilizações que se realizavam em todo o país, o movimento estudantil passou a protagonizar diversas campanhas em prol da federalização e/ou estadualização da URNe. No intuito de garantir a supressão das mensalidades, os discentes lançaram mão de diversos mecanismos. Desse modo, observamos a realização de passeatas, greves, ocupação de faculdades e institutos, acampamento em frente ao prédio da reitoria, dentre outras ações. A adoção dessas estratégias tinha por objetivo expressar o descontentamento com a situação do ensino na

universidade, chamando atenção a atenção do poder público para a gratuidade do ensino na URNe.

Todavia, o momento político não se mostrava favorável à realização de protestos. Com a edição do Ato Institucional Nº 5 (o AI-5), a ditadura inaugurada em 1964 acabou intensificando a repressão às manifestações contrárias ao governo militar. Os estudantes, e também os professores, foram enquadrados em uma legislação que inviabilizava a realização de qualquer manifestação. Nesse cenário, até a administração das universidades poderia sofrer intervenção. A URNe, palco de diversos protestos realizados ao longo do ano de 1968, acabou sendo vista como um “ninho de subversão” e sua administração considerada (i) responsável pela ocorrência das greves e dos protestos discentes. Deste modo, os militares acabaram intervindo nesta instituição. Ao assumir o controle da universidade, os interventores realizaram uma série de reformas em seu interior. Estas reformas descaracterizariam o projeto pensado pelos desenvolvimentistas para a instituição.

O presente capítulo tem por objetivo analisar as movimentações dos políticos, da imprensa e dos estudantes nos projetos de federalização e estadualização da URNe. Para tanto, dividimos o capítulo em três subtópicos. No primeiro momento, nos deteremos na campanha realizada pela administração da universidade e pela imprensa. Com a vinda do ministro Tarso Dutra a URNe, o *Diário da Borborema* transformou-se no espaço central para a promoção da “causa” da federalização. Todavia, tensões envolvendo a administração da universidade, aliadas à nova orientação do CFE, acabaram inviabilizando a federalização da URNe neste momento. Em seguida, nos deteremos nos movimentos em prol da federalização e/ou estadualização encabeçados pelos discentes. O protagonismo do movimento estudantil nos protestos contra a ditadura militar acabou repercutindo em Campina Grande. Nesta cidade, além de protestarem contra a ditadura, os estudantes reivindicavam a gratuidade do ensino na URNe. Para tanto, realizaram manifestações, greves, bem como intensificaram contatos com o governador João Agripino para ele pudesse mobilizar seu prestígio em prol da federalização e/ou estadualização da instituição. Entretanto, o recrudescimento da repressão acabou frustrando as aspirações dos estudantes. Além disso, a URNe acabaria sofrendo intervenção em sua administração. Assim sendo, no terceiro subtópico analisaremos os impactos da intervenção militar na operacionalização do projeto de universidade pensado pelo grupo desenvolvimentista. Diante deste cenário, indagamos: a intervenção

na URNe correspondeu ao “fim” do “sonho” acalentado pelo grupo desenvolvimentista? A resposta a esta questão é bastante complexa. Desse modo, convidamos o leitor para nos acompanhar nas reflexões que podem nos permitir “responder” esta indagação.

5.1- Das reuniões do Conselho Diretor às páginas dos jornais: a campanha em prol da federalização da Universidade Regional do Nordeste (URNe)

A organização da URNe com base nas orientações emanadas da reforma do ensino superior sofreu duras críticas por parte de muitos professores da instituição. O que muitos questionavam era a “inadequação” dos modelos jurídico e didático adotados pela universidade à “realidade” campinense. Assim, a escolha do modelo fundacional e a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais parecia apontar para um impasse que, mais cedo ou mais tarde, inviabilizaria a existência da própria universidade. Se a coexistência das faculdades e dos institutos centrais mostrava-se oneroso à UNB, era de se esperar que a sua manutenção por uma prefeitura municipal potencializasse as dificuldades observadas na capital federal. No que concerne à URNe, a irregularidade com que se davam os repasses dos lucros das empresas municipais acabava agravando a crise financeira pela qual passava esta instituição. Sem contar com a transferência dos repasses, as anuidades, posteriormente transformadas em mensalidades, passaram a constituir a principal fonte de manutenção da universidade. Todavia, é preciso lembrarmos que a URNe não havia sido projetada para ser uma instituição privada. Desse modo, a cobrança das mensalidades sofreu forte resistência por parte da comunidade discente que, acompanhando as mobilizações estudantis que se espalhavam pelo país, passaram a incluir em sua pauta de reivindicação a gratuidade do ensino nesta universidade.

Logo após o início das aulas, os professores, estudantes, diretores de faculdades, institutos e o reitor iniciaram um movimento em prol da federalização da universidade. A essa campanha se somaria a imprensa que, reivindicando a representação da “opinião pública”, acabou patrocinando a “nova causa” do ensino superior campinense. Das salas de aula às páginas dos jornais, a federalização da URNe aglutinou intelectuais, políticos e estudantes que, através da imprensa, protagonizaram uma série de debates (e embates!) envolvendo os rumos da instituição recém-criada. Tão logo o debate sobre a

federalização da universidade começou a estampar as páginas dos jornais, os dirigentes da universidade passaram a estabelecer uma série de contatos com a Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Dessa forma, ao longo do primeiro semestre de 1967 os contatos dos representantes da URNe com o ministro da Educação e Cultura do Governo Costa e Silva (Tarso Dutra) foram intensificados. Objetivava-se, a um só tempo, tornar conhecida a “nova universidade”, bem como garantir o apoio federal para a instituição. O reitor Edvaldo do Ó realizou, entre maio e junho de 1967, uma série de viagens ao Rio de Janeiro, no intuito de garantir a vinda do ministro à cidade de Campina Grande¹⁴³.

Acertada a vinda do Ministro Tarso Dutra, o *Diário da Borborema* passou a debater as diversas estratégias que deveriam ser empreendidas pela comunidade acadêmica no intuito de persuadir o Ministro, fazendo com que este se tornasse “simpático” às reivindicações da URNe. Em face das relações entre as esferas pública e privada, os articulistas do *Diário* buscavam uma maior aproximação com o titular da pasta de Educação, objetivando garantir os recursos federais para a manutenção da universidade. Como se pode observar, não havia uma definição acerca das solicitações que deveriam ser encaminhadas ao ministro. As propostas veiculadas pela imprensa englobavam desde o aumento no repasse das dotações orçamentárias feitas pela união até a federalização da URNe. Esta última proposta despertava certa inquietação no grupo desenvolvimentista. Afinal, esta universidade não havia sido projetada para integrar a rede federal de ensino superior. Caso ela fosse integralmente federalizada, como manter a escala de investigação regional inicialmente pensada para a URNe?

Se por um lado ainda não existia um consenso acerca das solicitações a serem feitas ao Ministro Tarso Dutra, por outro, as páginas do *Diário da Borborema* nos mostram uma conjunto de matérias, artigos e editoriais que pretendiam moldar o público-leitor para aquele que seria o “principal acontecimento” da vida educacional da cidade, qual seja: a visita do ministro Tarso Dutra a URNe. Para os intelectuais articulados em torno deste jornal, a visita do ministro da Educação e Cultura, longe de constituir “mera agenda administrativa”, representava um “novo marco na história

¹⁴³ REITOR viaja para Rio e Brasília. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 06 de maio de 1967, p. 01. REITOR volta a Campina com a vinda do Ministro confirmada. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 16 de maio de 1967, p. 01.

REITOR faz relatório de sua viagem ao Sul. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 23 de maio de 1967, p. 03.

educacional da cidade”, consolidando o “êxito” da “experiência universitária campinense”. Da “habilidade” da comunidade universitária em mostrar a “importância” da URNe para o desenvolvimento regional aumentariam as chances de se conseguir mais recursos federais para a instituição.

Desse modo, a seção *Homens & Fatos* de 02 de julho de 1967¹⁴⁴ convidava o público-leitor a refletir sobre o “método” “mais eficiente” para “impressionar” o ministro Tarso Dutra ao longo da sua visita à universidade. José Lopes de Andrade propunha um retrospecto da “história da educação” da cidade, enfatizando a passagem, em menos de trinta anos, da “fase do Grupo Escolar à fase da Escola Superior”. Essa perspectiva, conforme alude o próprio articulista, visava “impressionar favoravelmente” o ministro, fugindo à “fria exposição” de dados estatísticos. Ao fazer essa afirmação, Andrade não desconsiderava a “importância” dos dados estatísticos para a explanação dos problemas da universidade, mas chamava atenção para a “influência” das sensibilidades nos resultados dos jogos intelectuais. Como os debates do campo intelectual nem sempre se tecem sob o prisma do racional, o sociólogo acionava as imagens, os símbolos e os discursos que deveriam ser utilizados para “despertar” a “simpatia” do ministro para com a URNe. Refletindo sobre esses “métodos”, Lopes de Andrade pontuava:

[...] Um método claro e direto, entretanto, convém ser escolhido para comunicar ao Ministro os fatos. As estatísticas são, naturalmente, método eficaz, mas algo frias ou secas, e é preciso não esquecer que o objetivo fundamental da exposição é impressionar favoravelmente o ilustre visitante. Só depois de uma visão geral do processo educativo na área de Campina Grande, exposições particulares de cada dirigente de órgão ou entidade, enfatizando sua respectiva área de trabalho, lograrão êxito. Os pedidos de ajuda e de compreensão para os problemas focalizados terão ressonância maior ou menor conforme o titular da Educação e Cultura esteja em condições de visualizar, num contexto mais amplo, a importância de cada pedido feito ou de cada problema a resolver (ANDRADE, 1967d, p. 02).

Após expor o “método” “mais eficaz” para persuadir o ministro da Educação, o articulista destacava as dimensões que deveriam ser mobilizadas pelos oradores ao longo de suas falas. A importância recaía, como já citado anteriormente, na passagem da cidade de Campina Grande da “fase do Grupo Escolar às Escolas Superiores”,

¹⁴⁴ ANDRADE, José Lopes de. Correção e Habilidade. Campina Grande, 02 de julho de 1967d. Seção *Homens & Fatos*, p. 02.

ressaltando, nesse âmbito, a “rapidez” com a qual a cidade teria conquistado o *status* de “polo educacional” do interior da região nordeste.

A “importância” da URNe para o estudo dos “problemas do nordeste” é apresentada como condição capaz de assegurar um desenvolvimento harmônico e equilibrado para esta região. Sob este último aspecto, o articulista chamava atenção para as solicitações que seriam encaminhadas ao ministro Tarso Dutra. Durante o contato inicial com o ministro deveriam ser evitados quaisquer pedidos sobre a federalização da URNe, pois a centralidade da escala de investigação regional impediria que esta universidade integrasse a rede federal de ensino superior. Segundo esse raciocínio, a comunidade acadêmica deveria requerer maiores dotações orçamentárias, objetivando garantir o funcionamento integral da instituição. Com professores/pesquisadores trabalhando em regime *full time*, não só a produtividade da universidade aumentaria consideravelmente como também o desenvolvimento regional poderia ser “melhor” orientado. Para os desenvolvimentistas, o “futuro” da universidade dependeria, pois, da habilidade dos oradores em persuadir o ministro da Educação.

Após amplo debate travado *pela e através* da imprensa, o titular da pasta de educação aterrissou em Campina Grande na manhã de 04 de julho de 1967¹⁴⁵. Uma comitiva formada pelo reitor, diretores das faculdades, institutos, professores, alunos e políticos foi até o aeroporto da cidade recepcioná-lo. Em seguida, saíram em cortejo até o hotel *Rique Palace*, onde um “almoço regional” (contando com um cardápio considerado “típico” da região nordeste: “feijão verde” e “carne-de-sol”) foi oferecido ao visitante. Após o almoço, o ministro foi saudado pelo professor Anésio Leão que, representando a direção da Faculdade de Filosofia, proferiu um discurso de boas vindas.

O discurso, transcrito na edição do *Diário da Borborema* de 05 de julho de 1967¹⁴⁶, destacava as dificuldades vivenciadas pela “sociedade nordestina” na luta contra o *sub-desenvolvimento*. Evocando a memória dos “pioneiros” da URNe, o professor Anésio Leão chamava atenção para a importância dessa universidade na promoção do desenvolvimento regional. O orador procurava caracterizar a instituição da URNe como um “marco” na história educacional da região. Para tanto, as

¹⁴⁵ MINISTRO chegou ontem às 12 horas. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 05 de julho de 1967, p. 01.

ESTUDANTES aplaudem vinda de Tarso Dutra a Campina. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 05 de julho de 1967, p. 06.

¹⁴⁶ LEÃO saúda Ministro, *Diário da Borborema*. Campina Grande. 05 de julho de 1967, p. 02-05.

“adversidades” pelas quais o “nordeste” teria passado ao longo de sua história são reificadas, buscando-se caracterizar como “heroico” o feito daqueles que, subvertendo as condições adversas do “meio”, “ousaram” plantar a “semente” do ensino superior nesta região “árida”. A linguagem, compreendida como meio para expressar valores, reatualiza imagens e discursos, buscando um novo lugar para projetos intelectuais. Ao caracterizar a “dificuldade” em instituir a universidade em questão, o professor Anézio Leão criava um lugar para os “pioneiros”, colocando-os na condição de “guias iluminados” do “desenvolvimento intelectual” desta região. Vejamos um trecho do discurso proferido pelo professor Leão:

Sr. Ministro: Vindo a Campina Grande – com o intuito de conhecê-la no setor que mais lhe interessa e com o interesse de bem senti-la no raio em que ela condiz com o Ministério da Educação, V. Excia. Não há por regatear aplausos aos nossos esforços, a esse cometimento quase atrevido de que Edvaldo do Ó foi a cabeça e Williams Arruda foi o braço. V. Excia. Está no coração do Nordeste, onde o que não impossível é difícil, e de uma dificuldade que só o sertanejo afronta e suporta – porque o sertanejo, como diria Euclides da Cunha, é, antes de tudo, um forte (Leão saúda Ministro...1967, p. 04).

Se as “adversidades” pelas quais “o nordeste” passava dificultavam as iniciativas voltadas para a promoção do seu desenvolvimento, elas não haviam impedido que instituições como a URNe fossem criadas. Para o professor Leão, a região nordeste precisaria de “um pouco mais” de atenção por parte do governo federal. Esta “atenção” se expressaria na forma de apoio aos projetos que tivessem por objetivo romper com o quadro de *sub-desenvolvimento* que por tanto tempo havia caracterizado esta região. Desse modo, a visita do ministro Tarso Dutra seria uma demonstração do “interesse” do governo militar em intensificar as ações destinadas à reversão do “atraso secular” do nordeste. Ao se dirigir ao titular da pasta de Educação, Anézio Leão procurava envolvê-lo nas sensibilidades que perpassam as tramas do político. Procedendo dessa maneira, o professor objetivava fazer com que o ministro se sentisse partícipe no projeto de construção do “novo nordeste”. Frente à centralidade do ensino superior para o desenvolvimento regional, o ministro deveria “escolher” entre promover as “mudanças” nas bases da “sociedade nordestina” ou “perpetuar” o seu “atraso secular”. Mobilizando os “signos do sensível” (OLIVEIRA, 2011), o orador acabava enquadrando o ministro, colocando em suas mãos a “tarefa” de construir a Campina Grande do “futuro”:

Felizmente, V. Excia, como outros Ministros de Estado que aqui já estiveram, não veio até nós apenas para ver, mas para sentir e sem dúvida, para remediar: ver o nosso esforço, sentir a nossa vontade de crescer, remediar, providenciar quanto ainda nos falta nesta outra ascensão, que queremos entregar e confiar a seus cuidados. V. Excia, sr. Ministro está vendo (e isto lhe é causa de admiração) um grande cometimento: uma Universidade Regional, que é para todo o Nordeste. E, como Ministro da Educação, podendo tirar do seu para ajudar-nos, se não basta o seu, bem pode tirar de outro órgão para não nos deixar morrer. Aí está a obra sr. Ministro: tenha-a como sua. Assuma perante Campina Grande de hoje o compromisso de fazê-la crescer, subir e esplendorar-se na Campina Grande do futuro (Leão saúda Ministro...1967, p. 04).

A estadia do ministro Tarso Dutra em Campina Grande se fez acompanhar de uma série de recepções nas diversas unidades da URNe. Nesses eventos, os dirigentes dos Institutos Centrais e das Faculdades expunham os dados sobre a “evolução do ensino” em Campina Grande, ressaltando o papel da URNe na operacionalização do projeto de desenvolvimento regional. Ainda no dia 04 de julho de 1967, o ministro da Educação esteve na sede da Faculdade de Ciências da Administração, onde foi recebido pelo diretor deste estabelecimento, Evaldo Gonçalves, por professores, pelo reitor e vice-reitor da URNe, respectivamente, Edvaldo do Ó e Pe. Emídio Viana, bem como pelo professor José Lopes de Andrade.

O discurso proferido pelo professor Evaldo Gonçalves partilha da concepção cristalizada do nordeste, caracterizando este espaço como homogêneo, “abandonado”, “marginalizado” ao longo de toda a história brasileira. Para Gonçalves, apenas o ensino superior poderia tirar a região nordeste do “atraso secular”, inserindo-a definitivamente no âmbito do chamado “Brasil Moderno”. Frente a essa questão, o discurso realizado pelo diretor da Faculdade de Administração destacava a “centralidade” da URNe no escrutínio dos “problemas do nordeste”. Ao fomentar o estudo desses “problemas”, a universidade em questão desempenharia um papel estratégico na reversão do subdesenvolvimento regional. Vejamos um trecho do discurso do professor Evaldo Gonçalves:

[...] Lutamos com as naturais dificuldades dos meios financeiros, superados pela tenacidade inaudita de uma equipe de professores e alunos, todos irmanados por um idealismo que vem operando milagres, se fizermos um confronto entre o que foi planejado e o que já foi feito, no prazo mínimo de um ano. Vossa Excelência, Ministro Tarso Dutra, não desconhece o que seja esse esforço e nem a magnitude social dos seus resultados, em termos de promoção humana

e desenvolvimento nacional. É Vossa Excelência o animador de uma verdadeira revolução cultural neste País, fomentando o florescimento de Faculdades e Escolas Superiores com a marca cristã do grande espírito e a energia inesgotável do seu convencimento de que a Educação é a estrutura fundamental na vida dos povos modernos (Professor pede a Ministro que olhe para Universidade...1967, p. 07).

Finalizando o discurso, o professor Evaldo Gonçalves estabelece uma comparação entre a URNe e a Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, enfatizado o “grande apoio” recebido desta última pelo Ministro Tarso Dutra, na ocasião de sua passagem pela câmara federal. Esse movimento pode ser problematizado como uma forma de persuadir o Ministro, já que ambas as instituições teriam como objetivo auxiliar o desenvolvimento de suas respectivas regiões:

[...] Como Ministro, olhe para a UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE com os mesmos olhos com que nunca deixou de olhar para a Universidade de Santa Maria, que nasceu e cresceu nas suas mãos. São unidades afins, nos seus propósitos generosos e pelo amor com que foram criadas, ambas verdadeiros marcos de províncias brasileiras que necessitam desses estímulos para o soerguimento harmonioso da Pátria (Professor pede a Ministro que olhe para Universidade...1967.p. 07).

A solenidade de maior destaque ocorreu no dia 05 de julho de 1967, com a visita do ministro à reitoria da URNe. Na ocasião, o titular da pasta de Educação foi recepcionado pelo reitor Edvaldo do Ó, pelo reitor da UFPB, Guilardo Martins Alves e pelo Diretor da Faculdade de Química Industrial e Diretor da Escola Politécnica da UFPB, Lynaldo Cavalcante de Albuquerque. O discurso proferido por Edvaldo do Ó tornou-se o ápice das solenidades que marcaram a visita do Ministro Tarso Dutra. Neste momento, o reitor da URNe fez uma exposição sobre a “evolução do ensino” na cidade de Campina Grande, concitando a todos a se integrarem na alavancada desenvolvimentista.

Fotografia 5- Visita do Ministro da Educação e Cultura à reitoria da URNe



Da esquerda para a direita: Edvaldo do Ó –Reitor da URNe, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque – Diretor da Escola Politécnica da UFPB, Guilardo Martins Alves – Reitor da UFPB e Tarso Dutra – Ministro da Educação e Cultura do Governo Costa e Silva. Visita do Ministro da Educação à FURNe. Fonte: Arquivo da Fundação Edvaldo do Ó, 2015.

O reitor inicia sua fala remontando ao povoamento da região em que se situa a cidade de Campina Grande, ressaltando o que denomina como a “especificidade” que caracterizaria a “formação histórico-social” da cidade, qual seja: a sua ocupação por grupos de migrantes vindos de São Paulo e dos sertões da Bahia. Esse aspecto é contrastado pelo orador frente à ocupação das demais localidades da região que, segundo a sua fala, teriam sido ocupadas por grupos vindos do litoral da Paraíba e de Pernambuco. Essa afirmação, apesar do reitor não referenciá-la, certamente se assentava nos estudos de José Lopes de Andrade¹⁴⁷. Assim, Edvaldo do Ó visava inserir a cidade de Campina Grande enquanto um “centro natural” irradiador de “influências” para toda a região. Ao mobilizar essas informações, o reitor da URNe provavelmente objetivava imprimir à identidade campinense uma peculiaridade “desbravadora” como que inspirada nas trajetórias dos bandeirantes paulistas. O entendimento era de que, da mesma maneira como a integração do Brasil estava se dando a partir do

¹⁴⁷ José Lopes de Andrade, em seu livro *Introdução à Sociologia das Secas*, originalmente publicado em 1947, defende a tese de que o povoamento do lugar onde posteriormente seria criada a cidade de Campina Grande ocorreu a partir da presença de bandeirantes paulistas e sertanistas baianos que, navegando pelo rio São Francisco, acabaram se fixando nas proximidades da “cidade”. Estamos trabalhando com a segunda edição de *Introdução à Sociologia das Secas*, reeditada em 2010, através de uma iniciativa do BNB. Ver: ANDRADE (2010).

desenvolvimento econômico desencadeado pelo sul/sudeste, a redenção do Nordeste estaria nas cidades que mais se aproximassem do padrão de “cidade industrial”. Construía-se, segundo (AGRA DO Ó, 2006), um lugar preciso na geografia imagético-discursiva, em que Campina Grande permanecia ligada à sua região, mas a transcendia porque era líder, ou seja, não partilhava de sua essência, mas se aproximava dos grandes centros do sul¹⁴⁸. Atentemos ao discurso:

A formação social de Campina Grande fugiu, historicamente, à regra dos grupos de penetração do interior do Nordeste Oriental, os quais partiram do litoral de Pernambuco e da Paraíba, dominado pela cana-de-açúcar, em demanda dos sertões bravos, utilizando como caminho o leito seco dos rios. Na Paraíba, a penetração se fez, principalmente, subindo os vales do rio Paraíba, em direção à hoje cidade de São João do Cariri, e do Rio Mamanguape, em direção à hoje cidade de Areia, onde tinham se detido até fins do Século XVI, quando Campina Grande surge na história. Colocada entre as duas pontas da lança, esta cidade teve seu povoamento iniciado por grupos que já desciam dos sertões, ali chegados procedentes da Bahia e de São Paulo, sem ligação com os grupos que subiam do litoral da Paraíba e Pernambuco. Com o esgotamento das potencialidades várias do leito dos rios, as primeiras ferroviária e rodoviária favoreceram Campina Grande, que logo despontou como entreposto comercial, atraindo populações de toda a região e que se foram fixando na localidade pelo clima ameno, nela desfrutado durante praticamente todo o tempo, o que assegurou as bases da quase metrópole atual (Em menos de trinta anos: da escola primária à Superior ...1967, p. 07).

Após fazer a exposição da “formação social de Campina Grande”, o reitor se debruçou sobre a “evolução do ensino” na cidade, ressaltando a “rapidez” com que Campina Grande passara, em trinta anos, da “fase do Grupo Escolar à Escola Superior”. O orador mobiliza, assim, uma série de dados acerca das matrículas na escola primária, secundária e superior, evidenciando o “esforço” então empregado no sentido de dotar a cidade e, por conseguinte a região que ela representaria, das bases técnico-científicas consideradas indispensáveis ao desenvolvimento regional.

O “diagnóstico” é preciso: após muito tempo se dedicando às atividades comerciais, a cidade de Campina Grande havia se “descuidado” do seu “progresso intelectual”. Esse “descuido” ameaçava o projeto de desenvolvimento, pois sem as

¹⁴⁸ AGRA DO Ó (2006) ainda nos apresenta às expressões pelas quais Campina Grande era designada no debate intelectual do período “Metrópole Regional”, “Metrópole do Polígono das Secas” e, por fim, “São Paulo em miniatura”.

contribuições da “ciência e da técnica” não seria possível escrutinar as causas do “atraso secular” do nordeste. Desse modo, permaneceria o “equivoco” entre as “causas” do subdesenvolvimento e os seus “efeitos”. Para evitar que este quadro permanecesse todos os esforços em prol da “consolidação da experiência universitária em Campina Grande” deveriam ser unificados. Ao enfatizar a centralidade do ensino superior no projeto de desenvolvimento regional, o reitor endossava o discurso desenvolvimentista, colocando a URNe como condição indispensável para o êxito desse projeto:

Há apenas 30 anos, a cidade encontrava-se ainda na fase do simples Grupo Escolar; 10 anos mais tarde, já havia conquistado a Escola Média em seus dois ciclos; e nos 10 anos seguintes, atingiu a Escola Superior com a organização e funcionamento das seguintes Faculdades em sua ordem de aparecimento: 1. Engenharia. 2. Filosofia. 3. Economia. 4. Serviço Social. 5. Química. 6. Administração. 7. Direito. Em menos de um século Campina Grande partiu de cerca de um mil para quase vinte mil matrículas na Escola Primária; de zero para cerca de dez mil matrículas na Escola Secundária; e de zero para duas mil matrículas na Escola Superior. Todo este enorme esforço é indicativo de que se atrasara no processo de absorção da Ciência e da Tecnologia como fatores do Desenvolvimento Econômico e Social, mas o é também de que reconhece de que só com mais Ciência e Tecnologia poderá alçar-se a novas posições de liderança na região em que está situada. Presentemente, o principal trabalho de Campina Grande no campo do desenvolvimento intelectual, se concentra na unificação e planejamento dos esforços e objetivos dos seus diversos estabelecimentos de Ensino Superior, dentro da iniciativa em implantação da Fundação UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE (Em menos de trinta anos: da escola primária à Superior...1967, p. 07).

Após a solenidade ocorrida na reitoria da URNe, a imprensa da cidade começou a veicular matérias sobre a federalização dessa universidade. Neste momento, o *Diário da Borborema* chegou a noticiar que após a federalização uma nova instituição seria criada. Formada pela fusão da Escola Politécnica, da FACE, da Escola de Agronomia do Nordeste com a URNe, a Universidade Federal de Campina Grande surgia com a promessa de garantir maior infraestrutura ao ensino superior no interior da região nordeste. Os editoriais do *Diário da Borborema* passam a destacar a “importância” da federalização da universidade para o desenvolvimento regional. Alçando a federalização da URNe à condição de “nova causa” do ensino superior, este jornal visava garantir o sucesso dessa campanha. Para tanto, era preciso que a visita do ministro fosse concebida como um “marco” na “história da educação” da cidade. No editorial do dia 07 de julho

de 1967, o jornal mencionado reiterava a “importância” da visita do ministro da Educação a Campina Grande. Ao caracterizar este evento como um “marco” na “história da educação” campinense, o *Diário da Borborema* “criava” um clima de entusiasmo em Campina Grande, fazendo com que a federalização da URNe se transformasse em aspiração não só deste município mas de toda a “região” por ele polarizada. Os usos políticos da linguagem são intensamente mobilizados pela imprensa que, ao “criar” determinados “efeitos de realidade”, exerce uma influência nada desprezível sobre o debate educacional. Desse modo, o *Diário* “transformava” a visita do ministro em “marco” da história educacional da cidade, visando garantir a adesão de todos à “causa” da federalização. Vejamos um trecho deste editorial:

Ninguém de bom senso poderá dizer que a visita do Ministro da Educação, professor Tarso Dutra, a Campina Grande foi simples e corriqueiro ato de rotina administrativa. Vai muito mais longe, a finalidade da estada desse gaúcho alegre à terra campinense. Poderá mesmo dizer-se sem exagero e sem medo de errar que o fato marca era nova na história da educação de Campina Grande. Os horizontes abertos, as perspectivas que se vislumbram com a permanência de pouco mais de um dia de Sua Excia., em nossa terra são os mais admiradores. Suas promessas, que certamente serão concretizadas num futuro bem próximo, coroará em caráter definitivo o sonho de um punhado de abnegados, que tem ao comando esse destemido campinense que é o professor Edvaldo de Souza do Ó (Visita do Ministro e o futuro de Campina...1967, p. 02).

Em meio a esse debate, o nome de Edvaldo do Ó passa a ser “fabricado” como a liderança capaz de aglutinar os “esforços” em torno da federalização do ensino superior na cidade. A URNe é apresentada enquanto criação do próprio Edvaldo do Ó que, inclusive, teria “antevisto” a “necessidade” de alicerçar o desenvolvimento regional nos pilares da ciência e da técnica. A promoção do nome de Edvaldo do Ó pode ser analisada com base nas regras que ligam o campo intelectual ao campo jornalístico (BOURDIEU, 1996). Nesse cenário, a articulação do reitor com o grupo dos desenvolvimentistas (que através dos *Diários Associados* ocupavam os principais postos da imprensa escrita e falada da cidade), facilitava o seu trânsito na imprensa, resultando em uma grande quantidade de matérias que diariamente promoviam o seu nome. Conforme a narrativa tecida *por* e *através* da imprensa, Edvaldo do Ó galvanizaria os interesses do grupo dos desenvolvimentistas, colocando-se na disputa do campo

educacional enquanto instituidor, “criador” da URNe e, portanto, o “melhor nome” que poderia geri-la quando da sua federalização.

Ao mobilizar o signo do “visionário”, o grupo dos *Diários Associados* tinha por objetivo influir no debate educacional, garantindo que a instituição que viesse a ser criada continuasse a ser dirigida por Edvaldo do Ó. A linguagem, como nos lembra Skinner (2005c), é elemento de atuação do político e o seu uso detona a vontade dos agentes em intervir no debate. Disseminando a ideia de que a URNe seria o resultado das ações do seu reitor, o *Diário da Borborema* buscava projetar o nome de Edvaldo do Ó como o mais “adequado” para gerir a futura Universidade Federal de Campina Grande. Desse modo, abundavam as notas e matérias promovendo o gesto “visionário” de Edvaldo do Ó. Uma dessas matérias, publicada em 27 de julho de 1967, assim caracterizava a atuação do reitor da URNe:

A fundação da Universidade Regional do Nordeste para muitos representou, não faz muito tempo, uma loucura de visionário, uma aventura desse homem tão combatido por um lado e, igualmente, admirado por outro. O surgimento de uma unidade universitária no interior da Paraíba aos olhos dos mais avisados, dos mais tímidos, ou melhor dos mais medrosos parecia constituir-se em atitude fadada ao desengano, ao fracasso. Seria para esses pessimistas um risco a que se submeteria a cidade, uma jogada de time (aqui nos referimos ao Treze) comandado pelo professor Edvaldo do Ó. Mas, finalmente, tal não aconteceu. Aqui está a Universidade Regional cada vez mais fortalecida. Aí estão suas escolas em pleno funcionamento, levando diariamente às suas salas de aula centenas e centenas de nordestinos, muitos dos que já estavam desiludidos de atingir a culminância de uma agradação (sic) superior. A vinda do professor Tarso Dutra a Campina Grande, como já disse, marcou era nova na história de nossa educação. A unificação de todas as escolas de Campina Grande, além da de Areia, em uma só universidade federal, a esta altura já não é apenas um sonho. É meio caminho andado para a realidade. Será como que a confirmação de tudo aquilo que antevia o professor Edvaldo do Ó quando semeou a semente da educação em grau superior em nossa terra (O homem certo...1967, p. 05).

Com a intensificação da proposta de federalização da URNe, a intelectualidade passou a se articular no campo do político. Desse modo, os intelectuais passaram a recorrer cada vez mais aos grupos políticos e às instancias burocráticas da administração pública, buscando assegurar as posições de mando e comando no interior da instituição que seria criada. Edvaldo do Ó, por exemplo, passou a viajar reiteradas vezes ao então estado da Guanabara para tratar de “assuntos de interesse da URNe”. Em agosto de

1967, por ocasião do “Encontro dos governadores do Nordeste”¹⁴⁹, realizado na cidade de Recife, o reitor Edvaldo do Ó e o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, acertaram detalhes acerca do projeto de Lei que propunha a federalização da URNe. Ao que nos informa a imprensa do período, a decisão então acertada consistia na federalização da URNe, encampando as duas Faculdades integrantes da UFPB (a FACE e a Politécnica), bem como a Escola de Agronomia do Nordeste, esta última sediada na cidade de Areia, no brejo paraibano. A nova instituição, estabelecida nos termos jurídicos de Fundação, seria denominada Fundação Universidade Federal de Campina Grande. Vejamos o Projeto de Lei, encaminhado pelo ministro da Educação ao Presidente da República e publicado pela edição do *Diário da Borborema* de 13 de agosto de 1967:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República: Submeto a Vossa Excelência o incluso projeto de lei que institui a Universidade Federal com sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. O centro universitário em apreço será uma resultante das diretrizes traçadas por Vossa Excelência no campo da educação superior, visando a elevar os padrões qualitativos da formação desse nível, através da valorização e concentração de esforços do pessoal docente e, ainda, a levar os recursos de formação superior às populações interioranas do País. A Universidade Federal de Campina Grande atenderá, sob a forma de Fundação, aos pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a presença de sete (7) estabelecimentos de ensino autorizados a funcionar e reconhecidos, sendo três deles pertencentes ao sistema federal e quatro outros particulares. A prescrições enunciadas no Decreto-Lei nº. 53, de 18 de novembro de 1966, para condicionar a reformulação universitária no ciclo básico, serão expressamente observadas, de acordo com o disposto no projeto a ser oportunamente convertido em lei. Reitero a Vossa Excelência, neste ensejo, os protestos do meu profundo respeito. Tarso Dutra (Ministro pede a federalização da URNe...1967, p. 01).

A divulgação do Projeto de Lei e da Mensagem que propunha a federalização da URNe constitui o cerne do debate travado nas seções do *Diário da Borborema*. Erigida como a “nova causa educacional”, a federalização da Universidade Regional passa a movimentar o debate educacional da cidade. É estabelecida uma luta em torno da temática, inclusive através da apropriação de um vocabulário polemológico, o que denota os debates e embates que sedimentavam a questão. Sob este aspecto a seção

¹⁴⁹ Evento promovido pela SUDENE e que reuniu os governadores dos estados nordestinos, visando debater a política de desenvolvimento pensada para o Nordeste.

Homens & Fatos, bem como os editoriais do *Diário da Borborema* passam a promover, quase que diariamente, campanhas em prol da federalização da URNe.

Se a federalização da URNe reunia os mais variados setores da sociedade da época, era natural que as tensões e divergências não tardassem a aparecer. Já na seção *Homens & Fatos* de 14 de novembro de 1967, Lopes de Andrade reclamava que os “interesses individuais” estariam balizando os trâmites do projeto de federalização da instituição. A “disputa” em torno dos altos postos de comando da futura universidade federal estaria ameaçando o próprio projeto dessa universidade, haja vista os reiterados empecilhos impostos, tanto no âmbito “externo” a URNe (o que o colunista denomina como sendo “outras comunidades desejosas de participar do projeto”) como na esfera interna da instituição. No que concerne às disputas “internas”, diretores de faculdades e institutos começavam a se movimentar frente à distribuição dos cargos da futura instituição. Dessa forma, Lopes de Andrade chamava atenção para a necessidade da comunidade acadêmica pautar-se pelos interesses “gerais” da URNe. Do contrário, “o volume de interesses” em torno da ocupação de cargos na futura universidade federal resultaria em uma situação insustentável, que poderia levar ao aniquilamento da própria URNe e, conseqüentemente, da universidade de Campina Grande:

[...] Mas, tal como esperávamos, a simples ideia ou possibilidade da “federalização” não tardou a desencadear forças que logo se tornaram incontroláveis pelos fundadores e dirigentes da URN: surgiram as ambições e os recalques de outras comunidades, desejosas de participar do projeto ou de não vê-lo executado totalmente em curto prazo, surgiram dentro da própria comunidade local as ambições individuais e de grupos, interessados cada qual em assegurar “seu lugar” na distribuição dos futuros benefícios, etc. Criou-se, com todo o inevitável cortejo de esperanças e frustrações, o impacto que sabíamos, por experiência da federalização da Universidade da Paraíba, inseparável de todo processo de federalização. Até onde esse plano inclinado da emoção humana conduzirá, daqui por diante, a UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE? Terá o projeto ainda condições de ser executado? O volume dos interesses assanhados em derredor da iniciativa cresce cada dia que passa. Eles poderão leva-lo ao triunfo final, mas também poderão sufoca-la até o estrangulamento final... Na altura atual das coisas, é impossível qualquer previsão a respeito (ANDRADE, 1967g, p. 02).

Quando se refere aos “entraves externos” ao projeto de federalização da URNe, Lopes de Andrade estaria aludindo à interferência do então governador da Paraíba, João Agripino Filho? Pois, segundo nos informa o editorial do *Diário da Borborema* de 13

de setembro de 1967¹⁵⁰, o governador havia requerido a inclusão do Ginásio Agrícola de Catolé do Rocha, do Colégio Agrícola de Bananeiras e da Faculdade de Filosofia de Bananeiras no projeto da Universidade Federal de Campina Grande. Tal solicitação, conforme nos informa o aludido editorial, teria implicado no reenvio do Projeto de Lei e da respectiva mensagem ao ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, no intuito de se realizarem novos estudos, pois a incorporação dessas instituições implicaria em despesas inicialmente não previstas no Projeto. É possível, portanto, que a alusão feita pelo articulista fosse direcionada às intervenções feitas pelo então governador João Agripino Filho, uma vez que a cada intervenção, solicitando a inclusão de determinada instituição no projeto da Universidade Federal de Campina Grande, o envio do projeto e da mensagem para a votação no plenário retardava, suscitando inquietação e aumento da tensão no grupo dos intelectuais desenvolvimentistas.

Se o projeto de federalização da URNe estaria encontrando entraves no âmbito externo, a imprensa do período também nos alude às tensões internas à própria instituição. A seção *Política em Preto e Branco*, assinada por William Tejo, anunciava, na edição de 19 de janeiro de 1968, “a briga de galos no mesmo terreiro” em que teria se transformando a corrida rumo à reitoria da futura Universidade Federal de Campina Grande. Segundo esse articulista, no plano interno da URNe estaria se delineando uma “surda campanha” com vistas às indicações políticas para o cargo de reitor da universidade. Nesse cenário, as articulações de alguns professores e dirigentes de Institutos Centrais com políticos “bem relacionados” no âmbito federal se converteriam em capital indispensável para que os “jogadores” lograssem êxito no “jogo” (BOURDIEU, 1996, 2003). Com base nesse aspecto, William Tejo nos informa que até mesmo o governador João Agripino estaria sendo procurado por postulantes ao cargo de reitor da futura Universidade Federal de Campina Grande, em virtude do seu “entrosamento” com as altas chefias que comandavam o país naquele momento:

[...] Diz-se que até o Governador está sendo procurado para o assunto. Se isso realmente existe, chega às raias do absurdo. E se o governador tem interesse em ajudar a FURN que ajude aos que souberam criá-la, que estão mantendo-a e os verdadeiros idealistas que tudo sacrificam para o engrandecimento cultural da cidade. Num ato de alta justiça. E de reconhecimento pelos bons serviços prestados (TEJO, 1968, p. 03).

¹⁵⁰ FEDERALIZAÇÃO da Universidade Regional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de setembro de 1967. Editorial, p. 02.

Se, por um lado, o articulista denunciava os “interesses individuais” que estariam pondo em cheque o projeto de federalização da URNe, por outro, observa-se a promoção dos nomes dos “pioneiros” da URNe: Edvaldo de Souza do Ó (considerado o “mentor intelectual da instituição”) e Williams Arruda (seu instituidor). Dessa forma, o articulista prossegue ressaltando os nomes de Edvaldo do Ó e Williams Arruda como os mais “aptos” para ocuparem a reitoria da futura Universidade Federal de Campina Grande. A justificativa recaía sobre a “paternidade” do Projeto, haja vista que, segundo a percepção amplamente veiculada na imprensa do período, a URNe corresponderia a um projeto levado a cabo por Edvaldo do Ó e Williams Arruda. Aqui, far-se-ia necessário um breve adendo, tendo em vista a importância de outros nomes, tais como o professor José Lopes de Andrade, Aloízio Afonso Campos, dentre outros intelectuais e políticos integrantes do chamado grupo dos desenvolvimentistas.

Apesar da listagem dos intelectuais que “pensaram” a URNe ser extensa, os nomes que acabaram sendo cristalizados, seja pela imprensa do período ou pela historiografia que versa sobre a instituição, foram de Edvaldo do Ó e Williams Arruda. É sobre esses dois nomes que o grupo dos *Diários Associados* se debruçará, promovendo-os à corrida para o cargo de futuro reitor da Universidade Federal de Campina Grande.

Dentro dessa disputa, o grupo representado pelo *Diário da Borborema* promoverá, quase que diariamente, os nomes de Edvaldo do Ó e Williams Arruda ao cargo de possíveis reitores da Universidade Federal da Campina Grande. Como já mencionado anteriormente, a defesa desses dois postulantes, por parte do grupo dos *Diários Associados*, faz-se, em grande medida, através dos signos de “visionários”. Segundo esse discurso, os dois atores em questão teriam “antevisto” a necessidade de equipar-se o desenvolvimento econômico às bases técnico-científicas que dariam sustentação, por sua vez, à chamada “Universidade Moderna”:

[...] A FURN – isso ninguém de bom senso pode negar- saiu como ideia da cabeça de alguns campinenses que sonharam muito alto e tudo indicava um sonho irrealizável. E dois nomes se destacam. São o do prefeito Williams Arruda e do professor Edvaldo do Ó. Ninguém desconhece a luta, a batalha sem tréguas para que a FURN fosse uma realidade. E ela aí está viva, palpitante, moça e cheia de idealismo. Por que – essa é a pergunta – não se pode entregar a direção da nova Reitoria a quem presentemente a chefia? (TEJO, 1968, p. 03).

Além de Edvaldo do Ó e Williams Arruda, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e José Paulino da Costa Filho também estariam pleiteando o cargo de reitor da Universidade Federal de Campina Grande. Ao solicitarem o desligamento da suplência do Conselho Diretor da FURNe, Lynaldo Cavalcanti e José Paulino estariam demonstrando sua insatisfação com o reitorado de Edvaldo do Ó e, ao mesmo tempo, demarcando um espaço político no interior da futura universidade federal¹⁵¹. Este episódio não passou despercebido pela imprensa da cidade e, tão logo as notícias começaram a ser veiculadas, o desligamento dos dois professores foi interpretado como “prova” de que estes estariam articulados em busca da indicação para a reitoria da Universidade Federal de Campina Grande.

Desse modo, a edição do *Diário da Borborema* de 23 de janeiro de 1968 trazia, na seção especializada em política, a seguinte manchete “Paulino e Lynaldo disputariam Reitoria”¹⁵². A afirmação é de que os dois professores estariam se articulando no sentido de concorrer à indicação para o cargo de reitor da futura Universidade. “Prova cabal” desta intenção era o desligamento dos citados professores do Conselho Diretor da FURNe. A “bota de sete léguas” que estaria sendo utilizada para a indicação ao cargo consistiria nos “pronunciamentos elogiosos” que os professores vinham fazendo à administração do governador João Agripino Filho. Tais elogios, proferidos através da imprensa falada e escrita da cidade, poderiam assegurar determinada vantagem na corrida rumo ao cargo máximo da Universidade, pois o governador da Paraíba gozava de bastante influência no governo do presidente Artur da Costa e Silva. Logo, uma “relação amistosa” com Agripino poderia implicar na indicação para o mais alto cargo da futura universidade federal. Ao comentar as “intenções” de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque e José Paulino da Costa Filho em disputar a reitoria da universidade, o *Diário da Borborema* destacava:

Fala-se em toda Campina Grande numa corrida que estaria havendo entre os professores José Paulino Costa Filho e Lynaldo Cavalcante de Albuquerque, em busca de uma indicação para o cargo de Reitor da Universidade Regional do Nordeste. As “botas de sete léguas” usadas nesta corrida seriam as frequentes e elogiosas referências que os citados professores vêm fazendo à administração do governador João Agripino. Por fim, os citados professores, para poder melhor pleitear a reitoria, recentemente demitiram-se do Conselho Diretor da URN, do

¹⁵¹ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1969, p. 27-32.

qual faziam parte (Paulino e Lynaldo disputariam Reitoria...1968, p. 01).

No ofício em que pede o desligamento da função de suplente do Conselho Diretor da FURNe, José Paulino Costa Filho justifica sua saída em virtude da retomada das suas atividades profissionais como economista. Segundo o suplente, o exercício das atividades profissionais estaria lhe impedindo de se dedicar às atividades do Conselho¹⁵³. Em que pese os reiterados pronunciamentos dos respectivos professores à comunidade acadêmica, a ideia de que o desligamento dos docentes do Conselho Diretor da FURNe estaria intrinsecamente ligada à disputa que se avizinhava começava a ganhar os círculos intelectuais da cidade, adensando as páginas dos jornais¹⁵⁴.

Nesse momento, a disputa para o cargo de reitor da futura Universidade Federal de Campina Grande já era protagonizada pelos professores Edvaldo do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. As constantes “Cartas abertas” veiculadas no *Diário da Borborema* denotam o tensionamento vivenciado no campo intelectual naquele momento. Tornava-se recorrente as trocas de acusações. Apesar da representação do campo intelectual como espaço “livre” das paixões e desafetos, as cartas abertas publicadas por esses professores nos mostram o peso das subjetividades na conformação dos debates e embates do campo intelectual.

A edição do *Diário da Borborema* de 31 de janeiro de 1968 trazia, na primeira página, “Carta aberta a Campina Grande” assinada pelo reitor da URNe. A “Carta” enumerava alguns dos “entraves” que estariam obliterando a federalização dessa universidade. Dentre esses “entraves”, o reitor Edvaldo do Ó acusava Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque de estar “sabotando” os “interesses de Campina Grande”. Os embates travados entre os dirigentes das instituições de ensino superior da cidade passam a ganhar foros de uma disputa pessoal, no qual as acusações mútuas fazem-se presentes cotidianamente na imprensa escrita da cidade.

É interessante destacar que estas acusações são feitas mobilizando-se a ideia de que os “interesses pessoais” estariam sobressaindo aos “interesses da coletividade” e, portanto, “desajudando” a cidade de Campina Grande na consolidação do “status” de

¹⁵³ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1969, p. 29.

¹⁵⁴ Paulino e Lynaldo disputariam Reitoria...*Diário da Borborema*. Campina Grande, 23 de janeiro de 1968, p. 01.

cidade universitária. O campo intelectual apresenta-se, assim, enquanto espaço no qual o principal interesse reside no “desinteresse”, ou seja, no interesse de se parecer “desinteressado”, aumentando, assim, as legitimidades das intervenções, já que os atores apresentam-se como guiados pelos interesses do campo (BOURDIEU, 1996, 2003).

As tensões que configuram as disputas pela indicação ao cargo de reitor da Universidade Federal de Campina Grande são feitas como base em algumas questões. Primeiramente, é necessário salientar que o debate em torno da federalização da URNe é alçado como a “nova causa educacional”, através da qual militariam intelectuais, políticos e jornalistas. Em um segundo momento, observa-se as estratégias levadas a cabo pelo então reitor da URNe, Edvaldo do Ó, no sentido de se (re) apresentar enquanto o “nome mais adequado” para gerir a futura instituição. Dentre os aspectos que referendariam o seu nome figura a “paternidade” da URNe, condição que o legitimaria a gerir toda a campanha em prol da federalização. Este protagonismo, obviamente, não era desinteressado. Estando à frente do projeto de federalização, Edvaldo do Ó teria aumentada as chances de ter seu nome indicado à reitoria da Universidade Federal de Campina Grande.

Além de ser utilizada para promover a imagem de Edvaldo do Ó, a imprensa também se apresentava como o espaço apropriado para que o reitor atacasse os seus “adversários”. Acusando-os de serem contrários ao “desenvolvimento” de Campina Grande, o reitor da URNe constrói a sua imagem como o “devotado” às “causas” da cidade. A divulgação de “cartas abertas” torna-se uma estratégia voltada para a fabricação da imagem de Edvaldo do Ó com o condutor “natural” do projeto de federalização. Desse modo, a primeira “carta aberta”, publicada na primeira página da edição do *Diário da Borborema* de 31 de janeiro de 1968, chamava a atenção do leitor para o “trabalho” e “comprometimento” de Edvaldo do Ó à frente da URNe. Para tanto, o autor mobiliza uma série de dispositivos que iam, a um só tempo, informando o leitor acerca das “dificuldades” na condução dessa universidade, bem como ressaltando a importância adquirida pelo projeto de federalização.

Ressaltando os “entraves” ao projeto de federalização da URNe, Edvaldo do Ó acusava Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque de “trair” os “interesses” de Campina Grande. A acusação era justificada pela suposta visita do Diretor da Politécnica ao

ministro do Planejamento, Hélio Beltrão. Segundo a Carta publicada no *Diário da Borborema*, ao saber do “adiantado estágio” no qual se encontrava o Projeto que federalizava a URNe, Lynaldo Cavalcanti teria solicitado audiência com o ministro do Planejamento, onde supostamente teria afirmado a “impraticabilidade” da URNe e a “incapacidade” da cidade de Campina Grande em comportar uma universidade federal. Ainda segundo a Carta, as articulações de Lynaldo Cavalcanti com o ministro Beltrão estariam sendo intermediadas pelo então governador da Paraíba, João Agripino Filho:

Campina Grande é testemunha do nosso trabalho à frente da Universidade Regional do Nordeste, procurando conduzi-la dentro dos princípios da reforma universitária, malgrado os poucos recursos que dispomos para sua implantação. Nenhum detalhe foi esquecido, com respeito à consecução da federalização prometida por Sua Excelência, o Ministro Tarso Dutra em nossa cidade. Tudo foi pensando. Tudo, menos a traição do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, Diretor da Escola Politécnica de Campina Grande, [que] visando interesses próprios, procura boicotar o nosso trabalho, declarando nos órgãos dos Ministérios de Educação e Planejamento, “que a Universidade Regional não funciona e que Campina Grande não tem condições de ter uma Universidade Federal”. Há poucos dias, voltei do Rio de Janeiro, de uma viagem na qual mantive os melhores contatos com o Ministro Hélio Beltrão. Soube agora, que o Prof. Lynaldo viajou àquela cidade conduzindo um memorial assinado por professores daquela Escola, a seu pedido, procurando fazer ver ao Ministro do Planejamento a impraticabilidade da Universidade Regional e solicitando que a mesma não seja federalizada, falando inclusive em nome do Governador do Estado (SOUZA DO Ó, 1968a, p. 01).

O reitor destacava a sua atuação na “causa” da federalização como sendo dissociada de “interesses pessoais”. O desejo de serem vistos como agentes “desinteressados” faz com que os intelectuais constantemente recorram ao exercício retórico do “desinteresse”. Os agentes investidos nessas disputas se (re) apresentam como representantes “legítimos” dos interesses da sociedade (BOURDIEU, 1996, 2003). Desse modo, Edvaldo do Ó erigia a sua imagem como agente “desinteressado” para, em seguida, acusar o professor Lynaldo Cavalcanti de guiar-se unicamente por “interesses pessoais”. Para o reitor da URNe, a atuação do diretor da POLI estaria suplantando os “interesses da coletividade”, impedindo, assim, que Campina Grande tivesse a “sua” universidade federal. Atentemos a este trecho da carta:

[...] Quero, no entanto, esclarecer que trabalho às claras e que tudo faço sem interesses pessoais. Mas, não posso deixar que, enquanto procuro levar nos ombros um empreendimento do porte da

Universidade outro que intimamente deseja ser Reitor, externe seus complexos procurando entravar o desenvolvimento cultural da nossa cidade, transmitindo uma falsa imagem da nossa Universidade e de Campina Grande. Em 30 de janeiro de 1968. Edvaldo de Souza do Ó (SOUZA DO Ó, 1968a, p. 01).

Apesar de constantemente promover a imagem de Edvaldo do Ó, o *Diário da Borborema* também abria espaço para que os acusados pelo reitor pudessem se defender. Afinal, o referido jornal se inseria dentro do modelo empresarial. Assim, a veiculação de outras versões sobre os entraves da federalização representava uma oportunidade ideal para que este jornal exercitasse a retórica da independência editorial. Diante das acusações feitas pelo reitor da URNe, o *Diário* realizou uma entrevista com o diretor da POLI, onde foram abordadas as tensões do projeto de federalização. A reportagem, intitulada “Lynaldo refuta ‘Carta’ de Edvaldo: ‘Não trai e nem cogito ser Reitor’”, foi publicada na primeira página da edição de 02 de fevereiro de 1968. Conforme esta reportagem, Lynaldo Cavalcanti teria confirmado à equipe do *Diário da Borborema* a realização de uma audiência com o Ministro do Planejamento. Durante esta audiência, o diretor da POLI entregou um “expediente administrativo” da Congregação de Professores desta Escola, no qual solicitava que os docentes fossem consultados sobre a incorporação da POLI à URNe. Ainda segundo a reportagem do *Diário*, Lynaldo Cavalcanti negaria ter entregado ao Ministro Hélio Beltrão qualquer documento que fizesse menção à “impraticabilidade de funcionamento da Universidade Regional ou que Campina Grande não tivesse condições de ter uma Universidade Federal”¹⁵⁵. Ao ser indagado sobre as afirmações feitas por Edvaldo do Ó, Lynaldo Cavalcanti as caracterizava como “contraditórias”, visto que elas lhe acusavam de estar obliterando o projeto de federalização da URNe e, ao mesmo tempo, vislumbrando o cargo de reitor da instituição.

Para defender-se das acusações feitas por Edvaldo do Ó, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque mobilizava a retórica do desinteresse. Assim, o diretor da POLI caracterizava suas ações como “ausentes de interesses pessoais”. “Prova” disso seria a sua recusa em pleitear o cargo de reitor da URNe. Conforme pontua a reportagem, a

¹⁵⁵ LYNALDO refuta “Carta” de Edvaldo: “Não trai e nem cogito ser Reitor”. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de fevereiro de 1968, p. 01.

“única” preocupação de Lynaldo Cavalcanti seria a conclusão da sua gestão na Escola Politécnica. Aliás, a sua atuação à frente desta escola era apresentada como expressão do seu “amor” por Campina Grande, razão pela qual rejeitava e considerava injusta à acusação de “traidor” dos “interesses campinenses”. Ainda segundo o diretor da POLI, a recusa do Ministério do Planejamento em não federalizar a URNe não guardaria qualquer relação com sua ida ao Rio de Janeiro. Ao declinar da federalização, o governo federal estaria pondo em prática a orientação do Conselho Federal de Educação que, desde a sua instituição, adotava uma política de contenção de “gastos”. Assim, a criação de novas instituições federais só seria cogitada nos estados que não possuísem universidades. Como a Paraíba já possuía a sua universidade federal, estaria descartada qualquer possibilidade de se criar uma universidade federal em Campina Grande. O governo federal se comprometia a suplementar o orçamento da URNe, mas, mantendo a sua forma jurídica de fundação municipal de ensino superior. Vejamos um trecho da entrevista:

[...] Orgulho-me de ser campinense e, como tal, creio já ter prestado serviços à causa do seu desenvolvimento, sempre com independência, espírito público e de pleno acordo com minha consciência. Para melhor esclarecimento da opinião pública, urge destacar que realmente o Ministério do Planejamento não cogita federalizar ou criar quaisquer universidades federais. Isto não por influência minha, como é óbvio... O que atualmente se processa naquele Ministério é um trabalho concordando apenas com a inserção da Universidade Regional do Nordeste no Registro Civil, mantendo-se, porém, sua condição de Fundação Municipal, ficando o Governo Federal com o encargo de suplementar, anualmente, os recursos próprios da Universidade Regional do Nordeste (Lynaldo refuta “Carta” de Edvaldo: “Não trai e nem cogito ser Reitor”...1968, p. 01).

As tensões envolvendo Edvaldo do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque devem ser analisadas sob o prisma das regras do campo intelectual (BOURDIEU, 1996, 2003). A posição ocupada por cada “jogador” pode nos indicar as disposições que orientam as suas tomadas de decisão. Desmistificando a retórica do “desinteresse” podemos observar a confluência dos interesses públicos e privados que estão na base das ações desses atores. Para Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, a fusão da Escola Politécnica com a URNe representava não só a sua “submissão” à chefia de Edvaldo do Ó como também os riscos vislumbrados ante o desligamento daquela Escola do domínio da UFPB. Como a UFPB já era uma instituição consolidada, ao desligar-se da sua órbita

a POLI poderia estar ingressando em uma “aventura perigosa”. Já para Edvaldo do Ó, a encampação da Escola Politécnica pela URNe implicaria tanto no “fortalecimento” desta universidade como na ampliação de sua atuação política, no interior (e fora) do campo intelectual.

Para a imprensa, a federalização da URNe representava uma oportunidade para se consolidar a universidade em Campina Grande e, conseqüentemente, alavancar o projeto de desenvolvimento regional. Explorando a dimensão política da linguagem, o *Diário da Borborema* mobilizava as palavras, as imagens e os signos que deveriam despertar na população o entusiasmo para a “causa da federalização”. Se escrever é fazer as coisas com palavras, o jornal fabricava uma realidade onde a federalização da URNe deixava de ser uma “luta” do campo intelectual para se transformar em interesse de “toda a sociedade”. O que se encontrava em jogo, conforme ressaltavam os editoriais do *Diário da Borborema*, não era “apenas” a promoção do “desenvolvimento cultural” da cidade, mas todo o projeto de crescimento econômico pensado para Campina Grande e para a região que ela representava. Sem a federalização, o desenvolvimento regional não se realizaria. Debruçando-se sobre essa questão, o editorial de 03 de fevereiro de 1968 pontuava:

[...] Em termos de desenvolvimento de Campina Grande, a conquista do ‘status’ universitário representará, não apenas título acadêmico honroso, mas também e, sobretudo, aumento da renda econômica local, quer em relação à comunidade local, quer em relação aos 150 mil habitantes que a compõem e carecem de aumentar o seu padrão de consumo e de bem-estar econômico-social [...] Deste modo, a luta pela Universidade de Campina Grande deixa de ser um interesse de uma parte apenas – a comunidade universitária para se tornar um interesse de toda a comunidade local: dos comerciantes, dos industriais, dos políticos, das donas de casa, de toda a população campinense que, como a de João Pessoa, será também beneficiária da federalização da Universidade serrana (Federalização da Universidade...1968, p.02).

Se a federalização constituía na causa que deveria aglutinar a sociedade campinense, a demora com que o projeto tramitava acabava gerando uma inquietação na cidade. Percebendo que a federalização não se efetivaria, a imprensa tentava persuadir o governo federal para repassar as dotações orçamentárias para a universidade, garantindo o seu funcionamento. Ao reivindicar a representação da “opinião pública”, o *Diário da Borborema* se posicionava como agente mediador do debate educacional. Nesse

cenário, as divergências entre os “modelos” de federalização (se integral ou mediante a subvenção de parte do orçamento da instituição) deveriam ser postos de lado. O que estaria em jogo era o próprio funcionamento da URNe. Por essa razão, o editorial de 07 de fevereiro de 1968 destacava:

Não nos colocamos aqui a favor ou contra os que só aceitam a federalização nos moldes clássicos ou a aceitam sob forma mais moderna, dentro da orientação nova que preside o desenvolvimento nacional, de acordo com a qual o sistema de educação superior deve ser regionalizado a fim de garantir a integração do esforço da União com o das diversas comunidades em cada região em que se divide o País. Temos uma só posição, equidistante das correntes em disputa, a qual fazemos questão de firmar: qualquer que seja a forma pela qual o Governo Federal venha ajudar a Universidade de Campina Grande, será sempre a nossa cidade a primeira a se beneficiar com tal atitude (Campina antes de tudo...1968, p. 02).

A importância da URNe para o projeto de desenvolvimento regional não era uma tese partilhada “apenas” pela imprensa. Os políticos passaram a assumir posições cada vez mais incisivas no projeto de federalização da universidade. Fosse utilizando a tribuna da câmara federal ou publicando manifestos em prol da constituição da Universidade Federal de Campina Grande, a posição de muitos políticos e intelectuais passa a ser a defesa do apoio federal em moldes ditos “clássicos”, ou seja, encampando todo o ensino superior da cidade à órbita federal.

Os discursos variavam de um tom persuasivo, visando obter parecer favorável por parte do Ministro Hélio Beltrão, chegando a atingir, algumas vezes, uma posição bastante próxima da defendida pelas esquerdas políticas do período, qual seja: a de que a não federalização da URNe corresponderia ao “processo de alienação da universidade brasileira”. Segundo esta interpretação, a universidade brasileira estaria em vias de “privatização”. Este parece ser o tom que embasa o discurso proferido pelo professor da Faculdade de Direito da URNe, e também deputado federal pela ARENA, Antônio Vital do Rêgo¹⁵⁶. Ocupando a tribuna da câmara federal, na sessão do dia 23 de janeiro de 1968, o parlamentar governista denunciava a “política” defendida pelo ministro Hélio

¹⁵⁶ Antônio Vital do Rego nasceu em Campina Grande, em meados da década de 1930. Filho de Veneziano Vital do Rego e Vicentina Figueiredo Vital do Rego, era sobrinho de Argemiro de Figueiredo. Estudou na Faculdade de Direito de Recife, tendo participado do movimento que instituiu a União Universitária Campinense. Ingressando na política partidária, foi eleito deputado estadual pelo PSD – em 1958, chegando ao Congresso Nacional em 1962, pela UDN. Foi professor da Faculdade de Direito da URNe, chegando a ocupar o reitorado dessa instituição entre 1981 e 1982.

Beltrão de estar a serviço da “alienação” da Universidade brasileira. Para Vital do Rêgo, a “privatização” da universidade brasileira levaria o país à “deplorável condição” de “escassez” de cientistas e técnicos. Logo, os “laços de dependência” que atavam o nordeste às regiões “mais desenvolvidas” permaneceriam coesos. No pronunciamento feito em 23 de janeiro de 1968, o parlamentar enfatizava:

[...] Ontem, Senhor Presidente [da Câmara Federal], com o meu regresso a esta Capital, imediatamente voltei à cargo recebendo, de fontes oficiais ligadas ao Ministério do Planejamento, a informação de que o prestigiado Ministro Hélio Beltrão não permitiria a federalização comprometida. Houvera discutido, apenas, o reconhecimento da Universidade e prometido algumas verbas. Ora, se as verbas orçamentárias destinadas às Universidades brasileiras mantidas pelo Governo Federal só chegam depois de repetidos cortes, minguadas, quanto mais aquelas prometidas para Universidades de caráter particular, mantida por Fundações! Esta fórmula mágica do ilustrado Ministro Hélio Beltrão deve servir como mais uma advertência ao País inteiro, indicando que a alienação da Universidade brasileira é um fato planejado e, como tal, consentido, estimulado. Se assim continuar, não tardaremos muito para atingir a deplorável condição de carecer ainda mais dos que já nos exploram as escancaras, também para a importação de cientistas e técnicos (Vital reclama federalização da Universidade...1968, p. 01).

O discurso, bastante inflamado, mobilizava um vocabulário polemológico, no qual a atitude de não federalizar a URNe era comparada ao “assassinato” do movimento universitário então vivenciado pela cidade de Campina Grande. Ao declinar da federalização da URNe, o governo federal estaria reduzindo as possibilidades da região nordeste se desenvolver de modo “harmônico”. Além desse aspecto, o discurso do parlamentar abordava questões caras à reforma da universidade brasileira. A ausência de vagas nas universidades, resultando na problemática dos excedentes (estudantes que mesmo aprovados nos vestibulares não conseguiam se matricular) era apontada como um dos motivos que “afastaria” a juventude brasileira da universidade. Frente a esse cenário, o governo federal deveria auxiliar a URNe, desobstruindo um dos canais que dificultavam a ascensão das populações do interior do nordeste à universidade. Mas, em vez de adotar esta posição, o governo recusava-se a federalizar a URNe. Para Vital do Rêgo, a não federalização desta instituição implicaria no agravamento da problemática universitária que, naquele momento, arrastava milhares de jovens às ruas de muitas cidades do país. Expondo a problemática do ensino superior no país, Vital do Rêgo advertia:

[...] Advirto, Senhor Presidente [da Câmara Federal], a todos que ameaçar de morte uma florescente universidade é reduzir as possibilidades de desenvolvimento e progresso nacional, sinônimos de independência e emancipação. O episódio que ora trago ao conhecimento desta Casa deve ser encarado na sua gravidade e significação, tanto mais quando os exemplos da crise universitária brasileira, os enigmas que envolvem a ascensão da juventude à Universidade pelos “castigos” dos vestibulares, tudo está a indicar o ânimo de afastar o estudante brasileiro da participação na grande tarefa de tornar este País verdadeiramente livre (Vital reclama federalização da Universidade...1968, p. 05).

O debate, como se pode perceber, não ficaria restrito ao âmbito acadêmico. Alçada à condição de “nova” causa da cidade de Campina Grande, a federalização da URNe mobilizou, também, amplos setores da sociedade. Endossando o movimento liderado por intelectuais e políticos, os Órgãos de Classe e Entidades, representados pela Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), pela Associação Comercial de Campina Grande, bem como diversos clubes e entidades, divulgaram Manifesto endereçado ao Ministro Hélio Beltrão, no qual solicitavam à “urgente federalização” da URNe.

A construção do manifesto dar-se com base nas informações veiculadas pelo grupo desenvolvimentista. Desse modo, a “importância” econômica da cidade de Campina Grande e a centralidade da URNe para o projeto desenvolvimento regional justificariam o “urgente” pedido de federalização desta instituição. Outro aspecto que o grupo desenvolvimentista chamava atenção consistia no fato de que esforço a ser desempenhado pelo governo federal encontraria no auxílio da população da cidade que, através da legislação que regulamentava as contribuições de ensino, complementaria as dotações orçamentárias do governo federal. Vejamos o manifesto publicado na edição do *Diário da Borborema* de 11 de fevereiro de 1968:

Excelentíssimo Senhor. Dr. Hélio Marcos Pena Beltrão. Digníssimo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral. Rio de Janeiro – Estado da Guanabara. Os Órgãos de Entidades, por seus Representantes abaixo-assinados, tendo em vista o pronunciamento do Senhor Ministro da Educação e Cultura quando da sua estada nesta Cidade, no sentido de passar à esfera federal a Universidade Regional do Nordeste, criada pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, a qual vem sendo mantida à conta de créditos especiais e dotações do Município e do Governo Federal, juntamente com recursos da comunidade campinense, por meio da Contribuição de Ensino, incidente sobre recursos industriais explorados pela edilidade, criada

pela Lei Nº. 91, de 15 de dezembro de 1966 e decorridos 6 (seis) meses da entrega nesse Ministério da Mensagem de criação da Universidade Federal de Campina Grande, apelam para o espírito público e empreendedor de Vossa Excelência para que, em consonância com a decisão tomada na reunião final do Governo Federal na Cidade de Recife, em agosto último, que aprovou a criação da referida Universidade, determine medidas visando à concretização dessa decisão. Considerando-se os princípios e normas do Decreto-Lei nº. 53, de 18 de novembro de 1966 e a exigência do desenvolvimento nacional e regional de racionalizar a distribuição de assistência profissional no território brasileiro, com atendimento mais equitativo às áreas do interior e levando-se em conta a situação geoeconômica de Campina Grande, quarta concentração industrial do Nordeste, inclusive as Capitais de Estado, estamos certos de que nosso apelo será levado na devida conta por Vossa Excelência. Campina Grande, 9 de fevereiro de 1968 (Campina com a Universidade...1968, p. 01)

Apesar das campanhas patrocinadas pela imprensa, a federalização da URNe demorava a se efetivar. Esta situação acirrava o ânimo dos intelectuais que, escrevendo nos jornais, começavam a trocar acusações sobre os entraves ao projeto de federalização. Edvaldo do Ó acusava Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque de estar sabotando o andamento do projeto. Assim, em nova “Carta aberta” publicada na edição de 03 de março de 1968, o reitor da URNe fazia uma série de acusações ao então Diretor da Escola Politécnica. A representação de “traidor” da “causa” da federalização é novamente mobilizada por Edvaldo do Ó para atacar Lynaldo Cavalcanti. As acusações endereçadas ao Diretor da Politécnica abordam desde tensionamentos ocorridos entre Lynaldo Cavalcanti e seu colega da União Universitária Campinense, Aldino Gaudêncio, passando pela suposta recusa da parte do diretor da POLI em entregar ao ministro da Educação documentação sobre a Escola sob sua direção e culminavam nas insinuações acerca das tramas políticas que teriam conduzido Lynaldo Cavalcanti ao cargo de Diretor da Escola Politécnica¹⁵⁷. Vejamos um trecho da “Carta”:

¹⁵⁷ Lopes (1992) relata que após a renúncia do Diretor da Escola Politécnica, professor Antônio da Silva Moraes, em março de 1963, o vice-diretor, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, foi designado para completar o mandato do renunciante. Ao se aproximar o término do mandato, e presidindo a reunião que escolheria a lista tríplice para ser enviada ao Presidente da República, Lynaldo Cavalcanti teria se ressentido pela ausência do seu nome nos escrutínios (Por ordem de votação foram indicados: Austro da França Costa, Antônio Idelfonso de Albuquerque e Giuseppe Gióia). Lynaldo Cavalcanti renunciou à Diretoria da POLI, alegando que a ausência do seu nome na lista tríplice demonstraria a falta de apoio para dirigir a instituição. O mais curioso é que, logo em seguida, o professor Giuseppe Gióia apresentaria uma carta de renúncia à lista tríplice, tendo sido indicado para sucedê-lo o professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Apresentada a lista tríplice ao Presidente da República, a escolha recaiu sobre o nome de Lynaldo Cavalcanti, que permaneceria por sete anos à frente da direção da Escola Politécnica.

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque: Sinceramente, não esperava que você me respondesse mandando fazer uma nota para que os professores da Escola Politécnica assinassem, sem antes esclarecer o que de fato está se passando, não tendo a coragem de convocar a reunião da Congregação para discutir o assunto. Será leviano dizer de você: - que pediu perdão a Aldino Gaudêncio; que se negou, quando o Ministro da Educação esteve em Recife, a fornecer algumas informações sobre a Escola Politécnica, para a Exposição dos Motivos pedindo a federalização da Universidade Regional, sem, contudo, ter a coragem de dizer que era contra a federalização; - que foi eleito pela primeira vez para a lista tríplice da Escola Politécnica, com a renúncia do Professor Giuseppe Gióia, contra todas as chamadas esquerdas de Campina Grande e que na segunda vez procurou apoio de todos que poderiam ter influência na escolha de seu nome, apelando, inclusive, para o Prefeito Williams Arruda, além das correntes políticas; - que não tem colaborado para a concretização do ideal de todos os campinenses de boa vontade, que desejam uma Universidade (SOUZA DO Ó, 1968b, p. 01)

Edvaldo do Ó acusava o diretor da POLI de sobrepor os “interesses pessoais” às questões da coletividade, visto que, durante o “Encontro de Recife”, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque teria se recusado a fornecer determinadas informações da Escola Politécnica ao ministro da Educação. Se o diretor da POLI era contrário a encampação da politécnica pela URNe por que ele não apoiava a criação da Universidade Federal de Campina Grande? Para Edvaldo do Ó a resposta a esta questão consistiria na “traição” de Lynaldo Cavalcanti à “causa” do ensino superior em Campina Grande. Ao acusar o diretor da POLI de guiar-se por “interesses pessoais”, Edvaldo do Ó afirmava:

[...] Diga a todos, que na sua vida você nunca teve espírito público. Eu mesmo, poderia fazer um relatório de todas as suas atividades e publicar. Não o faço, agora, porém, porque sempre acredito na reabilitação das pessoas, especialmente quando essa reabilitação diz respeito à parcela de contribuição que elas devem dar à comunidade. Espero que você ainda sinta que é preciso dar o melhor de si pela terra e pelo povo, sem visar exclusivamente posições e vantagens materiais. Quando o Ministro do Planejamento apresentou à Presidência da Fundação Universidade Regional do Nordeste, a cópia do Decreto, que no seu artigo 3º diz o seguinte: “Mediante anuência e autorização dos órgãos competentes, poderão incorporar-se ou agregar-se à Universidade Regional do Nordeste novos estabelecimentos de ensino ou instituições de pesquisa”, criando assim possibilidades de incorporar-se ou agregar-se à U.R.N quaisquer Faculdades, sejam federais ou mantidas por entidades sugerimos emendas que foram introduzidas nos artigos 4 e 5, para garantir a todos os professores e funcionários das Faculdades de Ciências Econômicas e das Escolas Politécnica e Agronomia de Areia, os direitos adquiridos. A redação original dos referidos artigos, em nada obriga as Faculdades mantidas pelo Governo Federal a integrar-se à Universidade Regional do

Nordeste. Ao contrário, procura saber os interesses daqueles que hoje trabalham nos referidos estabelecimentos. Se você era contra aquela ideia do Ministro do Planejamento, onde está o seu apoio ao processo pedindo uma Universidade Federal para Campina Grande, redigido pelo Ministro da Educação com meu assessoramento, na oportunidade em que você, como Diretor da Escola Politécnica negou-se a prestar qualquer colaboração? (SOUZA DO Ó, 1968b,p. 01).

Por fim, o reitor fazia um retrospecto da gestão de Lynaldo Cavalcanti na direção da SANESA, relacionando o problema do abastecimento de água na cidade com a suposta má gerência do órgão pelo Diretor da Escola Politécnica. Em tom de ameaça, o reitor Edvaldo do Ó “advertia” Lynaldo Cavalcanti: “[...] Enquanto não sair a Federalização da Universidade Regional do Nordeste, lhe lembrarei a sua vida pública da qual você está esquecido e a cidade desconhece os detalhes”¹⁵⁸.

Neste momento, a recusa do governo federal em federalizar a URNe já consistia um fato. Ao que nos indica a documentação consultada, o pedido de federalização dessa universidade (encampando a POLI, a FACE, bem como a Escola de Agronomia do Nordeste), que tramitava no Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica sob o processo de número 401/68, já havia sido desativado. O Aviso de Número 73/68 comunicava a URNe o declínio do governo federal em assumir a administração da instituição. O Parecer elaborado pelo Ministério do Planejamento apontava que o estado da Paraíba já possuía a sua universidade federal, não requerendo, assim, a criação de uma segunda instituição. Como a orientação emanada do CFE determinava a não duplicação de meios para um mesmo fim, a federalização da URNe havia sido recusada por aquele ministério. Diante da negativa do Ministério do Planejamento, Edvaldo do Ó ainda procurou o ministro da Educação para que ele pudesse influenciar na retomada do projeto de federalização. Todavia, a contenção dos investimentos em educação acabava tornando o governo federal insensível aos apelos do grupo desenvolvimentista.

A URNe enfrentaria uma grave crise econômica, pois as receitas transferidas pela prefeitura de Campina Grande mostravam-se insuficientes para a manutenção da instituição. Além disso, as anuidades/mensalidades cobradas nem sempre eram pagas pelos discentes. A situação financeira da universidade parecia insustentável! É

¹⁵⁸ SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Relembrando fatos. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de março de 1968b, p. 01. Nota.

precisamente nesse momento que um “novo” ator surge no interior dessa instituição: os estudantes. Acompanhando as mobilizações que se realizavam em nível nacional, os discentes da URNe incluíam em sua pauta de reivindicação a supressão das anuidades/mensalidades. O protagonismo estudantil resultará em uma série de manifestações e greves que despertarão a atenção de outras instâncias governamentais para as dificuldades enfrentadas pela universidade. É sobre o protagonismo discente no movimento em prol da federalização/estadualização da URNe que nos debruçaremos a seguir.

5.2- Os estudantes entram em cena: debates e embates nas campanhas em prol da federalização/estadualização da URNe

O arquivamento do processo de federalização da URNe agravou a crise financeira vivenciada por essa universidade. Como o grupo desenvolvimentista apostava todas as suas fichas na “promessa” feita pelo ministro Tarso Dutra, o declínio do governo fez com o que a administração da universidade procurasse outras estratégias para sanar o problema financeiro da instituição. O reitor Edvaldo do Ó chegou a solicitar ao Governo do Estado da Paraíba que assumisse a administração da universidade. Mas, naquele momento, a preocupação de João Agripino se restringia à interiorização da escola secundária. Desse modo, a estadualização da URNe foi imediatamente descartada pelo governador. A situação dessa universidade mostrava-se crítica. Afinal, o repasse dos lucros do município de Campina Grande sobre as empresas de economia mista mostrava-se insuficiente para a manutenção da instituição. Além disso, as anuidades, posteriormente transformadas em mensalidades, nem sempre eram pagas pelos discentes que, alegando hipossuficiência financeira, ameaçavam abandonar os estudos. Sem a presença destes a existência da instituição estava ameaçada! Na iminência de perderem o ano letivo, pois a administração da universidade só permitia que realizassem os exames finais aqueles alunos que estivessem quites com a tesouraria, os estudantes passaram a se articular no sentido de propor a federalização ou estadualização da URNe. Despontava um novo ator político que, acompanhando as mobilizações realizadas de norte a sul do país, protestava contra a situação política e educacional vivenciada pelo país.

Antes de nos debruçarmos sobre o protagonismo discente nas campanhas em prol da federalização/estadualização da URNe faremos uma breve incursão sobre os principais dilemas enfrentados pelo movimento estudantil no contexto posterior ao golpe civil-militar de 1964. Esse recuo no tempo mostra-se fundamental para procedermos a uma análise acurada sobre as questões que vinham provocando o descontentamento estudantil e que culminaram nas passeatas e greves realizadas entre 1967 e 1968. Compreender como os discentes da URNe se movimentavam nesse cenário nos permitirá observar como as suas demandas se articulavam com a situação geral do ensino superior no país.

Uma das primeiras medidas do governo instaurado em abril de 1964 foi a desmobilização do movimento estudantil. A atuação dos estudantes nas campanhas em prol das “reformas de base” levou os setores golpistas a tomá-los como expressão do “perigo vermelho” que “ameaçava” o Brasil. Assim, é bastante simbólico que manifestantes contrários a João Goulart tenham rumado até a UNE, no Rio de Janeiro, e incendiado a sede desta entidade. Para estes seguimentos, as cinzas desse prédio representariam o fim da “subversão” que vinha tomando conta do país desde, pelo menos, a ascensão de Goulart à presidência. Entretanto, o episódio da UNE não foi um caso isolado. As sedes das Uniãos Estaduais dos Estudantes (UEEs) foram invadidas e depredadas. Na Paraíba, conforme aponta Cittadino (1998), a sede da UEE foi alvo da ira de muitos estudantes e policiais que se posicionavam contrários ao governo destituído. Além de ter a sede das suas entidades alvejadas, os estudantes também foram vítimas de expulsões de universidades e/ou faculdades isoladas. Na esteira do golpe deflagrado, muitos reitores se aproveitaram do momento para se “livrarem” dos estudantes “agitadores”. Exemplificando os expurgos no meio universitário, Cunha (2007b) nos cita o caso da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde dezenove estudantes foram imediatamente expulsos, ainda nos primeiros dias de abril de 1964.

Reprimidos pelas forças policiais, e também pelos estudantes que politicamente se posicionavam mais “à direita”, o movimento estudantil foi rapidamente enquadrado pelo governo militar. A aprovação da Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, mais conhecida como “Lei Suplicy de Lacerda”, visava desmobilizar as lideranças estudantis, proibindo a atuação política no interior das universidades. Além de vedar aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-

partidário, a legislação determinava que as entidades estudantis adaptassem os seus regimentos aos ditames da lei, submetendo-os à aprovação pelas autoridades previstas (Congregação dos Professores, Conselho Departamental, Conselho Universitário ou Conselho Federal de Educação). Caso não o fizessem dentro do prazo previsto, essas entidades perderiam o seu caráter legal. Mas, não era só o seguimento estudantil que era atingido pela “lei Suplicy de Lacerda”. Os reitores e/ou diretores de estabelecimentos que, por “omissão” ou “tolerância”, não garantissem o cumprimento desta lei também incorreriam em falta “grave” (CUNHA, 2007, MOTTA, 2014).

Como se pode observar, o governo militar atacava o movimento estudantil em duas linhas de frente. De um lado, depredava as sedes das entidades estudantis, prendendo e torturando as suas principais lideranças. Do outro, enquadrava os órgãos de representação estudantil dentro de uma legislação que limitava a sua atuação política. Assim, o governo esperava “vencer” a “subversão” estudantil em pouco tempo. Mas, o “resultado” obtido foi diferente do esperado. Passada a fase de “caça” às lideranças “esquerdistas”, os estudantes conseguiriam se rearticular. Além do descontentamento com o governo em si havia uma série de problemas que inquietavam a juventude, fazendo com que ela se rebelasse frente ao cenário existente. Dentre esses problemas podemos citar a crise dos chamados “excedentes” (estudantes que mesmo aprovados nos vestibulares não conseguiam se matricular por falta de vagas), o descontentamento frente aos Acordos MEC-USAID para modernização do ensino superior e os problemas inerentes às anuidades cobradas nas universidades públicas. Todas essas questões, como que cozinhando em um intenso caldeirão político, levaram às manifestações, passeatas e greves que entre 1967 e 1968 agitaram a política, dentro e fora das universidades.

A reação do governo militar viria com a intensificação do aparato repressivo. Como no início de 1967 a mobilização estudantil multiplicava-se “assustadoramente”, o então ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão, revogou a “lei Suplicy de Lacerda”. O decreto-lei 228, conhecido como “Decreto Aragão”, restringia ainda mais as atividades discentes, buscando minar as possibilidades de rearticulação do movimento estudantil. Para tanto, o “Decreto Aragão” extinguiu os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), bem como proibiu a existência de qualquer entidade estudantil no âmbito dos estados. Os bens das entidades dissolvidas deveriam ser incorporados à universidade federal do respectivo estado, para utilização pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Entre os Diretórios

Acadêmicos (DAs), os DCEs e o nível nacional não haveria entidade alguma. No lugar do DNE, que se esperava substituir a UNE, seria instituída uma Conferência Nacional do Estudante Universitário, que nunca chegou a ser realizada (CUNHA, 2007, MOTTA, 2014).

Ao recusar-se a debater as questões colocadas pelo movimento estudantil sob o prisma educacional, o governo potencializava a “crise universitária”. Assim, o problema dos “excedentes”, a retenção de verbas para o funcionamento das universidades e a ameaça de se acabar com a gratuidade do ensino público iam despertando a inquietação dos discentes que passavam a expressar seu descontentamento nas passeatas e greves. Na URNe esse descontentamento não esperou o início do ano letivo de 1967 para evidenciar-se. Durante a realização do vestibular, em janeiro deste mesmo ano, não foram poucos os protestos realizados pelos candidatos a uma vaga nesta universidade. O motivo inicial do protesto residia na mudança que a instituição estava adotando no seu vestibular. Como sabemos, até a reforma do ensino superior, promulgada em 1968, a legislação dos exames vestibulares permitia interpretar a aprovação – isto é, a nota igual ou superior a cinco – como dando direito à matrícula. Esse mecanismo acabava resultando no problema dos “excedentes”, pois a maioria das universidades não dispunha de vagas para matricular todos os aprovados. Para acabar com essa situação, os técnicos do MEC passaram a orientar as instituições a adotar o vestibular classificatório. Como a URNe se pretendia uma “universidade moderna”, o seu primeiro vestibular se organizou de modo unificado e classificatório. Desse modo, estariam “resolvidos” dois dos principais problemas colocados pelos reformadores. De um lado, a universidade “racionalizaria” os recursos financeiros para a elaboração e aplicação das provas (antes dispersos em cada faculdade). Do outro lado, a “nova” universidade não se depararia com o problema que atormentava muitas instituições: os excedentes!

Mas, se os administradores da universidade celebraram esta novidade como expressão da filiação da URNe aos preceitos da “universidade moderna”, os estudantes acabaram rejeitando o “novo formato” dos exames vestibulares. Muitos estudantes temiam não se classificarem no exame, ficando de “fora” da universidade inaugurada na cidade. Assim, os candidatos às vagas denunciavam o vestibular classificatório como elemento “discriminatório” adotado pela instituição. Além do caráter “restritivo” que revestiria o exame, muitos candidatos lembravam que a URNe era a primeira universidade da cidade. Desse modo, a demanda que caracterizaria o concurso poderia

impedir que muitos ingressassem na instituição. Os aspirantes consideravam injusto que, depois de tanta luta para se inaugurar a URNe, muitas pessoas ficassem “de fora” da “oportunidade histórica” de estudar nesta universidade.

Apesar dos protestos, o vestibular unificado e classificatório foi agendado para ocorrer entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 1967. Em virtude da grande quantidade de inscritos, as provas foram realizadas nas faculdades de Filosofia e Administração e nos colégios Alfredo Dantas, Damas, PIO XI e Estadual de Campina Grande. As provas foram aplicadas ao longo de quatro dias, sendo distribuídas da seguinte maneira: Língua Portuguesa no primeiro dia, História e Geografia no segundo dia, Matemática e “ciências biológicas” no terceiro e Física e Química no quarto dia¹⁵⁹. O entusiasmo da comissão organizadora do certame, presidida pelo professor Sebastião Guimarães Vieira, esmaeceu frente à descoberta de que um candidato possuía as folhas contendo as respostas da prova de História. O candidato, pego em flagrante, foi suspenso do concurso e uma sindicância foi aberta para apurar o envolvimento de funcionários da instituição com o ocorrido¹⁶⁰.

Frente a esse ocorrido, muitos candidatos entraram com processo solicitando a anulação de todo o concurso¹⁶¹. Apesar dos processos, e das discussões que se estabeleceram *por* e *através* da imprensa, a comissão organizadora não anulou o certame, tendo apenas estipulado uma nova data para a realização da prova de História. Esse evento nos mostra como a procura por vagas na URNe transformava-se em um problema para esta instituição, visto que a sua estrutura inicial não atendia as demandas que para lá eram canalizadas. Desse modo, muitos concorrentes acabavam recorrendo a expedientes ilícitos, como a “cola”, no intuito de garantir a sua vaga na universidade.

Se o ingresso na instituição suscitava debates entre os concorrentes às vagas, após o início das aulas os alunos também se mobilizaram frente aos problemas enfrentados pela universidade. O DCE da URNe, formado inicialmente pela direção dos DAs das faculdades de Filosofia e Serviço Social, galvanizaria as reivindicações dos alunos de toda a universidade. Esta entidade atuou em diversos momentos da história da

¹⁵⁹ FUNDAÇÃO Universidade Regional do Nordeste- Exame vestibular. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 15 de fevereiro de 1967, p. 05.

¹⁶⁰ COLA anula prova de história. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 23 de fevereiro de 1967, p.01. URNe abre inquérito para saber quem deu cola. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 23 de fevereiro de 1967, p.01.

¹⁶¹ ADOGADO solicitará anulação da prova de português. . *Diário da Borborema*. Campina Grande. 23 de fevereiro de 1967, p.01

instituição, convocando greves e passeatas contra a cobrança das anuidades/mensalidade e organizando protestos em virtude dos acordos firmados entre o MEC e a USAID. Além desses eventos, o DCE da URNe também liderou a segunda campanha em prol da federalização da instituição (entendemos a primeira campanha como sendo promovida pelos dirigentes da universidade, na ocasião da visita do ministro Tarso Dutra) e da estadualização desta universidade. Faremos uma breve explanação da atuação do DCE da URNe nos eventos mais amplos para, em seguida, nos determos nas campanhas em prol da federalização/estadualização encampadas pelos discentes.

A influência do “modelo” norte-americano na organização do ensino superior brasileiro não adveio com o golpe civil-militar de 1964. Como vimos observando, a constatação de que as universidades brasileiras não estavam sintonizadas com a perspectiva modernizadora remonta à década de 1940. A criação do ITA, em 1947, seria um exemplo da tentativa de se romperem as “rígidas estruturas” que impediam a universidade brasileira de modernizar-se. Ao longo da década de 1950, a indução modernizadora ecoou em algumas universidades, culminando na criação da Universidade de Brasília, em 1961. Mas, se a presença do modelo norte-americano na organização do ensino superior brasileiro não datava de 1964, não podemos desconsiderar que esse modelo encontrou guarida no projeto econômico-educacional levado a cabo pelos militares. A partir dessa data intensificaram-se os projetos firmados entre a USAID e o MEC. Ademais, o ensino superior começou a receber atenção especial dos consultores norte-americanos. Segundo Cunha (2007b), a centralidade com que os técnicos se debruçaram sobre a universidade brasileira era expressão da preocupação do governo dos Estados Unidos da América com os desdobramentos do conflito “Leste-Oeste”. Conforme essa percepção, a chave para que o Brasil permanecesse uma “sociedade-livre” e um “amigo próximo” dos Estados Unidos estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações futuras dependeria dos professores universitários que formariam a juventude do país.

Como resultado dessa “preocupação”, em junho de 1965 os governos do Brasil e dos Estados Unidos firmaram um acordo entre o MEC (através da Diretoria do Ensino Superior) e a USAID, visando à constituição de uma Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). A EPES, formada por técnicos de ambos os países, deveria traçar um planejamento para a reformulação do ensino superior. O diagnóstico feito pelos técnicos constatava aquilo que muitos professores já “denunciavam” desde a década de 1940: a

estrutura organizacional da universidade brasileira mostrava-se “obsoleta”. Para reverter essa situação, os consultores propunham uma reforma na universidade, flexibilizando os currículos, abolindo a cátedra vitalícia, instituindo o regime departamental, “racionalizando” a organização do espaço físicos e modificando o regime jurídico das instituições de ensino superior. Procedendo dessa maneira, a universidade brasileira estaria em sintonia com os preceitos modernizadores, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico. Além desse aspecto, os reformadores acreditavam que a modernização da universidade diminuiria significativamente a inquietação dos estudantes, pois muitos dos protestos e greves realizadas pelos discentes eram justificados pela “estrutura arcaica” do ensino superior no país.

Mas, diferentemente do que os consultores esperavam, os estudantes demonstraram grande hostilidade ao acordo. O movimento estudantil recebia com bastante desconfiança a execução do projeto por uma agência norte-americana. No contexto sociocultural permeado pela guerra fria e pela ditadura militar, os estudantes viam a assinatura desse acordo como a “submissão” do Brasil aos Estados Unidos. Essa “desconfiança” não era de todo “descabida”. Conforme apontam Fávero (1991), Cunha (2007b) e Motta (2014) as funções de assessoramento (que deveriam ser adjetivas) assumiam no texto do convênio uma força substantiva. Assim, os termos do acordo expressavam o protagonismo da USAID na reformulação da universidade brasileira. Os estudantes, juntamente com segmentos do CFE e da imprensa, opunham-se a supremacia da agência norte-americana na reforma do ensino superior. Para estes seguimentos, o acordo deveria reservar um lugar especial para o MEC que, contando com o *assessoramento* da USAID, deveria executar a reforma em pauta.

Insatisfeitos com a “invasão” da universidade brasileira pela “supremacia ianque”, os estudantes realizaram diversas greves e passeatas por todo o território nacional. Na URNe, os protestos foram organizados pelo DCE que, juntamente com os estudantes secundaristas, conduziram as manifestações pelas ruas de Campina Grande. Entoando gritos de “um, dois, três americano não tem vez!” e segurando cartazes com os dizeres “abaixo acordo MEC-USAID” os discentes paralisaram as aulas da universidade em 24 de maio de 1967¹⁶². Para os estudantes, a assinatura deste acordo significava a submissão do Brasil ao “poder ianque”. Caso a reforma da universidade

¹⁶² ESTUDANTES foram às ruas protestar acordo MEC-USAID. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 25 de maio de 1967, p.01.

brasileira se desse sob a liderança dos Estados Unidos, estariam minadas qualquer chance de autonomia para o Brasil e para os estudantes brasileiros. No intuito de evitar que esta situação se concretizasse, os discentes da URNe saíram às ruas entre os dias 24 e 27 de maio de 1967¹⁶³.

Durante a realização de um desses protestos, os estudantes perseguiram dois norte-americanos que, no momento, observavam a manifestação. Para não serem acossados pela turba furiosa, os dois observadores tiveram que se refugiar no interior de um estabelecimento comercial da cidade. Com a chegada da polícia, os estudantes se dispersaram e os dois norte-americanos foram escoltados até o lugar onde estavam hospedados. A hostilidade que o movimento estudantil nutria para com expressões da cultura norte-americana era exercitada nesses protestos. Assim, após a realização de um discurso no qual se posicionavam contrários ao acordo MEC-USAID, os estudantes queimaram a bandeira norte-americana. Esta atitude, despertava a ira e a preocupação da administração da universidade que, também enquadrada pelo “Decreto Aragão”, temia a intervenção militar na universidade. Desse modo, o reitor da URNe destacava a “infiltração comunista” que estaria agitando a “sempre pacífica” mocidade campinense, ameaçando enquadrar os estudantes envolvidos nos protestos na legislação vigente¹⁶⁴.

O descontentamento dos estudantes encontrava guarida na imprensa da cidade. Apesar de caracterizar o protesto feito pelos discentes como “baderna”, o *Diário da Borborema* veiculou alguns editoriais onde pedia a “suspensão do acordo”. Segundo este jornal, o que estaria em jogo era a “soberania brasileira”. A modernização da universidade mostrava-se essencial para o êxito do projeto desenvolvimentista. Todavia, era preciso que essa reforma fosse executada pelo MEC. Do contrário, a reformulação do ensino superior poderia implicar na adoção de medidas que estariam em “desacordo” com as exigências requeridas pela sociedade brasileira. Ao defender um projeto de desenvolvimento nacional/regional “autônomo” esses editoriais davam voz à principal questão defendida pelos desenvolvimentistas. De acordo com essa perspectiva, caso os interesses norte-americanos se sobrepusessem às “necessidades” do Brasil, a reforma

¹⁶³ ESTUDANTES continuam em greve e anunciam manifestações hoje. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 27 de maio 1967, p.08.
UNIVERSITÁRIOS fazem comício e queimam bandeira. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 28 de maio de 1967, p.01.

¹⁶⁴ EDVALDO: houve infiltração comunista na greve *Diário da Borborema*. Campina Grande. 03 de junho de 1967, p.01.

fracassaria. Debruçando-se sobre essa questão, o editorial de 27 de maio de 1967 pontuava:

[...] O convênio fere a suscetibilidade brasileira. E pode mesmo dar lugar a soluções, na Universidade brasileira, que não estariam em harmonia com nossas aspirações e com os destinos de nossa cultura e civilização. Todos sentem a necessidade de uma reforma universitária, embora não haja consenso e identidade de pontos de vista entre os que a tem estudo (sic). Apenas num ponto estaremos todos de acordo: a reforma deverá ser brasileira, planejada e realizada por brasileiros. Qualquer ingerência estrangeira nesse assunto parece, de logo, suspeita e afigura-se inaceitável desde o início, por melhores que sejam os propósitos do assessoramento de origem estrangeira [...] O momento psicológico não parece aconselhar a manutenção do convênio MEC-USAID. Sobretudo, ele não é essencial aos procedimentos da reforma. Os universitários se acham na luta aberta contra ele. E a ocasião seria oportuna para restabelecer ou para iniciar o diálogo entre Governo e estudantes, tão desejado pelo Presidente Costa e Silva (O Convênio MEC-USAID, 1967, p. 02).

O descontentamento dos estudantes com a situação política e educacional do país só aumentava. Ao longo dos anos de 1967 e 1968 diversas manifestações foram realizadas pelos discentes da URNe. Em abril de 1968, por ocasião do assassinato do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, o movimento estudantil de Campina Grande mandou celebrar uma missa de sétimo dia em homenagem ao estudante morto. A missa transformou-se em um ato político. Após o evento, os estudantes realizaram comícios-relâmpagos em diversos pontos da cidade. A polícia, entretanto, não demorou a chegar, reprimindo as manifestações¹⁶⁵.

Essas manifestações expressavam tanto a revolta dos estudantes com a ditadura como o descontentamento com a política educacional que vinha balizando o governo do presidente Arthur da Costa e Silva. No que concerne a URNe, o principal motivo que levava os estudantes às ruas consistia na reivindicação da supressão das anuidades/mensalidades cobradas pela universidade. Como vimos anteriormente, muitos discentes alegavam não dispor de recursos financeiros para realizar o pagamento dessas taxas. Assim, acabavam recorrendo aos protestos para sensibilizar o poder público. Com o declínio do governo em federalizar a instituição uma situação delicada evidenciava-se aos estudantes e à administração da universidade. Afinal, os recursos transferidos pela

¹⁶⁵ CAMPINA: estudantes e polícia nas ruas. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 04 de abril de 1968 p.01.

prefeitura municipal de Campina Grande mostravam-se insuficientes para a manutenção da instituição. Além disso, os discentes ameaçavam largar os estudos. Sem a presença destes, a existência da universidade encontrava-se comprometida.

Nesse momento, os estudantes iniciaram articulações visando à federalização e/ou estadualização da instituição. Para tanto, procuraram o governador da Paraíba, pois acreditavam que o “prestígio” que João Agripino gozava no interior do governo federal poderia “favorecer” a federalização da universidade. Outro motivo que levava os estudantes a buscar o auxílio do governador decorria do apoio que eles haviam prestado à candidatura de João Agripino ao governo da Paraíba¹⁶⁶. Desse modo, os discentes recorriam ao governador na expectativa de que ele retribuísse o “empenho” com que o seguimento estudantil havia se dedicado a sua eleição. Na hipótese da federalização ser novamente rejeitada, o governo do estado poderia aumentar as dotações orçamentárias destinadas para a instituição ou estadualizá-la.

Agripino despontava como uma figura central no projeto pensado pelos estudantes para debelar a crise enfrentada pela URNe. Ao receber o DCE dessa instituição na sede do poder estadual, o governador sinalizava para o diálogo que propunha a travar com o seguimento estudantil. Na audiência realizada no início de junho de 1968, os representantes do DCE solicitaram o engajamento do governador na retomada do projeto de federalização¹⁶⁷. João Agripino, com a “franqueza” que a historiografia lhe atribui, respondeu que não poderia interceder pela reabertura do projeto de federalização, pois o seu arquivamento era uma orientação já consolidada no interior do CFE. Apesar disso, o governador se comprometeu a reivindicar a verba destinada à instituição no ano de 1968 e que, até aquele momento, ainda não havia sido repassada pelo governo federal.

¹⁶⁶ Segundo Cittadino (2006), o engajamento dos estudantes na eleição de João Agripino rendeu a este político algumas tensões no interior do Exército. Isto porque a “lei Suplicy de Lacerda” proibia as manifestações estudantis fora da sala de aula. Na cidade de João Pessoa, os estudantes começaram a organizar comitês em prol da candidatura de Agripino. Esta movimentação chamou a atenção da guarnição do Exército da capital que, acionando a lei “Suplicy”, queria desarticular os comitês. O candidato procurou defender a existência dos comitês estudantis, alegando que comitê eleitoral não era órgão estudantil, e que, portanto, não poderiam ser proibidos. O posicionamento de João Agripino em favor dos comitês despertou a hostilidade de setores do exército para com a sua campanha. Entretanto, Agripino possuía boas relações com o presidente Castelo Branco (de quem era amigo). Assim, o presidente acabou intercedendo em favor do candidato e os comitês estudantis foram liberados.

¹⁶⁷ UNIVERSITÁRIOS iniciam luta pela federalização da URNe. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de junho de 1968, p. 01.

Para anunciar o seu comprometimento com a “causa” da URNe, o governador agendou um comício na cidade de Campina Grande. Afinal, o poder se dar a ver nas performances dos seus atores. Os comícios, cerimônias e demais eventos do político constituem momentos privilegiados pelos atores para a demonstração do seu capital político. A fala de Agripino aos estudantes da URNe foi divulgada pela imprensa que, vislumbrando a possibilidade de estadualização da universidade, passou a convocar a população para se fazer presente àquele evento. Assim, em 21 de junho de 1961 o governador da Paraíba discursou para uma multidão de estudantes que se concentravam no largo da Flórida, no centro de Campina Grande. O comício contou com a participação de professores da instituição, do vice-reitor, Padre Emídio Viana, de vereadores da câmara municipal de Campina Grande e de alguns prefeitos das cidades circunvizinhas ¹⁶⁸.

Ao discursar, João Agripino se colocava enquanto “timoneiro” frente à “causa” da consolidação da URNe, ressaltando a história da educação superior no estado e na cidade, bem como a sua inserção em ações que, ao longo desse movimento, teriam beneficiado a comunidade acadêmica. Ovationado por uma multidão que compareceu ao evento, o governador da Paraíba se comprometia, na sua próxima viagem a Brasília, em se “empenhar diretamente” na obtenção do registro da instituição, bem como na aquisição de dotações orçamentárias que garantissem o seu funcionamento.

Se o evento foi prestigiado por uma grande quantidade de políticos e intelectuais, o não comparecimento do reitor suscitou uma série de questionamentos por parte da imprensa. A ausência do reitor seria uma represália ao governador do estado, em virtude da suposta interferência deste no memorial elaborado pela Congregação da Escola Política, no qual esta Escola se recusava a ser encapada pela URNe? Ao longo do seu discurso, o governador João Agripino ressaltava que a “falta de transparência” do reitor (discriminando os setores da universidade que seriam contemplados pelas dotações) estaria impedindo o governo do estado de auxiliar a universidade. Conforme matéria veiculada pelo *Diário da Borborema*, em contrapartida das dotações orçamentárias do estado à instituição, o governador teria solicitado o envio de um relatório, evidenciando as receitas e despesas da universidade, o que, até aquele momento, não teria sido feito por seus dirigentes. Como “não costumava dar dinheiro

¹⁶⁸ JOÃO aos estudantes: URNe será reconhecida em 68. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 22 de junho de 1968, p.01.

público, sem saber, previamente, em que o mesmo seria aplicado”¹⁶⁹, o governador havia se recusado, por diversas vezes, a fornecer recursos à instituição. A afirmação feita pelo governador teria estremecido as suas relações com o reitor da universidade? Não podemos, obviamente, responder com precisão a esta indagação. Contudo, o que se observa é que as tensões entre ambos se repetirão por diversas vezes.

Apesar da ausência do reitor, o evento foi considerado um sucesso pela imprensa da cidade. A seção *Homens & Fatos* de 26 de junho de 1968 fazia uma analogia entre a modernização vislumbrada pela gestão de João Agripino e o “papel” da “universidade moderna” no projeto de desenvolvimento nacional e regional. Evidenciando a “importância” da URNe para o desenvolvimento da Paraíba, o articulista destacava a “obrigação” do governo em garantir a existência desta universidade. Conforme a analogia estabelecida, o aspecto “revolucionário” da URNe estaria para a renovação do ensino superior assim como a gestão de João Agripino Filho estaria para a transformação da administração pública. Dessa forma, o até então “alheamento” do governador para com a URNe mostrava-se algo “inconcebível”, haja vista que o “Chefe do Executivo” seria um homem “pra frente” não podendo, assim, ficar “alheio” ou “indiferente” ao projeto da URNe, projeto este que representaria “os profundos anseios da coletividade paraibana”¹⁷⁰.

Para tanto, o articulista ressaltava a “importância” da instituição não apenas para o estado da Paraíba, mas para ampla faixa de terra, cujos fluxos de bens e serviços tinham como “polo irradiador” a cidade de Campina Grande. Conforme essa concepção, a URNe teria “nascido” com a necessidade de regionalizar o ensino superior brasileiro, adaptando-o às “especificidades regionais”. Para desempenhar a “função” de atender aos chamados “interesses da região”, o modelo considerado ideal para organização da instituição residiria na perspectiva da Universidade Moderna. Organizada segundo essa perspectiva, a URNe garantiria a oferta dos serviços científicos e tecnológicos exigidos pelo desenvolvimento regional:

¹⁶⁹ JOÃO aos estudantes: URN será reconhecida em 68. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 22 de junho de 1968, p. 01.

¹⁷⁰ ANDRADE, José Lopes de. Paraíba ao lado do Progresso. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 26 de junho de 1968b. Seção Homens & Fatos, p. 02.

Tal como foi concebida e está sendo posta a funcionar, a URNe não é uma realização de Campina Grande, mas de ampla região em que esta cidade se situa envolvendo todo o complexo de relações e influências daí derivadas [...] Para atender à mesma necessidade de regionalização, exigida tanto pela continentalidade brasileira quanto pela maior facilidade de recursos a mobilizar e menor custo de cada projeto implantado, as Universidades já instaladas estão sendo obrigatória e rapidamente reformadas, por imposição governamental. As modernas Universidades, a se instalar (sic) no Brasil, deverão levar em consideração antes de tudo, a região para a qual irão produzir os serviços científico-tecnológicos que lhes são próprios [...] A URNe de Campina Grande foi projetada e já nasceu dentro desse novo sentido das coisas. Longe de ser uma Universidade no sentido medieval ou tradicionalista, afirma-se desde suas origens como uma Universidade empresa, colocada pelo desenvolvimento histórico na assessoria das empresas Agropecuárias, industriais e de serviços, inclusive comércio (ANDRADE, 1968b, p. 02).

Após ressaltar o aspecto “moderno” da URNe, o articulista reiterava a importância de se pensar a “racionalização” da administração estadual em consonância com o *locus* de fomento da “matéria-prima” que iria “abastecer” o estado. Este *locus* seria representado pela universidade. Conforme o entendimento expresso nesta seção, “de nada adiantariam” os investimentos feitos no sentido de modernizar a administração estadual se não se vislumbrassem os espaços de formação de cientistas e técnicos considerados indispensáveis para a efetivação da “revolução” projetada. Partindo dessa perspectiva, Lopes de Andrade traçava uma analogia entre o papel desempenhado pela URNe e a transformação pretendida pelo governo de João Agripino na administração estadual. Realizando uma “administração revolucionária”, seria indispensável que o governador estabelecesse uma parceria com a URNe. Procedendo desse modo, o governador estaria incluindo a Paraíba na rota do desenvolvimento. Na confluência do projeto desenvolvimentista, se encontrariam, o estado da Paraíba, a URNe e a “classe estudantil”:

[...] O Governador João Agripino vem realizando uma administração também de sentido novo, de apoio ao desenvolvimento econômico-social do Nordeste, de ruptura contra a pura sujeição às “forças do mercado”, e de apoio à racionalização de processos e das construções no campo econômico, social e político. Dentro de tais perspectivas, não poderia deixar de dar um valioso apoio de seu governo ao projeto da Universidade Regional do Nordeste, agora solenemente confirmado na praça pública, ao lado dos estudantes e professores da URNe. A luta revolucionária da classe estudantil brasileira vem provocando, em todo o território nacional, uma série de definições da maior importância. Na Paraíba essas definições alinham-se nitidamente ao

progresso, em prol do avanço, para a reforma e a melhoria das instituições, com o seu dinâmico Governador à frente de todos! (ANDRADE, 1968b, p. 02).

As articulações do DCE com o chefe do executivo estadual parecem ter correspondido às expectativas inicialmente projetadas. Segundo nos informa a matéria do *Diário da Borborema*¹⁷¹, o governador João Agripino conseguiu evitar o corte de sessenta por cento na dotação orçamentária prevista para aquele ano, tendo liberado uma verba de duzentos e cinquenta mil cruzeiros para a instituição. Ainda durante a estadia em Brasília, o governador da Paraíba formalizou o envio do decreto que autorizava o registro da URNe.

Em virtude da obtenção do registro que autorizava o funcionamento da universidade, o Conselho Diretor da FURNe, na reunião do dia 16 de agosto de 1968¹⁷², deliberou, por unanimidade, a concessão de três títulos *Doutor Honoris Causa*. Os contemplados foram o governador João Agripino, o prefeito Williams de Souza Arruda e o ex-governador José Américo de Almeida. A solenidade de concessão dos títulos honoríficos, amplamente divulgada pela imprensa da cidade, ocorreu no dia 19 de outubro de 1968, quando o governador do estado traria o registro da instituição.

O evento se constituiu em importante momento na vida intelectual da cidade e da universidade. A comitiva de João Agripino, integrada pelo ex-governador José Américo, realizou um cortejo em carro aberto pelas principais ruas de Campina Grande. A comitiva foi recepcionada pelos discentes, docentes, diretores das faculdades e institutos centrais e pelos administradores da universidade. Ao final do evento, realizado no prédio da reitoria, João Agripino entregou o registro que autorizava o funcionamento da instituição. Na ocasião, José Américo de Almeida proferiu um discurso, no qual estabelecia um retrospecto da história da educação superior na cidade, enfatizando o que denominou como a “Idade de Ouro” vivenciada em Campina Grande.

Apesar da liberação das verbas, a situação financeira da universidade permanecia crítica. A manutenção da URNe mostrava-se onerosa para a prefeitura de Campina Grande, pois o funcionamento de faculdades, institutos centrais e de um

¹⁷¹ Agripino conseguiu o Registro da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande 02 de julho de 1968, p. 01.

¹⁷² FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1969, p. 127.

ginásio de aplicação excedia os valores repassados por este município. O montante repassado pelo governo da Paraíba ainda não permitia que a instituição oferecesse o ensino gratuito. Ademais, as “promessas” de federalização e/ou estadualização não chegavam a se concretizar. Desse modo, as mensalidades dos alunos transformavam-se na principal fonte de manutenção da instituição.

Mas, como vimos anteriormente, os discentes recusavam-se a efetuar o pagamento das mensalidades. Muitos alegavam ausência de recursos financeiros para quitar os valores cobrados pela instituição. A cada semestre, uma nova negociação era encabeçada pelo DCE que, apelando para diversos políticos, buscava a “urgente” federalização e/ou estadualização da URNe. Em dezembro de 1968, o “problema” das mensalidades atingiu o seu ápice. Como muitos estudantes não vinham efetuando o pagamento desses valores, a reitoria da universidade resolveu impedir os “inadimplentes” de realizarem os exames finais. Impedidos de realizar as provas finais, os estudantes seriam reprovados e, conseqüentemente, perderiam o ano letivo.

Diante dessa situação, o DCE convocou os estudantes para a realização de uma greve. Após ser deliberada pela assembleia realizada em 04 de dezembro de 1968, a greve discente na URNe durou quase uma semana¹⁷³. Entre os dias 04 e 09 de dezembro, os estudantes interditaram as faculdades e os institutos da universidade. Além disso, um acampamento foi montado em frente à reitoria da universidade. Os estudantes solicitavam uma audiência com o reitor que, segundo nos informa a imprensa, permanecia inflexível na negociação com os grevistas. Edvaldo do Ó alegava que os discentes não vinham pagando os valores parcelados nos semestre anteriores. Em face do descumprimento do acordo, o reitor recusava-se a receber os estudantes em seu gabinete.

A greve discente na URNe passou a estampar as páginas dos principais jornais do estado. Ao tomar conhecimento do movimento grevista, o governador João Agripino visitou o acampamento montado pelos discentes. Segundo matéria publicada pelo *Diário da Borborema* de 10 de dezembro de 1968, os estudantes solicitaram ao governador que procurasse convencer o reitor a parcelar a dívida até o final do primeiro

¹⁷³ ESTUDANTES em greve. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 06 de dezembro de 1968, p. 01

semestre de 1969¹⁷⁴. O governador teria procurado o reitor, mas este teria se recusado a recebê-lo. Este episódio é relatado pelo próprio Edvaldo do Ó na entrevista concedida ao jornalista José Luiz Júnior, em setembro de 1992. A visita do governador ao acampamento estudantil teria “aborrecido” o reitor. A atitude de João Agripino foi vista como “subversão” da hierarquia da universidade, pois, para o reitor, o governador deveria ter procurado a administração da instituição antes de “visitar” os discentes. Como a “hierarquia” estava sendo “subvertida”, o reitor recusou-se a receber o governador. Vejamos o trecho em que Edvaldo do Ó se refere a este episódio:

[...] Como uma forma de aproveitar o momento político, o governador da época, João Agripino Filho, esteve em Campina Grande. E, num ato demagógico e politiquês, sem sequer conversar antes com os dirigentes da Universidade, simplesmente passou a negociar com os estudantes, visitando o acampamento por eles montado. Depois de muito articular com os grevistas, o chefe do Executivo estadual é que se lembrou de que a Universidade dispunha de uma administração, de uma diretoria. Assim, João Agripino muito tempo após me procurou não na Reitoria, mas em minha Granja. Me neguei a recebê-lo. A hierarquia estava sendo quebrada. Me senti no direito de fazer meu justo protesto. Ele retornou à Capital sem ver seus objetivos atendidos (SOUZA DO Ó, depoimento: [set. 1992]).

Após muito debate, o Conselho Diretor da FURNe e o DCE chegaram a um consenso sobre o parcelamento das mensalidades atrasadas. Para que pudessem realizar os exames finais, os estudantes deveriam quitar uma prestação. As parcelas restantes seriam escalonadas até o mês de maio de 1969¹⁷⁵. Mas, se os estudantes não dispunham de recursos para quitar a mensalidade correspondente ao mês estudado, era de se supor que o escalonamento da dívida geraria uma situação insustentável. Assim, logo após o início do ano letivo de 1969, os estudantes convocaram outra greve.

Todavia, diferentemente dos contextos anteriores, a greve ensaiada em março de 1969 situava-se em um contexto político de profunda intolerância a manifestações políticas. A vigência do AI-5 não só tornava os protestos discentes impossíveis como

¹⁷⁴ JA negocia com os estudantes. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 10 de dezembro de 1968, p. 01

¹⁷⁵ SOLUCIONADA crise dos estudantes: Reitoria concedeu parcelamento. *Diário da Borborema*. Campina Grande. 12 de dezembro de 1968, p. 01

também ameaçava “punir” a administração da URNe. No lastro do aparato repressivo intensificado a partir de dezembro de 1968, a administração da universidade apresentava-se como (i) responsável pelas constantes manifestações realizadas pelo movimento estudantil. Assim, os dispositivos previstos na legislação seriam acionados para debelar as movimentações dos estudantes e, conseqüentemente, intervir na universidade. A URNe passaria por uma grande mudança em sua estrutura administrativa e didática. Estas mudanças ameaçavam atingir em cheio o projeto pensado pelos desenvolvimentistas para a universidade.

5.3- A URNe sob intervenção: o fim do “sonho” desenvolvimentista?

O Ato Institucional Nº. 5, editado em 13 de dezembro de 1968, configura-se como um divisor de águas na história da ditadura militar. A intensificação da mobilização discente fez com que o governo se preocupasse em debelar os protestos que tomavam as ruas de várias cidades do país. Basta lembrarmos que ao longo de 1968 os protestos e as greves discentes se espalharam por várias universidades. Esse ambiente de contestação foi responsável por cenas como a “Batalha da rua Maria Antônia” (ocasião em que muitos alunos da Faculdade de Filosofia da USP se enfrentaram com representantes do Comando de Caça aos Comunistas da Universidade Mackenzie), pelas manifestações realizadas pelos alunos da UFPB (onde foram incendiados ônibus e pneus, no centro da cidade de João Pessoa) e pelas greves discentes da URNe (momento em que os estudantes interditaram a entrada das faculdades, dos institutos centrais e acamparam em frente à reitoria da universidade). Estes eventos demonstravam que os estudantes dispunham de um grande poder de mobilização. O protagonismo discente, aliado às críticas de segmentos da imprensa e de muitos políticos ao governo do presidente Costa e Silva, representava uma ameaça direta à manutenção da ditadura inaugurada em abril de 1964. Desse modo, setores mais radicais do governo começaram a veicular a ideia de que seria necessário “endurecer” o dispositivo repressivo. Do contrário, os estudantes e a própria classe média (que em 1964 havia legitimado o golpe) derrubariam o governo do “impopular” presidente Artur da Costa e Silva.

Apesar da ameaça que os estudantes representavam para a ditadura militar, a “justificativa” para o endurecimento não viria das “subversões” protagonizadas por este segmento, mas da “indisciplina” dos políticos (inclusive da própria ARENA) que pareciam não se dobrar ao governo. O estopim consistiu na recusa da câmara federal em suspender a imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves que, em um pronunciamento alusivo ao “sete de setembro”, havia pedido que a sociedade boicotasse os desfiles. Além de solicitar o boicote às comemorações do “dia da pátria”, Márcio Moreira Alves concitou às moças a não dançarem ou namorarem os cadetes e jovens oficiais. No entanto, segundo Fico (2014) e Motta (2014), a parte do discurso que os militares consideraram mais “ofensiva” foi aquela em que o deputado referiu-se ao Exército como um “santuário de torturadores”. Diante desse discurso “ultrajante”, o governo solicitou à câmara federal licença para processar o deputado. O congresso, alegando a autonomia do poder legislativo, recusou-se a conceder a licença. Em meio a esse embaraço, o governo decretou, numa sexta-feira treze de 1968, o Ato Institucional Nº. 5, o AI-5.

O texto do AI-5 conferia ao presidente da República poderes praticamente ilimitados. Essa situação se agravava em razão de o AI-5, diferentemente de outros Atos Institucionais utilizados pela ditadura, não ter data para expirar. O aspecto repressivo do AI-5 evidenciava-se na concessão de poderes ao Executivo que, alegando “corrupção” e/ou “subversão”, poderia fechar casas parlamentares, cassar mandatos e direitos políticos de cidadãos, confiscar bens acumulados no exercício de cargos públicos e decretar estado de sítio. Além dessas medidas, o Ato 5 suspendia a garantia de habeas corpus para “crimes políticos”, contra a “segurança nacional”, a “ordem” econômica e social e a economia. Alterava-se, também, a vitaliciedade e imobildade de cargos públicos. Frente a “suspeitas” de “corrupção” e/ou “subversão”, o governo poderia demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público, sem necessidade de processo ou inquérito.

Observado de longe, o AI-5 pode parecer um desdobramento “natural” da ditadura inaugurada em 1964. Entretanto, esta perspectiva analítica tende a simplificar os eventos ocorridos, desconsiderando os tensionamentos que a medida gerou (inclusive no interior do governo). Não obstante a estes tensionamentos, Motta (2014) nos chama atenção para a “aceitação” (ou a “indiferença”) com que este Ato foi recebido por

alguns seguimentos da sociedade civil¹⁷⁶. Afinal, as passeatas e greves realizadas em 1968 eram encaradas como “atividades subversivas” por alguns setores da sociedade, do seguimento empresarial e da própria administração universitária. Diante desse “clima” de “subversão”, nada “melhor” que “endurecer” a repressão. Procedendo dessa maneira, o governo garantiria a “paz social” e as condições para a retomada do crescimento econômico logo viriam. Nas universidades, o expurgo dos “maus alunos” (os “agitadores”) propiciaria, por exemplo, a realização das aulas e das atividades de pesquisa que, durante 1968, vinham sendo interrompidas pela “baderna” daqueles que queriam fazer “política” nas faculdades. O atalho representado por soluções antidemocráticas consistiria no caminho legitimado por diversos seguimentos da sociedade para vencer a luta contra a “subversão”.

A edição do AI-5 visava desarticular as resistências à ditadura. Como os estudantes, sobretudo os universitários, despontavam como protagonistas dos eventos de contestação, os órgãos de repressão elaboraram uma legislação específica para coibir as frequentes “badernas” realizadas pelos discentes. Desse modo, logo após a edição do Ato-5 foi promulgado o Decreto nº. 477. Este Decreto, em cuja elaboração atuou o ministro da justiça (Gama e Silva), foi concebido para dismantelar o movimento estudantil. Para evitar que as manifestações realizadas durante todo o ano de 1968 prosseguissem em 1969, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) antecipou-se ao início das aulas e, em fevereiro deste ano, promulgou o Decreto nº 477. Segundo o Decreto, os estudantes que induzissem e/ou participassem de manifestações (quaisquer que fossem!) seriam desligados das universidades e ficariam proibidos de prestar vestibular (em qualquer universidade, pública ou privada!) durante três anos. O Decreto chegava ao ponto de prever apenas um tipo de recurso, que servia para piorar a

¹⁷⁶ Motta (2014) nos sugere que entre os setores empresariais houve certo entusiasmo em relação ao AI-5. Segundo este autor, muitos empresários acreditavam que a medida simplificaria as decisões da área econômica, auxiliando a retomada do crescimento econômico. Já entre os políticos (inclusive da ARENA) houve menos entusiasmo. Muitos políticos temiam a paralisação total das instituições. Nos meios acadêmicos, o autor nos cita uma enquete feita por diplomatas norte-americanos. Foram entrevistados professores, cientistas e técnicos que trabalhavam nas principais universidades do país. Com base nos resultados, os diplomatas dividiram o grupo em três seguimentos: os ocupantes de cargos oficiais, um grupo de profissionais comuns e um grupo pertencente à elite acadêmica. Entre os ocupantes dos cargos oficiais havia mais entusiasmo, pois eles acreditavam em benefícios, como o aumento de recursos para pesquisas e para as universidades. Já no grupo dos profissionais comuns foram observadas reações de apatia ou de simpatia moderada. O grupo representado pelos pesquisadores demonstrava certa ansiedade quanto ao futuro das universidades. Eles temiam falar abertamente de suas apreensões, mas alguns verbalizaram o medo de novos expurgos que reeditariam a Operação Limpeza de 1964.

situações dos acusados: no caso de absolvição, o ministro da Educação deveria ser ouvido para confirmar ou não a decisão.

Em algumas universidades, os dirigentes começaram a punir os estudantes antes mesmo da edição do 477. O levantamento realizado por Motta (2014) aponta para a expulsão de alunos nas seguintes instituições: UNB, UFMG, UFRJ, UFPB, UFPE, UFPA, PUC-RJ, PUC-SP, dentre outras. A UFPB, sob o reitorado de Guilardo Martins Alves, expulsou dezenas de estudantes antes do início do ano letivo de 1969. Na UFPE, setenta e três universitários foram afastados antes mesmo da vigência do Decreto 477. Entretanto, a maior quantidade de punidos saía da UNB. Além das constantes repressões que esta universidade sofreu em 1968, duzentos e cinquenta alunos foram expulsos logo no início do ano letivo de 1969. As expulsões realizadas antes da edição do Decreto demonstram que a vontade de expurgar não era exclusiva das agências de repressão. Ao se anteciparem aos expurgos que viriam com o 477, os reitores mostravam subserviência e/ou concordância com as medidas de repressão ao movimento estudantil.

Por ocasião da promulgação de Decreto 477, o Conselho Diretor da FURNe reuniu-se extraordinariamente em 28 de fevereiro de 1969¹⁷⁷. Nesta reunião, o reitor Edvaldo do Ó comunicou que a Divisão de Segurança e Informações do MEC (DSIEC ou DSI/MEC) encaminhara um ofício, no qual “recomendava” a suspensão da matrícula de nove alunos da URNe. Os alunos citados neste ofício eram considerados “subversivos” e, portanto, a instituição deveria recusar-se a realizar as suas matrículas. Desse modo, os discentes Maura Pires Ramos, Berta Vilar Dantas, Maria [ilegível] de França, Daura Torreão, padre José Dias, Simão Almeida, Ana Rita Almeida, José Gomes de Queiroz e Augusto da Silva Castro tiveram a matrícula negada e, por aprovação unânime do Conselho, foram desligados da universidade. Além disso, a ata desta reunião nos informa que dias antes da expulsão dos discentes, oficiais do IV Exército, sediado em Recife, estiveram na URNe. Em sua “visita”, os oficiais do IV Exército solicitaram a documentação acadêmica dos nove alunos. Esta medida provavelmente visava enquadrar os discentes no Decreto 477, impedindo-lhes de realizar matrícula em qualquer outra universidade.

¹⁷⁷ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1971, p. 236-247.

Mas os discentes não foram os únicos a serem atingidos pela legislação repressiva. Se em um primeiro momento, os órgãos de repressão se detiveram na desmobilização do movimento estudantil, em seguida os docentes passaram a ser o alvo das perseguições. O Ato Complementar Nº. 75 (AC-75) determinava a demissão e/ou aposentadoria compulsória de muitos professores que se mostravam contrários à ditadura vigente. Além disso, o texto do AC-75, editado em outubro de 1969, proibia que instituições públicas e privadas que recebessem subvenções do Estado contratassem os professores atingidos pelos atos institucionais. Este dispositivo era acionado para evitar o que ocorreu em 1964, quando docentes demitidos retomaram suas carreiras em outras universidades.

A demissão e/ou aposentadoria compulsória de diversos docentes estendeu-se durante todo o ano de 1969. Motta (2014) identificou a aplicação do AC-75 nas seguintes instituições: UNB, UFMG, UFRJ, UFPB, UFPA, UFPE, UFRN, UFBA, UFRGS, dentre outras. Na UFPB, por exemplo, foram demitidos cerca de vinte professores. Já na UNB este número saltava para setenta e nove. Aqueles que se “salvaram” da demissão foram compulsoriamente aposentados. Apesar de “justificar” a adoção destas medidas invocando os “valores” da “segurança nacional”, os órgãos de repressão muitas vezes pautavam suas ações com base em questões eminentemente pessoais. O recrudescimento da ditadura possibilitava que os agentes melhor posicionados no governo acertassem as contas com os seus desafetos! Exemplo desse acerto de contas pode ser exemplificado através da aposentadoria do professor Dumerval Trigueiro Mendes, da UFPB. O professor Trigueiro jamais havia militado em partidos e/ou movimentos de esquerda. Assim sendo, a sua aposentadoria não poderia ser “justificada” com base na Lei de Segurança Nacional. Neste caso, a aposentadoria consistia em um desdobramento de um discurso feito pelo professor Durmeval Trigueiro no CFE. Em seu discurso, o professor tecia críticas à política educacional do governo militar, inclusive posicionando-se contrário a instituição das disciplinas de Moral e Cívica.

Como se pode observar, os expurgos advindos com o AI-5 não se restringiram ao dismantelamento do movimento estudantil. Apesar deste segmento ser o mais “visado” (em virtude do seu protagonismo nas manifestações e greves contrárias à ditadura), a repressão logo chegaria aos professores. Com a intensificação da repressão, a administração das universidades também seria atingida pelos expurgos. Não foram

raros os casos em que os órgãos de segurança começaram a monitorar as salas de aula. Segundo Motta (2014), setores das forças armadas chegavam a incentivar que os militares se matriculassem em determinadas universidades. Ao recorrer a essa estratégia, as agências de repressão tinham por objetivo acompanhar “de perto” o conteúdo ministrado, bem como o posicionamento político de docentes e discentes. Muitas vezes, os “alunos” advindos das forças armadas ingressavam no ensino superior sem realizar os exames vestibulares! Tratava-se de uma estratégia para monitorar e, conseqüentemente, reprimir a atuação de professores e alunos.

Se em algumas universidades a presença dos militares se restringiu às salas de aula, em outras essa presença se fez sentir de forma direta, manifestando-se através da intervenção na administração de algumas instituições. A URNe, em face das mobilizações estudantis realizadas durante o ano de 1968, passou a ser considerada um “ninho de subversão”. Desse modo, em 9 de abril de 1969, o Decreto Nº. 105¹⁷⁸ destituía Edvaldo de Souza do Ó da reitoria da universidade. Para ocupar este cargo, o Decreto Número 106 de 10 de abril de 1969¹⁷⁹ designava o professor José Geraldo de Araújo que, posteriormente, seria substituído pelo professor Antônio Lucena¹⁸⁰.

O afastamento de Edvaldo de Souza do Ó da reitoria da URNe deu-se em cumprimento a determinações da Guarnição Militar da Paraíba, chefiada pelo General de Brigada Venitius Nazareth Notare. Segundo o Decreto nº. 105/69, a destituição do reitor seria o resultado da sua “atuação calamitosa enquanto professor da FACE”, da sua “deficiente formação humanística” (seria uma alusão ao comportamento autoritário de Edvaldo do Ó?) e de denúncias envolvendo “enriquecimento ilícito” quando da sua passagem pela CELB. A retórica da “corrupção” seria acionada para “justificar” os expedientes autoritários verificados na URNe. Desse modo, difamava-se a figura do reitor de modo que a sua permanência no cargo se tornasse inviável. Apesar da acusação

¹⁷⁸ CAMPINA GRANDE/PB. Decreto Nº. 105 de 9 de abril de 1969. Dispõe sobre a destituição do Presidente da Fundação Universidade Regional do Nordeste e Reitor da mesma Universidade. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1969a.

¹⁷⁹ CAMPINA GRANDE/PB. Decreto Nº. 106 de 10 de abril de 1969. Dispõe sobre a nomeação do Presidente da Fundação Universidade Regional do Nordeste e Reitor da mesma Universidade. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1969b.

¹⁸⁰ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1971, p. 187.

de “enriquecimento ilícito”, Edvaldo do Ó foi absolvido no inquérito que apurava desvios financeiros na CELB. Mas já era tarde demais! A URNe estava sob intervenção, o seu reitor afastado e o projeto pensado pelos desenvolvimentistas havia sido desfigurado.

Outra questão que pode nos auxiliar a compreender a destituição do reitor consiste no seu relacionamento nada amistoso com os segmentos militares da cidade de Campina Grande. O fato de Edvaldo do Ó ter respondido a um Inquérito Militar na década de 1950 pode ter contribuído para a decisão de destitui-lo da reitoria da URNe. O Inquérito, arquivado em 1958, foi resultado do desacato que Edvaldo do Ó teria feito a um militar, na ocasião das solenidades que comemoravam o sete de setembro de 1957. Edvaldo do Ó, na ocasião Diretor Municipal de Educação, se preparava para subir ao palanque onde as autoridades assistiriam o desfile. Neste momento, um militar solicitou a credencial do Diretor de Educação. Edvaldo do Ó teria respondido de forma desrespeitosa e, em virtude desse desacato, foi instaurado um Inquérito Militar. Este episódio é contado pelo próprio Edvaldo do Ó em depoimento concedido ao professor Luiz Gonzaga De Melo, em 1991:

Há quem diga que até a minha cassação começou a ser articulada não em 1968 [sic], mas sim no ano de 1957. Certas pessoas que destacam a violência já praticada contra mim, por exemplo, são da opinião de que o episódio vivido na condição de Diretor da Secretaria de Educação e Cultura do Município, podia ser caracterizado como prenúncio das atitudes fortes de determinados segmentos militares contra mim. Relembro que esse fato aconteceu no mês de setembro de 1957. A organização dos desfiles do “Dia da Pátria”, cabia, em sua responsabilidade, ao titular da então Diretoria de Educação e Cultura. Nós trabalhamos incansavelmente no dia anterior ao desfile, até altas horas da noite. No dia propriamente do desfile, pessoalmente organizava os estudantes perfilados, quando aconteceu o inesperado: simplesmente fui barrado por um sargento e alguns soldados que não me deixavam entrar no ambiente das autoridades. Nesse bate-boca, disseram-me que só poderia ter acesso ao local com ordem de um certo Tenente Guanabario. Aconteceu o pior: eu, em voz alta, nervoso, indaguei: “Onde está este Tenente de *?””. Foi o necessário para que eu respondesse a um inquérito junto às autoridades militares (SOUZA DO Ó, depoimento: [maio. 1991]).

A cassação de Edvaldo do Ó pode ter sido o resultado de uma confluência de fatores (os atritos provocados em virtude de sua personalidade autoritária, o “baixo desempenho” verificado em sua atuação enquanto professor da FACE, as denúncias de

“enriquecimento ilícito”, os interesses de pessoas que desejavam ascender ao cargo de reitor da URNe, dentre outros) que, em virtude da exacerbação autoritária então vivida no país, acabaram encontrando meios de se realizar, afastando-o da reitoria da URNe. Além disso, as denúncias de que a URNe estaria “doutrinando” os alunos para o exercício da “subversão” eram recorrentes nas discussões travadas no período. Basta lembrarmos dos debates e embates gerados pela cadeira de Sociologia. Ao escrutinar a estrutura oligárquica da sociedade nordestina, o professor Lopes de Andrade provocou a ira de muitos membros da elite local. As discussões realizadas na disciplina de sociologia renderam a URNe a alcunha de “universidade bolchevique”. A expressão foi cunhada pelo advogado Odimar Agra que, em meio a uma discussão travada com o professor Andrade, havia atribuído a ocorrência das manifestações discentes à “má” influência da cadeira de sociologia.

Deste modo, a intervenção na URNe mostrava-se nodal para o “controle” das manifestações que tanto haviam agitado as ruas de Campina Grande em 1968. A intervenção, que durou quatro anos, acabou resultando em uma série de transformações no interior da universidade. Inicialmente, o Conselho Diretor da FURNe foi totalmente destituído. Os conselheiros: padre Emídio Viana, José Lopes de Andrade, Evaldo Gonçalves e Arlindo Pereira Almeida – foram destituídos dos seus cargos e substituídos por Antônio Lucena (posteriormente designado vice-reitor), Amauri Pinto, Luiz Mota Filho e Firmino Brasileiro¹⁸¹.

À mudança na direção da instituição seguiram-se uma série de transformações, dentre as quais se destacam a destituição de todos os diretores das Faculdades, a extinção dos Institutos Centrais (concentrando todo o ensino nas Faculdades) e a progressiva departamentalização da instituição, esta última em consonância com a Reforma do Ensino Superior então em andamento. Os novos membros da administração justificavam a adoção dessas medidas como estratégia para reduzir o “custo” do ensino. Afinal, a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais demandaria maiores recursos financeiros para a manutenção da universidade. Como após a intervenção, o repasse de verbas manteve-se abaixo do esperado a “solução” encontrada pelos interventores foi extinguir os institutos centrais, concentrando, assim, o ensino nas

¹⁸¹ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1971, p. 165-168.

faculdades. Desse modo, após a reunião do Conselho Diretor realizada em 9 de julho de 1969, os institutos centrais da URNe foram oficialmente extintos.

Outra medida adotada pelos interventores consistiu na revogação da Lei nº 91/66. Como vimos anteriormente, esta lei regulamentava as transferências dos lucros das empresas municipais para a URNe. Inicialmente fixada em torno 10%, este percentual representou, no exercício dos anos letivos de 1967 e 1968, respectivamente 26,8% e 21,3% da receita total da universidade. Após a intervenção, a administração da instituição interpretou esta lei como inconstitucional e, em 1970, ela seria extinta. Em seu lugar, seria implementado o Fundo de Bolsas. Como muitos discentes não dispunham de recursos para financiar o seu estudo, a administração da URNe, ainda no reitorado de Edvaldo de Souza do Ó, aprovou a criação do Fundo de Bolsas dessa universidade. Tratava-se da concessão de bolsas de estudos a estudantes que alegassem hipossuficiência financeira e/ou bom desempenho acadêmico. Os discentes que não comprovassem baixa rendimento, poderiam ainda requerer o auxílio e, posteriormente, restituir esse valor à universidade.

Os recursos para a manutenção do Fundo de Bolsas proviriam dos valores das bolsas já concedidas, de doações, legados e subvenções, de verbas geradas pela aplicação do patrimônio, pelas importâncias já restituídas pelos beneficiários e por outras contribuições, de fontes públicas e privadas. O Fundo de bolsas da URNe já passou a vigorar no exercício do ano letivo de 1969, quando 102 alunos (50,7% das matrículas) foram beneficiados pela medida. Conforme podemos visualizar no quadro abaixo, o Serviço de Assistência ao Estudante (SAE) da URNe ofereceu, entre os anos de 1969 e 1982, 9. 478 bolsas de estudo. O maior número de bolsas foi concedido entre os anos de 1969, 1970 e 1975, quando, respectivamente, 51, 53 e 30% dos estudantes foram contemplados por bolsas de estudo.

QUADRO IX

Bolsas ofertadas pelo Fundo de Bolsas da FURNe (1969-1982)

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS	BOLSAS OFERECIDAS	%
1967	318	----	----
1968	336	----	----
1969	201	102	50.7

1970	308	164	53.2
1971	382	90	23.6
1972	754	95	12.5
1973	1.109	234	21.1
1974	2.522	748	29.7
1975	3.207	1.186	37.0
1976	4.001	1.253	31.3
1977	5.209	1.112	21.3
1978	5.912	735	12.4
1979	6.443	600	9.3
1980	7.030	562	8.0
1981	7.387	1.498	20.3
1982	7.412	1.368	18.5

Fonte: Pró-reitora de Planejamento da URNe.

Apesar da adoção dessas medidas, a intervenção na URNe realizou uma série de transformações que desfiguraram o projeto inicialmente pensado para a instituição. Afinal, esta universidade havia sido pensada pelo grupo desenvolvimentista. Desse modo, a política em que a instituição se sedimentava acabava refletindo o objetivo de estruturar o ensino com base nas exigências requeridas pelo desenvolvimento regional. Ao ser afastado da direção e dos principais cargos da instituição, o grupo desenvolvimentista teve seu espaço substancialmente reduzido, o que implicou, provavelmente, na mudança do projeto pensado para a URNe. Assim sendo, poderíamos indagar: a intervenção na URNe representou o fim do sonho desenvolvimentista?

A questão é bastante complexa e exige uma análise acurada. Esta reflexão deve levar em consideração tanto as transformações internas à universidade como aquelas que dizem respeito às modificações no interior do próprio debate regionalista. Primeiramente, é necessário salientar que a perda do espaço de atuação do grupo desenvolvimentista não se fez sentir “apenas” no âmbito da URNe. Destituídos dos órgãos de planejamento da prefeitura municipal de Campina Grande, a centralização impetrada pelo projeto levado a cabo pelos militares levaria a desarticulação do grupo, o que reverberava, por conseguinte, na desorientação do projeto econômico, político e educacional que até então vinha gerindo a cidade de Campina Grande. Frente a esse cenário, o trânsito de alguns intelectuais nos veículos da imprensa também seria afetado.

É significativo o “desaparecimento” da seção diária assinada pelo professor José Lopes de Andrade no *Diário da Borborema*. É provável, assim, que a censura a este intelectual esteja relacionada à mudança na linha editorial do referido jornal, com a substituição de grande parte de seus articulistas por pessoas “mais afinadas” às diretrizes do regime em voga. Dessa forma, as críticas que vinham sendo tecidas pelo professor Lopes de Andrade ao governo militar podem ter soado enquanto comportamento “subversivo”, levando-o ao afastamento em definitivo do jornal.

Destituídos dos principais postos de comando da universidade e da imprensa, os intelectuais desenvolvimentistas se viram fragmentados e sem espaços de atuação. Após ser cassado da reitoria da URNe, e sem conseguir espaço para atuar no setor público, Edvaldo do Ó se dedicou ao campo da iniciativa privada. Em 1975, este intelectual liderou as articulações com vista a instituição da Bolsa de Mercadorias da Paraíba. Com a Anistia, em 1979, foi readmitido a URNe. Foi-lhe então delegado o cargo de Diretor do Museu de Artes, vinculado à universidade, onde permaneceu por apenas alguns meses, em virtude de atritos com a administração central da instituição. Adquiriu, no início dos anos 1980, os direitos do jornal *A Gazeta do Sertão*. Em 1988, candidatou-se à Prefeitura de Campina Grande, obtendo 2.070 votos (2,02% dos votos válidos). Nos últimos anos de vida, dedicou-se às atividades desenvolvidas na Bolsa de Mercadorias e ao jornal *A Gazeta do Sertão*. Já Williams de Souza Arruda retomou as atividades docentes após o término de sua gestão, em janeiro de 1969. No final da década de 1980, tentou retornar à política partidária, disputando, na eleição municipal de 1988, o posto de prefeito de Campina Grande, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Obteve 577 sufrágios (0,56% dos votos válidos). Após trinta anos de docência aposentou-se como professor da UFPB, no início da década de 1990, passando a ficar recluso em sua chácara. Faleceu em dezembro do ano 2000.

Após a intervenção militar na URNe, José Lopes de Andrade foi afastado dessa instituição e passou a residir no Rio de Janeiro. No entanto, em abril de 1973, este professor, juntamente com a sua esposa, a professora Letícia Camboim de Andrade, seria contratado para lecionar a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), no então campus II da UFPB. Além de ministrar essa disciplina, ofícios encontrados no SEDHIR/UFCG¹⁸² nos indicam que Lopes de Andrade também teria assumido as

¹⁸² Ofício 35-A. Departamento de Administração da UFPB, em 15 de abril de 1973.

disciplinas de sociologia, retomando o seu “antigo” projeto de instituição de uma sociologia regional. No final da década de 1970, foi diagnosticado com um câncer e passou a viajar com mais frequência ao Rio de Janeiro, onde realizava o tratamento. Faleceu em 13 de maio de 1980.

As transformações processadas no âmbito da URNe também implicariam numa viragem de perspectiva, levando, progressivamente, à descaracterização do projeto originalmente pensado para a instituição. Frente a esse cenário se faz necessário indagarmos: *como* as transformações verificadas no interior da URNe atuaram na reorientação do projeto desenvolvimentista inicialmente pensado para a universidade? A “resposta” a esta questão deve ser buscada na relação estabelecida entre a instituição e o poder político, bem como na ascensão de um novo grupo de intelectuais e políticos à frente da universidade, cuja orientação com as diretrizes em voga certamente conformariam a dinâmica educacional da URNe.

Em segundo lugar, é preciso que consideremos as transformações inerentes ao próprio pensamento regionalista que, da perspectiva de “correção” dos chamados “desequilíbrios regionais”, passou a assumir uma posição de crítica e revisão da “concepção dual” que estaria presente na ideia de um “nordeste subdesenvolvido” *versus* um “centro-sul desenvolvido”, reverberando, também, na modificação do projeto pensado para a universidade. Defendemos, assim, a ideia de que simultaneamente à intervenção processada no âmbito da URNe (com a destituição de muitos dos intelectuais desenvolvimentistas dos postos de direção) operou-se uma reconfiguração do projeto inicialmente pensado por esses intelectuais para a universidade. Essa transformação, pela representatividade que a instituição possuía para o movimento intelectual da cidade, implicou, também, na reconfiguração do projeto de instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

Se a intervenção na URNe não representou o fim do sonho desenvolvimentista (visto que a universidade continuaria a desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento regional), ela alterou o projeto inicialmente pensado para a universidade. No entanto, essas transformações não podem ser imputadas somente ao aspecto político da intervenção. É preciso destacar, e já o fizemos acima, a reconfiguração do debate regionalista que, da preocupação em corrigir os “desequilíbrios regionais”, passou a estabelecer uma crítica presente na ideia de um

“nordeste subdesenvolvido” *versus* um “centro-sul desenvolvido”. Conforme aponta Silveira (2009), a interpretação da problemática regional a partir da década de 1970 refutaria a perspectiva “dualista” (nordeste subdesenvolvido *versus* centro-sul desenvolvido) em várias de suas teses, considerando equivocadas as seguintes colocações: ao nível do “diagnóstico”, atribuir o “atraso regional” ao “imperialismo” do Centro-Sul; ao nível da proposta, apontar a industrialização como a via de desenvolvimento para a região e a colonização agrícola como alternativa para solucionar a questão do excedente demográfico regional; e, ao nível dos instrumentos a empregar na política regional de desenvolvimento, atribuir ao planejamento a possibilidade de interferência para superar o “desequilíbrio”.

Não obstante às transformações do pensamento regionalista é preciso destacarmos as arbitrariedades da intervenção militar na URNe. A destituição do reitor, diretores, do conselho diretor, além da modificação na estrutura didática e administrativa da instituição representaria um ônus para o sonho acalentado pelo grupo desenvolvimentista. Diante desse cenário, a administração da universidade recorreu a vários projetos de federalização e/ou estadualização. Após a intervenção, ainda na administração do reitor José Geraldo Araújo, foi constituída uma comissão para estudar a viabilidade da federalização da universidade. A comissão, composta por representantes da URNe, da UFPB, do Governo do Estado da Paraíba e da prefeitura de Campina Grande, não chegou a concluir os estudos e a proposta de federalização foi abandonada¹⁸³.

Um desdobramento desta comissão foi a realização da reforma da URNe com base nos moldes que vinham sendo adotados pelas universidades federais. No lugar dos institutos centrais, foi adotado o modelo concêntrico e intensificada a departamentalização da instituição. O objetivo era estruturar a URNe com base no modelo das instituições federais. Na visão da direção da instituição, essa reforma facilitaria a federalização desta universidade.

A proposta de federalizar a URNe seria retomada ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em 1979, o então deputado federal Otacílio Nóbrega de Queiroz propôs à Câmara a criação da Universidade Federal de Campina Grande. Esta universidade seria formada a partir da fusão do então campus II da UFPB com a URNe. Após intenso

¹⁸³ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, 1972, p. 235-256.

debate envolvendo os dirigentes de ambas as instituições o projeto seria abandonado. Em 1981, o debate sobre a federalização figuraria nas discussões da universidade, chegando-se, até mesmo, a se constituir uma comissão designada pela MEC para estudar a viabilidade da instituição da Universidade Federal de Campina Grande. Todavia, questões referentes à alienação do patrimônio da URNe levaram o então prefeito da cidade (Enivaldo Ribeiro) a não aprovar a transferência do patrimônio da universidade à união.

Durante o período de redemocratização a federalização seria novamente colocada em pauta nas discussões da universidade. Entre 1985 e 1986, os deputados federais Raymundo Asfóra e Aluizio Afonso Campos propuseram a federalização da URNe. O projeto chegou a ser aprovado na câmara e no senado. Todavia, o presidente José Sarney acabou vetando o projeto de lei que autorizava a criação da Universidade Federal de Campina Grande (que seria formada pela fusão do campus II da UFPB com a URNe). É provável que a articulação de seguimentos insatisfeitos com a divisão do poder (tanto no interior da URNe como na UFPB) tenha contribuído para o insucesso dos constantes projetos que visavam federalizar a URNe. Escrutinar os motivos que levaram os dirigentes de ambas as instituições e/ou o governo federal a declinar desses projetos consiste em uma problemática que subsidiará futuras investigações.

Enquanto a federalização da URNe não se efetivava, é importante destacar as articulações que as administrações desta universidade realizaram com o governo do Estado da Paraíba. Desse modo, a proposta de estadualizar a universidade já figurava no debate intelectual e político da Paraíba desde o início da década de 1980. Em 1982, o então reitor da URNe, Antônio Vital do Rêgo, havia proposto ao governador Clóvis Bezerra que o Estado assumisse a responsabilidade da universidade. Mas, com a mudança na administração do estado, em 1983, a proposta seria abandonada. Em 1985, o reitor Guilherme Cruz apresentou a proposta de o Governo da Paraíba contribuir com 50% do orçamento da universidade. Todavia, o governador da época, Wilson Braga Leite (PDS), alegou que o estado não dispunha de recursos para manter, ainda que parcialmente, o ensino superior.

O projeto de estadualização da URNe se intensificaria a partir das eleições realizadas em 1986. Porfírio (2007) nos relata que os postulantes ao executivo estadual teriam se comprometido a estadualizar a instituição. Sendo eleito o professor Tarcísio

de Miranda Burity (PMDB), o movimento universitário, através dos Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes da URNe, intensificaram, juntamente com os docentes, funcionários, intelectuais e políticos, a proposta de estadualizar a universidade. Após uma série de debates e embates no que concerne ao formato jurídico da nova instituição (se fundação de ensino superior ou autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Educação), chegou-se ao consenso de que a URNe deveria ser extinta e seu patrimônio revertido ao Estado da Paraíba para, só então, ser criada a nova instituição.

Deste modo, não houve propriamente uma estadualização, mas a extinção da URNe e a criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Como a URNe era organizada como base no marco fundacional, a legislação do ensino superior determinava que a instituição criada com a estadualização também fosse organizada nos moldes fundacionais. Entretanto, o movimento estudantil via este modelo jurídico como uma ameaça à gratuidade do ensino. Assim, após intensas (e calorosas!) negociações, o governo da Paraíba, a prefeitura de Campina Grande e a reitoria da URNe resolveram extinguir esta universidade. Como propunha a Lei nº 23 de 15 de março de 1966, os bens moveis e imóveis da instituição foram revertidos para o município de Campina Grande e, por maioria dos votos dos vereadores, foram alienados para o estado da Paraíba. Assim, em 11 de outubro de 1987, o governador Tarcísio de Miranda Burity assinou a Lei 4.977, criando a UEPB. A assinatura desta lei ocorreu em uma área de eventos existente em Campina Grande (o Parque do Povo). Este episódio nos mostra que a política e a educação constituem importantes dimensões para os atores do político realizarem suas performances.

Durante os seus vinte e um anos de existência a URNe cumpriu um papel de destaque na promoção do desenvolvimento regional. Obviamente que esta instituição acompanharia os debates políticos, econômicos e educacionais do seu tempo. Desse modo, em meados da década de 1980 o projeto pensado pelo grupo desenvolvimentista (nas décadas de 1950 e 1960) já não abarcava as exigências requeridas pela região nordeste. Aliás, os próprios “problemas do nordeste” haviam se transformado nesse período. A supressão do “regional” na nomenclatura da nova instituição foi bastante criticada por intelectuais e políticos da cidade. Todavia, além de demarcar o novo momento político da universidade (com a sua vinculação ao governo do estado da Paraíba), a própria denominação regional mostrava-se “desatualizada” em face das discussões travadas pelo ensino superior na década de 1980. Apesar desses impasses, a

UEPB cumpriria um papel central na oferta do ensino superior no interior do nordeste. Os desdobramentos desses eventos nos mostram que a intervenção na URNe, apesar de desfigurar o projeto inicialmente pensado para a instituição, não correspondeu ao “fim” do “sonho” desenvolvimentista. Pelo contrário, este “sonho” se reatualizou em diversos momentos, exercendo um papel central na promoção do “Novo Nordeste”.

À GUIA DE CONCLUSÃO

O projeto de desenvolvimento regional ancorava-se em duas instâncias basilares: a industrialização e o ensino superior. Na visão de muitos intelectuais do período a universidade sobrepunha-se à dimensão industrial, visto que das contribuições do saber científico dependeria o crescimento do setor fabril. Desse modo, entre as décadas de 1950 e 1960 a ideia de que a instituição do “Novo Nordeste” se daria no concerto do ensino superior ganhou força e aglutinou diversos intelectuais. A constatação dos diferentes “níveis” e “ritmos” de “crescimento regional” fez com que as interpretações sociais e econômicas identificassem a existência de “dois Brasis”: um arcaico, subdesenvolvido, localizado, sobretudo, no nordeste e outro desenvolvido, urbano e industrial, circunscrito ao centro-sul. No interior desse debate o ensino superior despontava como instância capaz de “reverter” o “quadro” de “atraso” e “sub-desenvolvimento” que caracterizaria a região nordeste.

Na cidade de Campina Grande –Paraíba - o debate ganhou forma através da atuação dos jovens intelectuais que, estudando nas faculdades do estado de Pernambuco, iniciaram uma série de movimentos no intuito de cobrar do poder público a instituição das faculdades e, posteriormente, de uma universidade na cidade. Em meio a esse debate, é preciso tomarmos cuidado com o olhar retrospectivo do historiador, visto que ele pode induzir a uma leitura teleológica do passado. Assim, a atuação dos jovens intelectuais (da criação da União Universitária Campinense, passando pela FUNDACT e “culminando” com a instituição da URNe) não deve ser tomada como algo linear, como se os posicionamentos e as posições de cada um estivessem prefigurados desde o início. Procurando fugir dessa perspectiva de abordar os eventos do passado, o nosso objetivo consistiu na oferta de leituras sobre os itinerários de formação e atuação dos intelectuais, estabelecendo conexões entre a protagonismos desses sujeitos e o debate mais amplo sobre o ensino superior e o desenvolvimento nacional e regional.

Desse modo, é preciso olharmos para o debate desenvolvimentista buscando discontinuidades. Se na segunda metade da década de 1960 as teorias econômicas enfatizavam a premência da escala regional para a promoção do desenvolvimento (regional), no início da década de 1950 o debate centrava-se mais na ideia iluminista de

progresso. Compreendendo a descontinuidade que anima os debates intelectuais, evitamos (ou diminuímos!) o risco de tomarmos a história como algo “pronto”, “elaborado”, incorrendo, certamente, na produção de leituras anacrônicas. Logo, a atuação dos jovens intelectuais não apontava, desde o início, para a criação de uma universidade regional. As transformações *no* e *do* debate mais amplo foram conformando e paulatinamente instituindo a centralidade da escala de investigação regional. À medida que as discussões econômicas foram apontando para a criação de políticas que visavam “corrigir” os “desequilíbrios regionais”, o debate encetado pelos jovens desenvolvimentistas (que em meados da década de 1960 já ocupavam cargos na administração do município de Campina Grande, nos órgãos de planejamento do estado da Paraíba e do governo federal) foi enfatizando a centralidade da escala de investigação regional. A promoção do desenvolvimento regional no concerto do ensino superior ganharia espaço central no interior da URNe, “projetada” e instituída por alguns dos jovens intelectuais da União Universitária Campinense. Estes, ao chegarem à chefia do executivo municipal, deram corpo ao “sonho” que há muito animava os círculos intelectuais da cidade.

Mas, se o debate desenvolvimentista necessita ser analisado sob o prisma da descontinuidade, o estudo sobre os itinerários percorridos pelos intelectuais também deve considerar as múltiplas posições ocupadas por esses sujeitos ao longo das histórias que aqui buscamos escrutinar. Logo, é preciso que olhemos para Edvaldo de Souza do Ó, Williams de Souza Arruda, José Lopes de Andrade, dentre outros, buscando o caráter descontínuo que perpassa a história de uma vida. Assim, buscamos destacar o aspecto dinâmico que conforma a atuação dos intelectuais ao longo do jogo, evidenciando o modo como a posição ocupada por cada um orientou as investidas que procuraram fazer ou, até mesmo, de que modo estes posicionamentos se revelaram na negativa em apoiar determinadas “causas”.

No intuito de percebermos como se tecem as redes de sociabilidade, de que maneira os aspectos geracionais “influenciam” nas discussões encaradas por uma determinada geração e, por fim, como os (des) afetos secretaram as redes que secretam o campo intelectual nos apropriamos das contribuições teóricas de SIRINELLI (1996, 1998a, 1998b). Desse modo, constatamos que as faculdades se constituíram no principal espaço de sociabilidade para a geração nascida entre as décadas de 1920 e 1930, e que foi uma das primeiras a tomar contato com a oferta de uma formação universitária. Se,

para a geração de Cristiano Pimentel, Mauro Luna e Anézio Leão, o “caldo-de-cana” de Hortênsio Ribeiro foi o espaço que fomentou, na década de 1930, o debate sobre a vida intelectual de Campina Grande, para a geração de Edvaldo do Ó, o espaço para o debate político-educacional encontrou esteio, no início da década de 1950, nas universidades. A convivência no interior das universidades de Pernambuco certamente fez com que a instituição de escolas superiores em Campina Grande fosse perseguida como o principal objetivo dos jovens intelectuais campinenses. Outra dimensão que procuramos enfatizar ao longo deste estudo consistiu no modo como os (des) afetos secretam as redes de sociabilidades intelectuais. Esta dimensão mostra-se importante para desconstruirmos o discurso que apresenta o campo intelectual somente sob o prisma do “racional”. Percorrendo as relações tecidas pelos intelectuais, e observando de que maneira se tecem as intrigas/afetos e desafetos, observamos que muitas tensões configuradas no campo institucional são reflexos de querelas pessoais. Um exemplo dessas querelas pode ser percebida através da tensa relação entre Edvaldo de Souza do Ó e Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Afinal, esses dois intelectuais já protagonizavam embates calorosos desde os tempos da União Universitária Campinense. Ao perscrutarmos os seus itinerários de formação, bem como as posições ocupadas por esses sujeitos no interior do poder político constatamos que os limites entre o público e o privado, o racional e o subjetivo são ainda mais tênues no meio intelectual, haja vista a retórica da neutralidade que perpassa este campo.

Outra ferramenta conceitual e metodológica de que nos apropriamos ao longo desse trabalho consistiu no Contextualismo Linguístico propugnado pela chamada Escola do Pensamento Político de Cambridge, aqui representada pelos estudos de Quentin Skinner (1999, 2005a, 2005b, 2005c) e John Pocock (2003). Esta ferramenta metodológica mostrou-se profícua para a realização da nossa pesquisa, tendo em vista a centralidade dos impressos na promoção do debate educacional entre as décadas de 1950 e 1960. Assim, buscamos problematizar o texto jornalístico enquanto “enunciado”, isto é, como intervenção que visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores e modos de classificação que justificam a intervenção no debate político. Compreendendo a língua como elemento de disputa dos atores do político na legitimação dos seus projetos, percebemos a importância dos jornais na conformação do debate educacional. As discussões desenvolvimentistas encontraram guarida nas páginas do jornal, principalmente em o *Diário da Borborema*. Ao aglutinar um grupo de

intelectuais engajados na discussão estabelecida entre educação e desenvolvimento regional, o *Diário da Borborema* deu grande visibilidade ao projeto de desenvolvimento regional no concerto do ensino superior. Dessa maneira, o jornal mostrou-se o púlpito privilegiado pela intelectualidade na veiculação de seus projetos, na promoção de debates e embates, elevando o ensino superior à condição de “causa educacional” da cidade de Campina Grande.

Ao nos apropriarmos desse referencial teórico e metodológico pudemos perceber o movimento encabeçado pela intelectualidade para a criação das primeiras escolas superiores na cidade de Campina Grande. Para tanto, destacamos a instituição da União Universitária Campinense e da FUNDACT que, a nosso ver, funcionaram como espaços institucionais que encetaram diversas campanhas e ações na promoção do que os intelectuais denominavam de “desenvolvimento intelectual” do Nordeste interior. A União Universitária Campinense, por exemplo, exerceu um papel de destaque na campanha em prol da instituição da Escola Politécnica. Os estudantes se constituíram em importantes atores ao longo da participação em diversos episódios da vida da cidade. Desse modo, iam ganhando projeção política e intelectual, conseguindo adentrar a estrutura do poder campinense. Seja através da ocupação do Legislativo por muitos dos antigos membros da União Universitária, seja mediante a inserção de nomes como Edvaldo do Ó e Williams Arruda à frente de importantes pastas do município, respectivamente, Direção de Administração-Instrução e Fazenda, os estudantes universitários inseriram-se na esfera do poder político, contribuindo, assim, para alçar o debate em torno do ensino superior à condição de “causa educacional” a ser defendida pela cidade.

Em fins de 1957, o “grupo dos desenvolvimentistas” já apresenta uma dimensão significativa, ocupando cargos na administração municipal, vagas no Legislativo, além de granjear simpatias de setores da indústria e do comércio, que passavam a ver no grupo uma possibilidade para alavancar o projeto desenvolvimentista pensado para Campina Grande. Animados pela perspectiva de desenvolvimento acelerado, o grupo consegue convencer o então prefeito Elpídeo de Almeida a criar a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT). Esta entidade se propunha a coordenar pesquisas e trabalhos científicos, através da realização de conferências e mesas de debate; auxiliar na manutenção de escolas superiores (o órgão terá papel decisivo na manutenção das Faculdades de Filosofia de Campina Grande, bem como na

criação da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), esta última posteriormente anexada à Universidade da Paraíba) e, por fim, assessorar empresas públicas e privadas, objetivando dotá-las de “maior racionalização”, aspecto considerado indispensável na corrida desenvolvimentista. A FUNDACT organizou uma série de eventos, tais como o “Seminário de Problemas do Nordeste” – ocorrido em agosto de 1958 -, o “Simpósio de Óleos e Vegetais” – ocorrido ao longo do mês de novembro de 1958, dentre outros.

Observa-se, assim, o destaque que a FUNDACT vai desempenhar no cenário intelectual campinense. Reunindo uma gama de economistas, sociólogos, geógrafos e engenheiros, a entidade passa a fomentar, através das reuniões públicas, o debate desenvolvimentista. Através das mesas-redondas, sempre abertas ao público, discutiam-se os mais variados assuntos e as suas relações com o desenvolvimento regional. Talvez a estratégia de permitir o acesso do público às conferências, e às vezes até incentivar essa participação, tenha contribuído para a disseminação do ideário desenvolvimentista. Assim, entre as décadas de 1950 e 1960 a senda do desenvolvimento parecia ter se convertido na aspiração de “toda” a cidade. Intelectuais, políticos, comerciantes e industriais debatiam, através das páginas da imprensa, as perspectivas que deveriam alicerçar o desenvolvimento do Nordeste.

Nesse momento, a ideia de se instituir uma universidade voltada para o estudo dos chamados “problemas do nordeste” passou a ganhar corpo. Todavia, para que a ideia saísse do papel era necessário o apoio do executivo municipal. Como os prefeitos Elpídeo de Almeida (1955-1959) e Severino Bezerra Cabral (1959-1963) não manifestaram interesse pela instituição de uma universidade, os intelectuais desenvolvimentistas tiveram que esperar a ascensão de Newton Vieira Rique ao executivo campinense para colocarem em prática seu antigo “sonho”. Mas a cassação do prefeito Newton Rique, no contexto do golpe civil-militar de 1964, acabou adiando a instituição da universidade na cidade. Foi preciso que Williams de Souza Arruda assumisse a administração municipal para, juntamente com o apoio de Edvaldo do Ó e José Lopes de Andrade, realizar os estudos visando a criação da universidade que serviria de base à política da SUDENE.

A URNe surgia com o objetivo de estudar os “problemas regionais”, buscando “soluções” para as questões que “impediam” o desenvolvimento do nordeste. Para isso, o ensino ministrado nas faculdades necessitaria ser “ajustado” às “especificidades regionais”. Tratava-se de “equacionar” os “problemas do nordeste”, mediante o estudo

de suas “causas e efeitos”. Afinal, como advertia José Lopes de Andrade, apropriando-se da “redução de escala sociológica” veiculada por Alberto Guerreiro Ramos, transferir o conhecimento sem habilitar às “especificidades regionais” seria um procedimento científico “limitado” aos reclamos do desenvolvimento do nordeste. O objetivo da URNe residiria no “equacionamento da problemática do desenvolvimento” nas “áreas territoriais” compreendidas no “nordeste interior”. A “região” consistiria, assim, no nível organizacional que deveria balizar a estrutura da universidade.

Para tanto, vimos que a organização da URNe com base nos preceitos que animavam a reforma do ensino superior era percebida como central para o êxito do projeto desenvolvimentista. No interior desse debate, a adoção do modelo jurídico fundacional e a divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais eram apresentadas como as principais marcas de que a URNe se filiava a perspectiva da “universidade moderna”. A divisão do ensino entre as faculdades e os institutos centrais tinha como objetivos principais a redução dos investimentos direcionados à manutenção do ensino superior (concentrando as cadeiras comuns a determinadas áreas nos institutos centrais) e o desenvolvimento da pesquisa científica. O trabalho “disperso” realizado nas faculdades era visto como um entrave à modernização da universidade, pois inviabilizaria a produção de um conhecimento “integrado”. Para a administração da URNe, a centralização das disciplinas universitárias constituiu aspecto nodal para que esta universidade desempenhasse sua “função” com êxito.

Nesse projeto, a sociologia emergiu como uma das ciências mais importantes para a operacionalização do ideário desenvolvimentista. A abordagem sociológica do “atraso” do nordeste possibilitou uma compreensão mais acurada dos problemas vivenciados por essa região em meados da década de 1960. Ao se debruçar sobre as temáticas da seca, do domínio das oligarquias e das migrações intra e inter regionais, por exemplo, o sociólogo pode perscrutar as “causas” do subdesenvolvimento do nordeste. Para tanto, a sociologia teve que ser concebida como uma ciência engajada nas questões levantadas pela sociedade em que ela fosse praticada. O desenvolvimento regional requeria um conhecimento sociológico voltado para o estudo dos problemas “concretos” vivenciados pela sociedade nordestina. A cadeira de sociologia, ministrada pelo professor José Lopes de Andrade no ICCH, passava a ter uma importância nodal para a realização do projeto da URNe.

Ironicamente, os intelectuais que propunham a redução da escala de investigação não perceberam que a transplantação de um modelo elaborado com base em condições distintas das existentes em Campina Grande acabaria ameaçando o funcionamento da URNe. Afinal, a manutenção de faculdades e institutos centrais era bastante onerosa aos cofres da prefeitura municipal. Logo, não demorou muito para que as dificuldades financeiras se abatessem sobre a URNe. Nesse cenário, a administração da universidade, a imprensa e os estudantes protagonizaram uma série de debates (e embates!) visando a federalização e/ou estadualização da instituição. No bojo das reivindicações discentes verificou-se a intervenção militar na URNe que, ao modificar a estrutura inicialmente pensada para a instituição, acabou reorientando o projeto pensado pelos intelectuais desenvolvimentistas.

Dessa forma, poderíamos indagar: de que modo a intervenção militar na URNe reorientou o projeto desenvolvimentista? Esta intervenção representaria o “fim” do “sonho” desenvolvimentista? Como vimos no quinto capítulo, a resposta a esta questão deve levar em consideração tanto as transformações internas à universidade como aquelas que dizem respeito às modificações no interior do próprio debate regionalista. Assim, a ascensão de um novo grupo de intelectuais e políticos à frente da universidade, bem como as transformações inerentes ao próprio pensamento regionalista contribuiriam para a modificação do projeto pensado para a universidade. Apesar de não podermos responder a esta questão com precisão, visto que ela demanda pesquisas que fogem ao escopo do nosso estudo, acreditamos que simultaneamente à intervenção processada no âmbito da URNe (com a destituição de muitos dos intelectuais desenvolvimentistas dos postos de direção) operou-se uma reconfiguração do projeto inicialmente pensado por esses intelectuais para a universidade. Essa transformação, pela representatividade que a instituição possuía para o movimento intelectual da cidade, implicou, também, na reconfiguração do projeto de instituição do “Novo Nordeste” no concerto do ensino superior.

Se a intervenção na URNe não representou o fim do sonho desenvolvimentista (visto que a universidade continuaria a desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento regional), ela alterou o projeto inicialmente pensado para a universidade. No entanto, essas transformações não podem ser imputadas somente ao aspecto político da intervenção. É preciso destacar, e já o fizemos no quinto capítulo, a reconfiguração do debate regionalista que, da preocupação em corrigir os

“desequilíbrios regionais”, passou a estabelecer uma crítica presente na ideia de um “nordeste subdesenvolvido” *versus* um “centro-sul desenvolvido”. Conforme aponta Silveira (2009), a interpretação da problemática regional a partir da década de 1970 refutaria a perspectiva “dualista” (nordeste subdesenvolvido *versus* centro-sul desenvolvido) em várias de suas teses, considerando equivocadas as seguintes colocações: ao nível do “diagnóstico”, atribuir o “atraso regional” ao “imperialismo” do Centro-Sul; ao nível da proposta, apontar a industrialização como a via de desenvolvimento para a região e a colonização agrícola como alternativa para solucionar a questão do excedente demográfico regional; e, ao nível dos instrumentos a empregar na política regional de desenvolvimento, atribuir ao planejamento a possibilidade de interferência para superar o “desequilíbrio”.

Com o seu projeto desfigurado, a administração da universidade recorreu a vários projetos de federalização e/ou estadualização. Com o fracasso de várias dessas propostas de federalização, a existência da URNe parecia estar comprometida. Todavia, em meados da década de 1980 a estadualização dessa universidade passou a ganhar forma no debate político e intelectual. Em 1986, com a eleição do professor Tarcísio de Miranda Burity (PMDB) ao governo do Estado da Paraíba, o movimento universitário, através dos Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes da URNe, intensificaram, juntamente com os docentes, funcionários, intelectuais e políticos, a proposta de estadualizar a universidade. Após uma série de debates e embates no que concerne ao formato jurídico da nova instituição (se fundação de ensino superior ou autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Educação), chegou-se ao consenso de que a URNe deveria ser extinta e seu patrimônio revertido ao Estado da Paraíba para, só então, ser criada a nova instituição.

Deste modo, não houve propriamente uma estadualização, mas a extinção da URNe e a criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Assim, após intensas (e calorosas!) negociações, o governo da Paraíba, a prefeitura de Campina Grande e a reitoria da URNe resolveram extinguir esta universidade. Como propunha a Lei nº 23 de 15 de março de 1966, os bens moveis e imóveis da instituição foram revertidos para o município de Campina Grande e, por maioria dos votos dos vereadores, foram alienados para o estado da Paraíba. Assim, em 11 de outubro de 1987, o governador Tarcísio de Miranda Burity assinou a Lei 4.977, criando a UEPB.

Durante os seus vinte e um anos de existência a URNe cumpriu um papel de destaque na promoção do desenvolvimento regional. Obviamente que esta instituição acompanharia os debates políticos, econômicos e educacionais do seu tempo. Desse modo, em meados da década de 1980 o projeto pensado pelo grupo desenvolvimentista (nas décadas de 1950 e 1960) já não abarcava as exigências requeridas pela região nordeste. Aliás, os próprios “problemas do nordeste” haviam se transformado nesse período. A supressão do “regional” na nomenclatura da nova instituição foi bastante criticada por intelectuais e políticos da cidade. Todavia, além de demarcar o novo momento político da universidade (com a sua vinculação ao governo do estado da Paraíba), a própria denominação regional mostrava-se “desatualizada” em face das discussões travadas pelo ensino superior na década de 1980. Apesar desses impasses, a UEPB vem cumprindo um papel central na oferta do ensino superior no interior do nordeste.

Por fim, gostaríamos de destacar a “atualidade” da pauta elaborada pelos intelectuais desenvolvimentistas. O nosso trabalho foi escrito em um período em que o contingenciamento das verbas destinadas à educação e a pesquisa vem se constituindo no imperativo ditado pelas instâncias econômicas e políticas. O debate que procuramos fomentar ao longo desse estudo vem nos mostrar que não há desenvolvimento econômico e social sem as contribuições do saber científico! A realização da pesquisa científica vem contribuir para descortinar os problemas sociais, econômicos, educacionais, dentre outros, promovendo inclusões, inovações tecnológicas, científicas e ampliando o debate social, educacional, etc. Se os “problemas do nordeste” (e aqui poderíamos estender essa reflexão à “escala de investigação nacional”) se transformaram ao longo do tempo (alguns, infelizmente, agudizaram-se), é certo que a abordagem desses problemas não pode prescindir das contribuições do saber científico. Além da centralidade da ciência na promoção do desenvolvimento econômico-social, a atuação dos intelectuais desenvolvimentistas vem nos mostrar que a escrita constitui um artefato político! Ao compreender a linguagem em sua dimensão política poderemos encontrar novas formas de resistir e intervir no debate educacional. Sob este aspecto, a “geração” de Edvaldo do Ó ainda pode nos “inspirar”!

REFERÊNCIAS E FONTES

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades**. Campina Grande: Editora da UFCG, 2006.

AGRIPINO conseguiu o registro da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 29 de junho de 1968, p. 01.

AINDA sobre a federalização... *Diário da Borborema*. Campina Grande. 10 de dezembro de 1959, p. 02- Editorial.

ALEIXO, Ramon de Alcântara Aleixo. Intelectuais, política e educação: a institucionalização da Universidade Regional do Nordeste. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015.

_____. Os intelectuais e o debate desenvolvimentista na instituição da Universidade Regional do Nordeste: o ensino superior e a configuração do “Novo Nordeste”. Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 2017

ALMEIDA, José Américo de. **Coletânea de Autores campinenses**. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1964.

ALVES, Cláudia. **Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural** In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.) *Pensadores sociais e a história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964/1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ALVES, Miriam Fábila. **FACULDADE DE DIREITO: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFG, 2000.

ANÉZIO proferiu aula inaugural da URNe. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 06 de março de 1968, p. 03-05.

ANDRADE, José Lopes de. **Introdução à Sociologia das Secas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

ANDRADE, José Lopes de. **José Lopes de Andrade**. Depoimento [jun. 1979]. Entrevistador: William Tejo. Campina Grande: 1979.

ANDRADE, José Lopes de. Transformação Cultural da Paraíba. *A União*. João Pessoa, 29 de maio de 1951. Coluna Tópicos, p. 04.

ANDRADE, José Lopes de. Cousas Novas. *A União*. João Pessoa, 20 de maio de 1952. Coluna Tópicos, p. 04.

ANDRADE, José Lopes de. A Província não estava morta. *A União*. João Pessoa, 26 de junho de 1953. Coluna Tópicos, p. 02-03.

ANDRADE, José Lopes de. Progresso Cultural da Paraíba. A experiência universitária. *A União*. João Pessoa, 21 de dezembro de 1955. Coluna Tópicos, p. 03-06.

ANDRADE, José Lopes de. Desenvolvimento e Revolução Industrial. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de dezembro de 1957a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Campina Não Pode Parar. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 24 de novembro de 1957b. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Progresso Científico e Tecnológico. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 05 de dez. de 1958a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Fórum Permanente de Debates. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 de abr. de 1958b. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. O Intelectual e a Sociedade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de agosto de 1958c. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Papel dos intelectuais. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 08 de agosto de 1958d. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Grupo de Pressão. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 15 de novembro de 1958e. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Superar o atraso histórico. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de junho de 1959. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Terceira etapa do Ensino Superior. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de julho de 1965a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Desenvolvimento e fator cultural. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 14 de dezembro de 1965b. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Homem e Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de maio de 1966a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Fé em Deus e pé na tábua. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 08 de fevereiro de 1966b. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Moderna Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 18 de março de 1966c. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Reivindicações de Educação e Cultura. Campina Grande, 13 de agosto de 1966d. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Formação básica e profissional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de março de 1966f. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Apoio à Universidade Regional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 29 de março de 1966g. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Mundo Moderno e Pesquisa. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de outubro de 1966h. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Universidade e Região. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de junho de 1966i. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Universidade e “Canudo de Bacharel”. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 02 de nov. de 1967a. Coluna Homes & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Culto da inutilidade. *Diário da Borborema*, Campina Grande, 16 de jun. de 1967b. Coluna Homes & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Um Depoimento Honroso. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 24 de janeiro de 1967c. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Correção e Habilidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de julho de 1967d. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Faze que te ajudarei. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 12 de julho de 1967e. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Unidades do interior. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 20 de agosto de 1967f. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Triunfo ou estrangulamento. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 14 de novembro de 1967g. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Diálogo, greves e intervenções. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 27 de maio de 1967h. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Nem contra nem a favor. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de junho de 1967i. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Censura e recompensa. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 30 de abril de 1968a. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, José Lopes de. Paraíba ao lado do Progresso. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 26 de junho de 1968b. Coluna Homens & Fatos, p. 02.

ANDRADE, Romerino de Souza. **Faculdade de Medicina: Corpo, modernidade e sensibilidade em Campina Grande (1960-1970)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. UFCG, 2012.

ALVES, Cláudia. **Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural** In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.) *Pensadores sociais e a história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964/1984)**. Bauru: EDUSC, 2005.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Paraíba: Imprensa e Vida**. João Pessoa: União, 1986.

AUTONOMIA cultural do Nordeste. *A União*. João Pessoa, 27 de setembro de 1954, p. 05-07.

AZEVEDO, Denilson Santos de. A história da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) do Estado de Minas Gerais e as origens da Universidade Federal de Viçosa. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006.

A COMISSÃO encarregada de estudar... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 06 de setembro de 1952, p. 02.

A FACULDADE de Ciências Econômicas de Campina Grande publicou... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de outubro de 1966, p. 03.

A INSTALAÇÃO de um núcleo de cultura desse porte... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de maio de 1966, p. 02- Editorial.

A FACULDADE de Ciências Econômicas de Campina Grande publicou... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de outubro de 1966, p. 03.

A MENSAGEM do Reitor. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de julho de 1966. Editorial, p. 02.

A PARAÍBA e sua Universidade... *A União*. João Pessoa, 16 de dezembro de 1955, p. 03.

A URNe é iniciativa que engrandece a cultura de Campina Grande. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 23 de abril de 1966, p. 01.

A VISITA do Ministro da Educação. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de julho de 1967. Editorial, p. 02.

BARREIRO FILHO, Roberto Coelho. **Igreja, Estado e Universidade- estudo de caso da PUC-SP. 50 anos. 1946-1996**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP, 1999.

BEM RECEBIDA no seio do nosso comércio... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 10 de maio de 1953, p. 03.

BRETAS, Silvana Aparecida. A política de federalização dos estabelecimentos de ensino e a criação da Universidade Federal de Sergipe (1950-1970): uma contribuição ao debate histórico. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **A cadeira de história e filosofia da educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. Tese de doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP, 2001.

_____. **Escola Politécnica de São Paulo: produção da memória e da identidade social dos engenheiros paulistas**. Revista Brasileira de História da Educação, Vol. 19(46), p. 223-242, 2015.

_____. Escola Politécnica de São Paulo: produção da memória e identidades dos engenheiros paulistas. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

_____. Universidade de São Paulo: da comunhão ao conflito das elites. Anais do IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 2017

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte. Gênese e estrutura do campo literário.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia.** Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CASALI, Alipio Marcio Dias. **Universidade católica no Brasil: elite intelectual para a restauração da igreja.** Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP, 1989.

CAMPINA GRANDE/PB. Mensagem Nº. 650, de 24 de novembro de 1957. Propõe a criação da Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1957a.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Municipal Nº. 49, de 28 de dezembro de 1957. Dispõe sobre a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1957b.

CAMPINA GRANDE/PB. Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965a.

CAMPINA GRANDE/PB. Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965b.

CAMPINA GRANDE/PB. Pesquisa sobre a possibilidade de instalação de uma Fundação Educacional em Campina Grande. FUNDACT/SUDENE. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1965c.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Municipal Nº. 23, de 15 de março de 1966. Cria a Universidade Regional do Nordeste e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1966a.

CAMPINA GRANDE/PB. Mensagem Nº. 12, de 15 de fevereiro de 1966. Propõe a criação da Universidade Regional do Nordeste. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1966b.

CAMPINA GRANDE/PB. Parecer ao projeto de Lei Nº 26/66, de 03 de março de 1966. Dispõe sobre o relatório elaborado pela Comissão de Educação e Cultura referente ao Projeto acima mencionado. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Comissão de Educação e Cultura. Poder Legislativo, 1966c.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº 55/66, de 18 de agosto de 1966. Autoriza criar as Faculdades de Química e Ciências da Administração e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1966.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº 91/66, de 15 de dezembro de 1966. Dispõe sobre os preços dos serviços explorados diretamente pelo Município, o uso de seus bens e o fornecimento de utilidades produzidas pelo Município. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1966d.

CAMPINA GRANDE/PB. Considerações sobre a Fundação Para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT) e a Fundação Universidade Regional. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. José Gaudêncio de Brito, 1966e.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº 07/67, de 11 de janeiro de 1967. Autoriza criar a Faculdade de Direito e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1967.

CAMPINA GRANDE/PB. Lei Nº. 201, de 20 de março de 1968. Consolida dispositivos das Lei nº.s 23, 55, 91, 07 e 18 e dá outras providências. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**. Poder Executivo, 1968.

CAMPINA GRANDE/PB. Decreto Nº. 105 de 9 de abril de 1969. Dispõe sobre a destituição do Presidente da Fundação Universidade Regional do Nordeste e Reitor da mesma Universidade. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1969a.

CAMPINA GRANDE/PB. Decreto Nº. 106 de 10 de abril de 1969. Dispõe sobre a nomeação do Presidente da Fundação Universidade Regional do Nordeste e Reitor da mesma Universidade. **SEMANÁRIO OFICIAL [DA] PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**, Poder Executivo, 1969b.

CAMPINA antes de tudo. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de fevereiro de 1968a, p. 02- Editorial.

CAMPINA com a Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de fevereiro de 1968b, p. 01- Notas.

CAMPINENSES! É vosso dever de...*Jornal de Campina*. Campina Grande, 26 de agosto de 1952, p. 01.

CANTERLE, Nilsa Maria. **O ensino superior no sudoeste do Paraná: origem e trajetória de transformação da FACIBEL**. Revista Emancipação, Vol. 11(2), p. 153-173, 2011.

CATANI, Denice Bárbara. **Pierre Bourdieu e a História (da Educação)** In: FARIA FILHO (org.) Pensadores sociais e História da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CELESTE FILHO, Macioniro **A reforma universitária e a Universidade de São Paulo: década de 1960**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP, 2006.

CHEGAMOS, de um ano para outro, no domínio... *A União*. João Pessoa, 17 de setembro de 1952, p. 04.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. História e Memória da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1969-2006). Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008.

CRIAÇÃO da União Universitária Campinense marca... *Formação*. Campina Grande, jun. 1952.

COROAMENTO do movimento em prol do ensino... *A União*. João Pessoa, 17 de junho de 1953, p. 03.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DARTON, Robert. **História intelectual e cultural** In: DARTON, Robert. O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEIXANDO a Paraíba na manhã de ante-ontem...*A União*. João Pessoa, 17 de agosto de 1952, p. 02.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESVIO de trinta e sete milhões na CELB. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de abril de 1969, p. 01.

DISCURSO proferido ontem pelo Reitor Williams Arruda, na instalação da URN. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 01 de maio de 1966, p. 03-06.

DOSSE, François. **O Desafio biográfico**. Escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EDVALDO do Ó apresenta relatório: Universidade de Campina. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 04 de fevereiro de 1966, p. 01-07.

EDVALDO: houve infiltração comunista na greve. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de junho de 1967, p. 01-05.

ELEITO presidente o acadêmico... *O Rebate*. Campina Grande, 16 de julho de 1952, p. 03.

EM TRINTA anos. Da Escola Primária à Superior. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 06 de julho de 1967, p. 07.

ENCONTRAM-SE nesta cidade, os professores... *A União*. João Pessoa, 23 de junho de 1952, p. 03-08.

ESPÍNOLA, Robson Duarte. **O Ensino Superior na Paraíba**. João Pessoa: Editora Igramol, 1980.

ESTEVE em nossa redação o presidente da... ... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 21 de outubro de 1953, p. 02.

ESTUDANTES foram às ruas protestar acordo MEC-USAID. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 25 de maio de 1967a, p. 01.

ESTUDANTES continuam greve e anunciam manifestações hoje. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 27 de maio de 1967b, p. 01-07.

FALCON, Francisco. **História das Ideias** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALTA de apoio. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 22 de julho de 1965, p. 02-Editorial.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação.** In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; DUARTE, Regina Horta (orgs.) Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FEDERALIZAÇÃO da Universidade Regional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de setembro de 1967. Editorial, p. 02.

FEDERALIZAÇÃO da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de fevereiro de 1968, p. 02- Editorial.

FERNANDES, Manuel José Pina. **URCA: Reminiscências e Rememoração de um processo de criação.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPB, 2013.

FERREIRA, Cristiano Lucas. **A UEG no olho do furacão: o processo de criação, estruturação da Universidade Estadual de Goiás.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFG, 2006.

FOCALIZADO na Assembleia, o tema da Universidade... *A União*. João Pessoa, 06 de junho de 1954, p. 03-02.

FUNDAÇÃO Universidade Regional do Nordeste. Anuário da FURNe (1966). Campina Grande. Secção de Publicações da URNe, 1967.

FUNDAÇÃO Universidade Regional do Nordeste. Anuário da FURNe (1966). Campina Grande. Secção de Publicações da URNe, 1969.

FUNDAÇÃO Universidade Regional do Nordeste. Anuário da FURNe (1969). Campina Grande. Secção de Publicações da URNe, 1971.

FUNDAÇÃO Universidade Regional do Nordeste. Anuário da FURNe (1973). Campina Grande. Secção de Publicações da URNe, 1974.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** 2ª edição. Recife, Assessoria da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES, Mauro Castilho. A organização do ensino superior paulista: uma análise dos discursos e conferências do Governador Abreu Sodré (1967-1971). Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

GREVE terminou com comício de protesto. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de junho de 1967, p. 01.

IDADE de ouro. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 22 de outubro de 1968, p. 02. Editorial.

INAUGURADO o Seminário de problemas do Nordeste... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 10 de junho de 1958, p.01.

INSPIRADA iniciativa do prefeito... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 30 de abril de 1966. Editorial, p. 02.

INSTALAÇÃO solene da FURN amanhã no Teatro. Campina Grande. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 29 de abril de 1966, p. 01.

J.A NEGOCIA com os estudantes. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de junho de 1967, p. 01.

JOÃO aos estudantes: URN será reconhecida em 68. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 22 de junho de 1968, p. 01.

JOSÉ AMÉRICO alvo da maior homenagem... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 09 de outubro de 1952, p. 01-07.

LEÃO saúda Ministro. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 05 de julho de 1967, p. 04.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento** In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Eloi José da Silva. **A criação da UNICAMP: administração e relações de poder numa perspectiva histórica**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UNICAMP, 2013

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**. A Escola Politécnica da Paraíba. Campina Grande: Editora da UEPB: 2010.

LOPES, Silvana Fernandes. O processo de expansão do ensino superior no interior do estado de São Paulo nas décadas de 50 e 60: o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma experiência de desenvolvimento tecnológico no nordeste. João Pessoa: Editora A União, 1992.

LUTA pela Faculdade de Direito continua. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 05 de fevereiro de 1965, p. 03.

LYNALDO refuta “Carta” de Edvaldo: “Não trai e nem cogito ser Reitor”. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 02 de fevereiro de 1968, p. 01.

MAIA, Ana Beatriz Feltran. A universidade nas “Notas e Informações” de O Estado de São Paulo (1947-1962): a militância uspiana de Laerte Ramos de Carvalho. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015.

MARQUES, Maria Inês Correa. **UFBA na memória: 1946-2006**. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFBA, 2006.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia**. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFBA, 2004.

MELO, Josemir Camilo de. **Williams de Souza Arruda. Política e Educação na Criação da FURNE.** Campina Grande: EDUFCG, 2013.

MELO, José Octávio de Arruda; PEREIRA, Ana Maria Gonsalves dos Santos (orgs.). **José Lopes de Andrade Uma Militância na Imprensa.** Estudos de Urbanização, Política, Economia, Educação e Literatura. Campina Grande: Editora da Bolsa de Mercadorias da Paraíba, 1985.

MELO, Luiz Gonzaga de. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba (1966-1991).** Campina Grande: Editora da UEPB, 1992.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, p. 131-150, 2000.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste.** Formação Social do Nordeste. Rio de Janeiro: Editora da Livraria José Olympio, 1937.

MENOS de um ano depois do funcionamento daquela entidade... *Diário da Borborema*, Campina Grande, 20 de ago. de 1958, p. 03.

MINISTRO pede a federalização da URN. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de agosto de 1967, p. 01.

NICOLA, Adriara. História do Ensino Superior no município de Poços de Caldas. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, 2004.

NO ATUAL estágio de desenvolvimento...*Diário da Borborema*. Campina Grande. 30 de abr. 1966. Editorial, p. 02.

NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhaes. História da Universidade Estadual do Piauí: origem e extensão. Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013.

NOVO panorama educacional e cultural da... *A União*. João Pessoa, 31 de janeiro de 1955, p. 07.

OTRANTO, Celia Regina. Raízes históricas da Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1910-1934. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

_____. Memória da Universidade Rural/Universidade Rural do Brasil: 1960-1964. Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

OS ESTUDANTES campinenses se encontram...*O Rebate*. Campina Grande, 08 de junho de 1952, p. 02.

OS ESTUDANTES precisam do povo... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 29 de agosto de 1952, p. 01.

O HOMEM certo. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de julho de 1967, p. 05.

PARANINFOU na Faculdade de Filosofia o Ministro José Américo... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de dezembro de 1964, p. 01-07.

PAULINO e Lynaldo disputariam Reitoria. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 23 de janeiro de 1968, p. 01.

PAULINO afirma que não disputará a Reitoria: URN. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 26 de janeiro de 1968, p. 01.

PESQUISA Sócio-Educacional. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

PESQUISADORES recebem apoio da população de Campina... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 20 de fevereiro de 1965, p. 01.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do Ideário Político**. MICELLI, Sérgio (org.); Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

PORFÍRIO, Waldir. **Anos de luta**: da intervenção no DCE da URNe à Estadualização da Universidade (1981-1987). Campina Grande: Waldir Porfírio, 2007.

PROFESSOR pede a Ministro que olhe para Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 05 de julho de 1967, p. 07.

PROMOVIDO nesta cidade Simpósio de Óleos e Vegetais... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 13 de novembro de 1958, p. 01.

PRONKO, Marcela Alejandra. Crônica de um fracasso: uma história de criação de Universidades do Trabalho no Brasil. *Educação & Sociedade*, Vol. 20(66), p. 84-103, 1999.

_____. As Universidades do Trabalho na História da Educação Brasileira: uma reflexão historiográfica. *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2000.

REALIZOU-SE na sexta-feira próxima passada...*Jornal de Campina*. Campina Grande, 25 de agosto de 1952, p. 03.

ROCHA, Dom Jaime Vieira (org.). **Sob o signo da esperança e da responsabilidade social**. Anais do primeiro e segundo Encontros dos Bispos do Nordeste. Campina Grande: Editora da UEPB, 2016.

REITOR de Brasília em Campina na instalação da URN. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de abril de 1966, p. 01.

REITORES nordestinos assistirão à instalação da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 16 de abril de 1966, p. 01.

SABOTAM a FUNDACT os vereadores... *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de dezembro de 1957, p. 01.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.C.L (1962-1969)**. Programa de Pós-Graduação em Educação. USP, 2015.

_____. A Reforma Universitária, a reestruturação da USP e a composição do quadro docente da Faculdade de Educação (1969-1974): conflitos, consensos e arranjos intelectuais. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2015.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura no Sertão Baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana**. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFBA, 2011.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980)**. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFU, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **História Intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis** In: SILVA, Helenice Rodrigues da. Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **A História Intelectual em questão** In: LOPES, Marcos Antônio (org.) Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Itan Pereira da. Edvaldo do Ó: **Um Tropeiro da Borborema –Tópicos de sua caminhada**. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande/ Fundação Edvaldo de Souza do Ó, 1999.

SILVA, Ricardo. **História Intelectual e Teoria Política**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 17, nº. 34, p. 301-318, out. 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O Regionalismo Nordestino**. Existência e Consciência da Desigualdade Regional. Fac-Similar. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SIRINELLI, Jean-Françoise. **Os intelectuais**. In: RÉMOND, René (org.) Por Uma História Política. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro; Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de. **Escola Politécnica e suas múltiplas relações com a cidade de São Paulo 1993-1933**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação- PUC-SP, 2006.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. **Edvaldo de Souza do Ó**. Depoimento [mai. 1991]. Entrevistador: José Luiz Júnior. Campina Grande: 1991.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. **Edvaldo de Souza do Ó** Depoimento [set. 1992]. Entrevistador: Luiz Gonzaga de Melo. Campina Grande: 1992.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. A criação das Escolas de Ensino Superior em Campina Grande. *Jornal de Campina*, Campina Grande, p. 05, 18 de ago. de 1952.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Carta aberta a Campina Grande. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 31 de janeiro de 1968a, p. 01.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Relembrando fatos. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 03 de março de 1968b, p. 01. Nota.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. **História da Universidade Regional do Nordeste**. Campina Grande: Editora GRAFSET, 1986.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte**: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953). Brasília: Editora do Senado Federal, 1982.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo**: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945-1953). Brasília: Senado Federal centro gráfico, 1988.

SUGESTÃO ao Prefeito e ao Governador. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 05 de março de 1968, p. 02- Editorial.

TEJO, William. Cine Club Universitário. *Jornal de Campina*. Campina Grande, 27 de setembro de 1953. Coluna Mundo Estudantil, p. 02.

TEJO, William. A Universidade em foco. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de janeiro de 1968. Coluna Política em Preto e Branco, p. 03.

UMA das mais arrojadas iniciativas para uma cidade... *Jornal de Campina*. Campina Grande, 04 de setembro de 1952, p. 04.

UNIVERSIDADE para a Região. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 01 de janeiro de 1965, p. 02-Editorial.

UNIVERSIDADE Regional instalada ontem. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 01 de maio de 1966, p. 01

UNIVERSITÁRIOS iniciam luta pela federalização da URNe. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 19 de junho de 1968, p. 01.

URNe será instalada dia 30 no Teatro Municipal. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 15 de abril de 1966, p. 01.

URNe HOMENAGEOU José Américo. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 20 de outubro de 1968, p. 01-05.

VAIDERGORN, Jose. **As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras-Institutos Isolados de Ensino superior do Estado de São Paulo – 1957-1964: alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Unicamp, 1995.

VASSELAI, Conrado. **As Universidades confessionais no ensino superior: identidades, contradições e desafios**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Unicamp, 2001.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Jornal diário como fonte e tema para a pesquisa em História da Educação**: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **História Intelectual e História dos Intelectuais: Diálogos acerca da História da Educação**. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (orgs.) *História Intelectual e Educação: Trajetórias, Impressos e Eventos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

VIEIRA, Cícero Agostinho. **A Universidade Regional do Nordeste e a Comunidade Campinense**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1979.

VISITA do Ministro e o futuro de Campina. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 07 de julho de 1967. Editorial, p. 02.

VITAL reclama federalização da Universidade. *Diário da Borborema*. Campina Grande, 11 de fevereiro de 1968, p. 01-05.

VOLDMAN, Danièle. **Definições e usos**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs) Usos & abusos da História oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996a, p. 33-42.

VOLDMAN, Danièle. **A invenção do depoimento oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs) Usos & abusos da História oral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996b, p. 247-266.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Quadro dos governadores envolvidos com o ensino superior na Paraíba (1952-1987).

Nome	Período
José Américo de Almeida	1951 a 1953 1954 a 1956
José Fernandes de Lima (Interino)	1953 a 1954
Flávio Ribeiro Coutinho	1956 a 1958
Pedro Moreno Gondim	1958 a 1960 (interino) 1961 a 1966 (Governador eleito)
João Agripino Filho	1966 a 1971
Ernani Sátiro (Eleito pela Assembleia Legislativa)	1971 a 1975
Ivan Bichara Sobreira (Eleito pela Assembleia Legislativa)	1975 a 1979
Tarcísio de Miranda Burity (Eleito pela Assembleia Legislativa)	1979 a 1982
Clóvis Bezerra Cavalcanti (Interino)	1982 a 1983
Wilson Braga Leite	1983 a 1986
Milton Cabral (Eleito pela Assembleia Legislativa)	1986 a 1987
Tarcísio de Miranda Burity	1987 a 1991

APÊNDICE B- Quadro dos prefeitos envolvidos com o ensino superior em Campina Grande (1952-1987)

Nome	Período
Plínio Lemos	30/11/1951 a 30/11/1955
Elpídeo José de Almeida	30/11/1955 a 30/11/1959
Severino Bezerra Cabral	30/11/1959 a 30/11/1963
Newton Vieira Rique	30/11/1963 a 15/06/1964
João Jerônimo da Costa (Presidente da Câmara de Vereadores)	15/06/1964 a 30/11/1964
Williams de Souza Arruda	30/11/1964 a 31/01/1969
Ronaldo José da Cunha Lima	31/01/1969 a 14/03/1969
Orlando César Augusto Almeida	14/03/1969 a 14/05/1969
Manoel Paz de Lima (Interventor militar)	14/05/1969 a 15/07/1970
Luiz Motta Filho (Interventor Civil)	15/07/1970 a 31/01/1973
Evaldo Cavalcanti Cruz	31/01/1973 a 31/01/1977
Enivaldo Ribeiro	31/01/1977 a 31/01/1983
Ronaldo José da Cunha Lima	31/01/1983 a 01/01/1989

APÊNDICE C- Quadro dos Reitores da URNe/ Presidentes da FURNe (1966-1987)

Nome	Período
Williams de Souza Arruda	13/04/1966 a 08/07/1966
Edvaldo de Souza do Ó	08/07/1966 a 10/04/1969
José Geraldo Araújo (interventor)	10/04/1969 a 15/05/1971
Antônio Lucena	15/05/1971 a 09/04/1973
Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	09/04/1973 a 19/12/1975
Luiz José de Almeida	19/12/1975 a 25/02/1977
José Cavalcanti de Figueiredo	25/02/1977 a 20/03/1981
Antônio Vital do Rêgo	20/03/1981 a 12/02/1982
Luiz Ribeiro	12/02/1982 a 06/04/1982
Sérgio Dantas Carneiro	06/04/1982 a 16/11/1983
Luiz Ribeiro	16/11/1983 a 01/02/1984
Guilherme Cavalcanti Cruz	01/02/1984 a 19/07/1985
Carlos Leôncio	19/07/1985 a 19/09/1985
Sebastião Vieira Guimarães	19/09/1985 a 11/10/1987

ANEXOS

ANEXO A- Fotografia- Edvaldo do Ó– formatura em Economia (1951)



Edvaldo do Ó quando se formou (foto de 20 dez.1950)

Reprodução do livro *Edvaldo do Ó: Um Tropeiro da Borborema* (SILVA, 1999).

ANEXO B- Fotografia- Raymundo Asfóra e Edvaldo do Ó representando a União Universitária Campinense na ocasião do “Congresso dos Estudantes do Brasil” (Universidade Rural do Brasil-s/d)



Fonte: Arquivo da Fundação Edvaldo de Souza do Ó, 2015.

ANEXO C- Aspecto do jantar de confraternização da União Universitária Campinense (s/d).



Fotografia- Jantar de confraternização da União Universitária Campinense (s/d). Da esquerda para a direita: Clemilson Lucena, José Elias, Raymundo Asfôra, Antônio Vital do Rêgo, Edvaldo do Ó, Plínio Lemos. Fonte: Arquivo da Fundação Edvaldo do Ó, 2015.

ANEXO D- Fotografia de José Lopes de Andrade (s/d)



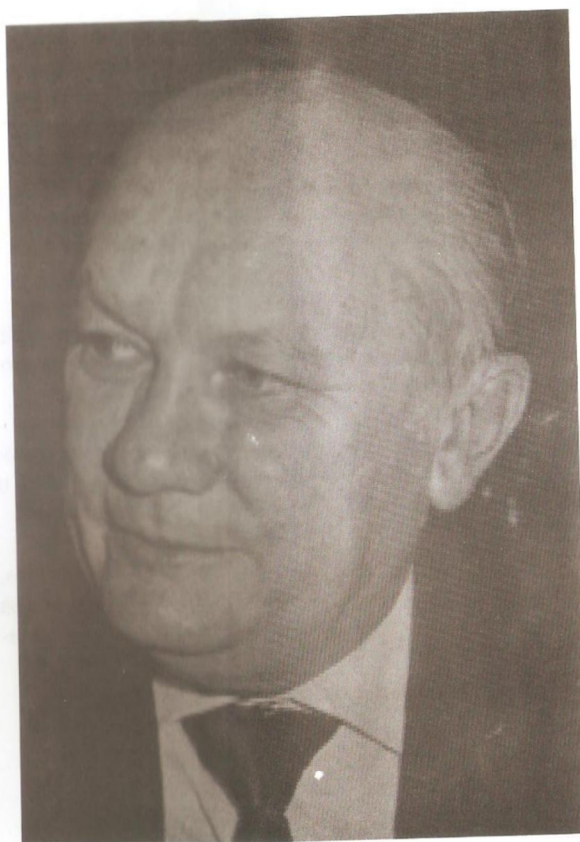
Reprodução da contracapa do livro Lopes de Andrade uma Militância na Imprensa (MELO, 1985).

ANEXO E- Fotografia de Williams de Souza Arruda (1966)



Fotografia – Williams de Souza Arruda e o Ministro João Lira Filho, em solenidade da CINGRA.

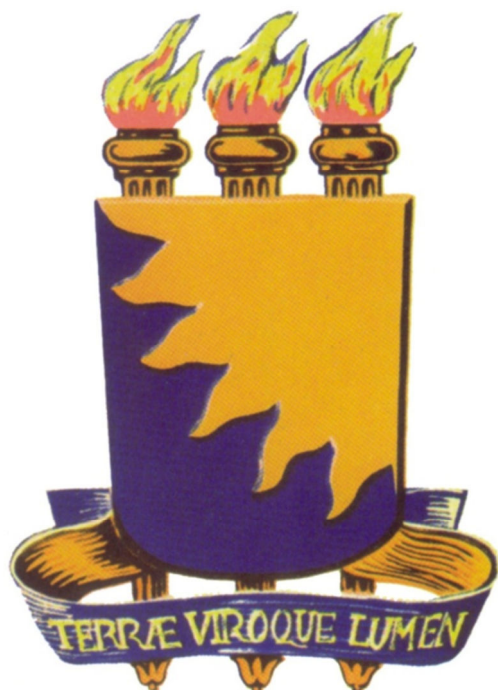
ANEXO F- Fotografia de Edvaldo do Ó- início da década de 1990



Edvaldo de Souza do Ó, (1929 - 1993)

Reprodução do livro *Edvaldo do Ó: Um Tropeiro da Borborema* (SILVA, 1999).

ANEXO G- Imagem do brasão da URNe



O brasão da URNe foi confeccionado pelo religioso da ordem dos beneditinos de Salvador, Irmão Paulo Lachumeyer e traz como lema a citação latina *Terrae Viroque Lumem* (Luz para a terra e para os homens). A UEPB utilizou esse brasão até fevereiro de 2016. Na ocasião, foi a UEPB acionada judicialmente pela FURNe, que reivindica a posse desse brasão. Fonte: